

Callipole

REVISTA DE CULTURA

N.º 13 - 2005



Homenagem aos poetas Travanca-Rêgo e Orlando Neves
Três significativos textos, na rubrica Tempo de Museologia



Pormenor da Fonte da Praça da República

(antigamente do Carrascal)

Foto de Vasco Saial

Deveu-se a construção deste chafariz ao duque de Bragança D. João II, futuro Rei Restaurador, em data incerta da década de 1630 (...). A Fonte do Carrascal, também chamada das Bicas, esteve erecta na vizinhança da ermida de S. João Baptista (...). A transferência da fonte para a então Praça Nova, antiga de S. Bartolomeu, efemeramente de D. Amélia e hoje da República, teve efeito no mês de Novembro de 1886 (...) jorrando as suas primeiras águas públicas no dia 9 de Maio do ano seguinte.

Conserva, da estrutura monumental seiscentista, somente o corpo da fonte propriamente dita, porque na altura da primeira mudança se destruiu o murete envolvente, de alvenaria, feito em cumprimento de uma postura municipal de 2 de Junho de 1640, para evitar que os animais bebesses no seu tanque, postura renovada em forma irrevogável no século XVIII, e ainda se alterou o tanque primitivo, de quadrado para octogonal, acrescentado por dois degraus de pedra, de base quadrangular, estes executados na última e terceira transferência, pouco depois de 1940, do local sobranceiro aos Paços do Concelho para a rotunda moderna que delimita as actuais Praça da república e Avenida Duarte Pacheco [hoje de Bento de Jesus Caraça].

Fonte: ESPANCA, Túlio. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, ed. da Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa, 1978.

Callipole

Revista de Cultura

Callipole

Revista de Cultura

Nº 13 - 2005



Vila Viçosa

FICHA TÉCNICA

ANTIGOS DIRECTORES

Dr. Francisco Chagas (n.º 1)

Dr. Manuel Inácio Pestana (do n.º 2 ao n.º 11)

DIRECTOR

Joaquim Saial

CONSELHO DE REDACÇÃO

António Rosa

João Ruas

Joaquim Saial

Joaquim Torrinha

Licínio Lampreia

Manuel Lapão

Margarida Borrega

Ruy Ventura (poesia)

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Divisão de Serviços Sócio-Culturais

Largo D. João IV 7160-254 Vila Viçosa

Telefones:

268.889.314 – Div. SS-C

268.889.310 – Paços do Concelho

EXECUÇÃO GRÁFICA

A Triunfadora – Artes Gráficas, Lda.

Almada

Tiragem: 1000 ex.

Periodicidade anual (13.º ano)

Depósito Legal: 121787/98

ISSN: 0872 5225

Colaboração solicitada.

Os textos assinados são da inteira responsabilidade dos autores.

Por motivos técnicos, «Callipole» só aceita colaborações em suporte informático: disquete, CD-Rom ou via e-mail.

Todos os autores receberão dois exemplares de Callipole, para além de 30 separatas do/s seus/s texto/s, caso este/s ocupe/m pelo menos 8 páginas da revista.

SOLICITA-SE PERMUTA
SE RUEGA EL CAMBIO
EXCHANGE WANTED
ON DEMANDE L'ECHANGE
MAN BITTET UM AUSTAUCH

CAPA:

Pormenor do óleo s/tela Casas Brancas de Capri (1882), de Henrique Pousão, do acervo do Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Manuel João Fontainhas Condenado

VEREADORES

António José Lopes Cardoso

Joaquim António Mourão Viegas (Cultura)

Manuel Inácio do Polme Galhofas

Miguel António Patacão Rodrigues

Índice

Nota de Abertura	
<i>Joaquim António Mourão Viegas</i>	9
Para começar...	
<i>O Director</i>	11
Tempo de História	
O Livro de Rasis e a memória da Casa Senhorial dos Aboim/Portel	17
<i>António Rei</i>	
Vila Viçosa renascentista	31
<i>Joaquim Francisco Soeiro Torrinha</i>	
Os escravos de D. Teodósio I, duque de Bragança	43
<i>Jorge Fonseca</i>	
Representação e Poder da Casa de Bragança: patrocínio religioso e assistencial em Vila Viçosa na época moderna	55
<i>Maria de Fátima Reis</i>	
O estatuto das rainhas de Portugal ao tempo dos Bragança: o exemplo de D. Luísa de Gusmão	63
<i>Maria Paula Marçal Lourenço</i>	
Francisco Garcia, um jesuíta de Alter do Chão	77
<i>Rui Miguel da Costa Pinto</i>	
A fronteira do Caia e do Guadiana: um espaço aberto de aproximação, violência e marginalidade (1850-1910)	101
<i>Arlindo Sena</i>	
Manuel Inácio Pestana, o último cronista da Casa de Bragança	115
<i>João Ruas</i>	
Tempo de Artes & Letras	
O urbanismo e a arquitectura renascentista nas cidades andaluzas de Úbeda e Baeza ..	123
<i>Licínio Lampreia</i>	
Barroco – O imaginário e o quotidiano. O presépio português	131
<i>Arnaldo Pinto Cardoso</i>	

Memórias de Isabel de Aragão - Os painéis da capela da Rainha Santa Isabel no castelo de Estremoz	139
<i>Maria de Lourdes Cidraes</i>	
O Fundo Musical do Paço Ducal de Vila Viçosa: surpresas esperadas e inesperadas . . .	157
<i>David Cranmer</i>	
La “raya” como fuente de inspiración literária	165
<i>Moisés Cayetano Rosado (Espanha)</i>	
UMA HISTÓRIA CABO-VERDIANA	
Tácia, a tartaruga fusca	173
<i>Joaquim Saial</i>	
Marianela	179
<i>Teresa González (Espanha)</i>	

Tempo de Poesla

CADERNO

EM MEMÓRIA DE J. O. TRAVANCA-RÊGO	
Páginas amarelas	189
<i>Amadeu Baptista</i>	
Um Apolo entre ruínas	190
<i>Fernando Guerreiro</i>	
homenagem íntima	192
Desaguar	193
<i>João Candeias</i>	
A última incisão	196
<i>João Rui de Sousa</i>	
Uma memória breve de um poeta que odiava a civilização automóvel	197
<i>José do Carmo Francisco</i>	
JOT-R v. X.	199
<i>Leví Condinho</i>	
O meu confrade Travanca-Rêgo. Um apontamento	201
<i>Nicolau Saião</i>	
Balada pela tua ausência	203
<i>Nuno Rebocho</i>	
Tríptico	204
<i>Orlando Neves</i>	

J. O. Travanca-Rêgo 206
Ruy Ventura

Dois poemas inéditos de J. O. Travanca-Rêgo (Deambulações e Imperfeição) 207
J. O. Travanca-Rêgo

EM MEMÓRIA DE ORLANDO NEVES

Para se dizer em memória 211
Carlos Garcia de Castro

...DA POESIA

MEMÓRIA CAMONIANA

Camões e os frades dominicanos 215

Contestação a Evanildo Bechara: “gândavo”, não “gandavo” 217

D. Francisco da Costa, poeta e embaixador a Marrocos, depois de Alcácer Quibir 219

Nova leitura de uma cantiga camoniana 225

Justino Mendes de Almeida

Sobre José do Carmo Francisco 229

Nicolau Saião

Eugénio Tavares 237

Viriato de Barros (Cabo Verde)

Poesia oral com autor: um território ultraperiférico 247

Ruy Ventura

LIRA VÁRIA

Liberdade ou vida e moral dos pássaros | Conversa de Sócrates com Platão | Poema ... 275

Tiago Gomes

A abelha | O porco 277

A águia | A serpente | O porco-espinho 278

Renato Sutanna (Brasil)

Poema sem nome 280

Sandra Costa

Granito 282

Nazaré 283

Nicolau Saião

Lacrimosa 284

Paulo Neto

LIRA CALIPOLENSE

Vila Viçosa	289
--------------------------	-----

Maria Lúcia Lobo de Araújo

Palacio Ducal	291
----------------------------	-----

Luís Alfonso Limpo (Espanha)

Tempo de Museologia

A gestão do Património, os museus e o território – Processo integrado e interacção com a comunidade	295
--	-----

Graça Filipe

O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: 70 anos de gestão museológica	301
--	-----

Maria de Jesus Monge

Um projecto patrimonial e museológico para Vila Viçosa – A candidatura a Património da Humanidade	311
--	-----

João Carlos Brigola

Os nossos colaboradores	317
--------------------------------------	-----

12 Normas mínimas de edição de escrita para publicação em <i>Callipole</i>	327
---	-----

NOTA DE ABERTURA

Estas linhas pretendem transmitir uma breve reminiscência do que é o significado e a trajectória da Revista de Cultura *Callipole*.

Ao reler os vários números de *Callipole*, deparei com a “Primeira Página” da edição número um, que expressa de forma inequívoca propósitos e objectivos que animavam os inspiradores e fundadores da Revista, que mais tarde me animaram a mim e que, depois, encorajaram também os que se incorporaram neste projecto cultural nos anos posteriores.

Essa página falava da necessidade de criar um espaço privilegiado de debate alargado e de liberdade de expressão, assim como do propósito de preencher um espaço cultural com raízes em Vila Viçosa. E, no meio destes desígnios, esta breve missiva referia também a necessidade de se privilegiar um projecto de horizontes abertos, plural e independente, anúncios que foram muito importantes para a vida posterior da revista.

Estou absolutamente convicto que foram estes propósitos e, sobretudo, o esforço para concretizá-los, que imprimiram à *Callipole* uma repercussão com a qual, provavelmente, não contávamos.

Hoje, a treze anos de distância, o leitor de *Callipole* continua a encontrar bastante interesse nos seus textos qualificados e rejuvenescidos, o que permitiu consolidar forte presença no panorama regional e nacional da produção de revistas de cultura e aumentar a sua credibilidade.

Com este número, inicia-se o décimo terceiro ano de vida da nossa revista. Treze anos de labor continuado, de estímulo e de difusão de doutrinas sociais, históricas, artísticas e literárias da nossa terra e da nossa região, sem nunca abandonar a causa para a qual foi criada e sem perder de vista a sua coerência editorial e intelectual. Este resultado foi possível porque detrás das suas páginas se encontra o alento da instituição que a edita e a genica cultural e intelectual de quem a tem dirigido, bem como dos seus inúmeros, generosos e acreditados colaboradores.

O VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA

Joaquim António Mourão Viegas

PARA COMEÇAR...

E está passado o Bojador do n.º 13 de *Callipole*. Com felicidade, acrescente-se, como o leitor terá ocasião de apreciar, ao invés do que o dito aziago número faria supor.

Após a modernização de roupagem e esquema organizativo operada em 12, coube fazer as inevitáveis afinações que só o manuseamento da revista em novo figurino poderia deixar perceber como ainda necessárias. Não se fez qualquer alteração ao grafismo e maquetagem da cobertura, que obteve agrado geral, mas desde logo se decidiu ampliar a dimensão das badanas, que de tão curtas faziam alçar a capa após a abertura inicial. Posto isto, pareceu que aquelas, agora suficientemente amplas, poderiam ter mais utilidade do que apenas dar consistência e beleza à encadernação. Assim, a da capa, para além de manter o significado da palavra Calipole (eterna pergunta para quem o desconhece, sobretudo na versão de duplo “I”... – todavia sempre saborosa de explicar), passará a conter fotografia de um aspecto artístico significativo de Vila Viçosa, com breve ficha explicativa; na da contracapa divulgaremos os prémios da bienal de pintura Henrique Pousão, neste momento já com seis interessantes peças depositadas na Divisão de Serviços Sócio-Culturais da CMVV, base de futura organização museológica, a definir em tempo oportuno.

Na ficha técnica, pareceu de justiça passar a inscrever os nomes dos dois antigos directores, o primeiro de âmbito mais institucional, por via do cargo camarário que detinha na altura, o segundo, de nostálgica memória, pela dívida eterna que *Callipole*, a CMVV e os calipolenses têm para com ele.

O miolo também beneficiou de pequenos arranjos que, segundo cremos, o melhoraram. Mantiveram-se os três *Tempos* matriciais, de História, Artes & Letras e Poesia. Mas neste, em boa hora entregue ao poeta Dr. Ruy Ventura, a estrutura alterou-se totalmente. Passou a haver um esquema quadripartido, que compreende a figura do/s “Caderno/s” (dedicado/s a uma personalidade ou tema), “...da Poesia” (artigos de reflexão sobre poetas ou poesia), “Lira Vária” (poesia geral) e “Lira Calipolense” (poesia de autores de Vila Viçosa sobre a sua terra ou outros temas, ou de autores de outras origens sobre VV). Os benefícios desta pequena revolução são óbvios, desde já, como se pode comprovar.

O *Tempo* de Ciência, Indústria e Tecnologia (deste modo baptizado, em nomenclatura quase de ministério...), que se iniciaria por um artigo sobre a saudosa fábrica SOFAL, não pôde surgir ainda desta vez. Assaz trabalhoso, devido à quase total falta de informação escrita (que não de testemunhos directos de antigos funcionários, muitos felizmente ainda vivos), está no entanto em fase de adiantamento que permite apontar a sua publicação para o próximo número – honra seja feita ao eng.º António Rosa, o solícito autor, que se tem multiplicado em entrevistas e pesquisas difícilísimas, assim fazendo ressurgir da memória difusa do tempo aquela que ainda hoje é a mais mítica instalação fabril de Vila Viçosa e uma das mais importantes que o Alentejo teve.

Mas, sem que o prevíssemos, surgiu inesperado *Tempo* de Museologia, conjugação feliz de três textos levados às II Jornadas do Património de Vila Viçosa. *Tempo* que poderá vir a repetir-se, caso próximas Jornadas o tragam de novo à ribalta...

Um prometido *Tempo* de Património (com textos resultantes das Jornadas do Património de Vila Viçosa), acabou por cair. Não nos pareceu sensato manter um espaço cujos conteúdos eram de História, Urbanismo, Pintura e similares, numa revista que tem desde sempre lugares apropriados para essas áreas. Deste modo, os artigos das II JPVV foram disseminados (sempre com indicação da proveniência original) pelos *Tempos* aos quais mais se adequam. Assim continuará a acontecer com produções de futuras Jornadas que nos sejam remetidas.

Por fim, decidimos criar um espaço para biografias dos colaboradores de *Callipole*, que mais os aproximem dos leitores e lhes mostrem um pouco da produção de quem escreve nestas páginas, e outro de normas mínimas de edição de escrita para publicação. É que os materiais que nos chegam apresentam tipos de letra, formatações e notas muito díspares, o que força a trabalho suplementar na redacção e encarecimento na gráfica, que pretendemos evitar.

E quanto a conteúdos? Sem falsa modéstia, vamos muito bem. Os nossos autores presentearam-nos de novo com um leque de materiais inéditos, variados e de excelente qualidade que permitem garantir o luzimento habitual de *Callipole*. Mantivemos colaboradores antigos e conquistámos outros, nomeadamente em Espanha, Brasil e Cabo Verde, o que muito nos apraz e vai ao encontro do ponto 15 do Estatuto Editorial, divulgado no anterior número da revista. Por outro lado, conseguimos conservar o imprescindível equilíbrio entre a temática calipolense e a externa – esta com vasto (mas não exclusivo) pendor alentejano, como se pode ver logo a partir

da leitura dos títulos dos artigos: Portel, Alter do Chão, Évora, Estremoz... Digamos que *Callipole* continua ancorada na vila ducal mas que as suas amarras são suficientemente amplas para lhe permitirem navegações de trajectória regional, nacional e até transoceânica...

Esta *Callipole* 13 sairá pontualmente (como se tornou seu hábito quase constante) em 27 de Novembro de 2005, no segundo dia do I Encontro Transfronteiriço de Revistas de Cultura que se realizará em Vila Viçosa, onde receberemos múltiplas publicações culturais do Alentejo, Algarve, Extremadura e Andaluzia. A revista será anfitriã de um acontecimento raro, cuja continuidade desejamos veementemente. Ideia do Dr. Licínio Lampreia, membro do Conselho de Redacção e nosso colaborador regular, configura-se como ocorrência significativa que muito nos honra e de cujos desenvolvimentos e conclusões daremos futura nota.

Resta-nos agradecer a todos que de um modo ou de outro contribuíram para dar continuidade ao projecto *Callipole*. Aos membros do Conselho de Redacção, aos muitos e pródigos colaboradores nacionais e estrangeiros, aos também generosos autarcas de Vila Viçosa, à equipa sempre simpática e colaboradora da Divisão de Serviços Sócio-Culturais do município calipolense (nomeadamente ao esforçado e sempre pronto Dr. Tiago Salgueiro) e aos leitores (óbvios destinatários do nosso esforço), o Director apresenta mais uma vez o seu "muito obrigado".

Não podemos encerrar este nosso "Para começar...", sem uma nota de saudade pelo nosso ilustre colaborador Dr. Alexandre Torrinha, pessoa de fino trato e vasta cultura, professor de muitas gerações de estudantes calipolenses e florbeliano dedicado e intransigente. Aqueles apetitosos álbuns de recortes sobre assuntos calipolenses que nos mostrou na sua casa da Rua de Santo António, que lhes acontecerá? É quase uma redundância dizer que sem ele Vila Viçosa ficou mais pobre. Mas quase sempre as redundâncias são grandes verdades...

O DIRECTOR

Tempo de História

O Livro de Rasis e a memória da Casa senhorial dos Aboim/Portel

António Rei

Uma tradição textual de origem árabe relativa ao espaço e ao devir da Península Ibérica, sobretudo no que dizia respeito ao seu passado mais longínquo e em grande parte mitificado, passou a incorporar, entre as últimas quatro décadas do século XIII e os primeiros três lustros do século XIV, as memórias cronísticas da Hispânia cristã, através da tradução de um texto árabe para português, tendo sido essa tradução inicialmente identificada como Livro de Rasis¹.

Neste estudo abordaremos a contextualização histórico-cultural que terá motivado o empenhimento letrado relativo àquela tradução, para depois nos determos nas características da sua elaboração e, por fim, nas circunstâncias que fizeram com aquele texto tivesse acabado por tornar-se numa das principais fontes da Crónica Geral de Espanha de 1344.

1. O CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

1.1. Os Aboim/Portel e a Ordem do Hospital

Num momento em que a coroa portuguesa se começava a afirmar definitivamente como um poder hegemónico e centralizador no conjunto do espaço luso, ou seja, a partir dos governos dos reis Afonso III e sobretudo Dinis, a grande nobreza senhorial do reino envolveu-se no patrocínio do registo escrito de um passado genealógico legitimador dos direitos por ela adquiridos desde os tempos anteriores à fundação da monarquia². Foi neste contexto que se elaborou o mais antigo *Livro de Linhagens* das famílias fidalgas lusas cujos antepassados “andaram a la guerra a filhar

¹ No testemunho português mais antigo da *CMR*, o de André de Resende, encontramos para referir a obra, a expressão latina ‘*librum Rases*’, ‘*liber Rases*’ (C1344, ed. Cintra, p. CDLXVIII-CDLXXIX; *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. 3, n.; C. Michaëlis, “André de Resende e a *CMR*”, *O Archeologo Português* XXIV (1920), pp. 177-193, p. 182), enquanto em português surge ‘*liuro*’ (C1344, ed. Cintra, p. CDLXVIII; *CMR*, ed. Catalán e Andres, *ibid.*). No ms. castelhano *Ca* encontramos a palavra ‘*libro*’ (Catalán e Andres, *CMR*, p. 10), que também aparece no ms. usado por Gayangos, (“Memória...”, p. 34), enquanto nos dois outros testemunhos castelhanos (*Mo* e *Es*) se referencia a palavra ‘*coronica*’ (Catalán e Andres, *CMR*, p. 4). Assim, somos levados a pensar que a tradução original de Gil Peres e Muhammad Alarife, teria em ‘*Livro*’ o seu provável título, já que o mesmo se atesta também na obra hispano-árabe *al-Mughrib fi hulá l-Maghrib*, antologia compilada ao longo dos sécs. XII e XIII, e onde vem referida como ‘*Livro de al-Râzi*’. V. Ibn Sa’id *al-Mughrib fi hulá l-Maghrib*, ed. Shawqî Daif, Cairo, Dâr al-Maaref, 1964, vol. I, p. 321, 339, 361, 363, 381, 403, 411, 417; vol. II, pp. 51, 75, 193, 245, 298. A designação ‘*Crónica*’ ter-lhe-á sido atribuída mais tarde, talvez a partir das cópias castelhanas. C. Michaëlis na *ob. cit.*, usou profusamente a designação: *Livro de Rasis*. A autora preferiu-a claramente à expressão ‘*Crónica do Mouro Rasis*’, pois enquanto apenas a utilizou no título do seu trabalho, no texto só duas vezes falou em ‘*Crónica de Rasis*’, a expressão ‘*Livro de Rasis*’ aparece dezassete vezes (!), e só a palavra ‘*Livro*’ mais três vezes. Talvez a tenha adoptado a partir da transcrição do latim de Resende (cf. supra). Também José Leite de Vasconcelos hesitou entre ‘*Livro, Geografia ou Crónica do Mouro Rasis*’ ao identificar um excerto da parte geográfica da C1344 que ele incluiu nos seus *Textos Arcaicos*, 5.ª ed., Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1970, p. 54.

² Vejam-se, de Luís Krus, “O discurso sobre o passado na legitimação do senhorialismo português dos finais do século XIII” e “O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sosas”, in Idem, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa*, Redondo, Patrimonia, 1994, pp.197-208 e pp.59-100, respectivamente. Sobre as formas e os modelos de preservação das memórias senhoriais ante o

o reino de Portugal"³, assim como várias outras memórias destinadas a prestigiar o poder e o estatuto senhoriais alcançados por estirpes da pequena e média nobreza num passado menos longínquo, tal como ocorreu relativamente aos senhores de Aboim/Portel⁴, bastante relacionados com os interesses da ordem militar do Hospital de S. João de Jerusalém, durante o priorado de Frei Afonso Peres Farinha⁵.

Na segunda metade do século XIII, os senhores de Aboim/Portel eram chefiados por João Peres de Aboim, o poderoso mordomo-mor de Afonso III, entre 1264 e 1279⁶, e que

fora o principal responsável pela progressiva ascensão nobiliárquica da família.

João de Aboim que atingiu com a mordomia régia o cume da sua carreira cortesã⁷, conseguiu obter, em 1258, a vila de Portel e o seu extenso termo, graças a uma doação do concelho de Évora que fora obtida com o apoio e a convicção de Afonso III⁸, no âmbito de uma estratégia política destinada a captar a adesão da nobreza segunda do reino para o projecto de uma renovada centralização régia do poder e assim afrontar e neutralizar a agressiva oposição senhorial da alta e tradicional fidalguia lusa⁹.

avanço do poder régio, consultem-se também Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico, (1280-1380)*, Lisboa, JNICT/FCG, 1994; "Historiografia Medieval", in *DLMGP*, pp. 312-5; "Historiografia: Época Medieval", in C. Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal (DHRP)*, Lisboa, Círculo de Leitores, IV, 2001, pp. 512-23. Cf. ainda A. Resende de Oliveira, "Cortes Senhoriais", *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa (DLMGP)*, pp. 170-3.

³ *Livro Velho de Linhagens*, Pr 1,4 (apud Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica ...*, p. 57; e A. Resende de Oliveira, "Cortes Senhoriais", *DLMGP*, p. 172). Os senhores da Maia / Riba de Vizela, foram os patrocinadores do 'Livro Velho de Linhagens'. Sobre os 'Livros de Linhagens', ver Luís Krus, *ob. cit.*, p. 57-70; e J. Mattoso, "Livros de Linhagens", *DLMGP*, p. 419. Sobre o mecenato da família da Maia / Riba de Vizela para a composição do 'Livro Velho', ver José Mattoso, in Idem, *A Nobreza Medieval Portuguesa - A Família e o Poder*, 4.ª ed. rev., Lisboa, Estampa, 1994: "Os livros de linhagens portugueses e a literatura genealógica europeia da Idade Média", "A família da Maia no século XIII", "As famílias nobres da região de Guimarães no século XIII" respectivamente, pp. 37-55, 331-42 e 343-51; Idem, "A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (séculos XIII-XIV)", Idem, in *Portugal Medieval - Novas Interpretações*, Lisboa, INCM, 1984, pp. 309-28. Sobre as motivações político-ideológicas da escrita nobiliárquica de memórias genealógicas entre os finais do século XIII e os começos da centúria seguinte: Pedro Picoito, *As musas e a memória. História, conflito e legitimação política nos Livros de Linhagens*, Dissert. Mestrado, FCSH-UNL, 1997; Odília Filomena Alves Gameiro, *A construção das memórias nobiliárquicas medievais. O passado da linhagem dos senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.

⁴ Sobre João Peres e Pero Eanes de Aboim/Portel, v. *Livro dos Bens de D. João de Portel (LBDJP)*, ed. A. Braancamp Freire, *Arquivo Histórico Português*, 1906-1910; Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Universidade, pp. 565-74; Idem, "João Peres de Aboim - Da Terra da Nóbrega à corte de Afonso III", *Rev. de História Económica e Social*, 1986, p. 57-73; A. Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e a recolha dos séculos XIII e XIV*, Fac. Letras da Universidade Clássica de Lisboa, 1992, Tese de Doutoramento, policop., p. 488-490; Maria Antónia Teixeira Louro, *D. João de Portel, uma memória fundiária do século XIII*, Dissert. Mestrado, FCSH-UNL, 1997, policop.; J. A. de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1297-1325)*, Porto, Universidade Moderna, 1999, pp. 275-8. Consultem-se ainda Carolina Michaëlis de Vasconcelos, "André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis", ed. cit., pp. 177-93; Luís Filipe Lindley Cintra, *C1344*, vol. I, pp. CXXX-CLXC; *GEPB*, "Aboim", vol. 1, pp. 88-9; "Peres de Aboim (João)", vol. 21, pp. 257-9; "Portel (D. Pedro Anes de)", vol. 22, pp. 575.

⁵ Sobre Frei Afonso Peres Farinha, consultem-se: Alexandre Herculano, *História de Portugal (HP-AH)* (ed. e notas críticas de J. Mattoso), II, Lisboa, Bertrand, 1980, nota XXII, pp. 623-6; Conde de Ficalho, *Notas Históricas acerca de Serpa*, Lisboa, 1979, pp. 122-39; Gil do Monte, *Subsídios para a História de Vera Cruz de Marmelar*, Évora, ed. autor, 1940; José Mendeiros, "O Santo Lenho da Sé de Évora", *A Cidade de Évora (CE)* 33-34 (1953), p. 259-98; Túlio Espanca, "A Comenda de Vera Cruz de Marmelar", *CE* 57, 1974, p. 147-58; L. Ventura, *A Nobreza de Corte...*, pp. 746-7; Mário Barroca, *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, I, Lisboa, FCT-FCG, 1999, pp. 939-50; J. A. Pizarro, *Linhagens medievais...*, II, pp. 468-9. Veja-se ainda "Vera Cruz de Marmelar", *GEPB*, vol. 34, p. 614-22.

⁶ João Peres de Aboim documenta-se como mordomo-mor do Reino desde Fevereiro de 1264, cf. Gabriel Pereira (ed.), *Documentos Históricos da Cidade de Évora (DHCE)*, 2.ª ed. (fac-sím. da de 1887-91), Lisboa, INCM, 1998, p. 15-16) até à morte de Afonso III, em 1279 (L. Ventura, *A Nobreza de Corte...*, vol. II, p. 571).

⁷ Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte...*, p. 565.

⁸ Maria Antónia Teixeira Louro, *D. João de Portel, uma memória fundiária do século XIII*, pp. 68-71. O processo de doação iniciara-se no ano anterior, 1257, quando Afonso III contactou o concelho de Évora, para o efeito: Gil do Monte, *ob. cit.*, p. 6; "Vera Cruz de Marmelar", *GEPB*, 34, p. 617.

⁹ José Mattoso, "1258-1264: o triunfo da monarquia portuguesa. Ensaio de história política", in *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 529-60.

Já senhor de Portel, o mordomo-mor do Bolonhês passou de alguma forma a identificar a elite da nova e vassálica nobreza cortesã que obtivera no recém-(re)conquistado Sul de Portugal a sua principal valia e prestígio¹⁰, estendendo-se concretamente os domínios destes Senhores e para além do couto de Portel, ainda pelo vale do Tejo e pela actual Estremadura¹¹.

Um dos primeiros actos do nável senhor de Portel foi a doação, à Ordem do Hospital, da herdade de Marmelar, para que nela estabelecesse um mosteiro¹². Iniciado cerca de 1258, foi terminado dez anos depois, conforme consta de uma lápide comemorativa ainda hoje aí existente¹³. De resto, a especial relação que se estabeleceu entre os

de Aboim e o Mosteiro de Marmelar fez com que o respectivo templo, situado no centro de um espaço recém-devolvido à cristandade, passasse a desempenhar as funções de necrópole familiar dos senhores de Portel¹⁴.

A doação de Marmelar à Ordem do Hospital significou certamente a consolidação de anteriores laços de solidariedade e comuns interesses entre João Peres e o respectivo Prior, Frei Afonso Peres Farinha¹⁵ que muito também contribuiu para a dignificação e para o prestígio do cenóbio onde os Aboim/Portel elegeram sepultura. Com efeito, foi por sua iniciativa que o templo passou a dispor de uma relíquia do 'Santo Lenho', por ele trazida por ocasião de uma viagem feita à Palestina¹⁶ e que, mais tarde,

¹⁰ Será talvez significativo que, de entre as urbes de todo o espaço português, nos textos historiográficos do *Livro de Rasis* original, apenas Beja surja referida, e precisamente como uma cidade onde os godos não apenas resistiram à invasão islâmica, mas também de onde se iniciaram acções de reconquista (C1344, ed. Cintra, p. 341-4). Ora localizando-se Portel entre os termos de Évora e Beja, os senhores de Aboim, poderiam então reivindicar a condição de fidalgos detentores de senhorios numa região associada à memória da resistência dos 'velhos' godos contra o Islão. Aliás, é a João Peres de Aboim e a Frei Afonso Peres Farinha, o Prior do Hospital, que uma lápide epigrafada por iniciativa deste último, atribui a suposta recuperação cristã de todo este território aos muçulmanos (José A. de Figueiredo, *Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão Prioros d'ella em Portugal (NHMOM)*, II, Lisboa, 1800, pp. 239-40; "Vera Cruz de Marmelar", *GEPB*, 34, pp. 614-22, especialmente a p. 618; Mário Barroca, *Epigrafia medieval...*, ed. cit., I, cit.), atribuindo-lhes feitos que, se em parte e para o segundo, podem ter alguma validade em relação a certas terras da margem esquerda do Guadiana, não se aplicam ao primeiro.

¹¹ Maria Antónia T. Louro, *ob. cit.*, p. 20-44; L. Ventura, *A Nobreza de Corte...*, vol. II, p. 566-569.

¹² Estabelecer e não fundar de raiz, visto já aí se ter localizado um templo que remontava ao período visigótico, a julgar tanto pela presença de vários elementos construtivos dessa época que se encontram integrados no edifício do século XIII (*HP-AH*, ed. J. Mattoso, vol. 2, p. 624; José Mendeiros, *ob. cit.*, p. 263, n.13; Gil do Monte, *ob. cit.*, p. 6; "Vera Cruz de Marmelar", *GEPB*, vol. 34, 615 e 617), como pelo facto de também nele se situarem "restos de uma capela visigótica atrás da sacristia [actual], [e] sepulturas visigóticas na escada da torre sineira" (J. Mendeiros, *ibidem*). Para além disso, de acordo com informações prestadas pelo Dr. Artur Goulart de Melo Borges, ex-director do Museu de Évora, a quem agradecemos, a circunstância de alguns elementos arquitectónicos e decorativos do monumento de Duzentos aparentarem uma tipologia islâmica, levanta algumas questões: ou o templo visigótico subsistiu durante o período islâmico, como um cenóbio moçárabe; ou o edifício ter-se-á, entretanto, transformado em abrigo (arrábidá ou azábia) de eremitas muçulmanos (*sufis*). No último caso, justificar-se-ia a letra da informação que no-lo apresenta como recuperado das mãos dos sarracenos, o que não significa que tivesse sido, nos primeiros tempos do período islâmico, um templo moçárabe.

¹³ Relativamente às problemáticas historiográficas sobre a leitura epigráfica da data, ver, por todos, a síntese de Mário Barroca, *Epigrafia...*, ed. cit., pp. 942-46.

¹⁴ No Mosteiro de Marmelar encontram-se João Peres de Aboim, sua esposa Marinha Afonso de Arganil, e o filho de ambos, Pero Eanes, o segundo senhor de Portel. Maria de Aboim, irmã deste último e filha dos anteriores, apesar de haver sido sepultada em Lisboa, deixou instituída capela no Mosteiro do Marmelar, ficando assim também a sua memória ligada àquele templo. Cf. M.^a Antónia T. Louro, *ob. cit.*, p. 20, n. 68.

¹⁵ Conselheiro régio, desde 1250, de Afonso III, de quem veio a ser também executor testamentário, continuou no conselho régio de D. Dinis, até 1282, ano em que deverá ter falecido (M. Barroca, *Epigrafia...*, pp. 948-50), encontra-se documentado como Prior do Hospital em Portugal entre 1260 e 1276 (L. Ventura, *op. cit.*, *ibidem*). Foi, portanto, nessa dupla condição que foi enviado pelo primeiro monarca, em 1268, como seu Embaixador junto da Santa Sé (J. Mattoso, "1096-1325 - Dois Séculos de Vicissitudes Políticas", *História de Portugal (HP-M)* (dir. J. Mattoso), 8 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. 2, p. 144), altura em que obteve as confirmações da doação do Mosteiro do Marmelar à Ordem, da parte do papa Clemente IV, e de Frei Hugo Revel, o então Grão-Mestre do Hospital, tendo acabado por aproveitar a viagem para ir até à Palestina (J. Mendeiros, *ob. cit.*, 262; Gil do Monte, *ob. cit.*, p. 9; "Vera Cruz de Marmelar", *GEPB*, vol. 34, p. 620). Terá sido, portanto nos finais da década de 60 (ver nota anterior) que Frei Afonso Peres Farinha trouxe da Palestina o 'Santo Lenho', o qual, destinando-se à Sé de Évora, acabou por vir a ficar em Marmelar (J. Mendeiros, *ob. cit.*, p. 262-4; Gil do Monte, *ob. cit.*, p. 9-10; "Vera Cruz de Marmelar", *GEPB*, 34, p. 614).

se celebrizaria durante a vitoriosa participação militar portuguesa na cruzadística batalha do Salado, em 1340¹⁷.

1.2. Os Aboim/Portel e a 'questão algarvia'

Entretanto, João de Aboim e o seu filho e herdeiro, Pero Eanes, participavam activamente, entre Junho de 1263 e Fevereiro de 1267, na tentativa de resolução dos diferendos luso-castelhanos sobre a questão da soberania do Algarve¹⁸. Com efeito, na sequência da obtenção por Afonso III de um acordo político-diplomático em que o sogro, Afonso X de Castela e Leão, renunciava a alguns dos direitos régios que mantinha sobre o Algarve e transferia do genro para o neto, o infante luso Dinis, uma mais simbólica do que efectiva condição de vassalo do avô, relativamente aos poderes exercidos pela coroa portuguesa nas terras situadas a Sul do Alentejo e a ocidente do Guadiana.

Os dois senhores de Portel ficaram responsáveis, por vontade das partes e em pe-

nhora do cumprimento do que fora acordado entre elas, do governo de todos os castelos algarvios, à excepção dos detidos pelas ordens militares de Avis (Albufeira) e Santiago (Aiamonte, Cacela, Castro Marim e Tavira)¹⁹, o que exerceram até à celebração do tratado de Badajoz, quando, em 1267, os monarcas dos dois reinos vizinhos resolveram definitivamente acordar a plena soberania da realza lusa sobre os territórios em litígio²⁰.

Antes disso, porém, os dois senhores de Portel, já na qualidade de governadores dos mais importantes Castelos de Algarve, tinham sido nomeados pela parte portuguesa para integrarem, em 1264, com Diogo Lopes de Baião, a comissão luso-castelhana que veio a preparar desde essa data o Tratado de Badajoz, na qual, pelo lado de Castela, também figuravam o Mestre da Ordem de Santiago em todos os reinos da Hispânia, o português Paio Peres Correia, e Martim Nunes, o fidalgo natural do reino vizinho que então nele exercia as funções de Mestre do Templo²¹. Neste sentido, entre 1264 e 1267, não só os senhores de Portel surgiam como

¹⁷ Vejam-se J. Mendeiros, *ob. cit.*, p. 264-9; Gil do Monte; *ob. cit.*, p. 20-4; Manuel García Fernández, "Las Relaciones Internacionales de Alfonso IV de Portugal y Alfonso XI de Castilla en Andalucía: la participación portuguesa en la Gran Batalla del Estrecho, 1325-1350", *II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval (II JLEHM)*, p. 204 -16, p. 212-3). Sobre as memórias medievais da miraculosa intervenção do Santo Lenho do Marmelar na batalha de 1340, consultem-se: Bernardo V. e Sousa, "O sangue, a cruz e a coroa. A memória do Salado em Portugal", in *Penélope* 2 (1989), pp. 28-48; L. Krus, *A Concepção...*, ed. cit., pp. 133-40; Teresa Amado, "A cada uma sua batalha de Tarifa", in *Actas de IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, IV, Lisboa, Cosmos, 1993, pp. 303-7.

¹⁸ Sobre a questão da soberania sobre o reino cristão do Algarve, vejam-se, para lá das informações gerais que se encontram em Frei António Brandão, *Monarquia Lusitana (ML)*, P.IV, fls. 219-228v; *HP-AH* (ed. J. Mattoso), vol. 3, pp. 532-8; Ângelo Ribeiro, "Últimas conquistas e definição territorial", *História de Portugal(HP-B)* (dir. Damião Peres), Barcelos, Portucalense Editora, 9 vols., 1928-58, vol. II, pp. 258-68; *HP-M* (dir. J. Mattoso), vol. 2, pp. 136-9; *Nova História de Portugal* (dir. A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão), XII vols., Lisboa, Presença, 1987-..., vol. III, pp. 47-9, os seguintes estudos: F.Perez-Embú, *La frontera entre los reinos de Sevilla y Portugal*, Sevilha, 1975; João Carlos Garcia, *O baixo Guadiana medieval. Formação de uma fronteira*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1983; Idem, *O espaço medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, CEG, 1986; J. Mattoso, "As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio", in Id., *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1990, pp. 73-94; Idem, "1258-1264...", *ed. cit.*

¹⁹ Sobre o exercício da tenência do Algarve, pelos Aboim/Portel, vejam-se J. Mattoso, "1096-1325" in *HP-M*, vol. 2, pp. 137-8; Leontina Ventura, "Afonso III e o desenvolvimento da autoridade régia", in *NHP*, vol. 3, p. 49; José Marques, "Os Castelos Algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D. Afonso III", *I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia (I JHMAA)*, pp. 101-30; Luis Gonzaga de Azevedo, "Doação do Algarve a D. Dinis", *Brotéria* 15 (1932), pp. 329-32.

²⁰ Para além da bibliografia citada nas notas anteriores, veja-se também Manuela Mendonça, "D. Dinis e a fronteira sul: o Tratado de Badajoz", in *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. Actas*, II, Porto, 1998, pp. 1123-34.

²¹ Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte...*, pp. 570-1.

incontestados primeiros senhores cristãos do reino do Algarve, já que assumiram essa qualidade pouco depois da queda de Ibn Mahfúz, o último legítimo senhor muçulmano dessas paragens²², como se encontravam envolvidos na complicada e essencial peritagem dos seus precisos e historicamente justificados limites territoriais²³.

Neste contexto, é portanto natural que procurassem ou viessem a ter acesso a registos escritos, tanto mais provativos quanto maior fosse a antiguidade e o prestígio da sua autoria. De entre os castelos que mais ou menos simbolicamente detinham, os de Tavira, Santa Maria de Faro, Loulé, Paderne, Aljezur e Silves, o mais próspero era, sem dúvida, o de Silves, a última grande urbe do extremo ocidente islâmico a cair em mãos dos cristãos, entre 1242 e 1249²⁴. É possível ter sido nessa cidade, célebre em al-Andalus pelo saber dos seus letrados²⁵, que os Aboim/Portel tivessem tido acesso a algum

testemunho daquele texto árabe contendo uma descrição geográfica da península. Na verdade, fosse em Silves ou em qualquer outra das cidades fortificadas que os Aboim dominavam por vontade de Afonso III, é muito provável aquele facto ter ocorrido no Algarve, já que se o contacto com uma geografia da península, atribuível ao geógrafo e historiador al-Râzi²⁶, tivesse acontecido nalguma região a leste do Guadiana, quer muçulmana, quer recém-cristianizada, a mesma muito provavelmente teria sido conhecida e utilizada pelo rei castelhano em alguma das suas monumentais obras historiográficas sobre o passado ibérico. Ora, Afonso X nelas apenas usou informações, que apresentando uma origem matricial raziiana, tinham sido significativamente mexidas e ampliadas por Al-Bakrî²⁷, embora não conste que alguma vez tivesse usado qualquer texto atribuível a al-Râzi.

²² Luís Gonzaga de Azevedo, "A Doação de Aben-Maffó e as pretensões de D. Afonso X ao domínio do Algarve", *Brotéria* 15 (1932), p. 88-94".

²³ Relativamente às problemáticas da definição medieval das fronteiras, cf. Rita Costa Gomes, "A construção das fronteiras", in *A Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1991, pp. 357-382; Rui Martins Cunha, "Das fronteiras medievais às fronteiras historiográficas" in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 38 (1998), pp. 145-160.

²⁴ Conforme se tenha efectuado por ocasião da conquista cristã das fortificações de Tavira e Paderne, como defende Maria Alegria Fernandes Marques, "As etapas de crescimento do reino", in *NHP*, vol. 3, p. 46, ou por alturas da primeira expedição militar dirigida por Afonso III em terras algarvias, sendo mais comum a posição historiográfica de, face ao silêncio da documentação, situar o momento algures entre essas duas datas (J. Mattoso, 1258-1264..." in *HP-M*, vol. 2, pp. 133-4). Relativamente à capitalidade de Silves no Algarve almôada, vejam-se, para além das informações gerais de Cláudio Torres, "O Gharb al-Andalus", in *HP-M*, vol. 1, pp. 363-440; Christophe Picard, *L'Océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 1997, pp. 402-5, 442-5 e 495-7; Rosa Varela Gomes, *Silves (Xelb) - uma cidade do Gharb al-Andalus*, Lisboa, Universidade Nova, 1999 (Tese de Doutoramento), pp. 1573-1610; C. Picard, *Le Portugal musulman (VIII^e siècle - XIII^e siècle)*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, pp. 303-18; Rosa Varela Gomes, *Palácio almôada da alcáçova de Silves*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2001.

²⁵ Vejam-se, de José García Domingues, para além de vários artigos reeditados em *Portugal e o Al-Andalus*, Lisboa, Hugin, 1997, a sua *História Luso-Árabe. Episódios e figuras meridionais*, Lisboa, Pro Domo, 1945. Consulte-se também A.H. de Oliveira Marques, "O 'Portugal' islâmico", in *NHP*, vol. 2, pp. 121-252, sobretudo as pp. 206-24.

²⁶ Ahmad al-Râzi, é considerado o Pai da História e da Geografia em al-Andalus. Natural de Córdoba, terá nascido a 10 de *du-l-hijjah* de 274 / 888. Tendo estudado inicialmente com seu pai, aprendeu depois junto de vários mestres, tendo sido decisivo para ele o contacto com aquele que foi o seu mestre, o seu *Saykh*, Oasim bin Asbag al-Bayani, o tradutor de Orósio, de latim para árabe. Teve assim acesso a muita informação e a muitas obras sobre al-Andalus e sobre os seus governantes, mesmo aqueles que o foram bem antes da chegada do Islão a estas pa—ra-gens. Historiador, geógrafo, divulgador e poeta, veio a falecer, na sua cidade natal, a 12 de *rajab* de 344 / 955 (cf. H. Mu'nis, *Tārīkh al—Jaghrafīya ...* p. 27-80).

²⁷ Sobre a utilização de textos de al-Bakrî (geógrafo hispano-musulmano do séc. XI) por Afonso X na sua *Grande et General Estoria*: M. Jesús Viguera, "Historiografía", *HE-MP*, vol. VIII / II, p. 14; José Pedro Machado, "Afonso X, O Sábio, Poeta e Tradutor - Comentários a traduções e poesias afonsinas", *Estudos Histórico-Literários (EHL)*, p. 92.

Em suma, se se pode considerar plausível que os senhores de Aboim/Portel possam ter promovido a localização de textos razianos sobre a geografia peninsular, fazendo-o na época em que foram governadores dos principais castelos do Algarve, e em que, concomitantemente, participavam nas negociações luso-castelhanas, destinadas a averiguar problemas da delimitação dos então pouco precisos espaços e linhas de fronteira entre os dois reinos, algumas das informações consignadas na tradução portuguesa desses textos parecem também apontar para tal hipótese.

Com efeito, pensamos não ser mera coincidência o facto de se localizarem nas notícias relativas aos termos de Beja, Lisboa e Ocsónoba, as passagens de origem romance interpoladas ou refundidas, relativamente à tradição raziana de origem árabe, assim como também julgamos não ser fruto do acaso a circunstância de essas passagens referirem o 'Algarve', ou seja, o território cuja soberania se encontrava em disputa entre os reis de Portugal e Castela-Leão, assim como, por outro lado, dizerem respeito a espaços onde se localizavam os mais importantes bens e poderes dos Senhores de Aboim²⁸, isto é, o extenso couto de Portel, relativamente a Beja, os lucrativos domínios e senhorios da actual Estremadura e

Vale do Tejo, em relação a Lisboa, e o exercício de honrosas e rentáveis tenências no caso de Ocsónoba²⁹. De resto, conforme veremos, a interpolação que surge na notícia sobre Beja permite datar uma primeira elaboração da tradução portuguesa do '*Livro de Rasis*' para a época em que os Senhores de Portel se encontravam envolvidos na questão político-diplomática da definição da soberania sobre o Algarve, reforçando, portanto, o sentido conjuntural que legitima as hipóteses atrás expostas³⁰.

A ser assim, também se afigura verosímil que o círculo letrado de Frei Afonso Peres Farinha, ou o próprio prior hospitalário que a lápide comemorativa da conclusão da edificação do mosteiro de Marmelar apresenta como o "que esteve em muitos lugares longínquos, viu muitas e grandes coisas e conheceu vários homens distintos que havia nesse tempo, tanto cristãos como mouros", quer na Hispânia, quer no "além mar" que diz ter passado "três vezes"³¹, possuísse alguns conhecimentos da língua árabe. Nesse caso, poderia situar-se no âmbito da Ordem do Hospital de Afonso Peres Farinha, uma possível demanda e identificação de textos árabes de geografia raziana, assim como alguma responsabilidade no projecto de uma tradução para romance, pelo menos até 1282, o muito provável ano da morte do

²⁸ A participação de João de Aboim na questão político-diplomática da soberania do Algarve trouxe ao senhor de Portel a possibilidade de aumentar o património da sua casa, quer através de benefícios outorgados por Afonso III de Portugal (cf. L. Ventura, *A Nobreza de Corte...*, p. 565 e 567-8), quer por Afonso X de Castela, o qual lhe fez doações de bens em Zamora, no ano em que terminou a 'tenência' do Algarve (IDEM, p.574, n.3).

²⁹ Cf. *C1344*, ed. Cintra, pp. 65-8. V. infra "Os Aboim/Portel e o sul português na *CMR* original", onde se analisa o texto da *C1344*, ed. Cintra, em confrontação com as fontes árabes de matriz raziana, e onde se constatam interpolações eventualmente datáveis daquele período, entre a 'tenência' do Algarve e a extinção masculina daquela Casa senhorial, cerca de 1315.

³⁰ V. infra "Os Aboim/Portel e o sul português na *CMR* original".

³¹ M. Barroca, *Epigrafia...*, p. 946. A notícia de possíveis relações de Frei Afonso com cortes e letrados muçulmanos, foi tida em conta por diversos autores: *HP-AH* (ed. J. Mattoso), vol. 2, pp. 623-6; Túlio Espanca, "A Comenda de Vera Cruz de Marmelar", *CE* 57, 1974, pp. 147-58; José Mendeiros, "O Santo Lenho da Sé de Évora", *CE* 33-34 (1953), pp. 259-98; "Vera Cruz de Marmelar", *GEPP*, vol. 34, pp. 614-22. Consulte-se também José A. de Figueiredo, *NHMOM*, P.2, § 171.

Prior. Tudo isso permitiria então subscrever uma intuição há muito expressa por Carolina Michaëlis³², a de que a tradução da matriz árabe do *Livro de Rasis* se poderia ter iniciado, senão totalmente concluída no Marmelar. Manter-se-ia, assim, e até sairia reforçada, a já antiga relação entre a Casa de Aboim/Portel e os Hospitalários, iniciada a nível pessoal por João Peres de Aboim e Frei Afonso Peres Farinha, e identificar-se-ia assim o cenóbio como o lugar simbólico dessa estreita comunhão de bens, interesses, valores e imaginário.

2. A TRADUÇÃO DA MATRIZ ÁRABE DA CHAMADA "CRÓNICA DO MOURO RASIS"

No processo de composição da tradução portuguesa da matriz árabe da *Livro de Rasis*, propomos a consideração de uma elaboração que terá decorrido, não de uma só vez, mas sim ao longo de quatro períodos.

Um primeiro, de 1263 a 1267, terá consistido, talvez mais do aos inícios de uma tradução integral, na obtenção do registo em linguagem de algumas informações do

texto árabe relativas, provavelmente, à geografia do actual sul de Portugal, ou seja, o espaço privilegiado da actuação senhorial, política e diplomática de João de Aboim e de Frei Afonso Peres Farinha³³. Como sinais desse primeiro período de tradução restariam apenas as alterações romances detectadas, nas já referidas notícias sobre Beja, Lisboa e Ocsónoba.

Numa segunda fase, entre 1279 e 1281, ou seja da morte de Afonso III³⁴ à de Frei Afonso Peres, é provável que tenha sido decidida a tradução integral do texto árabe, sendo a possível supervisão do círculo letrado do Prior do Hospital³⁵. Coincidiria então com o período em que os dois fidalgos adquiriram uma grande preponderância na corte régia portuguesa, nela tendo desempenhado importantes funções de conselheiros e diplomatas da máxima confiança da coroa, mesmo quando após a morte do Bolonhês, em 1279, detiveram a poderosa posição de testamenteiros do falecido soberano³⁶.

Destes dois primeiros períodos apenas teriam subsistido alguns cadernos com traduções parciais, que depois poderiam haver sido incluídas, total ou parcialmente, no

³² Carolina Michaëlis, "André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis", p. 178.

³³ Cf. supra n. 10.

³⁴ É provável que entre 1267 e 1279 se tenha suspenso a tradução. Afonso Peres Farinha esteve ausente do reino, entre 1268 e 1274, viajando pela Itália e pela Palestina (cf. n. 14), em tarefas político-diplomáticas a que ainda se encontrava associado, e nos finais de 1277, visto então se documentar como representante de Afonso III junto de um legado do Vaticano em visita a Portugal (J. Mattoso, "1096-1325...", in *HP-M* (dir. J. Mattoso), vol.2, p. 146). Por outro lado, se as absorventes ocupações do Prior decerto o afastariam de um hipotético contributo para a empresa da tradução do *Livro de Rasis*, tanto ele como João de Aboim, ao serem fiéis e obrigados vassallos de Afonso III, dificilmente se empenhariam num projecto intelectual de engrandecimento das suas casas que ignorasse ou mesmo esbatesse as acções militares outrora protagonizadas pelo seu régio suserano na fase final da 'reconquista' portuguesa, o que já não sucederia se o fizessem após a respectiva morte, ou seja, a partir de 1279.

³⁵ As canções trovadorescas atribuídas a João Peres de Aboim, nos cancioneiros medievais galaico-portugueses também permitem inseri-lo num círculo letrado dedicado à prática poética (António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco...*, Tese de Doutoramento, pp. 358-60; Idem, "A Cultura das Cortes - A Canção Trovadoresca", in *NHP*, vol.III, pp. 675-81. Contudo, faltar-lhe-fam os contactos mantidos pelo Prior do Hospital com vários senhores e cortes muçulmanas, durante os largos anos que passou nas fronteiras entre a Cristandade e o Islão, para o igualar em competências letradas e até linguísticas no tocante ao árabe.

³⁶ Frei António Brandão, *ML*, P.IV, fls. 256v-257; António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (HGCRP), Liv.I, p. 105 e *Provas para a História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, T.I, Livs. I-II, pp. 69-73; L. Ventura, *A Nobreza de Corte...*, p. 571. António Resende de Oliveira afirma, sem remeter para qualquer fonte ou estudo, que ambos os magnates teriam participado "na regência do reino após a morte de D. Afonso III" ("A Cultura das Cortes", in *NHP*, vol. III, p. 683, n.117).

texto final, como terá sido o caso das já referidas omissões e interpolações presentes nas notícias sobre as cidades e os termos do sul de Portugal. Ainda em vida de João de Aboim, entre 1281 e 1287³⁷, teria prosseguido, talvez com alguns contratempores (um dos principais teria sido o falecimento de Frei Afonso Peres Farinha, em 1282), a empresa da tradução integral da matriz árabe do *Livro de Rasis*.

Sem que, na verdade, se possa saber ao certo se terá ou não sido completada neste terceiro período a tradução, o facto é que a versão definitiva apenas terá surgido entre 1287 e cerca de 1315, uma vez que está associada textualmente ao patrocínio do segundo senhor de Portel, Pero Eanes, ao qual, como hipótese, se poderá ter ficado a dever a organização da equipa de letrados que vêm mencionados no início do *Livro de Rasis*, isto é o mestre Muhammad, na qualidade de leitor, e o clérigo Gil Peres, como redactor.

A explícita referência textual a uma tal equipa aproxima a elaboração da versão portuguesa da matriz árabe do *Livro de Rasis*, ao modelo utilizado pelos círculos letrados patrocinados por Afonso X³⁸. Com efeito, se a constituição de equipas de tradutores já vinha do século XII, a partir das chamadas escolas de Toledo, foi na corte de Afonso X que se normalizou a respectiva constituição

e as metodologias de trabalho³⁹. Na parte final do reinado do 'Rei Sábio', a chamada fase sevilhana, o modelo já se encontrava consolidado, sendo as equipas de tradutores compostas por grupos de especialistas, os da língua a traduzir; e os daquela em que se ia registar a tradução⁴⁰.

Ora, é exactamente esse o modelo que encontramos na equipa que traduziu a matriz árabe do *Livro de Rasis* por um lado, Muhammad Alarife 'e os outros' que liam o texto e o vertiam para o romance galaico-português, por outro, Gil Peres, o redactor dessa tradução.

Porém, se a equipa responsável pelo *Livro de Rasis* apresenta claros paralelos com o modo 'afonsino' de traduzir obras árabes para romance, não se posiciona face ao texto obtido da mesma forma, já que na corte castelhana se seguia, ao trabalho de tradução, a comparação com obras paralelas, em ordem à sua compilação, total ou parcial, num mais geral empreendimento cronístico⁴¹.

Na verdade, no caso português, essa segunda fase apenas teve lugar quando o genro de Pero Eanes de Portel, o conde Pedro Afonso de Barcelos utilizou o *Livro de Rasis* numa narrativa mais vasta e abrangente, a sua *Crónica Geral de Espanha de 1344* (C1344).

³⁷ João de Aboim terá morrido antes de Junho de 1287, data em que os filhos partilharam os seus bens (cf. L. Ventura, *A Nobreza de Corte...*, vol. II, p.571).

³⁸ Sobre as 'escolas afonsinas', suas equipas de tradutores, e respectivas evoluções técnicas e metodologias de trabalho letrado, consulte-se o clássico estudo de Gonzalo Menéndez Pidal, "Cómo Trabajaron las Escuelas Alfonsinas", *Nueva Revista de Filología Hispánica* (NRFH) V (1951), pp. 363-80.

³⁹ Idem, pp. 364-6.

⁴⁰ Podendo a composição de cada um dos grupos, ou de ambos, ser reduzida a um único elemento: Idem, p. 366.

⁴¹ Sobre as metodologias compilatórias utilizadas nas 'escolas afonsinas', bem como a acção paralela e instrumental da fixação da história e do léxico para "salvar el recuerdo de las cosas en la memoria huidiza de los hombres", v., respectivamente, Diego Catalán "El Taller Historiográfico Alfonsí. Métodos y Problemas en el Trabajo Compilatório", in Idem, *La Estoria de España de Alfonso X - creación y evolución*, pp. 45-60; e Maria Nieves Vila Rubio, "Léxico y Conciencia Histórica en Alfonso X", *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* (CLHM) 23 (2000), pp.13-24.

Até lá, o texto traduzido sob o patrocínio dos de Aboim/Portel apenas sobreviveu por si próprio, fornecendo uma memória parcelar sobre o passado hispânico que, no entanto, cumpria a sua função, a de prestigiar e justificar os bens, poderes e valores estratégica e ideologicamente defendidos pelos senhores que a suscitaram. Em primeiro lugar, porque podia recordar, tanto para os de Aboim/Portel como para os Hospitalários, o valor histórico do espaço em que se situavam os seus mais prósperos senhores.

Na sua componente geográfica, a memória que o *Livro de Rasis* transmitia acerca da riqueza e do poder das cidades e dos territórios existentes no passado islâmico, exaltava desta forma os senhores cristãos que supostamente haviam libertado, amparado e sacralizado todo esse espaço, o mesmo que tinha no senhorio de Portel; no Algarve onde os de Aboim exerceram tenência em nome dos reis de Portugal e Castela; e no mosteiro de Marmelar, o santuário em que se exibia o Santo Lenho, os seus mais decisivos e simbólicos lugares.

Em segundo lugar, porque o *Livro de Rasis* poderia ser considerado em si mesmo como um tesouro. Outrora supostamente elaborado por um dos mais célebres letrados das cortes do Islão hispânico, tornava-se, através da respectiva tradução, apropriada pelos novos senhores. De facto, por ela, os de Aboim/Portel podiam, também,

reivindicar-se legítimos herdeiros de um saber e de uma ciência, que tinha sido detida até então, pelos muçulmanos da Hispânia⁴².

3. O LIVRO DE RASIS COMO FONTE DA CRÓNICA GERAL DE ESPANHA DE 1344

No seu conjunto, todos aqueles valores terão acabado por seduzir o genro de Pero Eanes de Portel, o bastardo régio Pedro Afonso⁴³. Filho do monarca Dinis e bisneto de Afonso X de Castela, o Rei Sábio, tinha sido, desde muito cedo, beneficiado pelo pai através de várias doações e privilégios nas terras de Além Tejo, ao mesmo tempo que era presença assídua na corte de Dinis, tendo-a acompanhado, em 1304, no périplo político-diplomático que a levava a Castela e a Aragão.

Podia, portanto, considerar-se um nobre familiarizado com os ideais e os valores dos de Aboim/Portel, os quais viam nas posições detidas nas terras da última 'Reconquista' e na sua condição de conselheiros régios e de letrados, os valorizados sinais de uma fidalguia distinta e até rival da das famílias da nobreza tradicional nortenha.

De resto, essa empatia ter-se-ia intensificado através do casamento de Pedro Afonso com a herdeira de Pero Eanes de Portel, a qual, tendo falecido pouco depois, entre 1306 e 1308, dele fez o principal

⁴² Cf. Luís Krus, "Historiografia", in *DHRP*, pp. 517-9. Sobre a componente cultural da ideologia da 'Reconquista', veja-se também Armando de Sousa Pereira, *Representações da guerra na cultura letrada dos séculos XI-XIII*, Lisboa, FCSH-UNL, 2000 (Dissert. Mestrado).

⁴³ Sobre Pedro Afonso, a biografia principal continua a ser a que se insere na *C1344*, ed. Cintra, pp. CLVI-CLXIX. Vejam-se também: Luís Krus, "Pedro, conde de Barcelos", in *Dicionário Ilustrado de História de Portugal (DIHP)*, II, Lisboa, Alfa, 1985, pp. 91-2; A. de Almeida Fernandes, *A história de Lalim. Homenagem ao conde D. Pedro*, Lalim, Câmara Municipal de Lamego, 1990; M. Barroca, *Epigrafia...*, pp. 1467-72; Carla Varela Fernandes, "D. Pedro, conde de Barcelos, e a escolha de S. João de Tarouca como 'locus' sepulcral", in *Cister. Espaços, territórios, paisagens. Actas de Colóquio*, II, Lisboa, MC e IPPA, 2000, pp. 443-50.

continuador dos bens e das tradições da linhagem que tivera em João de Aboim o seu fundador.

Neste contexto, deve datar dos começos do século XIV o seu contacto com o texto do *Livro de Rasis*, talvez ainda na redacção original, assim como, datará provavelmente desse mesmo período a obtenção de uma cópia a partir da qual D. Pedro tenha composto a C1344⁴⁴.

4. OS ABOIM/PORTEL E O SUL PORTUGUÊS NA CMR ORIGINAL

Nas notícias de Beja, Lisboa e Ocsónoba encontrámos algumas passagens interpoladas, para as quais não foram encontrados paralelos árabes; ou mexidas, por possuírem aqueles paralelos, mas por os mesmos não serem completos, e que cremos articuladas com os Aboim/Portel, especialmente com o período em que aqueles senhores detiveram o primeiro governo cristão do espaço algarvio. Aquelas passagens ou terão surgido durante o período em questão, entre 1263 e 1267; ou, se posteriormente àquelas datas, como repositórios das prestigiantes memórias relativas àquele mesmo período.

Analisemo-las seguidamente.

4.1. O limite do espaço de Beja

Na notícia de Beja existe a seguinte passagem:

‘E o thermo de Beja parte per o mar e per cima de todo o Algarve’⁴⁵

Coloca o limite entre o espaço de Beja e o Algarve numa localização que não seria muito diferente da actual. Acontece, no entanto, que a notícia de Ocsónoba se inicia da seguinte forma: ‘parte o termho de Lisboa con o termho d’Exubam’⁴⁶, passagem coincidentemente corroborada não apenas por Ibn Ghâlib e Yâqût⁴⁷, mas também através de documentação cristã, concretamente, do texto do Tratado de Sahagún onde são descritos pormenorizadamente os espaços do *Gharb al-Andalus*⁴⁸.

A partir daquelas fontes ficamos a saber que durante a administração islâmica, o espaço (*kûra*) de Beja era um espaço interior, não se estendendo até ao mar, pois os espaços de Lisboa e Ocsónoba, respectivamente, desciam e subiam ao longo da actual costa alentejana, isolando Beja no interior.

Não é isso que encontramos na passagem referida inicialmente: o espaço de Beja já vai até ao mar, o espaço da antiga *kûra* de Ocsónoba retraíra-se com a conquista cristã, e naquele momento o limite entre Beja e

⁴⁴ C1344, ed. Cintra, vol. I, pp. CXLIII-CXLIV.

⁴⁵ C1344, ed. Cintra, vol. II, p. 65.

⁴⁶ *Idem*, p. 67.

⁴⁷ Cf. António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*, Dissertação de Mestrado, FCSH/UNL, 2002, policop., em especial a Parte II, Cap. 1., ‘Ocsónoba’ - Reconstituição e Anotação Crítica. Sobre aqueles dois autores, v. IDEM, *idem*, pp. 61-63. Especialmente sobre o primeiro deles, Ibn Ghâlib, o autor do texto árabe que foi traduzido por encargo dos Aboim/Portel, pensando tratar-se do texto de al-Râzî, v. António Rei, ‘Ibn Ghâlib, vida e obra: notas identificativas’, *Arqueologia Medieval*, Mértola /Porto, no prelo.

⁴⁸ O texto do tratado, celebrado após a morte de Afonso VII de Leão e Castela (em 1157 - cf. Jean Delorme, *Chronologie des Civilisations*, p. 194) diz que Mértola, Cacela e Silves, com os territórios que correm ao longo da costa na direcção de Lisboa constituam um reino [= *kûra* de Ocsónoba] (cf. *HP-AH*, vol.3, p. 532). O texto da matriz árabe do *Livro de Rasis* e o texto do tratado são contemporâneos (v. A. Rei, *Memória de Espaços...*, Parte I, 3.1.6. IG) e confirmam-se entre si.

o espaço algarvio seria a cordilheira montanhosa algarvia, como aliás hoje em dia.

Esta passagem, identifica, e mais ou menos delimita, um espaço ainda não integrado no Reino de Portugal, e designado como 'Algarve', expressão romance que ainda hoje designa aquele mesmo espaço. Coincidentemente, aquele 'Algarve' foi o palco onde estiveram, e a que pretenderam ficar para sempre ligados, os primeiros senhores cristãos, internacionalmente reconhecidos, daquelas paragens, João Peres de Aboim e seu filho, o 'tenente do Algarve', Pero Eanes de Portel.

A essa memória senhorial acresceria o facto de ter sido nesse mesmo espaço 'algarvio', talvez em Silves, possível capital da 'tenência', que teria sido encontrado o manuscrito árabe, cuja tradução para português nos rememora ainda hoje os Aboim/Portel.

Assim, concluímos que se trata de uma interpolação romance, conotada com a memória senhorial daqueles magnates.

Queremos ainda recordar que o espaço bejense, em que também estava incluída Évora, integrava também a zona onde se veio a constituir o extenso couto de Portel, que constituiu o núcleo principal dos bens do mesmo João Peres de Aboim.

4.2. As costas 'alentejanas' de Lisboa

Na notícia de Lisboa há uma passagem que nos fala da existência de âmbar nas costas do espaço administrativo de Lisboa. Embora haja informações que nos falam de âmbar tanto nas costas a norte como a sul de Lisboa⁴⁹, a passagem em causa apenas nos fala da costa sul.

Comparemos a passagem em questão com a passagem paralela de Ibn Ghâlib (IG)⁵⁰:

C1344p	IG
'E, como vay a ribeira ataa cima do Algarve, podem achar muy bõo allambar, melhor que todollos outros, e nõ semelha o de Indya ante he doutra guysa feyto'	'Recolhe-se na costa de Lisboa muito âmbar raro e de superior qualidade. Sobrepõe-se a todos os outros âm-bares, não se assemelhando senão ao âmbar da Índia'

No texto árabe não há qualquer referência ao 'Algarve'. A expressão 'Algarve' poderá aqui designar: ou o espaço que foi disputado entre Portugal e Castela, e temporariamente governado pelos Aboim/Portel;

ou o espaço de Ocsónoba, o qual extremava com o de Lisboa, junto ao litoral oeste, como vimos atrás. Optamos pela primeira hipótese, pelo facto de voltarmos a encontrar a expressão 'Algarve', que já sur-

⁴⁹ Sobre o âmbar nas costas atlânticas de al-Andalus, v. A.Sidarus e A.Rei, "Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes", *AM* 7 (2001), p.69-70.

⁵⁰ Também Yâqût possui uma passagem paralela, cf. A. Rei, *Memória de Espaços...*, Parte II, Cap.1, 'Lisboa' e 'Ocsónoba'.

gira na notícia de Beja. Tratar-se-á portanto de mais uma interpolação, também esta relacionada com um espaço preciso, o do 'Algarve'.

Também o espaço de Lisboa (*grosso modo* a Estremadura) e Vale do Tejo estão relacionados com os Aboim/Portel, que aí tiveram o seu segundo núcleo mais importante de bens fundiários⁵¹.

5. A PASSAGEM TRUNCADA E 'ALGARVIA' DE SILVES

Na notícia de Ocsónoba não encontramos uma interpolação, mas sim o contrário: uma passagem do texto árabe foi truncada, e assim se obteve um outro significado. Vejamos a comparação das duas passagens, na C1344 e em IG.

<i>C1344p</i>	<i>IG</i>
'Silve, que he a melhor villa do Algarve'	'Silves a qual é a metrópole do ocidente, não tendo os muçulmanos, a ocidente de Sevilha, outra que se lhe compare'

O texto árabe não é muito claro na utilização do termo 'ocidente' (*al-gharb*). Tanto pode relacionar-se com o 'ocidente de al-Andalus' (*Gharb al-Andalus*); como com uma posição relativa, naquele caso relacionada com Sevilha, 'no ocidente além de Sevilha' (*fī-l-gharb ba'd Ishbīlya*).

A truncagem da notícia terá obedecido a vários factores: a) um primeiro, histórico: depois de 1257, data da conquista cristã de Niebla⁵², a ocidente de Sevilha, os muçulmanos já não detinham qualquer cidade. Assim, não iria Gil Peres veicular uma informação do período islâmico, sem qualquer interesse naquela nova conjuntura; b) um segundo, linguístico: a truncagem obstaría a

que, se tivesse havido a tradução completa da passagem árabe, a mesma viesse a gerar incompreensões.

Portanto, toda a parte relativa à situação geográfica de Silves, a ocidente de Sevilha, foi omitida, para que a expressão 'o ocidente' (*al-gharb*), passasse a significar 'Algarve', ou seja exactamente o espaço que então estava, ou recentemente estivera, em disputa entre Portugal e Castela, e do qual tinham sido detentores os senhores neogodos de Aboim/Portel. A referência a Silves, pode ainda indicar-nos também que ali se estabelecería o "tenens Algarbium"⁵³ Pero Eanes, durante as suas estadias, a sul, entre 1263 e 67.

⁵¹ Cf. *Idem*, Parte I, Cap. 4.

⁵² Afonso X conquista Niebla a Ibn Mahfúz naquela data (cf. *HP-AH*, vol.3, p. 71 e 543-5).

⁵³ Com aquele título Pero Eanes de Portel confirma em 1266 forais doados por Afonso III a várias povoações 'algarvias' - Silves (Fr. A. Brandão, *ML*, fl.224v), Faro Loulé e Tavira (*Idem*, fl.225v).

A truncagem desta passagem existente na fonte árabe de Ibn Ghâlib, ligamo-la, novamente, aos Aboim/Portel.

Pode parecer tendenciosa esta análise das passagens, e a suposta ligação àqueles Senhores de Portel, apenas porque todas elas apresentam a expressão 'Algarve'.

Se num caso se trata da própria região, pelo que seria natural a utilização daquela expressão; nos outros dois tratam-se de espaços com delimitações, naquele momento ou anteriormente, com o espaço 'algarvio', pelo que também se aceita a mesma utilização, sem serem necessários outros considerandos.

Mas se a redacção da tradução fosse integral, e portanto imparcial,

- por um lado não se encontrariam interpolações, como nos dois casos anteriores; nem omissões, como no presente caso; nem contradições, como no caso inicial em que a passagem interpolada contradiz o que surge no início da notícia de Ocsónoba; nem sequer encontraríamos a expressão 'Algarve', exclusivamente naquelas

notícias em toda a Crónica (!) e significando em concreto aquele espaço; - e por outro, se a expressão 'Algarve' se constatasse em todos os espaços limítrofes da *kûra* de Ocsónoba, então como explicar que a mesma não apareça na notícia de Niebla, espaço situado a leste de Ocsónoba, e com o qual também confinava⁵⁴?

Porque a lógica espacial que presidiu à tradução parece apontar realmente para a época do conflito, e Niebla e a sua região, não eram espaços em litígio. Desde a sua conquista que era um espaço claramente castelhano, nem tendo feito parte da 'tenência do Algarve' detida pelos de Portel, por isso não encontramos na sua notícia a expressão 'Algarve'.

Trata-se portanto de alterações textuais, contemporâneas ou não da 'tenência' algarvia dos Aboim/Portel, mas que visavam a vinculação das memórias senhoriais daqueles magnates àquele espaço, objectivo último e quase mítico da construção do reino de Portugal.

⁵⁴ Cf. A. Rei, *Memória de Espaços...*, Parte II, Cap. 1, 'Niebla'.

Vila Viçosa renascentista

Joaquim Francisco Soeiro Torrinha

À LAIA DE PREFÁCIO:

Antes de começar com o tema que vos trago, permito-me avançar com três questões.

E porque três, sempre três, quando podiam ser só duas ou mesmo quatro, se necessárias?

Possivelmente porque, como diz o rifão popular: três é a conta que Deus fez, e por isso todos aduzimos sempre uma forma de aplicar três razões para a explicação do mesmo facto, o que às vezes se torna supérfluo e que não é o caso aqui.

A minha primeira razão, é a de pedir ao moderador para falar sentado, coisa que nunca fiz mas que se justifica agora porque estou convalescente de um acto cirúrgico e, claro está, as forças ainda escasseiam.

E perguntar-me-ão, logicamente, porque não fiquei em casa. Não, não podia ficar em casa como calipolense que sou e venho aqui, de livre vontade, cumprir uma missão importante e responsável, diria mesmo nobre, em defesa da minha dama: Vila Viçosa.

A segunda razão obriga-me a pedir desculpa aos amigos de Vila Viçosa, porque a minha obrigação era, como delicado anfitrião que se preza de o ser, recebê-los de pé e não sentado.

A terceira é penosa, porque me obriga a pedir-lhes perdão pelo alongamento do meu discurso, o qual por mais esforços que ti-

vesse feito, não consegui reduzir em termos satisfatórios e convenientes à compreensão de V. Ex.as.

Este discurso é feito pois, à medida do tempo que me dispensaram e da vossa paciência, a qual não considero inesgotável.

DAS ORIGENS DE VILA VIÇOSA

Ao falar-se da existência de povoados, vicos ou vilares no termos de Vila Viçosa, temos forçosamente de nos escudar nos documentos mais visíveis que ainda nos restam como sejam os epigráficos: aras votivas, detritos arquitectónicos, objectos de uso doméstico, ferramentas, etc., e dos locais do seu aparecimento.

E, paralelamente a isto, tem de se ter em consideração o desenvolvimento da vida espiritual desses pequenos povoados.

O concelho de Vila Viçosa é ainda hoje rico em locais onde viveram os nossos antepassados, como nas Ciladas (S. Romão), Santa Catarina de Pardais, os vilares de Santana em Bencatel, na herdade da Galharda e na estrada da fonte Soeiro, perto da igreja de S. Marcos.

E também, mais chegados a Vila Viçosa de hoje, os do Chão da Ordem, Cortes do Pretor, Vale do Bispo e Pomar Filipe, que são sítios onde esses povos se alojaram e praticaram actos do seu culto religioso.

É aqui pois que são úteis ao nosso conhecimento os testemunhos da existência de vida rural que tiveram.

Como fonte de origem da vida espiritual é necessário o antiquíssimo culto do deus Endovélico em primeiro lugar e, posteriormente, o culto à deusa Proserpina, deusa esta apresentando uma genealogia mitológica muito confusa, de dotes irascíveis e maléficis, por isso foi cognominada como rainha dos infernos.

De qualquer modo, o seu culto alargou-se a todo o mundo greco-romano, e daí ter chegado a Vila Viçosa.

Em Roma, o culto a esta deusa foi criado em 496 a.C. mas foi coisa de pouca duração, vindo a reiniciar-se em 249 a.C. Um facto importante da sua vida foi o rapto feito por Platão. Segue-se-lhe uma existência cheia de histórias mirabolantes que pouco interessam ao nosso tema de hoje, mas que serviram de motivo de grande interesse aos escultores e pintores, nomeadamente aos do grupo escultórico do Pártenon e aos quadros de pintores de elevado prestígio como Ticiano.

Há fortes indícios de que o lugar do seu culto em Vila Viçosa foi aquele onde está hoje levantada a velha igreja de S. Tiago. Quem o afirma é o nosso cronista-mor, o P.^o Joaquim Espanca, e de facto na fachada desta igreja há motivos decorativos em mármore que nos aproximam do gótico primário.

Mais antigo, como referi, foi o culto do deus Endovélico que prolongando-se pela época romana se assemelhou ao de Esculápio.

O local onde se erigiu o seu culto, na nossa região, numa época onde não era co-

nhecida a divisão em concelhos, e as parcelas de terra eram designadas pelos nomes de "termos" ou territórios e tinham sempre uma grande área - a esses locais de culto chama-se o Fanum ou Delubro.

Este Fanum de Endovélico não se situava precisamente no local onde está Vila Viçosa mas sim um pouco ao lado, no outeiro de S. Miguel da Mota, próximo da vila de Terena.

O nosso emérito conterrâneo P.^o Espanca leu e interpretou algumas dessas aras votivas sepulcrais e deu delas conhecimento aos seus pares, entre eles o Prof. José Leite de Vasconcelos, grande arqueólogo de grata memória, o qual no livro "Religiões da Lusitânia" atribuiu uma origem céltica ao culto do Endovélico.

Das três datas atribuídas à origem de Vila Viçosa, como 350 a.C., ano de 150 ou 153 a.C. e a do foral de D. João III em 1270, a que tem mais hipóteses de acerto é a do ano 153 a.C. «quando nela foi fundado o templo ou Fanum de Proserpina».

E porquê esta data - interroga-se o P. Espanca -, aquela pela qual optou.

Ele próprio dá a resposta: «Há um facto histórico realizado no vale viçoso, junto da sua população romana menciona-se a fundação de um Fanum ou Delubro, cuja existência é incontestável», no sítio onde hoje está a ermida de S. Tiago.

Um outro facto se mostra de extraordinário interesse para Vila Viçosa e esse foi a concomitância da chegada do Renascimento e a ascensão de D. Teodósio I - o verdadeiro príncipe do Renascimento, ao título de 5.^o Duque de Bragança, o qual aurira abundantemente os novos conceitos que seu pai, 4.^o Duque D. Jaime, tinha experimentado na

corte espanhola durante o êxodo voluntário a que se submetera por reecer a punição de D. João II, o qual mandou executar seu pai na praça pública de Évora.

Com a queda de Constantinopla deu-se o regresso das artes plásticas aos princípios da Arte Clássica greco-romana, não só nas expressões clássicas literárias como nas formais artísticas.

E assim nos aparece aquilo a que chamamos Renascimento. Com ele começa, imediatamente, uma era de libertação dos atávicos costumes medievais e assume-se «a era moderna do individualismo», se bem que não nos vamos esquecer que no último período medieval se notavam já «tendências líricas subjectivas e individualistas», que em breve se tornariam visíveis no Renascimento, entre as quais o Humanismo, o Naturalismo, o Nacionalismo, os Descobrimientos marítimos, as Descobertas científicas, a renovação nas Artes e nas Letras e o final da cultura exclusivamente clerical com o conseqüente e benéfico alastramento aos seculares ricos e pobres.

Foi neste período que Vila Viçosa alcançou uma fase extrema de desenvolvimento e de importância política e diplomática que bastante a elevaram, tornando-a uma das vilas importantes de Portugal, graças ao intelectualismo dos duques de Bragança.

A educação dos príncipes e dos nobres perdeu as características medievais, surgiu uma nova pedagogia cultural que repudiava o ensino da “valentia cavalheiresca” e impunha uma preparação adequada ao conhecimento das Letras, da Dialéctica e das Artes plásticas. Pode afirmar-se que toda esta grandiosa transformação contribuiu «para libertar o indivíduo».

Uma das características do Renascimento é a construção de palácios monumentais - o paço ducal de Vila Viçosa um exemplo, dando assim um passo em frente na arquitectura civil sobre a religiosa.

O P.e Espanca diz-nos que os fenícios foram os primeiros povoadores que chegaram à Península ibérica, seguidos pelos celtas, fixando-se estes em Portugal ao sul do Tejo e particularmente na nossa região nas «planícies de Bencatel, uns novecentos anos antes de Cristo e a época certa desta vinda só Deus a sabe».

Foram portanto os Celtas os primeiros povoadores da Transtagãnea.

O RENASCIMENTO

Das poucas povoações de Portugal que se integraram rápida e completamente no enquadramento histórico, literário e artístico daquilo a que especificamente chamamos Humanismo Renascentista, Vila Viçosa foi das principais, pois, de um modo relativo, conseguiu abranger toda a mudança da sociedade civil e fê-lo com uma pujança que causaria admiração a qualquer pessoa, se ela não soubesse que por detrás do espírito aberto de D. Teodósio I estavam a riqueza e o poderio enorme de que a Casa de Bragança era detentora.

Estes factos lhe permitiram tornar-se de simples “Corte de Aldeia” num local onde se podia viver com os benefícios espirituais e materiais que padronizam uma boa qualidade de vida, que o Renascimento tinha acabado de introduzir.

Nada aqui faltava, graças à iniciativa, ao orgulho e ao mecenato dos Braganças.

Por um lado, D Teotónio I era um homem que nasceu inteligente e se fez culto; por outro soube rodear-se pelos melhores mestres europeus, que acarretou para a sua Corte e aqui se dedicou ao colecionismo de coisas da história da Arte, o que já deixava perceber uma imensa vontade de transmitir aos outros aquilo que considerava digno de nota.

Muitas dessas peças colecionadas estão hoje dispersas, mas de qualquer modo estão desempenhando o destino que ele lhes preconizava: ensinar, espalhar conhecimentos.

Sonhou com uma Universidade em Vila Viçosa e, apesar da concorrência da Universidade de Évora e dos favores do Cardeal D. Henrique que escudavam esta, ainda conseguiu breves do Papa Pio IV que lhe autorizavam a Instituição pedida.

A morte arrebatou-lhe o sonho e a Universidade foi-se com ele.

«A primeira Corte ducal renascentista da Península e, talvez, da Europa», é este o epíteto glorioso com que Rafael Moreira saúda e enaltece Vila Viçosa. E não lhe faltam razões que tornem verídica esta afirmação tão realística, como veremos.

Victor Serrão, a propósito do contínuo investimento em construções e decorações no paço ducal - e não só - declarou Vila Viçosa como um dos sítios de «indisputado esplendor», exactamente a partir do ducado de D. Teodósio I (1505-1563), o qual encomendou «o mais notável repositório» de azulejaria da época (História de Tobias), acção que foi continuada por seu filho D. João I, sexto duque de Bragança, presidindo aos destinos da Casa Ducal após a morte do pai (1583-1630).

Antes que se sentisse em força o benéfico efeito económico dos “fundos ultramarinos”, provenientes dos Descobrimentos (Brasil e Índia), um facto banal veio ajudar o aumento do elevado prestígio ducal, o qual foi o casamento dos Infantes D. Isabel irmã do duque de Bragança com D. Duarte, irmão do rei de Portugal D. João III, em Abril de 1537, relação esta de muito forte pendor realengo, que metamorfoseou as duas Casas: a real e a ducal.

E com este casamento se deu um passo importante para a evolução de uma alta linhagem, que agora se definia mais nitidamente, com a aproximação dos duques de Bragança do trono real.

Todos estes episódios, aliados ao sentimento humanístico iluminado, de que este Duque e dos que se seguiram foram portadores, fizeram com que a casa ducal de Bragança se desenvolvesse sempre de acordo com uma forma elitista, visivelmente significativa na sua divisa: “Depois de vós, nós”.

Este foi o acontecimento precursor daquele que elevou ao trono D. João, oitavo Duque de Bragança, com o título de Rei D. João IV.

O extraordinário facto de Vila Viçosa possuir no seu termo vários conventos, muitas igrejas e ermidas paroquiais e algumas particulares, deu azo a que se acumulasse dentro de todos esses monumentos, um conjunto de ornamentos artísticos de alto valor que enobreceram as suas dependências, mais-valia essa que se cifrou numa dispersão e pinturas de cavalete e murais, tapeçarias, louças orientais e europeias, pratas e bem assim de retábulos em madeira de preciosa talha, ou em mármore de fina escultura, que se integram perfeitamente nos

espaços criados pelas arquitecturas, tornando-as senhoras de uma beleza transcendental, quase tudo isso foi proporcionado pela Casa de Bragança, à qual o Povo votava um respeito, obediência e admiração ímpares.

O simples facto de D. Fernando, 2.º duque de Bragança vir morar para o castelo de Vila Viçosa em 1443, trouxe, num futuro próximo, a possibilidade de o então reduzido burgo se desenvolver e transformar ao sabor das exigências de uma Corte rica, cujos hábitos de vida social muito se diferenciavam das outras povoações e se fundamentavam na organização de caçadas, torneios, jogos vários como justas, canas, corridas, escaramuças e touradas, com touros bravos criados na herdades da Casa.

Não ficavam, porém, esquecidos os prazeres da vida espiritual e da religiosa, numa Corte que de tudo se servia para, em emulação persecutória forte, se sentir sempre a par da Coroa.

Já vinha de D. Jaime, 4.º duque de Bragança, o gosto pelo Humanismo que lhe tinha sido servido ainda durante o seu êxodo voluntário em Espanha, onde se refugiou com o irmão mais novo, D. Dinis, e o tio D. Álvaro, acolhidos todos aos cuidados da Corte madrilena, onde pontificavam Fernando e Isabel.

Aqui frequentou as aulas do célebre humanista italiano Pedro Mártin de Anghiera, das quais não pôde servir-se D. Dinis pela sua escassez de idade. Contudo viria este a aproveitar-se, já regressado a Lisboa, dos ensinamentos de outro insigne luminar da Cultura do Renascimento, o bolonhês Cataldo Parisio, que não se cansou de elogiar o aproveitamento escolar deste Bragança, enquanto seu aluno.

Durante a primeira metade do século XVI, consolidara-se o gosto dos Braganças pelo Humanismo, e a casa ducal por um lado e a casa real de D. João III por outro, chamavam a Portugal professores de renome internacional, exercendo em alguns países europeus.

Temos notícias de que alguns dos filhos do 4.º duque, D. Jaime, um deles homónimo do pai, foi vice-reitor da Universidade conimbricense e os outros dois frequentaram o Colégio das Artes na mesma cidade, onde tiveram como professores alguns dos bolseiros recém-vindos, com sejam o Diogo de Gouveia, seus três irmãos e o Diogo de Teive.

D. Fulgêncio obteve o grau de Mestre em Artes e o bacharelato em Teologia e, já na Universidade de Lovaina, em 1573, fez o seu doutoramento em Teologia.

O outro irmão D. Teotónio, que havia de ser Arcebispo de Évora, viajou por toda a Europa até fixar-se em Paris, onde durante quatro anos frequentou o Collège de Bourgogne, sendo-lhe conferido o título de Mestre em Artes em 1559 e fazendo o seu doutoramento em Teologia na Universidade de Bordéus.

É possível aceitar que as matérias do “Trivium”, primeiro as deste grupo, se houvessem ensinado em Vila Viçosa mais cedo do que as do “Quadrivium” que, com muita probabilidade de acerto aqui teriam chegado cerca de 1530, prolongando-se incessantemente até 1590.

Tanto o ensino das Humanidades Clássicas do “Trivium” como o das matérias científicas do “Quadrivium,” foram ensinadas sem interrupção por mais de um humanista, por isso podemos dizer, sem exagero

bairristico, que Vila Viçosa foi durante o Renascimento uma “Corte Literária” por excelência.

Por aqui passaram, sediando-se alguns até à hora da morte, Diogo Sigeu (Espanhol), que chegou a Portugal em 1552 mas só em 1530 entrou para o serviço da Casa de Bragança, para ensinar línguas e as letras das Humanidades. Durante três anos serviu ao duque D. Jaime e 17 anos ao seu primogénito D. Teodósio I, tempo em que serviu mais aos da corte ducal, porque o próprio D. Teodósio I já aprendera latim com Cataldo Sículo e também já conhecia o grego e o hebraico em que o Sigeu era especialista.

Depois do Sigeu veio o espanhol Juan Fernandez. E seguiram-se muitos outros neste paço ducal, alguns contemporâneos de André Sigeu como o foram António de Castro, Fernão Soares e Gaspar Colaço dos quais se aproveitaram D. Teodósio II e D. Duarte, na aprendizagem das Humanidades Clássicas.

Quanto ao ensino das matérias científicas, lembramos o médico e astrónomo António Maldonado Ontiveiros e o matemático Domingos Peres.

A educação literária e artística, aliada à sua natural inclinação fez de D. Teodósio I um colecionador de objectos artísticos, desde as manifestações culturais da pré-história até às do século XVI.

E a tal ponto chegou o seu interesse pelo ensino e educação que, como antes referimos, chegou a obter breves do Papa Pio IV para a instalação de uma Universidade em Vila Viçosa, no convento dos Agostinhos, sonho que a morte lhe impediu de ver realizado.

Era natural que uma casa tão opulenta como era a de Bragança, onde não faltavam visitantes ilustres nacionais como o rei D. João III e demais fidalgos da sua Corte, quando esta tinha residência em Évora, houvesse a necessidade de estar à altura de quem a visitava e dos próprios que a habitavam. E aos visitantes estrangeiros era forçoso sensibilizá-los face grandeza da Casa de Bragança.

Estas são as razões que levaram a pequena “Corte de Aldeia” de D. Teodósio I a recheiar os salões, quartos e igrejas do paço ducal com tudo o que de melhor se fabricava na Europa, desde a pintura ao mobiliário, à ourivesaria, aos livros e à azulejaria, a qual no século XVI, que decorria então, se instalava definitivamente, em qualidade e quantidade nos hábitos nacionais.

A primeira encomenda de azulejos de majólica fê-la precisamente D. Teodósio I a uma oficina flamenga (Antuérpia) e, ainda hoje, podemos apreciá-la, não na totalidade mas em boa parte, numa das salas do paço ducal de Vila Viçosa. Não que ela esteja colocada no sítio que merecia mas sim noutra, menos próprio mas suficiente para poder dar-nos a imagem do que seria na sua totalidade.

Varias obras de acrescentamento e de reconstrução do paço obrigaram a que por mais de uma vez fossem arrancados e recolocados noutra lugar, e isso originou quebras, delapidações e dispersão por vários locais da vila, ora como revestimento do interior de chaminés, ora em “espelhos” de degraus de escadarias, de onde eu próprio consegui salvar algumas dezenas de exemplares. Outros dispersaram-se por varias casas, melhor guardados e até expostos em quadros nas paredes, como obra valiosa que são.

Estes azulejos, foram primeiramente estudados por Santos Simões e posteriormente por Claire Dumortier, tendo cada um opiniões diferentes quanto à interpretação da sigla pintada num deles:

F

JAB

1558

As obras começadas por D. Jaime em 1502 no Reguengo, encontraram nos seus descendentes o mesmo amparo e gosto com que ele as começou.

É verdade que foi seu filho D. Teodósio I quem lhe imprimiu o maior desenvolvimento, mas não o é menos, se dissermos que o duque seu neto D. João I e o duque seu bisneto D. Teodósio II, se esforçaram por o assistir e completar respeitando os desejos do seu antepassado.

Foi pois durante os ducados destes quatro duques, que abrangem todo o século XVI e pequena parte do século XVII, que Vila Viçosa teve o seu “século de ouro” e ganhou forças de cidadania renascentista.

Concomitantemente iniciou-se o alinhamento topográfico da nova vila extra-muros do castelo, ocupando o mais racionalmente possível os espaços de construção e os lúdicos (lagos e jardins), e assim se criaram os alicerces cenográficos da pequena “Corte Literária” que tanto a enalteceu.

Quando D. Jaime regressou do exílio voluntário em Espanha, com aceitação de pleno agrado do Rei D. Manuel I, tratou de “ordenar a sua Casa à maneira de Real,” - diz-nos a História Genealógica da Casa Real - e na sua inteligente interpretação apercebeu-se de que sendo a “primeira Casa do Reino, depois da Casa Real”, com o privilégio de conceder Títulos e Mercês e graus de nobreza tal

como El-Rei, associado ao facto flagrante de o Rei pedir sempre o parecer do Duque sobre os negócios do Estado, tornou a pequena Vila Viçosa num centro de actividade política e diplomática, onde normalmente chegavam os “correios” do rei português, os do embaixador da corte de Carlos V e da nobreza espanhola mais interveniente.

Por outro lado Portugal mantinha lá fora os seus agentes que lhe forneciam relatórios com certa regularidade de Espanha, França, Inglaterra e de Itália.

Deste modo, Vila Viçosa, a pacata vila do Alto-Alentejo, transformou-se num centro de actividade politico-diplomático europeu, cuja máxima actividade se desenvolveu nos séculos XVI e XVII. Sirva de exemplo a carta de D. Teodósio I a D. João I, Rei de Portugal, em 15 de Fevereiro de 1552, da qual se podem tirar conclusões acerca do valor e do peso dos conselhos nela emitidos pelo Duque, neste caso concreto, relativos “aos sucessos praticados pelos corsários na costa brasileira”.

Na Casa de D. Teodósio havia, tudo somado, um número de pessoas que excedia as quinhentas, entre as que recebiam moradias e salários, fidalgos moços-fidalgos, cavaleiros-fidalgos, escudeiros-fidalgos, cavaleiros, escudeiros, e moços de câmara.

Por aqui passaram médicos e juristas homens de letras, o poeta Pedro Andrade de Caminha e Afonso Vaz de Caminha, este «o mais erudito que houve em Portugal» no seu tempo e Públia Hortênsia de Castro, aqui nascida.

Foi o Duque D. Jaime quem muito contribuiu para a sua solução do conhecido diferendo pela posse das Molucas, em conformidade com o Tratado de Tordesilhas,

que reuniu no Caia cosmógrafos e cartógrafos de Portugal e de Espanha.

Falta-me a mim o tempo e a V. Ex.as a paciência, para ouvirem, com o detalhe que o assunto merece, o relato circunstanciado do excelente modo de vida que nos séculos XVI e XVII se desfrutava em Vila Viçosa, uma verdadeira epopeia, cujo principal protagonista foi o quinto Duque de Bragança D. Teodósio I.

De facto, o Renascimento e o gosto pelo Humanismo - uma herança de D. Jaime que alastrou até aos seus bisnetos, tiveram a sua consagração em algumas cidades de Portugal, mas que tal facto acontecesse em Vila Viçosa, uma "Corte de Aldeia", isso causa natural estupefacção! Mas aconteceu e com uma veemência extraordinária.

Com efeito, vivia-se nela rodeado de todas as melhores coisas do Mundo nas Artes, na Música, no Teatro e na aprendizagem de língua.

Artífices dos mais especializados tomavam conta de um "Moinho de papel" e de um "Engenho de ferro", as fábricas de então, ao mesmo tempo que havia oficinas para laborar o vidro e, também, uma tipografia no próprio paço ducal.

Se alguém viveu com o sentido posto no extraordinário valor que o humanismo ofereceu e representou para a Humanidade, esses encontram-se entre os Duques de Bragança.

É em pleno século XVII ainda, quando os Duques de Bragança se tinham alcançado do acume do poderio, com a subida ao trono de D. João IV, calipolense por nascimento, que os acontecimentos político-económicos do País começam a desequilibrar o fiel da nossa balança financeira.

Grande honra para a família ducal brigantina essa ascensão ao trono real, grande perda para a pequena "Corte de Aldeia" que Vila Viçosa era.

Começa aqui uma verdadeira decadência desta vila porque com a partida do rei para Lisboa, se foram os fidalgos e os mestres de Humanidades, aqueles que fortaleciam material e espiritualmente a vida local.

Esmoreceu assim, a partir daí, grande parte do encanto da sua vida quotidiana.

O novo ambiente cultural que se vivia em Vila Viçosa, era puramente humanista, (moderno para aquele tempo).

Na verdade nada produziria melhor efeito do que uma cultura sólida, obtida à custa de mestres de renome consagrado, actualizados para influenciarem e educarem o espírito das pessoas. Este lema orientou os Duques de Bragança, especialmente nos séculos XVI e XVII, pois souberam escolher os que melhor informados estavam na Europa, para lhes virem inculcar, a eles próprios e aos que os rodeavam, um forte espírito humanístico.

Foi com certeza D. Teodósio I aquele que melhor soube aproveitar esses ensinamentos nos mais variados aspectos, dos quais ressalta a sua paixão pelo desenvolvimento das novas correntes artísticas, nos vários campos da sua expressão clássica.

A grande novidade na Europa, do ponto de vista artístico nessa época era a "majólica", a pintura colorida e vidrada sobre o barro, e a sua mais alta expressão de beleza foi sem dúvida o azulejo, do ponto de vista estético o "menino bonito" da renovada gramática artística da Renascença.

Sempre a par do que se passava na Europa, quer no aspecto literário quer no científico ou artístico, encomendou azulejos com a história de Tobias para o paço ducal.

A encomenda foi monumental a avaliar pelo remanescente ainda aplicado, hoje, como também pela dispersão de painéis por Lisboa (Museu de Arte Antiga e Palácio da Ajuda) e esporadicamente em algumas casa de habitação em Vila Viçosa, revestindo espelhos de degraus de escadarias, ou forrando o pano interior de chaminés, onde os vimos e recuperámos.

Somos levados a crer por esta e outras razões, a existência já nesse tempo de uma sala grande no paço ducal à qual a encomenda se destinaria, colocando os azulejos, certamente, no rodapé desse salão e nunca como silhares dos quartos reais (D. Carlos e D. Amélia) onde eu ainda os vi repostos e, muito menos, para o local onde hoje se encontram, num recanto escondido à ilharga da antiga sala de música, que é um lugar pouco digno para obra de tanta monta, pois saíram da mão de um artista de grande gabarito, que deixou memória.

Vila Viçosa é um escrínio de cerâmica em território nacional, visto que conserva azulejos decorativos aplicados durante três séculos, de excelente qualidade e em grande profusão, que bem merecem a atenção e o estudo dos investigadores.

É pequena a representação do século XVI, vinda toda ela de Sevilha, encomendada por D. Jaime I, moldada em técnica de “aresta”, dos quais restam dois brasões completos dos Duques de Bragança mostrando o “banco de pinchar”, atributo dos Infantes e a “diferença” de Aragão, Castela e Sevilha.

Houve grande dispersão dos elementos constitutivos desses dois painéis, pois encontrei-os aplicados na “casa do fresco” do jardim dos Condes de Bobadela, em local aonde nunca teriam pertencido. Deveriam

ter vindo do paço ducal por ocasião das transformações arquitectónicas que D. Teodósio fez para o casamento de D. Isabel e do Infante D. Duarte.

Seguidamente surge a época dos azulejos de tipo “majolica” e origem flamenga.

A grande encomenda destes é feita por D. Teodosio I, “notável exemplo de príncipe humanista”, às oficinas de Jan van Bogaert, em Antuérpia, onde foi aprendiz do grande Guido Andries. Trata-se de “uma obra ímpar na produção cerâmica europeia, assinada e cronografada (1558)”.

Deve-se a Claire Dumortier a última e definitiva palavra sobre a autoria das gravuras onde se inspiraram os pintores de azulejos flamengos dessa época (primeira metade do século XVI), que foram Cornelis Metsys e Maarten van Heemskerck.

Tendo D. Teodósio I falecido em 1563, teve tempo mais do que suficiente para tomar conhecimento da louça talaverana da qual já em 1530 o historiador Garcia Fernandes de Talavera escrevia “Hácese en Talavera barro vidrado blanco, verde, azul, jaspeado e de otros colores interpolados; es lo mejor que en Castilla se obra”. Os azulejos talaveranos colocados em 1602 nas salas de David e de Medusa, na sequência de uma obra de acrescentamento e de remodelação que se fez no paço ducal, para ali se festejar o casamento do Duque D. Teodósio II com D. Ana de Vellasco, filha do sétimo Condestável de Castela D. Juan de Vellasco, constituíram a prenda do noivado realizado em 1603, na capela do paço de Vila Viçosa.

Varela Aldemira encontrou um cronograma identificador desses azulejos (1602) e Santos Simões, dadas as semelhanças técnicas e estilísticas deste núcleo azulejar

de Vila Viçosa com os dos palácios espanhóis, confirma a autoria então atribuída a Fernando Loayza .

Para além disto sabe-se, documentalmente, que em 1602 D. Juan de Vellasco fez uma enorme encomenda de azulejaria à fábrica de Talavera de la Reina para decorar o seu palácio dos duques de Frias em Oropesa e o dos duques do Infantado em Guadajara. O estudo comparativo dos núcleos portugueses e espanhóis facilitou a atribuição dos painéis. Todos os conjuntos portugueses estão perfeitamente conservados.

Mas a riqueza azulejar de Vila Viçosa não se ficou só pela originalidade, beleza e raridade dos conjuntos cerâmicos murais do século XVI, de todos os mais nobres.

O costume enraizou-se e entrou pelos séculos XVII e XVIII, com um fulgor desmedido e, quase todas as igrejas apresentam tapetes do tipo geométrico, policromático, seiscentistas, que dominam em Portugal com excessivo vigor.

As igrejas e alguns anexos dos conventos das Chagas, Agostinhos, N.^a Sr.^a da Esperança, da Santa Cruz, de S. João Evangelista, da Santa Casa da Misericórdia, do convento da Piedade (Capuchos), de S. Bento, e do completamente perdido convento de S. Paulo.

Todo o recheio do grandioso convento de S. Paulo, que chegou a ser dos mais ricos de Vila Viçosa, forneceu motivos marmóreos e de cerâmica mural para alegrar os rodapés e chaminés de muitos edifícios particulares e alguns religiosos, ainda hoje à vista do público. Devo lembrar a também o revestimento da capela-mor da igreja de S. Domingos, rico e característico exemplar de arquitectura rural alentejana, da qual há

meia dúzia de anos encontrei à venda num antiquário alguns caixotes de azulejos.

Tudo isto são exemplos da riqueza artística que nesta Vila se conserva e do pouco que se perdeu.

Volto a falar da igreja de Santo António, pequena mas formosa, aliando à escultura e à talha a pintura dos tectos, mas que possui a nave completamente revestida de um belo padrão de tapete policromo do século XVII com “reservas” setecentistas primorosamente pintadas. Mas é na sua capela-mor que nos apresenta uma esquisita azulejaria de “tapete”, em tons verdes e amarelos, incluindo as figuras de Santo António e de S. Francisco em “reservas” emolduradas. É um padrão invulgar, único em todo o Portugal, para não dizer em todo o Mundo. Muitos críticos, ao vê-los, atribuem-lhe uma origem flamenga.

A azulejaria do século XVIII em Vila Viçosa não é tão abundante como a do século anterior, mas é bela e rica também. Está distribuída no mesmo modo que a sua congénere anterior, pelos mesmos espaços conventuais e igrejas e alguma está assinada por Policarpo de Oliveira Bernardes; outras têm atribuições a outros autores como é o caso da capela-mor da Igreja de N.^a Sr.^a da Conceição ao pintor Teotónio dos Santos. Não é difícil imaginar que um Manuel dos Santos ou mesmo um António de Oliveira Bernardes ou um Bartolomeu Antunes tivessem produzido obras para Vila Viçosa.

Portugal, «o país por excelência dos azulejos artísticos» tem a sorte de possuir um óptimo conjunto de azulejaria flamenga, na sua maior parte bem conservada, importantes exemplares «que em número e qualidade, sobrelevam os mais copiosos até agora conhecidos».

Somados, o núcleo flamengo dos Bo-gaerts (1558) aos núcleos talaveranos de Lo-ayaza (1602) do paço ducal e aos prováveis da capela-mor da Igreja de Santo António, Vila Viçosa pode orgulhar-se de ter aqui, instalada "in situ", a maior e mais elevada colecção existente em Portugal, se não do Mundo.

Conjuntos desta categoria e invulgaridade, é preciso «que saibamos valorizá-los, protegê-los, venerá-los, dando-lhe o lugar que bem merecem, entre as preciosidades do Património Artístico de Portugal, parcela não pequena do Património Espiritual da Humanidade».

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, Júlio César. *Significado histórico-cultural da Universidade de Évora*, in boletim *A Cidade de Évora*, n.º 41-42, 1959.
- DUMORTIER, Claire. *Céramique de la Renaissance à Anvers*, Bruxelas, 2002.
- DUMORTIER, Claire. *L'atelier du potier anversois François Frans*.
- DUMORTIER, Claire. *Les faïences hollandais et leurs modèles d'après Vinckboons*, Boletim dos Museus Reais de Arte e História de Bruxelas, 1987.
- MATOS, Luís de. *A Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento*, Lisboa, 1956.
- MENDEIROS, Monsenhor José Filipe. *O humanismo na Universidade de Évora*, in boletim *A Cidade de Évora*, 1959.
- PESTANA, Manuel Inácio. *O Livro das Mercês de D. Teodósio II*, Lisboa, 1967.
- PURIFICAÇÃO, Frei António da. *Crónica da antiquíssima província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho*, 2.ª parte, livro VI, 1656.
- SIMÕES, Santos. *Azulejaria em Portugal nos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1969.
- SIMÕES, Santos. *Azulejaria em Portugal no século XVII*, Lisboa, 1971.
- SIMÕES, Santos. *Azulejaria em Portugal no século XVIII*, Lisboa, 1979.
- SIMÕES, Santos. *Carreaux céramiques hollandais au Portugal et Espagne*, Haia, 1959.
- SIMÕES, Santos. *Os azulejos do Paço Ducal de Vila Viçosa*, Lisboa, 1945.
- SOUSA, António Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, vol. 6, p. 97, Lisboa, 1739.
- TORRINHA, Joaquim. *Azulejaria Antiga de Vila Viçosa*, separata do boletim *A Cidade de Évora*, 1963.
- TORRINHA, Joaquim. *Os Azulejos holandeses do Paço Ducal de Vila Viçosa*, separata do boletim *A Cidade de Évora*, 1982-83.
- TORRINHA, Joaquim. *Os azulejos Renascentistas*, in revista *Monumentos*, n.º 6, Lisboa.
- TORRINHA, Joaquim. *Considerações sobre os azulejos flamengos do Paço Ducal de Vila Viçosa*, in *Actas do Encontro de Azulejaria no palácio Fronteira e Alorna*, Lisboa, 1990.

Os escravos de D. Teodósio I, duque de Bragança

Jorge Fonseca

Já em número anterior desta revista¹ tratei brevemente do pessoal de condição escrava de que dispunha o quinto duque de Bragança. Esta nova abordagem foi motivada pelo conhecimento de uma relação dos mesmos cativos que consta do inventário dos bens do duque, redigido depois da sua morte. Desse documento existe uma cópia seiscentista no Arquivo Histórico do Paço Ducal de Vila Viçosa², à qual vou recorrer para a elaboração do presente estudo.

Como é geralmente conhecido, o uso dos escravos em Portugal estendia-se às mais variadas áreas de actividade, desde a agricultura e comércio aos ofícios artesanais e serviços domésticos. Devido ao seu valor elevado, eram as camadas sociais mais abastadas que dispunham de mão-de-obra cativa, a qual destinavam às tarefas que achavam mais úteis e adaptadas às características dos próprios escravos. A grande nobreza do reino servia-se deles para as necessidades quotidianas das suas residências, como na limpeza e cozinha, no trabalho das estrebarias e também no aparato e fausto da vida palaciana. Não era por isso estranho que parte desses cativos surgisse

entre os pajens e músicos que conferiam brilho a cerimónias e actos festivos.

As descrições que se conhecem da corte ducal de Vila Viçosa no século XVI mostram o esplendor de uma grande casa aristocrática da Renascença. O estreito parentesco com a família reinante até à união dinástica e a posse de avultados bens permitiram que, desde a reabilitação dos Braganças por D. Manuel I, a casa ascendesse em poder e privilégios e se organizasse à imagem da própria corte régia, cujo protocolo e magnificência procurava seguir.

Com D. Jaime, sobrinho do rei D. Manuel I, de quem chegou a ser considerado herdeiro presuntivo, iniciou-se a época de maior afirmação da casa de Bragança, da qual não se pode dissociar a construção do novo palácio, “*de características marcadamente urbanas e cortesãs*”³, como alternativa ao castelo senhorial. O paço foi ampliado pelo filho, D. Teodósio I, com o propósito de acolher a família real nas festas de casamento de sua irmã D. Isabel com o infante D. Duarte⁴ e nele, sob o impulso deste duque de educação humanista, se desenvolveria a vida cortesã.

¹ Jorge Fonseca, “Escravos em Vila Viçosa”, *Callipole*, n.º 5/6, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 1997/1998, p. 25-50.

² Arquivo Histórico do Paço Ducal de Vila Viçosa - BDM II, Res. 18 Ms. Devo o conhecimento deste documento ao Dr. João Ruas, director da Biblioteca e Arquivo Histórico do Paço Ducal, a quem publicamente agradeço. Deste documento existe uma outra cópia, dactilografada, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Arquivo do Ministério das Finanças, n.º 14, Maço 6, letra B, n.º 9).

³ Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000, p. 167.

⁴ José Teixeira, *O paço ducal de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1983, p. 33.

O quotidiano do paço ducal e o papel de cada servidor, ao todo 324 pessoas dos vários níveis hierárquicos, estavam regulamentados em pormenor através de regimento. Os ocupantes desses cargos distribuíam-se pela administração económica, funções domésticas, cavaliarias, caça e capela, quer directamente ao serviço dos duques quer, de forma autónoma, das duquesas e dos filhos⁵. Neste pessoal incluíam-se, embora com estatuto inferior, os escravos.

Para o trabalho atrás referido servimo-nos de duas memórias sobre o funcionamento da corte ducal no tempo de D. Teodósio I publicadas por D. António Caetano de Sousa⁶, que refere 36 escravos entre o pessoal do 5.º duque, dos quais 20 serviam na estrebaria, 2 na cozinha, outros 2 na copa e 10 eram *charamelas*, tocadores de instrumentos de sopro⁷. O documento que aqui nos traz agora é bastante mais rico de informações sobre os cativos da casa do

duque e indica um número superior de indivíduos. Passemos, então, ao mesmo.

O inventário dos bens de D. Teodósio I foi elaborado no fim de 1564, mais de um ano após a sua morte. No que diz respeito aos escravos, o louvamento para a respectiva avaliação fez-se no castelo de Vila Viçosa a 15 de Novembro e o termo da partilha entre a duquesa viúva e o novo duque na "*casa do despacho*" (provavelmente do paço), a 20 do mesmo mês. O documento enumera 48 escravos, mais 12 do que a contagem anteriormente referida. Tal deveu-se, certamente, ao aumento do efectivo desde a data de realização da mesma até à morte do duque. Mesmo assim, só se pode considerar um número elevado tendo em conta a dimensão do país, pois ao castelhano duque de Medina Sidónia, Juan de Guzmán, foram inventariados, em 1507, 248 escravos, em vários locais de sua propriedade⁸.

Os escravos inventariados podem agrupar-se nas seguintes áreas funcionais:

Funções dos escravos

Serviço Doméstico	Na câmara	1	1
	Na cozinha	3	
	Na mantearia	2	
	Na reposta	1	
	Varredeiros	4	
Botica	Conserveira	1	2
	Outra	1	
Capela	Charamelas	11	11
Estrebaria	Na estrebaria	9	9
Tecelagem e afins	Broslador	1	3
	Tecelões	2	
Construção	Nas obras	2	2
Agro-pecuária	No Roncão	1	1
Sem especificação		9	9
Total			48

⁵ Mafalda Soares da Cunha, Ob. cit., p. 89-119.

⁶ D. António Caetano de Sousa, *Provas da história genealógica da casa real portuguesa*, tomo IV, Lisboa, 1745, p. 234.

⁷ Jorge Fonseca, Ob. cit., p. 31.

⁸ Miguel Ángel Ladero Quesada, "Los esclavos de la casa ducal de Medina Sidonia - 1492-1511", *Homenaje al Professor Jacinto Bosch Vilá*, Granada, Universidad, 1991, p. 225-232.

Verifica-se que, dos 48 cativos, 39 exerciam funções ou integravam-se em áreas de trabalho especificadas (81%). Desses, cerca de metade (20), tinha tarefas directamente ligadas ao serviço quotidiano dos senhores, na câmara, limpeza, cozinha e tratamento dos cavalos, 11 serviam como executantes de instrumentos musicais, 7 dedicavam-se a actividades artesanais de apoio ao palácio e só um trabalhava no sector agro-pecuário, na defesa do Roncão, do termo de Monsarrás. Daí provinham os touros que se costumavam correr nas festas promovidas pela casa ducal⁹ e provavelmente este escravo, o cafre Bastião, ocupava-se na sua guarda, em conjunto com criados livres.

No primeiro grupo é de realçar o facto de D. João - o novo duque ao tempo da realização do inventário - a sua mulher D. Catarina e a duquesa D. Brites, viúva de D. Teodósio, terem casa própria dentro do paço, com pessoal próprio também. Isto sucedera certamente já em vida deste, como era hábito¹⁰ e já foi referido. Por isso foram inventariados à parte dez "*escravas que esta(vam) em casa da senhora duquesa*", uma delas servindo na câmara e duas na botica, mais um varredeiro, por nome Pedro. Uma das que serviam na botica, Marquesa, era "*conserveira*", especializada na confecção de produtos açucarados, como medicamentos e compotas. Outros dois, não incluídos nessa relação, eram Lourenço e Joane. O primeiro, varredeiro, "*serv(ia) as mulheres da Senhora D. Catarina*" e o outro era broslador, servindo "*em casa da senhora duquesa*" (provavelmente de

D. Brites). Fernando, índio, era "*varredeiro que varr(ia) a casa do senhor duque*".

Uma das funções mais vulgarmente atribuídas aos escravos era a guarda e tratamento de cavalos. Isso passava-se com a casa real¹¹ e com a pequena nobreza de cidades e vilas. No caso em análise aparecem 9 desses trabalhadores, servindo por certo em conjunto com um número bastante superior de criados de condição livre. Um dos documentos publicados por D. António Caetano de Sousa atribuía ao paço ducal "*vinte mouriscos escravos para alimpar os cavalos e mulas e fazerem o serviço da estrebaria e irem buscar cevada e palha*"¹². Estas variações, ao longo do tempo, na relação entre trabalhadores livres e escravos eram normais e dependiam certamente de vários factores, alguns deles casuais.

Dos poucos cativos que se dedicavam a ofícios artesanais, dois eram tecelões - Francisco das Orelhas, índio que "*serv(ia) nos teares*" e Bastião Fernandes, também índio, "*tecelão de sedas*". Provavelmente trabalhavam ambos no palácio, na produção de tecidos para a casa ducal, embora relativamente ao último se possa colocar a hipótese de trabalhar por conta própria, na vila, dando parte das suas receitas ao senhor. A modalidade dos "*negros de ganho*" era muito usada entre proprietários de condição mais vulgar, como fonte de rendimento, mas não parece que o duque recorresse a este meio de obter proventos. O já referido índio "*broslador*" era certamente hábil na arte de bordar. A origem indiana destes três

⁹ José Joaquim da Rocha Espanca, *Memórias de Vila Viçosa*, v. 6, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 1983, p. 28.

¹⁰ Mafalda Soares da Cunha, *Ob. cit.*, p. 119-125.

¹¹ Torre do Tombo, Corpo cronológico, Parte 1.

¹² D. António Caetano de Sousa, *Provas...*, Tomo IV, Lisboa, 1745, p. 186.

escravos pode estar relacionada com as respectivas aptidões, atendendo à tradição indústânica de fabrico de tecidos de luxo.

Dois cativos, apesar da sua idade, um com 70 e outro com 60 anos, serviam “nas obras”, continuação provavelmente das empreitadas de renovação do palácio empreendidas por D. Teodósio I. O emprego de escravos em trabalhos de construção era frequente. Conventos, palácios e fortalezas contaram com o contributo de mão-de-obra cativa nesta época, quer da propriedade dos respectivos promotores quer no regime de aluguer. Também o duque de Medina Sidónia utilizou em 1507 parte dos seus escravos em várias obras que tinha em curso, como pedreiros, carpinteiros e azulejadores¹³.

O contributo mais original da presente relação de escravos é o facto de ela incluir e descrever com particular pormenor aqueles cuja função era a música, integrando certamente a capela do duque. É conhecido o empenhamento de D. Jaime, pai de D. Teodósio, na organização do corpo de capelães e músicos que garantissem com dignidade o culto religioso no paço, tendo para isso conseguido do papa as necessárias autorizações¹⁴. O novo duque procurou valorizar a capela “contratando o pessoal das diversas categorias para bem a servirem”¹⁵. A sua actividade era participar na execução dos ofícios religiosos através de música polifónica, com uso de vozes e instrumentos ade-

quados¹⁶. Esses instrumentos e instrumentistas - associados a outros do palácio - eram também utilizados em procissões e em cerimónias de natureza profana que assinalavam ocasiões especiais. Quando do casamento de D. Isabel com o infante D. Duarte, realizado em Vila Viçosa, figuraram na recepção ao rei D. João III dez charameleiros, doze trombeteiros e quatro atabaleiros, que actuaram na chegada do rei ao terreiro do Paço, ao jantar e nas justas e touradas realizadas nos dias da sua permanência na vila¹⁷. Décadas mais tarde, em 1604, os festejos que assinalaram o baptismo de D. João, futuro rei D. João IV, incluíram “procissão a Nossa Senhora da Graça de louvores e graças, com os capelães cantores, charamelas e trombetas”¹⁸.

A presença de escravos entre os músicos ao serviço dos duques é conhecida, pois a *Memória da família do duque D. Teodósio I*, dada a conhecer pelo autor da *História genealógica*¹⁹, indica a existência de 10 charamelas entre os 36 escravos de que o mesmo dispunha. E a descrição da passagem pela corte ducal, em 1571, do cardeal Miguel Bonello, legado do papa Pio V, refere que, ao entrar o emissário pontifício na vila, “soaram os atabales, tocados por pretos, os pifaros, trombetas e sinos”²⁰. Francisco Morais Sardinha, ao descrever a magnificência da casa de D. Teodósio II, afirmou que o duque se rodeava de “suaves músicas, cha-

¹³ Miguel Ángel Ladero Quesada, Ob. cit., p. 228-230.

¹⁴ José Augusto Alegria, *História da capela e colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 4-7.

¹⁵ Idem, p. 7.

¹⁶ Ernesto Gonçalves de Pinho, *Santa Cruz de Coimbra, centro de actividade musical nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, p. 37-46.

¹⁷ D. António Caetano de Sousa, *História genealógica da casa real portuguesa*, Tomo VI, Coimbra, Atlântida, 1949, p. 11, 13 e 18-21.

¹⁸ José Augusto Alegria, Ob. cit., p. 29-30.

¹⁹ D. António Caetano de Sousa, *Provas...*, tomo IV, Lisboa, 1745, p. 185.

²⁰ Alexandre Herculano, *Opúsculos*, v. VI, Lisboa, Viúva Bertrand, 1884, p. 57.

ramelas, sonoras e belicosas trombetas, com atabales tão bem tocados por destros e experimentados escravos do Príncipe, que muito deleita(va)m e alvoroça(va)m os ânimos de todos”²¹.

O documento que agora nos ocupa confirma a existência de escravos músicos na casa ducal no tempo de D. Teodósio I e fornece pormenores sobre a função concreta de cada um. Fica-se também a saber que quatro desses onze servidores cativos foram já herdados do duque D. Jaime, por quem eram tidos em grande conta. De facto, este afirmava no seu testamento, de 1532:

“Os charamelas valem muito. Deve-os meu filho tomar e dar por elles mil cruzados e senão venda[m]-nos. Mas não tomando meu filho todos, não aja nenhum, aja-os quem mais der por elles juntos e seja feito a saber a el Rey meu Senhor ou a esses senhores de Castella. E elles são Galante, Martinho, Jácome, Herónimo, Cosme, Francisco, Duarte. Posto que alguns andão fora do officio, se os tornarem aora ou em poucos dias se refarão pera valerem o que diguo”²².

A exigência de D. Teodósio ficar com os sete escravos ou, não os querendo, serem vendidos em conjunto, deveu-se certamente à sua preparação para actuarem juntos e serem valorizados por isso. Dado o seu elevado preço e uso muito restrito - apenas em cortes de grandeza equiparável - deveriam ser oferecidos para venda ao rei e a alguns nobres castelhanos. Pelo inventário de D. Teodósio sabemos que o herdeiro acei-

tou os músicos, pois que, decorridos 32 anos, ainda restavam desse lote quatro cativos: Francisco Galante, com mais de 60 anos, Martim da Fonseca, de 60 anos também, Jerónimo da Silva, com 70 e Francisco Lopes, igualmente com 70 anos. Eram os músicos mais velhos entre todos. Os outros eram bastante mais novos, seis deles dos 30 anos para baixo, sendo um, de 18 anos, ainda aprendiz. O simples facto de o novo duque ter continuado a investir em escravos músicos evidencia o interesse que dedicava à sua capela e à prática musical em geral.

Aos onze escravos agrupados no inventário sob a designação *Charamelas* corresponde o tipo de instrumento que predominantemente tocavam. Assim, três eram *tiples*, um era *triple e doçaina*, três eram *sacabuxas*, dois *tenores*, um *contralto* e um *aprend(ia) a charamela*.

Estes músicos, embora escravos, tinham à sua guarda os instrumentos - sobretudo de sopro, mas também de cordas e de percussão - que tocavam, excepto o aprendiz de charamela de 18 anos, Dom Domingos. O mais responsável era, por certo, Francisco Galante, “*que t[inha] cargo das charamelas*” e trazia à sua guarda maior número de peças. O que tinha menos era Francisco Lopes, só com uma charamela. Eram cerca de 80 instrumentos, que se somariam aos que eram usados pelos músicos livres em serviço no paço ducal. Os seus executantes, ou parte deles, foram os que o cronista da visita do cardeal Bonello descreveu como os “*pretos*” que tocavam atabales, pífaros e trombetas. E a tradição de empregar

²¹ Francisco de Moraes Sardinha, *Do famoso e antiquíssimo Parnaso... em Vila Viçosa* (1618), Códice 107 da Biblioteca Nacional.

²² D. António Caetano de Sousa, *Provas...*, Tomo IV, Parte I, Coimbra, Atlântida, 194, p. 109.

negros cativos como músicos manter-se-ia pelo século seguinte, a avaliar pelas afirmações já referidas de Morais Sardinha. Esses escravos, apesar da sua condição de absoluta dependência, deram o contributo do seu talento - inato e desenvolvido também pelo esforço pessoal - para manter o nível elevado da arte musical na corte dos Braganças em Vila Viçosa. Eram todos negros, a comprovar a especial aptidão dos africanos para a música. Seis deles eram casados, dois "*com mulher branca*". Talvez já habitassem aquela parte do palácio, chamada *ilha*, que Morais Sardinha afirmaria em 1618 ser "*um terreiro todo cercado de casas (...) as mais delas habitadas dos escravos casados do Príncipe e de alguns outros criados a quem se da[vam] as melhores deste lugar*"²³.

Os escravos inventariados eram na sua grande maioria homens (38 em 48), o que pode dever-se ao seu emprego predominante em tarefas exclusivamente masculinas, como moços de estrebaria (9), guarda de gado (1), chameleiros (11) e nas obras (2) - o que perfaz 23 (60 %) - e no serviço directo do duque (1). As escravas estavam todas ao serviço da duquesa.

Relativamente à sua origem geográfica, 35 tinham proveniência, directa ou não, na África subsariana - 34 pretos e 1 mulato - correspondentes a 72 %, 8 eram "*índios*", o que significava de origem indiana, 2 eram mouriscos (do norte de África, provavelmente) e 1 turco. Dos pretos, 2 era cafres, certamente da costa oriental da África. Uma indiana, Violante, tinha sido oferecida à du-

quesa D. Brites pelo cunhado D. Constantino de Bragança, que foi vice-rei da Índia de 1558 a 1561. Este oferecera também ao infante D. Duarte, cunhado de D. Teodósio e seu sobrinho, um escravo turco, duas tendas, um cavalo e um leque de ouro, o que o infante mencionou no seu testamento²⁴. Já foi sublinhada a relação entre os ofícios de tecelão e bordador de três "*índios*" e o elevado nível da produção indiana de tecidos. Bastião Fernandes, tecelão de sedas, era casado e talvez usufruísse do estatuto privilegiado dos escravos casados dos duques.

Observemos agora os valores dados aos escravos no inventário. O valor médio dos 45 a que o mesmo foi atribuído é de 32.000 reais. Destes, o grupo que mais se destaca é o dos charamelas, com um valor médio de 45.000 rs. A este grupo pertence o escravo com valor mais alto, 100.000 rs., do tiple Cristóvão da Silva.

As 9 escravas avaliadas valiam em média 34.000 rs., acima, portanto, da média, o que era vulgar, dada a sua dupla função, de trabalhadoras e de produtoras de novos cativos.

Se atendermos à origem geográfica, os negros, o grupo mais numeroso, mostram um valor praticamente coincidente com a média, 32.600 rs., o dos indianos está abaixo (30.700 rs.), o dos mouriscos também (20.000 rs.) e o único turco está acima da média (40.000 rs.).

Todos os valores individuais foram influenciados quer pela idade, quer por características particulares, físicas e de comportamento. O músico atrás referido, avaliado em 100.000 rs., tinha 28 anos, já

²³ Francisco de Morais Sardinha, Ob. cit., p. 68 v.

²⁴ D. António Caetano de Sousa, *Provas...*, tomo II, Parte II, Coimbra, Atlântida, 1948, p. 257.

iniciado na arte e ainda com muitos anos para a praticar. Os seus companheiros mais velhos, de 60 e 70 anos, não ultrapassaram os 50.000 rs. E um deles os 16.000, apesar da muito maior experiência e saber. O tiple João Primeiro, de 30 anos, alcançou os 60.000 rs. Só o aprendiz de 18 anos valia apenas 30.000 rs., muito perto, mesmo assim, da média geral.

Factores de desvalorização eram os defeitos físicos, como o de Domingos, moço da estrebaria, que tinha *“um olho quebrado”* associado à idade de 60 anos e valia 8.000 rs. Ou o de Joane, de 30 anos, a idade ideal, mas que apresentava *“uma belida grande em um olho”* e foi avaliado em 20.000 rs *“visto o defeito do olho”*. Pêro Barbosa, *“manco de uma perna”* e com 70 anos, trabalhador das obras, serviço pesado e fisicamente exigente, não passou dos 6.000 rs. A

João Fino, de 70 anos e *“derreado das cadeiras”*, que servia na estrebaria, não foi sequer atribuído valor.

Os defeitos de comportamento, sobretudo se associados aos físicos, eram também factores importantes de perda de valor, como sucedeu com Gregório, *“quebrado e fugão”*, ao qual, apesar dos seus 35 anos, não foram atribuídos mais que 4.000 rs.

Para concluir, podemos considerar que o pessoal escravo de D. Teodósio I, sem ser essencial para o funcionamento da vida no paço, devido ao seu número reduzido, não deixava de desempenhar uma função útil, em sectores que, pela sua dureza, exigiam maior esforço físico, como a estrebaria, ou requeriam especial aptidão artística, como no caso dos executantes de instrumentos musicais.

ANEXO I
Escravos «charamelas»

Nome	Caracterização	Idade	Função	Valor
António Caiola	Preto	28 anos	Sacabuxa	40.000 rs.
Cristóvão da Silva	Preto	28 anos	Tiple	100.000 rs.
Dom Domingos	Preto	18 anos	Aprende a charamela	30.000 rs.
Francisco Galante	Mulato; casado	> 60 anos	Sacabuxa	30.000 rs.
Francisco Lopes	Preto; casado	70 anos	Tenor	16.000 rs.
Jacinto Fernandes	Preto; casado com mulher branca	50 anos	Tenor	45.000 rs.
Jerónimo da Silva	Preto; casado	70 anos	Contraíto	50.000 rs.
João de Bragança	Preto	30 anos	Sacabuxa	40.000 rs.
João Primeiro	Preto; casado	30 anos	Tiple	60.000 rs.
João Segundo	Preto	25 anos	Tiple	40.000 rs.
Martim da Fonseca	Preto; casado com mulher branca	60 anos	Tiple e doçaina	50.000 rs.

ANEXO II
Escravas que estavam em casa da duquesa viúva, D. Brites de Lencastre

Nome	Caracterização	Idade	Função	Valor
Catarina	Preta; maior de corpo que a Mariquita	16-18 anos		35.000 rs.
Catarina, a Grande	Preta	30 anos	Serve na botica	30.000 rs.
Constança	Índia	35 anos		30.000 rs.
Francisca	Preta	20 anos		40.000 rs.
Jerónima	Preta	25-30 anos	Serve na câmara	32.000 rs, "por ser mal desposta"!
Joana	Preta	30 anos		40.000 rs.
Mariana	Preta	30 anos		30.000 rs.
Mariquita	Preta	16-18 anos		30.000 rs.
Marquesa	Preta	35-40 anos	Conserveira; servia na botica	40.000 rs.
Violante	Índia; dada por D. Constantino à duquesa	16-18 anos		
Pedro (incluído)		20 anos	Varredeiro	28.000 rs.

ANEXO III
Outros escravos

Nome	Caracterização	Idade	Função	Valor
António	Índio	30 anos	De cozinha	25.000 rs.
António	Preto; quebrado	20 anos	Serve na mantearia	20.000 rs.
António Longo	Preto	30 anos	Na estrebaria	32.000 rs.
Bartolomeu Freire	Mourisco; casado com mulher branca	60 anos	Nas obras	16.000 rs.
Bastião	Preto cafre	60 anos	Está no Roncão	20.000 rs.
Bastião Fernandes	Índio; casado	55 anos	Tecelão de sedas	45.000 rs.
Diogo Carvalhim	Preto	22-24 anos	Anda na cozinha	20.000 rs.
Diogo de Oliveira	Mourisco	30 anos	Na estrebaria	24.000 rs.
Diogo Lopes	Preto	30 anos	Da mantearia	40.000 rs.
Domingos	Preto; tem um olho quebrado	60 anos	Na estrebaria	8.000 rs.
Domingos	Índio; está preso	25 anos		
Fernando	Índio	25 anos	Varredeiro que varre a casa do Sr. Duque	25.000 rs.
Francisco	Preto; bem desposto	25 anos	Foi varredeiro	40.000 rs.
Francisco das Orelhas	Índio	20-25 anos	Serve nos teares	24.000 rs.
Francisco de Bragança, de alcunha Baco		50 anos	Cozinheiro	35.000 rs.
Gregório	Preto; quebrado e fugão	35 anos	Da estrebaria	4.000 rs.
Joane	Preto; tem os dentes limados	30 anos	Em poder de Gomes Cide	20.000 rs.
Joane	Índio	25 anos	Brosador, que serve em casa da Sr. ^a Duquesa	35.000 rs.
João Fino	Preto ; derreado das cadeiras	70 anos	Da estrebaria	Não vale Nada
Jorge	Preto	26-28 anos	Da estrebaria	30.000 rs.
Lourenço	Preto	24-25 anos	Varredeiro que serve as mulheres da Sr. ^a D. Catarina	25.000 rs.
Luís	Preto cafre	30 anos	Da estrebaria	30.000 rs.
Martinho, Dente de Mula	Preto	70 anos	Anda na estrebaria	8.000 rs.
Pedro	Preto	18 anos	Anda na reposta	30.000 rs.
Pêro Barbosa	Preto; manco de uma perna	70 anos	Nas obras	6.000 rs.
Teodósio	Turco	35 anos	Anda na estrebaria	40.000 rs.

ANEXO IV

Instrumentos musicais à guarda dos escravos

F. 517 - "Inventario que fez Baltesar Fernandes, viola[F. 517 v.]d'arco, do que tem (...) e asim outros es-tromentos que tem charamelas e asim o fez Francisco Galante, que tem cargo das charamellas (...)

[F. 518] Cousas que tem Francisco Galante

<i>Hua sacabuxa de prata com sua caixa sem bocal, vai avaliada no inventario da guarda roupa que fez João Gomes Vieira</i>	
<i>Item hũa sacabuxa nova em huma caixa de pao (...)</i>	3.000 rs.
<i>Item hũa caixa de quatro cor[F. 518 v.]netas com sua fechadura (...)</i>	2.000 rs.
<i>Item hum charamelam com sua caixa (...)</i>	2.400 rs.
<i>Item hũa caixa de frutas que tem nove frutas (...)</i>	2.400 rs.
<i>Item hum charamelam grande com sua caixa (...)</i>	3.200 rs.
<i>Item dous charameles mais pequenos com suas caixas (...)</i>	2.800 rs.
<i>Item hum baixão com sua caixa (...)</i>	4.800 rs.
<i>Item hũa caixa de cornamutas em que estam quatro (...)</i>	2.400 rs.
<i>Item hũa caixa muito grande que tem dentro outo frutas (...)</i>	2.800 rs.
<i>Item hũa caixa em que estam dez orlas (...)</i>	4.500 rs.
<i>Item dous moscateis, tenor e [F. 519] comtrabaixa, em suas caixas e asim comralto e tiple que sam quatro (...)</i>	2.000 rs.
<i>Item outro sacabuxa em sua caixa (...)</i>	3.000 rs.

Instrumentos que tem Martim Afonso [sic] charamela

<i>Hum baixam (...) mais pequeno que o outro</i>	4.000 rs.
<i>Item hum charamelão, atras vai lamçado (...)</i>	2.000 rs.
<i>Item hum tipre (...)</i>	
<i>Item tres charamellas velhas (...)</i>	2.500 rs.
<i>Item hũa corneta, atras vai avaliada, com sua caixa</i>	
<i>Item hũa cornamuta (...)</i>	250 rs.
<i>Item duas frutas velhas (...) [F. 519 v.]</i>	250 rs.
<i>Item duas docainas (...)</i>	500 rs.
<i>Item hum salteiro (...)</i>	500 rs.
<i>Item hum tamboril com sua fruta, velho, sem couro (...)</i>	70 rs.
<i>Item hum laude, vai atras no inventario de Baltasar Fernandes (...)</i>	
<i>Item tres pifaros (...)</i>	60 rs.
<i>Item hum coldre dos paaos que tem outo peças dos atabaes (...)</i>	40 rs.

Instrumentos que tem Jacinto charamela

<i>Item hũa charamella (...)</i>	2.000 rs.
[F. 520] <i>Hũa corneta, vai atras avaliada e lançada na caixa (...)</i>	

Jeronimo da Silva

<i>Item hũa charamela (...)</i>	2.000 rs.
<i>Item hũa sacabucha usada (...)</i>	2.000 rs.
<i>Item hũa corneta, vai na caixa atras onde se avaliaram todas</i>	
<i>Item hũa cornamuta (...)</i>	250 rs.

Que tem Cristóvão da Silva

<i>Item hum tiple (...)</i>	2.000 rs.
<i>Item hũa corneta, vai avaliada na caixa atras</i>	
<i>Item hum moscatel, vai com os outros atras</i>	

Francisco Lopes

<i>Item tem hũa charamela (...)</i>	2.000 rs.
-------------------------------------	-----------

João Segundo

[F. 520 v.] <i>Tem hum tiple e huma corneta. Vai avaliado o tiple atras no inventario (...) e a corneta não val nada</i>	
--	--

João Primeiro

<i>Item um tiple (...)</i>	1.200 rs.
<i>Item hũa corneta, não val nada</i>	
<i>Item hũa cornamuta usada (...)</i>	250 rs.

João de Bragança

<i>Hũa sacabucha com sua caixa (...)</i>	3.000 rs.
<i>Hũa trombeta bastarda velha que não val nada</i>	

Ayala [sic]

<i>Hũa sacabucha e huma corneta (...)</i>	3.000 rs.
---	-----------

Representação e Poder da Casa de Bragança: patrocínio religioso e assistencial em Vila Viçosa na época moderna

Maria de Fátima Reis

Conta Vila Viçosa, pela sua «viçosa» Corte Ducal, com crónicas¹ e estudos² tão meritórios quão reveladores da magnitude alcançada durante a época moderna. Em todos os autores - coevos ou actuais - encontra-se a clara ideia de um tempo de apogeu, em que impera a grandiosidade dos Bragança, ao nível da expressão de poder e do exercício do patrocínio, a que se sucede um declínio, difícil de ultrapassar, pelo afastamento físico dos duques. Esta atracção que a vila exercia, manifestada no prestígio da corte ducal e inerente oficialato e rituais, completava-se na liberalidade da Casa. Com

efeito, conhecem-se bem os patrocínios religiosos e assistenciais dos Bragança, reveladores da promoção e consolidação do poder senhorial pela estruturação de um determinado ordenamento simbólico e jurisdicional definidor da sua honra e das suas prerrogativas. É na amplitude da continuada acção de generosidade brigantina no espaço calipolense que se reconhece o deliberado reforço da rede de instrumentos de intervenção senhorial, enquanto signos de distinção social. Estratégias plenamente expressas na concentração do exercício da liberalidade local.

¹ Naturais da vila, Francisco de Moraes Sardinha, Frei Manuel Calado, António de Oliveira Cadornega e o Padre Joaquim José da Rocha Espanca constituem autores de reconhecida importância para a historiografia de Vila Viçosa. Vivendo, é certo, os três primeiros, durante o século XVII, as análises apresentadas reflectem diferenciados tempos de escrita: em Moraes Sardinha tem-se o pulsar da vivência da vila, enquanto que em Manuel Calado e Cadornega sente-se o exercício da memória passada. Do «Parnaso» que exalta a vila na grandeza da Corte de Bragança (vide Francisco de Moraes Sardinha, *Antiquíssimo Parnaso novamente achado, e descoberto em Vila Viçosa de que he Apollo o Excellentissimo Principe D. Theodosio 2º* [...], 1618, B.N., Res., cod. 107), ao «triumfo» dos duques na vila (vide Frei Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Prefácio de José António Gonsalves de Mello, 4ª ed., Recife, Diretoria de Assuntos Culturais, Governo de Pernambuco, 1985) até à «descrição» da Corte dos Sereníssimos Duques dos Estados de Bragança e Barcelos (vide António de Oliveira de Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa*. Introdução, proposta de leitura e notas por Heitor Gomes Teixeira, [Lisboa], Imprensa Nacional/Casa da Moeda, imp. 1982), as informações fornecidas por estes testemunhos coevos são valiosas para o conhecimento do esplendor da vila quando os duques a habitavam. Já os estudos do Padre Espanca, escritos e publicados na segunda metade do século XIX, são o resultado de laborioso trabalho de arquivo, em tudo fundamentais para a compreensão histórica da vila, pela abrangência e rigor dos dados (vide Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *Compendio de Noticias de Villa Viçosa Concelho da Provincia do Alentejo e Reino de Portugal*, Redondo, Typ. De Francisco de Paula Oliveira de Carvalho, 1892).

² Sem querer esquecer neste local os diversos estudos sobre Vila Viçosa, mas para obviar uma circunstanciada citação, pela perspectiva de abordagem, impõe-se a evocação das seguintes obras que remetem para outros trabalhos ou dos mesmos autores ou de outras autorias: José Augusto Alegria, *História da Capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983; José Teixeira, *O Paço Ducal de Vila Viçosa sua Arquitectura e suas Coleções*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1983; Manuel Inácio Pestana, *Celeiros Comuns da Antiga Casa de Bragança*, Portalegre, Edição da Assembleia Distrital de Portalegre, 1982; idem, *Movimento Demográfico da Matriz de Vila Viçosa nos séculos XVI e XVII*, [Vila Viçosa], Câmara Municipal de Vila Viçosa, imp. 1985; idem, «A Casa de Bragança: das origens à actualidade», *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*. Dirigida por João Medina, vol. VII - *Portugal Absolutista*, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995, pp. 107-132; idem, *Cronistas da Sereníssima Casa de Bragança. Notícias Documentadas*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2001; Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000 e Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, [s.l.], Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e de Ponte de Lima, 2000.

Aos Bragança se deve o patrocínio *cultural*, na fundação de colégios; o *religioso* na fundação de conventos; o *assistencial* na fundação de irmandades; o *arquitectónico* na edificação e reedificação de igrejas, capelas e outros monumentos; o *paisagístico* e de *preservação* das espécies na instituição da tapada.

Diversa actuação de impensável desenvolvimento neste momento, mas que impõe, em meu entender, pela efectiva intervenção local dos Bragança, a justa rememoração dos sinais da sua presença em Vila Viçosa³.

Se atentarmos no patrocínio cultural, fácil é encontrar nos cronistas calipolenses os destaques para as muitas medidas brigantinas empreendidas nesse sentido. O próprio Frei Manuel Calado reconhece na sua descrição da vila que deve a D. Teodósio II a sua formação cultural. De facto, fora quando explicava certo enigma “com algum desenfado e energia”, num dia de festa no convento de Santo Agostinho, em que houve “sortes de entretenimento”, que o duque de Bragança, que assistia ao acto com os seus irmãos, D. Duarte, D. Alexandre e D. Filipe e mais fidalguia, logo decidiu mandá-lo para a Universidade de Évora, onde estudou Lógica e Filosofia, “por sua conta” e se formou bacharel, licenciado e

mestre em artes, pagando-lhe o “santo duque” os gastos de seus graus⁴. Esta provada inclinação dos duques de Bragança para as letras relevada pelo próprio cronista da Casa Real⁵, ficou registada numa menção na «galeria» da *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, da autoria do erudito José Silvestre Ribeiro⁶. Testemunhos que deixam claro, por um lado, o gosto de D. Teodósio I pelos livros, cuja livraria instituiu em morgado⁷, e, por outro, o quanto despendeu no ensino: sabe-se que no palácio ducal havia lições de ler e escrever, de gramática, música, dança, esgrima e equitação, “a fim de que os seus criados pudessem estudar e aprender, empregando o tempo em exercícios úteis”⁸. Duque que intentava fundar uma Universidade no convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa. Para o que alcançou mesmo um breve do Papa Pio IV, de 13 de Julho de 1560, pelo qual lhe era concedida a faculdade de aí erigir «Estudos Gerais», de que seriam mestres os respectivos Religiosos e reitor o prior dos mesmos. Para a manutenção da Universidade anexava ao mosteiro, a igreja de S. Pedro de Monforte, uma das mais rendosas da sua apresentação; obrigando-se a colmatar, à custa da sua própria fazenda, o que faltasse para as des-

³ O *lustre e esplendor* da Casa de Bragança, memoráveis na história da vila, nessas múltiplas vertentes, foram narrados por I. de Vilhena Barbosa, *As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza que teem Brasão d'Armas*, vol. III, Lisboa, Typographia do Panorama, 1862, pp. 170-182.

⁴ Vide Frei Manuel Calado, *op. cit.*, p. 180.

⁵ Estou a referir-me a D. António Caetano de Sousa e à *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova edição revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo VI, Coimbra, Atlântida Livraria Editora, Ld^a, 1949, primeira reimpressão fac-similada, 2002, em particular, pp. 47-48.

⁶ Vide José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciencias, 1871, pp. 138-140.

⁷ Vide, além da referência citada supra, nota 5, a que acresce indicar o testamento do duque D. Teodósio I nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, I parte, a pp. 299-318, em especial, a menção à sua «copiosa Livraria», a pp. 307-308, vide também, a este propósito, o estudo de Aires A. do Nascimento, “A Livraria de D. Teodósio I, Duque de Bragança”, *Congresso de História do IV Centenário do Seminário de Évora. Actas*, vol. I, Évora, Instituto Superior de Teologia - Seminário Maior de Évora, 1994, pp. 209-220.

⁸ Vide José Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, tomo I, p. 138.

pesas de sustentação da Universidade. À data do seu falecimento - 20 de Setembro de 1563 - as obras estavam já adiantadas, tendo recomendado, no seu testamento, a conclusão da obra, a seu filho, D. João I, que, por sua morte, deixou a execução dessa vontade à esposa, D. Catarina. Que, por concessão apostólica, uniu a dita igreja de S. Pedro de Monforte à capela ducal, instituindo no convento de Santo Agostinho duas «classes» públicas de gramática, em 1587; o que foi confirmado pelo duque D. Teodósio II e pelo duque D. João II⁹.

Duques que ora evocamos, no âmbito do patrocínio educativo, a propósito da instituição de Colégios. Fundou D. Teodósio II, ao que parece, em 1609, um Colégio com o título dos *Moços do Coro*, dotando-o com bens de raiz como consta do seu testamento¹⁰. Situava-se este colégio na dita «Ilha», passada a moradia do porteiro, aí se ensinando a instrução primária, latim, canto-chão, música e toque de órgão. Silvestre Ribeiro diz que era para “n’elle se instruírem e doutrinarem mancebos, que depois viessem a ser bons ministros para o serviço da capella ducal de Villa Viçosa”¹¹. Colégio, sob a invocação dos *Santos Reis Magos*, a que o duque D. João II, sendo já rei, D. João IV, deu estatutos próprios pelo alvará de 18 de Março de 1645¹² e que D. João V

protegeu com rendimentos para sustentar vinte colegiais, reformando-o em 1735 e passando-se também a designar Seminário, confiando a sua administração aos padres da Companhia¹³. Era, como afirma Marta Araújo, uma “instituição de suporte da Capela Ducal”¹⁴, cuja vertente religiosa incluía uma forte componente musical, com vista a satisfazer os requisitos da capela.

Mas, à data de estabelecimento deste colégio, já a vila contava com dois colégios: o que mencionámos, instituído pelo duque D. Teodósio I, em 1560 no convento de Santo Agostinho, designado colégio das Artes e o dos Meninos Órfãos ou de Nossa Senhora da Visitação, todos para rapazes. Fora este último principiado pela duquesa D. Isabel de Lencastre, sua primeira mulher, falecida em 1558, ao deixar, no seu testamento, à Santa Casa da Misericórdia da vila, uma pensão para sustento de dois órfãos¹⁵. Legou também D. Teodósio I, no seu testamento de 1563, à Misericórdia, certa quantia (mais 100.000 réis, dois moios e 24 alqueires de trigo de renda anual) para sustento de mais quatro órfãos¹⁶. Sabe-se que este instituto foi administrado pela Casa de Bragança, até 1575, altura em que D. João I o entregou à Misericórdia conforme disposição testamentária de seu pai, reservando, todavia, para si e seus sucessores, a ins-

⁹ Vide idem, *ibidem*, p. 139.

¹⁰ Vide Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *op. cit.*, pp. 368-369, onde assevera que nesse ano já era reitor do Colégio o licenciado padre Bartolomeu Couraça e tinha cinco alunos. Vide o testamento feito em 1628, nas *Provas da História Genealógica da Casa Real*, tomo IV, II parte, pp. 213-227, mas muito particularmente, pp. 214-215.

¹¹ Vide José Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, tomo I, p. 140.

¹² Vide o teor deste regimento nas *Provas da História Genealógica da Casa Real*, tomo IV, II parte, pp. 228-238.

¹³ Vide José Silvestre Ribeiro, *op. cit.*, tomo I, p. 140.

¹⁴ Vide Maria Marta Lobo de Araújo, *op. cit.*, p. 40.

¹⁵ Tratava-se de um padrão de tença de juro anual de 11.000 réis pagos pelo Almojarifado de Estremoz. Quantia que começou a ser paga em 1560, provando, pois, que o colégio já estava em funcionamento. A Casa de Bragança costumava dar “cama, vestido e roupa” aos órfãos. Vide idem, *ibidem*, p. 272.

¹⁶ Vide D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, I parte, p. 301.

peção e admissão dos órfãos. Era em casa do capelão-mor da Misericórdia, que servia de reitor, que se processava a educação até que, em mesa de 1667, determinou a Santa Casa destinar umas casas, entretanto legadas, para o colégio, dando-lhe o título de colégio da *Visitação* e ordenando estatutos¹⁷, novamente confirmados em 1710, pelos quais se estabelecia um carácter monástico à educação. A Casa de Bragança continuou a promover o colégio: sabe-se que D. Teodósio II pagou camas para os órfãos e que o rei D. João IV aumentou as verbas com mais 20.000 réis anuais, pagos pelo Almojarifado da vila¹⁸. Pouco tempo durou o colégio, que parece ter sido extinto em 1727, em muito devido à falta de ulteriores doações, mas também a um redireccionamento das verbas para o hospital¹⁹.

Mas, atente-se no quanto os duques de Bragança foram «protectores», como afirma precisamente Frei Manuel Calado, de todos os conventos da vila²⁰ e, como fica claro, dos colégios adstritos. O citado convento de Santo Agostinho foi muito beneficiado com a instalação dos duques na vila (no século XV). Quase todos os duques o favoreceram, deixando-lhe importantes legados e alfaias religiosas. Estima consagrada ao elegerem o convento para seu Panteão, assim patrocinando várias obras. Sendo, sem dúvida, a mais marcante de todas, a reedificação da igreja

encetada pelo duque D. João II em 1635. Reforma interrompida com a sua partida para Lisboa e as consequentes Guerras da Restauração. Só em 1667 se concluiu a obra e se trasladaram os restos mortais dos duques de outras igrejas para o panteão dos Agostinhos. Como bem ressalta do estudo de Mafalda Cunha, este patrocínio dos Bragança derivou num efectivo poder da Casa Ducal no convento de Santo Agostinho. De tal ordem que os próprios Eremitas, em 1520, acabaram por ceder aos duques toda a autoridade que detinham no convento. Por confirmação do Papa em 1527, tinham então os duques poder de nomear e destituir o prior do convento²¹.

Para a fundação do convento de S. Paulo, que tinha como orago Nossa Senhora do Amparo, da Ordem de Santo Agostinho (congregação da Serra da Ossa), contribuiu largamente o duque D. Teodósio II, que afoitou aos frades o cruzeiro e a capela-mor por 100.000 réis anuais, um trono de cera e 18 alqueires de azeite, pelo que tinham aí os Bragança tribuna reservada; capela-mor em cujo arco se colocou o escudo de armas brigantino. Iniciado em 1590, só em 1613 foi inaugurado o edifício conventual, situado no Rossio. No alpendre da igreja era habitual albergarem-se pobres e peregrinos²².

A vinda dos Franciscanos Capuchos para Vila Viçosa ficou a dever-se ao duque D. Jaime²³. O primeiro convento, que tinha por

¹⁷ Vide Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *op. cit.*, pp. 374-376.

¹⁸ Vide Maria Marta Lobo de Araújo, *op. cit.*, p. 273.

¹⁹ Para um entendimento mais profundo dos moldes de funcionamento do colégio, vide idem, *ibidem*, pp. 272-282.

²⁰ Vide Frei Manuel Calado, *op. cit.*, p. 187.

²¹ Vide Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 365-366.

²² Vide Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *op. cit.*, pp. 341-345 e Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, p. 365.

²³ Para esta protecção vide Maria de Lurdes Rosa, "D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça", *O Tempo de Vasco da Gama*, Lisboa, Difel, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 325-326. Destaque preferencial dos duques por esta Ordem também assinalado por Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, em particular, a pp. 362-363, mesmo no que concerne à vertente feminina, como adiante se verá (Chagas e Esperança).

orago Nossa Senhora da Piedade, foi edificado em 1520, junto da Fonte das Lágrimas, passando os frades, em 1547, para um segundo convento, construído pelo duque D. Teodósio I, na baixa do Outeiro do Ficalho. A insalubridade do local determinou a sua substituição para junto da capela de S. Lázaro, que foi demolida para o efeito. Começando-se assim a construir o novo convento em 1606, com os patrocínios da duquesa D. Catarina e de seu filho D. Teodósio II que foi o principal benfeitor destes Religiosos. A sua protecção ficou conhecida pelo abastecimento gratuito de carne e peixe e pelo pagamento de médico, boticário e sangrador em caso de doença dos frades²⁴.

Foi graças a si que, em 1604, se inaugurou o Colégio de S. João Evangelista na Rua dos Fidalgos - o dito Colégio Velho que com a edificação do "Colégio Novo" se deslocaram os padres para o adro de S. Bartolomeu -, onde, em 1793, após a expulsão dos Jesuítas, se instalaram as Beatas de S. José, com a obrigação de ensinarem meninas pobres. A igreja serviu temporariamente de Capela Real entre 1806 e 1862, enquanto se reformava a Capela do paço, e nela se estabeleceu, em 1865, a matriz de S. Bartolomeu²⁵.

Os duques patrocinaram também os conventos femininos. O menos favorecido parece ter sido o primeiro convento de religiosas que houve na vila, fundado em 1530,

na rua da Corredoura por patrocínio de Mendo Rodrigues de Vasconcelos, capelão do duque D. Jaime - o convento de Santa Cruz, cujas religiosas pertenciam à Ordem dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho; motivo pelo qual se terá verificado, como avança Mafalda Cunha, uma procura social "de mais baixa extracção"²⁶. De iniciativa do duque D. Jaime foi o convento das Chagas de Cristo, de freiras de Santa Clara, localizado muito perto do Paço Ducal e inaugurado em 1533, já depois do seu falecimento. Destinava-se ao acolhimento dos membros femininos do Palácio e de outras senhoras da principal nobreza da vila, servindo de panteão às duquesas da Casa de Bragança e, por ser do padroado da Casa, tinha o epíteto de *Real*²⁷. O também *Real* convento de Nossa Senhora da Esperança, igualmente de religiosas clarissas, começou a funcionar em 1548, no Rossio, por iniciativa da duquesa D. Isabel de Lencastre, primeira mulher de D. Teodósio I²⁸; cujas origens entroncam num Recolhimento da Ordem Terceira de S. Francisco, inaugurado na vila em 1533²⁹. Dirigia-se a escalões mais baixos da nobreza.

Se as liberalidades culturais e religiosas brigantinas merecem destaque no recente estudo de Mafalda Cunha, a protecção assistencial foi profundamente estudada por Marta Araújo. É nos seus estudos que se localizam os informes mais significativos desta

²⁴ Vide Maria Marta Lobo de Araújo, *op. cit.*, p. 38.

²⁵ Vide Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *op. cit.*, pp. 357-361. Dotou D. Teodósio II a comunidade com 2 contos de réis por ano, ficando a capela-mor da igreja reservada à Casa de Bragança. Vide Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 366-367.

²⁶ Vide idem, *ibidem*, p. 366 e Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *op. cit.*, pp. 348-351.

²⁷ Vide idem, *ibidem*, pp. 352-354 e Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 363-364, que considera ter sido talvez este convento, "a casa religiosa mais protegida pela Casa de Bragança". De facto, "além do dote outorgado pela duquesa D. Joana, recebeu os dotes das suas duas filhas que aí professaram e D. Teodósio ainda lhe anexou as rendas das igrejas de S. Miguel de Baltar e de St. Estêvão da Chancelaria".

²⁸ Vide Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *op. cit.*, pp. 354-357.

²⁹ Vide Maria Marta Lobo de Araújo, *op. cit.*, p. 40.

vertente de patrocínio. Se a Misericórdia assume a expressão máxima do envolvimento dos Bragança nas medidas caritativas locais e correlato exercício de poder, como bem provou a referida historiadora³⁰, é bem verdade que noutras irmandades e até esmolarias, difíceis de inventariar³¹ - porque muitas são as informações dispersas que remetem para este tipo de caridade -, é possível falar de uma generosidade compatível com o estatuto de grandeza da Casa Ducal. O magnânimo poder completava-se na grandiosa liberalidade, reforçando mesmo o estatuto de preeminência social que a Casa detinha em Vila Viçosa.

Não posso, nem devo, por respeito para com a citada autora, deter-me detalhadamente na análise da Santa Casa, situada junto da Praça Nova. Destaco-a, obviamente, por ter sido instituída sob a protecção dos duques de Bragança. Os estudos mais recentes admitem que a Misericórdia já estava em funcionamento em 1510 e que o duque D. Jaime colocou o hospital do Espírito Santo sob a administração da Misericórdia (crê-se que em 1514). Sabendo-se com segurança que 1516 - data inicialmente atribuída para a sua fundação - corresponde ao ano em que lhe foi enviado o compromisso da Santa Casa de Lisboa³². O duque D. Teodósio I foi sempre um grande benfeitor da Misericórdia. Não só construiu o pátio e novas enfermarias, como lhe deixou

um legado que, com outras esmolos de seu filho, D. João I e de vários benfeitores, foi possível construir a igreja que se concluiu em 1568. Em 1609 entregou D. Teodósio II à Misericórdia a administração do Hospital dos Males, que a Casa de Bragança tinha na «Ilha» e que servia para curativo venéreo. Hospital e Misericórdia alargaram a beneficência graças, efectivamente, à munificência dos duques de Bragança, que se declararam seus protectores. Com efeito, como observou Marta Araújo, se quanto ao facto dos duques figurarem na documentação da Santa Casa e na da secretaria da Casa de Bragança, como seus fundadores e primeiros provedores, as conclusões não serem inteiramente seguras, já quanto a serem os principais benfeitores da Misericórdia, não restam dúvidas³³. Desde os seus primórdios que se denota a tutela da Casa de Bragança e a clara interferência nos destinos da Santa Casa, pelo menos até 1640; transformando-a mesmo numa extensão da sua Casa, onde a caridade se exercia “a seu mando”. Protecção que os duques estenderam às irmandades locais. Marta Araújo, da inventariação que fez das confrarias de Vila Viçosa durante a época Moderna³⁴, concluiu precisamente que o espólio documental, se não viabiliza conhecer a respectiva data de instalação, permite verificar a ligação de algumas delas à Casa de Bragança e, logo, o acesso a patrocínios. É verdadeiramente di-

³⁰ Vide idem, *ibidem*, em especial, pp. 51-270.

³¹ Esforço também desenvolvido por Maria Marta Lobo de Araújo em estudo, a que tive acesso por gentil oferta da autora, intitulado *Vila Viçosa, os “pobres” e as “esmolos” do duque D. João II (1636-1646)*, [s.l., s.d.], separata da *Revista de Demografia Histórica*, XXII, II, 2004, pp. 183-205.

³² Vide idem, *Dar aos pobres e emprestar a Deus [...]*, pp. 57-58, onde se podem localizar em referências infra-paginais as recentes interpretações.

³³ Vide idem, *ibidem*, p. 59.

³⁴ Vide idem, *ibidem*, pp. 62-63.

fácil neste conspecto apresentar pontualmente esses patrocínios³⁵, mas merece que se diga que essas confrarias estavam situadas em igrejas e conventos todos protegidos pela Casa de Bragança e que a presença desta casa senhorial no universo de solidariedade e devoção local é plena.

E se o tempo não admite a devida análise, verdade é que basta dizer que a régia confraria de Nossa Senhora da Conceição era de imediata protecção da Coroa, o que lhe conferia uma situação de benefício bem patente nas doações recebidas. Quando D. João IV proclamou Nossa Senhora da Conceição padroeira do reino, passou a Casa de Bragança a fazer a anual mercê à matriz de 50 cruzados de ouro, muito investindo também os duques na capela de Nossa Senhora³⁶. Casa de Bragança que mantinha uma especial relação de privilégio com a confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia de S. Bartolomeu. Fora esta confraria fundada sob a protecção de D. Teodósio II e estabelecida numa capela lateral da igreja da Santa Casa, onde o duque de Bragança lhe doou a capela-mor em 1637, assim como um terreno que ficava nas traseiras da referida capela. O que explicará algumas das analogias institucionais de funcionamento, mormente no que concerne ao processo eleitoral, como ressalta do compromisso de 1612. A actuação assistencial não se circunscrevia aos confrades, alargando-se a órfãos e pobres envergonhados³⁷. A correspondente representação de poder, de todas estas atitudes de patrocínio apresen-

tadas até ao momento, encontra-se no palácio, na capela e na tapada.

O palácio do Terreiro do Paço, feito em substituição do que esteve no castelo, foi principiado por D. Jaime, em 1501 e continuado e ampliado pelos seus sucessores. Os destaques vão para D. Teodósio II que fez a grande fachada de mármore e deixou inacabado o segundo pavimento que D. João V concluiu, efectuando este monarca também grandes obras em todo o edifício, assim como para D. José que mandou reedificar os ditos «quartos novos» em 1770 e para D. Maria I que fez parte do terceiro andar da frente e do segundo das traseiras, até o ligar aos «quartos novos» e também a dita casa do jantar.

O esplendor da arquitectura e da decoração³⁸ alcançava absoluta expressão na Capela Ducal, iniciada em 1505, por bula do Papa Júlio II, a instâncias de D. Jaime. O duque D. João I organizou o cabido com autorização do Papa Gregório XIII, instituindo-se formalmente as dignidades de deão e tesoureiro-mor, e deu-lhe estatutos que foram reformados por D. Teodósio II que instituiu, como se viu, o colégio dos Santos Reis para formar músicos e ministros para a capela. Digno de nota, na óptica do patrocínio, é a reorganização que D. João V empreendeu em 1735, elevando a Capela à categoria de *Insigne e Real Colegiada*. Os testemunhos de protecção são evidentes. Impetrou de Bento XIV a graça de o deão ser sempre um bispo titular; deu aos capelães as honras de cônegos; criou os estatu-

³⁵ Os detalhes deste entendimento podem encontrar-se em *idem, ibidem*, pp. 60-71.

³⁶ Vide António de Oliveira Cadornega, *op. cit.*, pp. 68-69.

³⁷ Vide Maria Marta Lobo de Araújo, *op. cit.*, pp. 68-69.

³⁸ Vide para o efeito José Teixeira, *op. cit.*

tos de acólitos, maceiros, custódios e sineiros em substituição dos antigos moços da capela; dotou a capela de ricas alfaias e paramentos; reformou o edifício, juntando-lhe a torre com um carrilhão de 8 sinos e relógio; reedificou o antigo palácio da duquesa D. Joana de Mendonça, elevando-o a Paço Episcopal, para residência do deão e deu novos estatutos à capela. Capela que por autorização pontifícia de Clemente VIII, em 1601, estava isenta da jurisdição dos arcebispos. Acrescente-se que em 1815 o Papa Pio VII, a pedido de D. João VI, concedeu ao deão-bispo jurisdição ordinária em todo o termo de Vila Viçosa. Rei que, quando reformou de novo o quadro capitular, passando os capelães antigos à «classe» de cônegos e criando o estatuto de beneficiados, instituiu, em 1818, a Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa³⁹. A importância das capelas no cerimonial político tem merecido especial atenção na historiografia recente, sublinhando-se o valor simbólico deste espaço de forte expressão política, pela inerente ideia de aproximação entre o culto divino e o culto do monarca⁴⁰. Ora, a Capela Ducal de Vila Viçosa, seguindo o modelo real, era um espaço relevante nos códigos de representação social, logo, a merecer todo o investimento observado. Dos privilégios conseguidos juntos de Roma, ao volume das rendas consignadas, à dimensão do quadro de pessoal, à qualidade das alfaias religiosas para assegurar um serviço com a devida pompa e dignidade, acresce a atenção dada à música, numa

preocupação de plena encenação do espectáculo litúrgico, em que os assistentes cumpriam os devidos rituais⁴¹.

A representação deste poder passava dos monumentos - Paço e Capela - para a paisagem - a tapada. Ultrapassando, claro está o enfoque desta análise, torna-se premente pelo menos um curto apontamento. Foi a tapada começada por D. Jaime e muito beneficiou da protecção dos duques seus sucessores, mormente D. João I, a quem se devem não só várias anexações empreendidas pelos anos de 1570, mas também a edificação da igreja de Nossa Senhora de Belém e a reforma do palacete. Da iniciativa de seu filho, D. Teodósio II, é a capela de Santo Eustáquio; sendo visíveis os benefícios de D. João V nos novos muros da vasta cerca⁴². É claro que pela extensão e preservação da vegetação e das espécies, a tapada constitui uma importante vertente de patrocínio dos Bragança de obrigatória menção. Aqui se encontram as mais sérias medidas de protecção do património paisagístico. E, em termos patrimoniais, creio que se torna bem evidente o quanto os duques de Bragança promoveram o património edificado de Vila Viçosa, cabeça de comarca das vilas que o ducado tinha no Alentejo: dos conventos, às igrejas (seja a reedificação da igreja de S. Bartolomeu ou de Nossa Senhora da Conceição do Castelo), ao palácio - a mais sumptuosa construção da vila - ou às portas dos Nós (uma aludindo à preeminência dos Bragança e outra à União Ibérica), imperam as mercês brigantinas.

³⁹ Vide Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *op. cit.*, pp. 363-368.

⁴⁰ Vide, por todos, Diogo Ramada Curto, "A Capela Real: um espaço de conflitos (séculos XVI a XVIII)", *Espiritualidade e Corte em Portugal. Séculos XVI-XVIII. Porto, 28 a 30 de Maio de 1992*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, Faculdade de Letras do Porto, 1993, pp. 143-154.

⁴¹ Para um melhor entendimento deste «espaço de encenação de poder» vide Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, em especial, pp. 177-184.

⁴² Vide Padre Joaquim José da Rocha Espanca, *op. cit.*, pp. 387-389.

O estatuto das rainhas de Portugal ao tempo dos Bragança: o exemplo de D. Luísa de Gusmão.

Maria Paula Marçal Lourenço

Em 1633, chegava a princesa D. Luísa de Gusmão a Vila Viçosa, onde viveria na corte ducal, entre essa data e 1640, e dessa vila partiria para Lisboa onde viria a ser aclamada rainha de Portugal e fundadora com o monarca restaurador, D. João IV, de uma nova dinastia: a dos Bragança. Princesa, duquesa, rainha e regente constituíam etapas diferenciadas com estatutos jurídicos e políticos diversos, mas entre si profundamente relacionados, que marcavam a vida de princesas e de rainhas na Época Moderna. Neste sentido, considerando que a perpetuação da Casa e da linhagem requer a realização de alianças matrimoniais adequadas e previamente programadas que possam garantir não só a reprodução familiar - engrandecimento do nome e do sangue - como assegurar a transmissão e eventual alargamento do património e do prestígio social, torna-se, pois, objectivo fundamental desta comunicação descrever algumas das "estratégias de casamento" e práticas sucessórias adoptadas por duas das principais casas aristocráticas da Península Ibérica, os Medina Sidónia e os Bragança, em tempos de Modernidade.

Não podemos, contudo, descurar a política filipina e a dos Bragança no quadro complexo e moroso das negociações matrimoniais nos anos em estudo, entre 1632 e

1640, período em que a corte ducal continuou a permanecer em Vila Viçosa. E muito menos deveremos olvidar o papel central da mulher na organização e perpetuação da Família Real, quer como infanta, princesa, rainha ou regente, já que, apesar deste ser pautado por normas jurídicas de rigor e inflexibilidade ponderáveis, potenciava a consolidação da glória, da honra e do poder da dinastia reinante.

Propomo-nos, pois, estudar os diferentes papéis assumidos por D. Luísa de Gusmão, quer enquanto descendente dos Guzmán, quer como duquesa de Bragança até conquistar o estatuto de rainha consorte do monarca português, em especial, nos últimos anos de dominação filipina.

Como estudos recentes têm vindo a provar, a Casa de Bragança mostrou-se, desde a sua criação até meados do século XVII, exímia manipuladora das regras de reprodução linhagística e das práticas de herança da nobreza titulada como forma de consolidação e de alargamento do prestígio e poder dos Bragança. Não só potenciou todas as alianças que permitissem aumentar o seu património, como estabeleceu ligações familiares com as principais casas senhoriais e com membros da Família Real. Neste sentido, e apesar dos ataques infligidos por D. João II ao poderio brigantino, a Casa de

Bragança era, até meados do século XVII, a primeira do Reino.

Por sua vez, a tradição de enlaceds matrimoniais entre a Casa de Bragança e a Casa de Medina Sidónia remontava ao duque D. Jaime I - após a reabilitação do Ducado de Bragança por D. Manuel, a partir de 1496 - que casara com D. Leonor de Mendonça e Guzmán, filha do duque de Medina Sidónia. Nesta conjuntura, o desterro de D. Jaime em Castela até aos dezassete anos, e o receio de eventuais perseguições à Casa de Bragança, terão pesado na escolha de uma esposa espanhola, na circunstância, filha de um dos mais importantes senhores da Andaluzia Ocidental.

Contudo, se neste, como nos posteriores consórcios, as estratégias matrimoniais parecem ter estado estritamente a cargo das respectivas famílias, já o 7.º duque de Bragança, D. Teodósio II, viria a casar-se com a filha do Condestável de Castela, D. Ana de Velasco, por vontade ou aliciamento de Filipe III, com o propósito de estreitar os laços matrimoniais entre a principal Casa ducal portuguesa e a alta aristocracia castelhana. Os Filipes de Castela mostraram-se, aliás, pródigos na concessão de mercês, na confirmação de privilégios à Casa de Bragança, numa política de clara protecção ao opulento senhorio, tentando, assim, aquietar pela dádiva ou pelo reconhecimento do prestígio e grandeza da Casa ducal, eventuais conspirações contra o poder filipino.

É no quadro da política reformista e “racionalizadora” de Olivares, que devemos contextualizar as tentativas “olivaristas” para atrair os Bragança, casa senhorial que possuía a maior e mais complexa rede de solidariedades no seio da aristocracia portuguesa.

Neste sentido, e após a morte de D. Teodósio II, é D. Francisco de Melo, conde de Assumar, procurador dos negócios da Casa de Bragança, em Madrid, mas, em simultâneo, gentil-homem da câmara de Filipe IV e amigo pessoal de Olivares que, em carta de 4 de Janeiro de 1631, propõe ao futuro D. João IV o seu casamento com a filha de D. João Perez de Gusmão, 8.º duque de Medina Sidónia e de D. Joana Sandoval, donatários da mais opulenta casa senhorial espanhola.

Se esta “estratégia” matrimonial do conde-duque de Olivares pretendeu, através da aliança entre as duas casas, potenciar um projecto de unificação e de engrandecimento do Império Espanhol, até pela ligação familiar de D. Luísa de Guzmán, prima do valido, terá esquecido, quiçá, o peso das alianças senhoriais no quadro da crise geral que atravessava a Monarquia Católica¹ e que, de Nápoles, atravessando a Catalunha, a Andaluzia, Portugal e a própria Castela, fazia sentir, já, ressentimentos e resistências à sua política².

Não obstante pertencer a um dos ramos colaterais dos Medina Sidónia, Don Gaspar de Guzmán competia com o 8.º duque, so-

¹ Na carta de Francisco de Melo refere—se mesmo que “me mandou advertir pello Conde Duque q. gostaria v. e. efetuasse esse casamento per juntar de novo as mayores duas cazas de espanha, pera que unindose podesem trara de servizo e de sua conservação”, Hipólito Raposo, *D. Luísa de Gusmão, Duquesa e Rainha (1613-1666)*, Lisboa, 1947, p. 86.

² Cf., para esta matéria, entre outros, J. H. Elliott, “Revueltas en la Monarquía Española”, *Revoluciones y rebeliones de la Europa Moderna (Cinco estudios sobre sus precondiciones y precipitantes)*, (J. H. Elliott, Roland Mousnier, Lawrence Stone, et al.), Madrid, Alianza Ed., 1972, pp. 123—144).

bretudo desde a sua chegada ao valimento, em 1621, no engrandecimento da sua linhagem, do seu feudo familiar na Andaluzia, e na cena política, pela tutela de cargos ao serviço da Coroa³. Daí que com este casamento, na óptica «olivarista», se pudessem aquietar os ânimos da Andaluzia e de Portugal, deslocando para solo português a filha dos Medina Sidónia, a casa rival na política, na linhagem e no património, mas, em todo caso, perpetuadora do poder dos Guzmanes. A aposta na fidelidade ao sangue e à linhagem terá, por certo, convencido Olivares das vantagens familiares e políticas deste casamento⁴.

Se Olivares incentivou este casamento, o próprio monarca patrocinou-o de forma decisiva “como couza tanto sua”, prometendo mercês “sem limite” tanto ao duque de Medina Sidónia, grande valido do rei, como aos Bragança. Entre muitas outras mercês concedidas por Filipe IV, saliente-se a resposta a uma das exigências que com maior premência a nobreza portuguesa tentava negociar, desde as Cortes de Tomar de 1581, com a realeza filipina: a isenção da

Lei Mental ou, pelo menos, a confirmação do reconhecimento dos direitos sucessórios de outros herdeiros por linha feminina, garantindo que, na ausência de um herdeiro varão e legítimo, pudessem suceder os membros dos ramos colaterais ou agnados⁵.

Para além desta doação, o monarca aumentava o património da Casa pela atribuição de vários concelhos, concedia quatro hábitos das Ordens de S. Bento de Avis e Santiago para que “na sua Casa e serviço houvesse cavaleiros das tres Ordens Militares”, ratificava todos os despachos e mercês feitas a seu pai, D. Teodósio, no seu casamento, e confirmava ao duque todos “os títulos, e privilegios da Casa de Bragança, que por omissão se deixarão de confirmar, desde a sua fundação até o presente”⁶. Por último, e para a resolução de quaisquer dúvidas sobre estas mercês de casamento ou sobre as confirmações, permitia-lhe que possuísse dois juizes na corte de Madrid que poderiam comunicar “cara a cara” com o monarca sobre tais matérias⁷.

³ Cf. J. H. Elliott, *Richelieu and Olivares*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984, p. 8. Com o objectivo de suplantar o poderio senhorial da Casa de Medina Sidónia, Olivares “fue aumentando cuidadosamente sus propiedades andaluzas con el objetivo de crear un feudo familiar que aventajase al del duque de Medinasidonia. En 1624 encontró esposo para su hija, el joven marqués de Toral, descendiente de una rama de la casa de Guzmán, venida a menos pero que podía enorgullecerse de mayor antigüedad que la Medinasidonia”, cf. Jonathan Brown y J. H. Elliott, *Un Palacio Para El Rey. El Buen Retiro y la Corte de Felipe IV*, trad. esp. Revista de Occidente, Madrid, Alianza Editorial, 1988 (1.ª ed. 1981), p. 23.

⁴ Como refere Gregorio Marañón, “el (Olivares) confiaba en el Duque de Braganza, al que consideró incapaz de alzarse, por su honor de casta y por estar casado con su parienta Doña Luisa de Guzmán. No contaba con que los Guzmanes eran fieles hasta que la ambición se hacía tan grande que anulaba la fidelidad.”, *El Conde Duque de Olivares (La Pasión de Mandar)*, Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1936, p. 307. Tal ideia parece ressaltar, de igual modo, do discurso proferido por Olivares ao saber da sublevação de Lisboa, em 1640, no qual teria qualificado o duque de Bragança de “bruto irracional”, sentindo-se atraído “y dolido de la injuria que la Duquesa, su prima Doña Luisa Maria Francisca de Guzmán (verdadera animadora de la sublevación) hacía hecho a la esclarecida sangre de los Guzmanes, anuncia que había escrito al Duque de Medina Sidonia, hermano de la insurrecta “que quemase luego el libro donde estaba escrito su nombre y nacimiento para que no quedase rastro ni memoria sua””, cit. por Gregorio Marañón, *op. cit.*, p. 136. Cf. F. Bouza Álvarez, “La nobleza portuguesa y la corte madrileña hacia 1630-1640. Nobles y lucha política en el Portugal de Olivares”, *La rupture luso-castillane de 1640*, Paris, Centre d'Études Portugaises (EHESS), Maio de 1992.

⁵ Cf. Fernando Bouza Álvarez, *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640). Las Cortes de Tomar y la Genesis del Portugal Catolico*, tomo II, Madrid, 1987, p. 500.

⁶ Cf. D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VII, (org. de M. Lopes de Almeida e César Pegado), Coimbra, 1951, p. 9.

⁷ Cf. idem, *ibidem*, tomo VII, p. 9.

Não se veja neste leque de doações ou ratificação de privilégios apenas a benevolência de quem apadrinhava o matrimónio ducal. De facto, tratava-se de mais uma das estratégias de aliciamento político dos Bragança e das suas clientelas, projecto que Filipe IV acarinhou e Olivares promoveu, justificando a conjuntura excepcionalmente pródiga em mercês e em confirmações (1627-1640), em que se realizou o contrato esponsalício do duque de Bragança, ratificado com todas estas cláusulas pelo tratado de casamento celebrado em 1 de Janeiro de 1633⁸. Na realidade, mais do que “espontâneas” concessões, estas prerrogativas correspondiam à satisfação de anteriores exigências feitas pela Casa de Bragança junto da corte madrilena, sem que todas tenham sido de imediato garantidas⁹. Nem respostas “espontâneas”, nem exigências conjunturais explicam, porém, na sua complexidade, a política de mercês, de captação de vontades, de criação de clientelas levada a cabo pela Monarquia Hispânica, na corte, em Castela e nos reinos espanhóis¹⁰.

O Portugal filipino construíra-se, em grande medida, graças às expectativas das elites dirigentes em torno das vantajosas

condições com que os *Estatutos de Tomar* haviam definido a sua integração na Monarquia Católica¹¹. Conhecido o crescente défice financeiro de algumas das grandes casas senhoriais e de sectores da nobreza europeia¹², entre 1550 e 1640, que, com a devida precisão cronológica, especificidade geográfica, regional e familiar, não deixou de afectar a aristocracia portuguesa, não será de estranhar que “a reforma do regime senhorial português” - para utilizar uma expressão de Bouza Álvarez - constitua uma das mais importantes reivindicações no processo de negociação da sucessão entre 1579 e 1581, e sempre reiterada até 1640¹³.

Com maior pertinência reivindicará a Casa de Bragança - a mais directa rival na candidatura ao trono lusitano - os benefícios decorrentes do ordenamento jurídico senhorial castelhano, sintetizados em três petições: a isenção da Lei Mental na sucessão dos bens da Coroa, o aumento da jurisdição senhorial até os limites do *mero e misto império* vigente em Castela e o incremento das receitas senhoriais, com a cessão da sisa. E se, na realidade, os Filipes recusaram à nobreza portuguesa a jurisdição cível e crime dos senhorios castelha-

⁸ Sobre os privilégios concedidos nesta conjuntura, cf. Inácio Pestana, *art. cit.*, pp. 117-118.

⁹ Indeferia, por exemplo, a posse de sogá e cutelo em qualquer lugar onde assistisse, poder acrescido facultado pelo regime senhorial castelhano.

¹⁰ Cf. F. Bouza Álvarez, *op. cit.*; cf. Jean-Frédéric Schaub, “La Crise Hispanique de 1640. Le modèle des «révolutions périphériques» en question (note critique)”, *A.É.S.C.*, 49^a A-année - n.º 1 Janvier-Fév., 1994, pp. 219-239.

¹¹ Cf. F. Bouza Álvarez, *op. cit.*, pp. 492 e segs.

¹² Cf. D. Bitton, *The french nobility in crisis (1560-640)*, Stanford, Stanford University Press, 1969; Pierre Deyon, “A propos des rapports entre la noblesse française et la monarchie absolue pendant la première moitié du XVII^e siècle”, *Revue Historique*, 88^e année, t. CCXXXI, Avril-Juin, Paris, P.U.F., 1964, pp. 341-356; F. Billacois, “La crise de la noblesse européenne (1550-1650). Une mise au point”, *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, n.º 23, Avril-Juin, 1976, pp. 258-277; E. Ladewig Petersen, “La crise de la noblesse danoise entre 1580 et 1660”, *A.É.S.C.*, 23^e année, n.º 6, Novembre-Décembre, 1968, pp. 1237-1261; Helen Nader, “Noble Income in Sixteenth-Century Castile: The Case of the Marquises of Mondéjar, 1480-1580”, *Economic History Review*, vol. XXX, n.º 3, 1977, pp. 411-428; Charles Jago, “La «crisis de la aristocracia» en la Castilla del siglo XVII”, *Poder y Sociedad en la España de los Austrias*, colectânea de artigos compilados John Elliot, Ed. Crítica, 1982, pp. 248-286; Jean-Pierre Labatut, *Les noblesses européennes de la fin du XV^e siècle à la fin du XVIII^e siècle*, Paris, P.U.F., 1978; Jean Meyer, *Les noblesses européennes et pouvoirs dans l'Europe d'Ancien Régime*, Paris, 1973; Cf. *The European Nobilities in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*, vol. I, Western Europe, Ed. H. M. Scott, 1995, em especial, pp. 26-35.

¹³ Cf. F. Bouza Álvarez, *op. cit.*, pp. 510 e segs.

nos, não deixaram de sancionar doações fora da Lei Mental, reconhecendo aos ramos femininos e colaterais dos Bragança o direito a suceder no domínio¹⁴.

A fidelidade tinha um preço: a perda de “um pedaço de renda e outro de jurisdição”. No caso dos Bragança foi muito mais do que isso. O sucessivo engrandecimento da Casa de Bragança, para cuja institucionalização muito parece ter contribuído a própria monarquia filipina¹⁵, era a condição necessária para conservá-la acima das facções políticas, na corte em Madrid ou no governo em Lisboa¹⁶. Em suma, a capacidade do centro político agir sobre os reinos e, no caso concreto de Portugal, dependeu, em boa parte, da satisfação das expectativas das elites periféricas quanto ao grau de participação no aparelho político da monarquia hispânica. O que não se fez de forma linear através da clivagem, *stricto sensu*, entre o centro e a periferia, ou entre uma prática política de domínio/resistência, mas numa complexa teia de relações que organizou redes de amizade, de parentesco e de clientela que, ao invés, aproximou, numa solidariedade de interesses estratégicos, Madrid e Lisboa¹⁷.

Estamos em crer, que as negociações em torno do casamento de D. João se integram nesta política de consolidação de

redes de parentesco, de laços clientelares entre a corte e a Casa de Bragança.

Fomentava-se, assim, a presença de representantes do poder brigantino em Madrid e reforçavam-se, por consequência, os apoios que de Lisboa poderiam garantir a “sujeição” de Portugal. Pelo menos assim pensava Olivares. E Filipe IV.

Pensava de outro modo o duque de Bragança. Este casamento constituía, antes de mais, uma excelente oportunidade para consolidar a sua posição pessoal de maior fidalgo de Portugal, aproveitando o ensejo para reivindicar, entre outras exigências, o ducado de Guimarães, aumentando assim as “grandezas e honras da sua Casa e Estado”¹⁸. Era grande “o dote que se prometia, e mayores as promessas” que garantiriam “os commodos decentissimos a seus irmãos, as merces aos criados, e propicia a graça del Rey”¹⁹. Perpetuação da linhagem, consolidação do património e das redes de parentesco, em suma, as estratégias matrimoniais que nortearam, desde sempre, a reprodução social da Casa de Bragança.

Acresce que, casar com a filha do 8.º duque de Medina Sidónia, Conde de Niebla, senhor da cidade de Sanlúcar de Barrameda e das cinco vilas de Guelba, do Conselho de Estado e de Guerra de Filipe IV, Capitão

¹⁴ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 516.

¹⁵ Cf. M. Inácio Pestana, *art. cit.*, pp. 116–118.

¹⁶ Cf. António de Oliveira, “A Restauração”, *História de Portugal*, dir. de João Medina, vol. VII, p. 105.

¹⁷ De acordo com J.-F. Schaub, “Certains auteurs, suivant une démarche qui n'échappe pas à un certain finalisme, n'hésitent pas à retracer les étapes d'un plan séculaire visant à brider l'autonomie des royaumes. Or cette analyse présuppose que le centre - c'est-à-dire la Castille, (...) ait formulé un projet unitaire, que les périphéries aient constitué une sorte de front du refus et que l'impulsion politique, administrative, judiciaire ait irradié à sens unique de Madrid vers les confins de la monarchie catholique. Rien n'est moins sûr. L'accord n'existe ni à l'intérieur du centre ni dans chacune des périphéries sur le fonctionnement de la monarchie. Les phénomènes d'interdépendance entre la cour et les royaumes, entre les ministres de Madrid et les classes dirigeantes de l'ensemble de la monarchie deviennent si denses et complexes qu'une opposition terme à terme paraît difficilement utilisable pour analyser la situation du monde espagnol au XVII^e siècle”, *art. cit.*, p. 228.

¹⁸ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 90.

¹⁹ Cf. *idem*, *ibidem*, pp. 90 e ss.

Geral do Mar Oceano e da Costa da Andaluzia, Cavaleiro da Ordem do Tosão de Ouro, significava a ligação à mais poderosa família andaluzia e uma das mais influentes junto do monarca. Don Juan de Guzmán ter-se-á empolgado, também ele, com este projecto matrimonial, incutindo, com toda a certeza, no espírito de Filipe IV, o trunfo que constituía o reforço dos laços de parentesco entre as duas maiores casas senhoriais da monarquia hispânica com a convívência e a bênção da régia pessoa²⁰.

Vejamos, num primeiro momento, o papel da mulher na estratégia de reprodução das casas senhoriais para, num segundo nível, analisarmos as estratégias matrimoniais dos Medina Sidónia, em particular, no que diz respeito ao casamento de Dona Luísa Francisca de Guzmán. A reprodução social das Casas senhoriais alicerçada, secularmente, na autoridade paternal e fundamentada num enquadramento legal que regulamentava as práticas de herança e de sucessão - assentes nos princípios da indivisibilidade, da primogenitura e da varonia -, atribuía à mulher um papel só na aparência passivo, mas determinante na organização e perpetuação da linhagem, da transmissão da honra e do prestígio, bem como na criação de redes de parentesco e de alianças indispensáveis à afirmação social da aristocracia²¹.

Perspectivando o casamento dos filhos e filhas como momentos privilegiados de

transacções materiais e simbólicas, a mulher assume-se como “bem precioso”, verdadeiro “objecto” de troca, que ao ser excluída da sucessão patrimonial transfere para a nova família que a acolhe o prestígio da sua linhagem, do seu nome, da sua Casa²². Numa época em que as estratégias matrimoniais se tornaram o principal instrumento para adquirir e conservar o poder, a mulher adquire um protagonismo relevante nas alianças interfamiliares, não apenas em virtude do seu «valor económico», que lhe confere o dote, mas, e sobretudo, do seu «valor político», assegurado pela passagem de uma família a outra que lhe é atribuída, gerando novas unidades familiares, novas solidariedades e novas clientelas²³.

A prática corrente de endogamia familiar entre as grandes Casas tituladas impunha, por outro lado, a negociação de matrimónios entre famílias de poder e *status* equivalente ou superior. No caso em estudo, casar D. Luísa de Guzmán com o herdeiro da mais importante casa senhorial portuguesa, potencial candidato à sucessão da Coroa de Portugal, configurou-se, seguramente, para os duques como uma excelente oportunidade para perpetuar a glória, o prestígio, e o nome da poderosa Casa de Medina Sidónia em território português. Por certo que os Medina Sidónia avaliaram também as vantagens de um matrimónio que aproximaria pelo parentesco e pela vocação marítima

²⁰ Cf. Francisco da Fonseca Benevides, *op. cit.*, vol. I, p. 64.

²¹ Aliás, como afirma Ch. Klapisch-Zuber, “C'est par leurs «entrées» et leurs «sorties» physiques de la «maison» que leurs familles d'origine ou d'alliance comptabilisent la contribution des femmes à la grandeur de la casa. Le mariage qui les fait sortir de la maison et du lignage paternels, le veuvage qui les y fait souvent rentrer”, in “La «Mère Cruelle». Maternité, Veuvage et dot dans la Florence des XIV^e-XV^e siècles”, *A.É.S.C.*, 38^e Année, n.º 5, Septembre-October de 1983, p. 1097.

²² Cf. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, “A Mulher como um Bem e os bens da Mulher”, *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e Perspectivas actuais*, Coimbra, 1986, p. 57.

²³ Cf. Eliane Viennot, “Des «femmes d'État» au XVI^e siècle: les princesses de La Ligue et l'écriture de l'histoire”, *Femmes et pouvoirs sous l'ancien régime*, p. 88.

dois dos reinos com maior poder comercial no seio da monarquia hispânica. Convém realçar, que a minoria lusitana chegou mesmo a constituir o sector da população estrangeira maioritário em Sevilha²⁴.

Não se veja, todavia, no sistema de reprodução das casas um conjunto de normas jurídicas inflexíveis que conduziram a um enriquecimento contínuo e ilimitado da linhagem e do património do ramo principal. As “estratégias matrimoniais” estiveram, em geral, sujeitas ao jogo complexo e, por vezes, imprevisível, da crise de sucessão legítima, de falecimentos prematuros, da múltipla colocação de filhos, das disputas e pleitos judiciais. Tal parece ter ocorrido com a política matrimonial dos Medina Sidónia ao longo dos séculos XV e XVI e, com alguma certeza, ao longo do século XVII²⁵. Porém, o crescente endividamento da nobreza castelhana neste último século, ao modificar o quadro do relacionamento político entre a Coroa e a aristocracia alterou, de forma decisiva, as estratégias matrimoniais das principais Casas tituladas da Monarquia Hispânica. Assegurar a solidez e indivisibilidade do *mayorazgo*, conquistar lugares-chave da administração central, militar e local, ganhar a simpatia do favorito da

Corte, influente mediador do patronato régio, tais os objectivos que nortearam as relações entre a Coroa e a Casa Medina Sidónia, enformando as opções matrimoniais da mais poderosa linhagem andaluza²⁶.

Muitas foram as mercês de “casamento” também prometidas por Filipe IV a esta casa senhorial²⁷. Tratava-se, no fundo, de sedimentar o poder cortesão e senhorial de um dos braços armados da Monarquia Católica. Recorde-se que, a partir de 1580, a defesa do Sudoeste espanhol esteve praticamente nas mãos dos Medina Sidónia, sendo o próprio duque quem, em 1637, comandaria 8000 soldados do reino de Sevilha para sufocar o levantamento de Évora²⁸. Poder político, senhorial e militar, a tríade da sobrevivência das grandes casas senhoriais, mediatizada crescentemente pela intervenção do patronato régio.

Se considerarmos que o montante do valor dotal a conceder ao futuro genro prodigalizava o poder e a posição social da Casa da noiva, não será de estranhar o avultado dote atribuído pelo duque de Medina Sidónia a sua filha. Por seu turno, o duque de Bragança ao receber tão magnífica recompensa - que contribuiria para suportar os encargos do casamento, salvaguardando

²⁴ Cf. Santiago de Luxán Melendez, “A Colónia Portuguesa de Sevilha. Uma Ameaça Entre a Restauração Portuguesa e a Conjura de Medina Sidónia?”, *Penélope*, n.º 9/10, 1993, pp. 127–134.

²⁵ Cf. Miguel-Ángel Ladero Quesada, *El modo de vida Noble Y su Entorno Social y cultural en Andalucía a fines de la Edad Media: Guzmanes y Ponces*, pp. 297–299 e 315–316.

²⁶ Cf. Charles Jago, “The Influence of Debt on the Relations between Crown and Aristocracy in Seventeenth Century Castile”, *Economic History Review*, 2.ª série, 26, 1973, pp. 218–236; cf. Bartolomé Yun Casalilla, “La situación económica de la aristocracia castellana durante los reinados de Felipe III y Felipe IV”, *La España del Conde Duque de Olivares. Encuentro Internacional sobre la España del Conde Duque de Olivares celebrado en Toro los días 15–18 de Septiembre de 1987*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1990, pp. 518–551; Idem, “La Aristocracia Castellana en el Seiscientos. Crisis, Refeudalización o Ofensiva Política?”, *Revista Internacional de Sociología*, vol. 45, fasc. 1, 1987, Enero–Marzo, pp. 77–102; cf. Ignacio Atienza Hernández, “La «quiebra» de la nobleza castellana en el siglo XVII. Autoridad real y poder señorial: el secuestro de los bienes de la Casa de Osuna”, *Hispania*, tomo XLIV, Enero–Abril, 1984, n.º 156, pp. 49–81.

²⁷ Hipólito Raposo não especifica a variedade e tipo de mercês concedidas a Medina Sidónia, *op. cit.*, p. 88.

²⁸ Cf. I. A. Thompson, *Guerra y Decadencia. Gobierno y administración en la España de los Austrias, 1560–1620*, trad. espanhola Ed. Crítica, 1981, pp. 190–193.

materialmente a posição da futura duquesa - vê confirmado o prestígio da sua Casa, mas e sobremaneira, engrandecida a linhagem brigantina pela aliança familiar com os Medina Sidónia²⁹.

Com efeito, na tradição peninsular o casamento de uma filha constituía ocasião privilegiada de permuta, em teoria voluntária, de bens esponsalícios entre as duas famílias mas, na realidade, regulamentada através de actos jurídicos que visavam manter, aumentar e conservar a riqueza material e, acima de tudo, valorizar “o capital simbólico”, isto é, a honra e o prestígio de ambos os cônjuges³⁰.

Nesta perspectiva, pelo contrato esponsalício celebrado em Madrid, a 17 de Novembro de 1632, o duque Medina Sidónia obrigava-se a dotar a sua filha com 120.000 ducados e 20.000 em jóias, para além de outros haveres do seu enxoval, assegurando, por outro lado, a condução da noiva até à fronteira de Portugal. Por morte de seu pai, D. Luísa receberia, ainda, como “aumento de dote”, 23.000 ducados, desde que não quisesse entrar nas partilhas com seu irmão, o Conde de Niebla. E, em virtude do “dote não caber no lote das legítimas dos duques”, pai e mãe, o seu pagamento seria assegurado pelos rendimentos dos bens que seu irmão recebesse na futura sucessão do ducado³¹.

Para além do avultado dote que constituiu, seguramente, pesado encargo financeiro para a Casa de Medina Sidónia cujo rendimento anual rondava, no século XVII, os 160.000 ducados, juntavam-se as despesas do enxoval de D. Luísa - constituído por jóias, vestidos, pratas, roupa branca, apetrechos de cozinha, aposentos e carruagens para a viagem até Vila Viçosa -, bem como os custos com os preparativos do casamento, em especial com os gastos de transporte da futura duquesa até à raia portuguesa³². E muito embora não estejam incluídos bens patrimoniais no dote de D. Luísa, não deixa o instituidor de salvaguardar o pagamento do dote através de censos aplicados nos rendimentos da Casa. Aliás, um mês antes da celebração do contrato esponsalício, o duque de Medina Sidónia pedia a Filipe IV autorização para impor quarenta mil ducados para remissão do referido dote sobre os bens e rendas da Casa, Estado e morgado. Como seria de esperar de um dos principais promotores deste consórcio, a resposta foi positiva³³. Na realidade, entre a celebração das cláusulas deste contrato e o seu cumprimento de facto medeiaram alguns anos e intervêm diferentes protagonistas.

O primeiro dos quais é o próprio monarca que, ao revogar todas as leis e disposi-

²⁹ Como refere Joan Bastard Camps, “En una sociedad jerarquizada por los patrimonios, el matrimonio del sucesor heredero y el matrimonio de una hija son los medios privilegiados por las casas para afirmar su posición en el seno de una red matrimonial que constituye la estructura de la comunidad. *La dote de una hija que se casa con un heredero* (o caso de Dona Luísa de Gusmão), aparece esencialmente como una expresión de la posición social de la casa; dar o recibir una dote es afirmar una posición social o ver confirmada otra, y, al mismo tiempo, es excluir de la herencia al hijo - a que se va de la casa para establecerse en la de su cónyuge.”, “La Estrechez del Lugar. Reflexiones en Torno a las Estrategias Matrimoniales Cercanas”, *Poder, Familia y Consanguinidad [...]*, p. 137.

³⁰ Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, Leontina Ventura, “A Mulher como um Bem e os Bens da Mulher”, *op. cit.*, em especial, pp. 58-59.

³¹ Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VII, p. 8; cf. Hipólito Raposo, *op. cit.*, p. 92, B.P.E., Cód. CVIII/1- - 7, *Copia de Consulta hecha a S. M. sobre las pretensiones del Duque de Berganza en Ocasión de casarse con la Señora D.ª Luísa de Gusman*, feita em 8 de Novembro de 1631, peça n.º 7, fls. 162 e segs.

³² Arquivo da Casa dos Duques de Medina Sidónia, códices n.ºs 112 e 113; cit. por Hipólito Raposo, *op. cit.*, pp. 379-389.

³³ Cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, II parte, p. 354; cf. Hipólito Raposo, *op. cit.*, pp. 91-92.

ções, em especial a lei de 1534 e a Pragmática de 1623, que limitavam e fixavam o valor dotal, proporcionou a D. Luísa um grande e valioso dote³⁴. Para além disso, Filipe IV ao confirmar, em 1636, a faculdade de lançar encargos suplementares nas rendas das diversas terras do Estado do duque de Medina Sidónia, como forma de concluir o pagamento do dote, abriu uma excepção, na tendência da política dotal da Monarquia Hispânica para a estabilização do valor dos dotes, interditando a inclusão de bens de morgado, condição necessária para o cerrar de fileiras da nobreza castelhana em tempos de crise financeira³⁵. Quererá este inflacionado dote traduzir a recompensa pela colocação de uma filha na prestigiada Casa de Bragança, e a respectiva compensação dada a D. Luísa pela exclusão da sucessão da Casa? Ou constituirá, por outro lado, um montante de tal forma sedutor que afastaria, com a conviência régia, as demais casas do circuito de oferta de dotes, colocando, em primeiro lugar, os Medina Sidónia?

Logo, em 1637, após a morte do 8.º duque, o sucessor da Casa, Don Gaspar Alonso Pérez de Guzmán, em carta que confirma a *Obrigaçãõ, que fez o Duque de*

Medina Sidonia, de satisfazer o Dote da Duquesa de Bragança D. Luiza, sua irmã, queixa-se das muitas dívidas contraídas pela casa e das dificuldades em assegurar o cumprimento de todas as cláusulas dotais.

Ora, se atendermos às dívidas contraídas pela Casa fruto, em grande medida, da deficiente gestão senhorial dos Medina Sidónia, compreendemos o elevado preço que Don Gaspar de Guzmán teve de pagar pela exclusão de D. Luísa da sucessão do Ducado³⁶.

Não obstante o patronato régio e a formação de uma elite cortesã em Castela terem constituído duas das vias alternativas ou complementares para a superação das dificuldades financeiras da maior parte das casas senhoriais castelhanas ao longo do século XVII, a manipulação pela Coroa dos instrumentos creditícios, da concessão de licenças para usufruto de censos, ou do perdão de dívidas, bem como a pressão financeira e militar exercida por Olivares, entre 1630 e 1640, pesaram, sobremaneira, na recomposição dos rendimentos senhoriais³⁷.

Os sacrifícios de ordem financeira, económica e militar, impostos à Casa de Medina Sidónia por Olivares, e que aumentaram consideravelmente durante os primeiros

³⁴ Cf. António Gaetano de Sousa, *ibidem*, p. 355; cf. Hipólito Raposo, *op. cit.*, p. 92.

³⁵ Sobre a problemática do dote em Espanha, cf. Maria Isabel Lopes Diaz, "Arras y dote en España. Resumen histórico", *Nuevas Perspectivas sobre la mujer. Actas de las primeras Jornadas de investigación interdisciplinar organizadas por el Seminario de Estudios sobre la mujer de la Universidad Autónoma de Madrid*, 1982, pp. 91 e segs; Cf. Carmen María Cremades Grinán e Pilar Sanchez Parra, "Los Bienes de las Mujeres Aportados al Matrimonio. Estudio de la Evolución de la Dote en la Edad Moderna", *Ordenamiento Jurídico y realidad social de las mujeres. Siglos XVI a XX, Actas de las IV Jornadas de Investigación Interdisciplinaria, Seminario de Estudios de la Mujer*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1986, pp. 137-147. Sobre as modificações da política matrimonial e dotal em Portugal, nos séculos XVII e XVIII, cf. Nuno G. Monteiro, "Casamento, celibato e reprodução social [...]", *Análise Social*, vol. XXVIII, 1993, pp. 938-939.

³⁶ Como refere Domínguez Ortiz, "Las cargas y censos, el sostenimiento de un tren de vida fabuloso, el deseo de los reyes de hacerles contribuir a los gastos de carácter público y rescatar las regalías de que se habían apropiado en épocas turbulentas, y, más que nada, la pésima administración que parecía inseparable de la grandeza, explican que la mayoría de los magnates vivieran en constantes apuros", "La conspiración del duque de Medina Sidonia y el marqués de Ayamonte", *Crisis y Decadencia de la España de los Austrias*, Barcelona, Ediciones Ariel, 1969, p. 119; cf. Luisa Isabel Álvarez de Toledo, *Historia de una Conjura. (La Supuesta Rebelión de Andalucía, en el Marco de las Conspiraciones de Felipe IV y la Independencia de Portugal)*, Cadiz, Jerez de la Frontera, Diputación Provincial, 1985.

³⁷ Cf. Charles Jago, "The Influence of Debt on the Relations between Crown and Aristocracy in Seventeenth Century Castile", *Economic History Review*, 2.ª série, 26, 1973, pp. 218-236; idem, "La «crisis de la aristocracia» en la Castilla del Siglo XVII", *Poder y Sociedad en la España de los Austrias*, (J. H. Elliot, ed.), Barcelona, Ed. Crítica, 1982, pp. 280 e 281.

anos de governo do ducado por Don Gaspar, explicam, por certo, o atraso no pagamento do dote de D. Luísa e justificam, seguramente, a revolta do duque, em 1641, contra a política olivarista.

A Restauração de Portugal, em 1640, com a elevação de sua irmã, D. Luísa, a rainha, os prováveis incitamentos que dela recebeu e os apoios que de Portugal se ofereceram para a malograda conjura, condicionaram, por certo, os desejos e ambições de Medina Sidónia e do Marquês de Ayamonte na tentativa de conquistar a autonomia política do porto-chave do comércio com a Índia, a Andaluzia³⁸.

Com o desterro perpétuo do Duque, a incorporação do senhorio de Sanlúcar de Barrameda na Coroa e o pagamento de uma multa de 200.000 ducados, a já periclitante situação financeira da Casa de Medina Sidónia tornou-se desoladora³⁹. Daí que, em 1666, à beira da morte, D. Luísa de Gusmão se refira no testamento ao que “do meu dote me ficarão em Castella na Caza de meu sobrinho o senhor Duque de Medina Sidonia, sinco mil cruzados juro os quaes havendo pazes se cobrança”⁴⁰. Difícil e morosa parece

ter sido a cobrança do dote da duquesa de Bragança, futura rainha de Portugal.

As arras, de origem semítica⁴¹, salvaguardavam, por outro lado, os compromissos assumidos no contrato esponsalício (*propter nuptias*), garantindo a necessária protecção da esposa ao longo do casamento, em caso de abandono, de dissolução matrimonial ou de viuvez⁴². A grandeza da linhagem da noiva determinava, por seu turno, o elevado preço das *arras*, penhor da “honra” atribuída à futura esposa. Mas se a distribuição de *dons* pelo marido dignificava o estatuto da mulher, não é de somenos importância a glorificação de quem dá, ou seja, do próprio marido⁴³.

De facto, e retomando o caso em estudo, Frei Rafael de Jesus afirma que, “não vy as condições, nem a forma do contrato (de casamento), mas poderei afirmar que foi por *dote e arras* como sem duvida se colhe da adição 4.^a do Testamento da Rainha”⁴⁴. Com efeito, o duque de Bragança, no contexto das negociações matrimoniais, teria prometido dar a D. Luísa de Gusmão “três mil ducados cada año, para los gastos de sua Camara, y las demas cosas e su gusto,

³⁸ Confrontar, sobre esta matéria, Santiago de Luxan Melendez, “Islas Adyacentes (Madera y Azores) y Plazas Portuguesas del Norte de África Canarias y la Baja Andalucía Ante la Restauración Portuguesa (Avance de una investigación en curso)”, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, C.N.P.D.P., Setembro de 1989, pp. 621–635; cf. Consiglieri Sá Pereira, *A Restauração vista de Espanha. Histórias de Portugueses contadas por espanhóis*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, pp. 116–117. Com o malogro da conjura, Don Gaspar pretendeu exaltar a sua lealdade a Filipe IV contra o duque de Bragança “que ha querido manchar la fidelíssima Cassa de Guzman, que por tantos siglos ha permanecido y permanecerá en la obediencia de su Rey y Senór”, *Desafio Del Duque de Medina Sidonia al de Berganza para Satisfazer al Mundo de la de infidelidad que se le impuso, en la Conjuración de Portugal*, (B.P.E., Cód. CVIII /1–7, peça n.º 2, fl. 13). Fidelidade ao rei, por certo, mas não ao “mau governo” e ao valido “tirano”. Sobre a crença no rei justo, mas “enganado” pelo valido, cf. António de Oliveira, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, p. 192; veja-se do mesmo autor, “O duque de Medina Sidónia e a repressão dos levantamentos populares do Algarve 1637–1638”, *Jornadas de História sobre a Andaluzia y el Algarbe, siglos XIII–XVIII*, 2.^{as} La Rábida, 1986 - Actas, Sevilla, Dep. de Hist. Medieval de la Universidad, 1990, pp. 117–131.

³⁹ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 146.

⁴⁰ Cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, II parte, p. 451.

⁴¹ Cf. Paulo Merêa, “Um problema filológico-jurídico: a palavra ‘arras’”, *Novos Estudos de História do Direito*, Barcelos, Ed. do Minho, 1937, pp. 139–149.

⁴² Cf. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, *art. cit.*, p. 59.

⁴³ Cf. *idem*, *ibidem*, p. 59.

⁴⁴ B.N., Cód. 404 - 1.º vol., Frei Rafael de Jesus, *Vida de D. João IV (...)*, fls. 123 e 123v.

se los consignará en todas sus renttas (da Casa de Bragança), y en la parte que dellas quisere eleger la [...] Senhora D. Luisa"⁴⁵. Não sabemos, porém, se seria este o valor efectivo das arras.

Certo é que, e regressando ao testamento de D. Luísa, "também me deve a Casa de Bragança as minhas arras" e, acrescenta a Rainha, "o que se achar me pertencia do dinheiro que o dito Senhor deixou em hum cofre por ser procedido tudo ou a mayor parte dos rendimentos da Casa de Bragança em que eu tinha a metade"⁴⁶.

Tudo leva a crer que, entre 1632 e 1640, e seguramente após esta data, o duque - que prometera um *dom* menor ao que seria de esperar (3000 ducados) face ao valioso dote de D. Luísa - recompensa a duquesa atribuindo-lhe, entre outras mercês, metade dos rendimentos da Casa de Bragança⁴⁷. Muito embora, em teoria, o usufruto dos bens dotais revertesse, em exclusivo, a favor da esposa, amiúde, eles eram geridos pelo próprio marido⁴⁸. Desconhecemos o grau de manipulação do dote de D. Luísa por D. João. Sabemos apenas, que o duque tutelou o dote da duquesa⁴⁹ e, quiçá, em virtude da irregular e intermitente cobrança das rendas dos Medina Sidónia consigna-

das para esse fim, teria sido forçado a aumentar os rendimentos da duquesa para provimento da sua Casa em Vila Viçosa.

Parece ter sido, sobretudo, no plano da magnífica recepção da duquesa em terras portuguesas⁵⁰ e da preparação da sua câmara no paço ducal, que D. João terá recompensado a elevada dotação de D. Luísa de Gusmão. De facto, as obras de beneficiação do paço, em particular dos aposentos da futura duquesa, impunham-se, pois que havia dezoito anos "que pela morte de Donna Ana faltavão as Duquesas e suas familias na Casa de Bragança, e quasi desabitados os aposentos de seu quarto o danificou o tempo como faz a tudo o que se não anima"⁵¹.

Na jornada até Caia, D. Luísa foi acompanhada por um vasto séquito de damas, servidores e gentis-homens andaluzes, membros de "uma grande casa que mudava de terra e de Reino". Apesar de se tratar de um séquito de uma futura duquesa e não de uma rainha, são mesmo assim impressionantes os números adiantados pelos vários autores no que se refere à sua dimensão.

Segundo António Caetano de Sousa, o duque de Medina Sidónia colocara à disposição de sua filha uma numerosa comitiva que reunira "Fidalgos, e Nobres daquella

⁴⁵ B.P.E., Cód. CVIII/1-7, peça n.º 7, *Copia de Consulta hecha a S. M. sobre las pretensiones del Duque de Berganza en Ocasión de casarse con la Señora D.ª Luisa de Guzmán*, fl. 162.

⁴⁶ Cf. D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV, II parte, p. 451; Hipólito Raposo, *op. cit.*, pp. 443-444.

⁴⁷ Como relata D. António Caetano de Sousa "No día seguinte, [...], que se contavão 14 de Janeiro, mandou o Duque à Duquesa hum presente de peças, e Joyas de rubins, diamantes, e perolas, obradas com admiravel arte, e de grande preço, e valor.", *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VII, p. 18; Cf. Hipólito Raposo, *op. cit.*, p. 444.

⁴⁸ Cf. Paulo Merêa, *Evolução dos Regimes Matrimoniais. Contribuições para a História do Direito Português*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913, p. 114.

⁴⁹ Como se refere no *Testamento da Rainha D. Luísa*, "e tambem me deve a Casa de Bragança as minhas arras, e o que do dote veo a poder del Rey meu Senhor que esteja em gloria", D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV, II parte, p. 451.

⁵⁰ Sobre esta recepção e festas do casamento, veja-se Hipólito Raposo, *op. cit.*, pp. 101-106; *Epítome das festas que se fizeram no casamento de D. João o II, Duque Bragança, com a senhora D. Luísa Francisca de Gusmão*, por Manuel Carvalho, Évora, 1633.

⁵¹ B.N., Cód. 404 - 1.º vol., Frei Rafael de Jesus, *Vida de D. João IV*, p. 123v.

cidade [de Badajoz], e com os de S. Lucar lhe vinhão assistindo: entre Fidalgos, criados e pessoas particulares, erão menos de quatozentos, lustrosamente trajados, e com tanta riqueza e bizzarria que mostravão a grandeza do Duque de Medina Sidónia”.

Este facto não deve estranhar, pois estamos perante um dos eventos propiciatórios à demonstração faustosa do poderio da maior casa senhorial andaluz e uma das mais influentes entre os Grandes de Espanha.

De facto, a lista dos que compunham a comitiva, que trouxe D. Luísa de Gusmão é por demais reveladora do propósito de exibição esplendorosa do prestígio e poder da comitiva. Desde os cargos palatinos mais humildes, sem esquecer trombeteiros e cantores, todos ou quase todos participam nesta jornada. Esclareça-se, por outro lado, que entre o avultado número de fidalgos e de nobres que acompanhou a filha do 8.º duque de Medina Sidónia se destacam os Herrera, os Ponce de León, os Guzman e Quezada, os Cueva, os Novelda, os Liote. Istó é, algumas das principais famílias nobres andaluzas.

Esta *Relação* [...] não é, infelizmente, tão prolixa na identificação dos membros femininos que vieram até Portugal com a duquesa de Bragança. Desde S. Lucar de Barrameda, D. Luísa trouxe consigo dez mulheres nobres: uma camareira-mor, quatro damas, quatro donas e uma menina, para além de oito criadas, sem que sejam mencionados os respectivos nomes. Todavia, temos notícia que em Vila Viçosa assistiria como camareira-mor, D. Filipa de

Brito, assim como outras senhoras da fidalguia portuguesa. Seguramente que, entre 1633 e 1640, a duquesa sedimentou amizades “fidelidades” e dependências. Porém, pouco se sabe sobre este período. É provável que entre alguns dos elementos femininos da comitiva andaluz e a fidalguia que no paço servia os duques (ou fora dele), se tivessem estreitado os laços de parentesco e os interesses políticos. Parece ter sido, sobretudo, no plano da magnífica recepção da duquesa em terras portuguesas e da preparação da sua Câmara no paço ducal, que D. João terá recompensado a elevada dotação de D. Luísa de Gusmão. De facto, as obras de beneficiação do paço, em particular dos aposentos da futura duquesa, impunham-se, pois que havia dezoito anos “que pela morte de Donna Ana faltavão as Duquesas e suas familias na Caza de Bragança, e quasi desabitados os aposentos de seu quarto o tempo como faz a tudo o que não se anima”.

Acresce que, familiarizada com a riqueza e o cerimonial de corte da Casa de Medina Sidónia, D. Luísa contribuiu, por certo, para a reanimação da vida cortesã nos paços ducalis dos Bragança, outrora rivalizando em magnificência com a Casa Real⁵².

Mas trocar a cosmopolita Sevilha pelo interior alentejano não deve ter sido tarefa fácil para uma jovem de dezanove anos, afastada da família e sem esperança de retorno, que constituía instrumento de uma política matrimonial em que se jogavam os interesses de ambas as Casas e se excluía afectos, sentimentos ou vontades.

⁵² Cf. Hipólito Raposo, *op. cit.*, pp. 138 e ss; cf. *O Paço Ducal de Vila Viçosa sua Arquitectura e suas colecções*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1983; cf. Dionísio Sant’Anna, *Museu-Biblioteca de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, MCMLVIII.

Certo é que, do ponto de vista da organização da Casa ducal esta reproduzia a etiqueta e cerimonial da antiga Casa Real portuguesa. Note-se, aliás, que o estatuto de duquesa era em diversos aspectos da vida cortesã, dos privilégios e das regalias concedidas, idêntico ao de uma rainha portuguesa, que por sinal não existia. Tal não será de estranhar porque se trata da principal casa senhorial do Reino, potencial sucessora ao trono, mas, porque o modelo que organiza a família régia tende a ser imitado por todas as famílias nobres. Neste sentido, da mesma forma que a rainha está sob a tutela jurídica, primeiro do pai e depois do marido, na circunstância, o rei, também a duquesa D. Luísa ao casar adquiriu a dignidade ducal e, neste sentido, não havendo consorte régia, ela é a figura feminina mais importante da hierarquia social e, de igual modo, superior, a qualquer outro elemento masculino, incluindo marqueses e condes, com excepção dos irmãos do duque.

É muito difícil e não é o objectivo desta comunicação traçar o perfil psicológico e moral de D. Luísa de Gusmão, tanto mais que quer sejam encomiásticas ou delatórias, as descrições desta figura carecem de uma abordagem documental comparativa e de um exercício de hermenêutica histórica aprofundada.

Contudo, as descrições de D. Luísa integram-se com facilidade no modelo panegírico de qualidades cristãs virtuosas, preparada para assumir junto do duque D. João II o seu papel de esposa e de mãe. Aliás, tal como os casamentos régios, todos os matrimónios aristocráticos como objecti-

vo central a continuidade da linhagem, legitimando uma estrutura social alicerçada na linha directa da autoridade paterna, da varonia e da primogenitura.

Se é bem verdade que o estatuto da rainha vive condicionado desde os desposórios pelos imperativos de natureza dinástica e diplomática, não é menos certo que o estatuto de duquesa e, neste caso específico da de um reino sem “corte”, não deixasse de cumprir muitos dos desígnios consignados no contrato esponsalício: dar sucessores ao duque, em especial, varões, que assegurassem a sucessão dos Bragança. Tão mais importante quando se tratava da Casa senhorial com direitos jurídicos à sucessão ao trono de Portugal.

Com efeito, D. Luísa cumpriu plenamente esse objectivo, já que, dos sete filhos que teve, cinco nasceram ainda quando era duquesa, a saber D. Teodósio, D. Ana, D. Joana, D. Catarina, D. Manuel, e dois outros já como rainha, D. Afonso VI e D. Pedro. D. Catarina será rainha consorte do rei de Inglaterra e tanto D. Afonso VI como D. Pedro serão ambos reis de Portugal. A sua missão como procriadora cumprira-se plenamente.

Em Vila Viçosa, D. Luísa terá notícia da revolta de 1637-1638. Aí, em 1639, tomará conhecimento da nomeação do duque de Bragança para “governador geral das armas do Reino de Portugal”, por escolha e pressão de Olivares. Aí presencia o estabelecimento de relações hierárquicas de jovens militares com D. João, chefe do maior séquito militar do Reino e da maior rede de solidariedades no seio da nobreza portuguesa; assiste às movimentações do núcleo dos conjurados e às hesitações do duque

de Bragança⁵³ e, finalmente, em meados de Novembro de 1640, será informada de que seu marido aceitava cingir a coroa de Portugal⁵⁴.

Interveniente no curso dos acontecimentos que conduziriam a 1640, ou simples “espectadora”, a duquesa de Bragança colocou-se definitivamente ao lado da sua “nova” família e da emergente dinastia de Bragança. Falecidos os seus progenitores, e nascidos os filhos, D. Luísa assegurara a reprodução dos Bragança. Cumpria o objectivo central do seu casamento: a perpetuação linhagística, a transmissão do património, a consolidação das redes de parentesco. Não

podia, por isso, trair, familiares, amigos e criados. E ao apoiar a Restauração do Reino de Portugal, contra o rival de linhagem, D. Gaspar de Guzmán, o famoso conde-duque de Olivares, cumpria ainda as estratégias e desígnios de um matrimónio senhorial: o engrandecimento das casas que entre si se uniram pelos laços de parentesco. Se para os Medina Sidónia, a malograda conjura de 1641 contra o poder filipino, ditaria o confisco e a ruína da Casa de origem de D. Luísa de Gusmão, 1640 representaria a tomada de poder por uma nova dinastia: a dos Bragança. E com ela a duquesa tornava-se, enfim, rainha de Portugal.

⁵³ Como refere João Francisco Marques, “A unanimidade em torno do candidato brigantino não era, pois, completa. Para muitos, o seu comportamento face ao domínio filipino era ambíguo, se não suspeito, para além de reservas postas às suas qualidades de chefia. [...] Para os mentores da conspiração, ele mostrara-se timorato na resposta vaga que dera ao grupo de fidalgos que o procurara em Almada, em 1639, e nos contactos posteriores já em véspera da data aprazada pelos conjurados. O irmão, D. Duarte, militar ao serviço do imperador da Alemanha, ou mesmo um regime semelhante ao de Veneza chegaram a ser hipóteses consideradas, a fim de substituir o monarca castelhano.”, *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640–668. A Revolta e a mentalidade*, vol. I, Porto, I.N.I.C., 1989, p. 32. Cf. Rodrigues Cavalheiro, “Os antecedentes da Restauração e a posição do Duque de Bragança”, *Congresso do Mundo Português*, vol. VII, pp. 11–54.

⁵⁴ Sobre a conjuntura que conduziu à Restauração de 1640, veja-se António de Oliveira, *op.cit.*, pp. 227–269; idem, “A Restauração”, *op.cit.*, vol. VII, pp. 87–104; António Cruz, *Génese de Portugal Restaurado. Ensaio sobre o advento da aclamação de D. João IV*, Porto, Fernando Machado, s/d; idem, *Portugal Restaurado, Estudos e Documentos*, Porto, Liv. Civilização, 1940. Como refere Schaub, “Les années 1639–1640 sont marquées par la dissolution des liens qui unissent étroitement l’aristocratie et le clergé portugais au gouvernement de Madrid. La ponction fiscale sur les détenteurs de biens de la couronne, la mise en place d’une décime sur les rentes ecclésiastiques, la menace d’une inspection générale des tribunaux, la révision des dossiers des chevaliers des ordres militaires: toute une batterie de mesures vise à faire pression sur les élites naturelles du royaume pour qu’elles contribuent et surtout fassent contribuer à l’effort de guerre.”, *art. cit.*, p. 232. De facto, como acentua João Francisco Marques, “A redução de Portugal a uma província, plano obsessivamente perseguido pelo Conde-Duque, tornara-se claro aos representantes portugueses convocados para a corte madrilena, em 1638 [...]. O assédio holandês à Baía, em 1640, e os ataques no Oriente e em África punham em perigo o Império, temendo-se que com eles fosse inevitável a sua ruína. Apertado pela situação externa, desfavorável à coroa de Castela, Olivares decidira pôr em obra os seus desígnios de anexação de Portugal. Sujeté-lo-ia às leis castelhanas, entregaria a sua esquadra ao comando de um almirante espanhol, obrigaria as tropas de infantaria e cavalaria sob o comando do Duque de Bragança a irem combater os catalães sublevados. Tanto bastou, pois, para os patriotas portugueses se apressarem a planejar a conjura, sabendo que se caminhava para a união de armas visada pelo valido de Filipe IV”, *op.cit.*, vol. I, 1989, p. 34.

Francisco Garcia, um jesuíta de Alter do Chão

Rui Miguel da Costa Pinto

PREÂMBULO

Em 1958 é dada à estampa a obra *O homem das trinta e duas perfeições e outras histórias*. Trata-se de escritos da literatura indiana traduzidos pelo jesuíta Dom Francisco Garcia (em português e latim) na primeira metade do século XVII¹, publicados e anotados por José Wicki.

Entendemos publicar, na íntegra, uma carta não datada ou assinada (ainda que saibamos a sua proveniência) existente na Biblioteca Nacional da Ajuda, redigida por um tabelião, emendada pela mão do próprio e intitulada pelo Jesuíta Jacinto de Magistris² como “Carta do Arcebispo para os Inquisidores em Goa”. A sua conclusão apenas foi publicada por António Baião e José Wicki.

Aqui se refutam as acusações da Inquisição de um processo que coloca dois homens em disputa permanente, o Arcebispo e o seu Arcediago.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Em 1580 nasce Francisco Garcia na vila de Alter do Chão, anteriormente pertencente à

diocese de Elvas, hoje Portalegre-Castelo Branco. Filho de João Garcia e Catarina Gomes entra para Companhia de Jesus, em Évora, a 12 de Junho de 1598, sendo o mestre de noviços de então, o padre Nuno Mascarenhas.

Em 1602 parte para Goa, com mais 58 jesuítas, acompanhados pelo padre Alberto Laércio. Aí termina os seus estudos, sagrando-se sacerdote em 1605. No ano seguinte segue para a *Costa da Pescaria*, em Punicale.

Sete anos depois é enviado para Cochim afim de ensinar Filosofia, torna depois a Goa para ensinar Teologia, entre 1610 e 1611 como lente de véspera.

Em 1612 examina casos de consciência no colégio de Salsete, próximo de Goa, onde aprende o concani (canarim), onde regressa mais tarde, em finais de 1633.

Nos anos de 1613-14 encontramos-lo em Taná e Bandorá³ como superior e procurador.

Faz a sua profissão religiosa no dia 8 de Novembro de 1615 e o ano subsequente ensinava novamente Teologia em Goa, sendo reitor no Colégio de São Paulo e também em Baçaim.

Em 1618 exerce o sacerdócio em Margão⁴, dois anos depois está em Rachol⁵ e em 1623 em Columbo (Ceilão).

¹ Provavelmente na década de 30.

² Nascido em 1606, na diocese de Cremona, dá entrada vinte anos depois na Companhia de Jesus, em Itália. Em 1639 desloca-se ao Oriente onde, por volta de 1644, se torna condiscípulo de D. Francisco Garcia até à data da sua morte, vindo ele próprio a falecer em Goa em 1668.

³ Concelho de Pondá.

⁴ Concelho de Salsete.

⁵ Rachol é uma pequena aldeia que se situa no concelho das Velhas Conquistas de Salsete. Fica na margem esquerda do Rio Zuari.

Superintendia a província de Goa como vice-provincial entre 1629-1630 e laborava havia já catorze anos em diversas cristandades⁶.

Em Janeiro de 1627 sabemos que se encontrava novamente em Rachol, já ministrava três anos Filosofia e cinco anos Teologia.

Fora escolhido pelo rei, em 1633, para coadjutor e futuro sucessor do Arcebispo de Cranganor, Dom Estevão de Brito (que para o efeito tinha mandado vir de Cranganor um livro de língua Suriana), contudo só viria a ser sagrado quatro anos mais tarde, em Goa, pelo Arcebispo Primaz da Índia, Dom Francisco dos Mártires, pelo Patriarca da Etiópia, Dom Afonso Mendes e pelo Bispo de Hierapólis⁷, Dom João da Rocha.

A 3 de Dezembro de 1641, D. Francisco Garcia sucede a Dom Estevão de Brito cumprindo o seu cargo até à data da sua morte em Cranganor.

Entendido no grego, hebraico, caldaico, sírio, canarim e indostano.

EVANGELIZAÇÃO NO ORIENTE

O seu trabalho de evangelização obrigava-o a percorrer o Sul de Cranganor, chegando à Corte do Reino de Travancore onde se depara com a oposição de muitos pagãos.

As missões em meados do século anterior desejavam impor a liturgia latina, a sua língua e a sua hierarquia aos cristãos de rito oriental, como era o caso dos cristãos de S. Tomé⁸ e da comunidade *parava* (pescadores de pérolas, da Costa da Pescaria)⁹.

Antes de tomar posse, e por questões de saúde, D. Frei Aleixo substituiu-o no cargo pelo Arcebispo dos Cristãos da Serra, Tomé Cassanar (?)¹⁰, já que a população local se recusava a ter governador português e este já estava habituado a controlar os arcebispos anteriores, pelo que não desejava abdicar da sua influência.

D. Francisco Garcia limitou-lhe o seu raio de acção. Este contrariado entra em litígio aberto com o Arcebispo, contudo quando era a hora de receber a congrua mudava de atitude, só voltando a criar problemas depois de a receber.

A sua autoridade fazia-se sentir sobre os sacerdotes e autóctones e ainda não tinha havido nenhuma reacção ao seu comportamento, dado que este residia em terras sujeitas a reis gentios os *quaes nestas discórdias tinham grandes lucros*.

Pelo que também o Arcebispo se fazia valer do dinheiro para obter a anuência dos reis gentios aos seus propósitos e conseguir o apoio dos casaneres¹¹ e cristãos.

⁶ Segundo os vários catálogos da Província de Goa (*Goa 24 II*; *Goa 25*; *Goa 27*; *Goa 29*; Rodrigues, Francisco, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões. Esboço histórico. Superiores. Colégios. 1540-1934*. Segunda edição, Porto, 1935.

⁷ Na Turquia.

⁸ Cristãos de tradição litúrgica sírio-oriental. Os primeiros relatos dos viajantes que encontraram comunidades cristãs isoladas na Índia remontam ao ano 345.

Em virtude da sua inculturação, os cristãos de S. Tomé não eram considerados seguidores de uma religião estrangeira. Em última análise, Jesus Cristo era um asiático. Eles consideravam-se plenamente cristãos pela sua fé, e indianos pela sua cultura. Por conseguinte, o cristianismo constituía uma bela e preciosa pedra do fascinante mosaico da sociedade do Querala. In HOMILIA DO CARDEAL CRESCENZIO SEPE EM ERNAKULAM (ÍNDIA) POR OCASIÃO DO 1950.º ANIVERSÁRIO DA CHEGADA DE S. TOMÉ À ÍNDIA E 450.º ANIVERSÁRIO DA CHEGADA DE S. FRANCISCO XAVIER.

⁹ Manso, Maria de Deus Beites, *A Companhia de Jesus na Índia 1542-1622*, Texto policopiado aspectos da sua acção missionária e cultural, Évora, 1999.

¹⁰ José Wicki indica o nome de Tomás do Campo.

¹¹ Nome atribuído aos seus Padres pelos cristãos de São Tomé do rito sírio malabar.

Diz António Franco¹² que o Arceidiago *escrevia cartas cheyas de mil calumnias, e mentiras aos Viso Reys da Índia, Arcebispo de Goa, e aos Inquisidores; dizendo que não queria na Serra aos da Companhia* e que o Arceidiago teria apoios em Cochim.

De acordo com Francisco Garcia, o Arceidiago já se havia correspondido com o Provincial de São Domingos queixando-se dos maus-tratos dos Jesuítas¹³.

Em 1652 chega a Meliapor um Bispo Arménio que se dizia ser Patriarca de Damasco e que vinha governar a Cristandade de São Tomé de Meliapor por causa das muitas cartas que tinha escrito o Arceidiago.

Quando se *soube sua vinda o Padre Reytor da Companhia, dando conta ao Governador do Bispado, e ao Comissário do Santo Officio, reteve no Collegio ao Arménio, para dalli o enviar a Goa, sem tocar Cochim.*

Dois seminaristas fugidos do seminário de Vaypicota vão de encontro ao Bispo Arménio levando deste correspondência para o Arceidiago.

As cartas que este recebera levaram à rebelião de todas as Igrejas Casanares contra os religiosos da Companhia, acusando-os de hereges e cismáticos porque tinham cativo um homem santo enviado pelo Papa.

Os dois seminaristas pedem ajuda à Rainha de Cochim sob o pagamento de 15 mil xerafins para que quando a armada do cabo Comorim regressasse com o Bispo preso, este fosse liberto.

Prevendo o Arcebispo e os Padres da Companhia estas negociações, fizeram com que o Capitão-mor da armada Tristão da Silveira não entrasse no porto, para evitar os petítórios da Rainha.

Antes da chegada da armada, o Arceidiago desloca-se a Cochim com 16 mil cristãos e muitos casanares da Serra para receberem em triunfo o Bispo, persuadindo-se que a petição da rainha teria tido efeito, pois havia-lhe oferecido mil pardaus para lhe entregar os Padres da Companhia.

Segundo António Franco fez a *Rainha suas instancias com o Capitão, e Vereadores da Cidade, para que o Arménio desembarcasse; porém elles se desculparam com dizer, que elles não tinham poder sobre o Capitão mor da Armada: nem este se deteve fora da barra de Cochim mais de dous dias, e dando à vela para Goa deyxou frustradas todas as esperanças dos amotinados, com lhes levar o seu Patriarca, sem nem ainda lho deixar ver dos olhos.* Pagando Francisco Garcia com injúrias em Cochim.

Ao tomar conhecimento da ida do Bispo para Goa, decide o Arceidiago convocar um Conciliábulo no qual declara Francisco Garcia deposto da sua dignidade, dispensando a todos da prestação de obediência ao mesmo.

Francisco Garcia promete dinheiro aos reis gentios¹⁴, em troca da sua obediência, contudo tal não se verifica pois o Arceidiago cobria sempre as ofertas por um valor mais alto. Pede ajuda ao Capitão de Cochim para

¹² Franco, António, *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio do Espírito Santo de Évora, Lisboa, na Officina Real Deslandesiana, 1714.*

¹³ Ver Apêndice.

¹⁴ Ver Apêndice.

os persuadir pela força, mas este e os ministros do rei recusam qualquer envolvimento.

Cinco meses depois da prisão do Bispo, o Arceidiago junta na Igreja de Mangate uma grande multidão de cristãos e *muytos Cassanares ou Sacerdotes*, onde leu uma carta que este lhe escrevera de São Tomé de Meliapor.

O Arménio revela que estando impossibilitado de ir à Serra, tomasse o Arceidiago doze Casanares dos mais importantes e anciões e se fizesse ungir e sagrar Bispo.

Foi *sagrado* no dia de Pentecostes na mesma igreja onde havia discursado, passa a ordenar vigários para as Igrejas onde anteriormente se encontravam Padres da Companhia.

Um dos Missionários escreve a um certo casanar a quem tinha feito favores manifestando a sua estranheza para tal situação, este em resposta diz: *Meu Padre, os Portuguezes há pouco em Portugal tiraram hum Rey, e puzeram outro; assim fizemos nós agora, tiramos hum Bispo, e puzemos outro.*

Perante este estado de coisas, Francisco Garcia pede a intervenção do Papa para que enviasse os seus Comissários Apostólicos com Bulas autênticas e que declarassem aos Cristãos da Serra o engano em que viviam, pois o Bispo não viera de Roma nem o Arceidiago era Bispo verdadeiro.

Envia então o Arcebispo a Roma o Padre Jacinto de Magistris para esclarecer o que se passava.

Um dos doze que sagraram o Arcebispo acaba por lhe pedir perdão, penitenciando assim o seu erro, o mesmo fazem outros, voltando o Seminário de Vaypicota a receber mais cristãos.

Vieram de Roma dois clérigos com bulas papais ordenando que fosse reposta a verdade. O Arceidiago recusa-se a recebê-los como enviados papais mas tão-somente como clérigos. Escreve a todas as Igrejas dizendo que os dois Padres tinham vindo para o assassinar e que traziam muito dinheiro para subornar os reis gentios contra ele, além de que os Breves que traziam consigo eram falsos e produzidos em Goa.

Acusa-os ainda de terem roubado os castiçais, a lâmpada e a caixa de esmolas da Igreja de Repelim.

Um dos Comissários Apostólicos, Padre José de Santa Maria, carmelita italiano chegado de Europa ao Malabar em 1657 apenas se faz reconhecer pelos selos pendentes dos Breves mas não os leu, ainda que, segundo António Franco, a população o tivesse pedido e um deles tivesse respondido que *ainda não era tempo*.

A chegada do Comissário não teria sido nada pacífica, já que de acordo com Francisco Garcia, passado quinze ou vinte dias, este ter-lhe-ia informado de que iria proceder a determinadas diligências junto do Santo Ofício sem antes lhas mostrar, como era obrigação de qualquer inquisidor, daí que o próprio achasse que a acusação não produzia qualquer efeito.

Aconselha-o a ter alguma moderação junto do Arceidiago, ao que este anui, e de *que se abstivesse de toda a jurisdiçam da sua Igreja, nem desse ordens sem sua licença, por quanto o povo se entregara em suas mãos, e se sugeytaria só ao seu governo*.

Segundo Francisco Garcia, o Comissário acusara-o de falsidade e de não querer que o Arceidiago fosse restituído no seu cargo, ainda que este viesse a moderar as suas atitudes.

O Arcebispo responde-lhe que não poderia *revogar a sentença definitiva* nem retirar do lugar o novo Arcediago¹⁵.

Francisco Garcia estava agora desautorizado pelo Comissário, o que o leva a consultar o Provincial da Companhia, bem como outras pessoas e todos lhe sugeriam paciência face à situação. Via assim *que o remédio se tornara veneno*.

Roma havia-se persuadido que só com a deposição do Arcebispo era reposta a normalidade.

Aquando do regresso a Roma do Comissário, este escreve ao Padre Francisco Barreto, ao tempo provincial da Companhia no Malabar, para que não entrasse nenhum membro da Companhia na Missão da Serra, *que assim o deyxava em regimento ao seu subdelegado; e que havia de prohibir com graves penas. Foy esta disposição de grande dano para os Christãos, por não aver outros, que os doutrinassem; porque os companheynos do Comissário, que ficavão, o não podião fazer, por não saberem as línguas Malavar, e Suriana, que ambas são difficiltozas, e as devem saber os Missionários da Serra. Tambem declarou com isto o seu animo, e confirmou, o que por vezes tinha dito, que a Missam da Seea não havia de ser dos Religiosos da Companhia.*

O subdelegado, que fica no lugar do Comissário, vai ao Cabido para que intimassem o Provincial de forma a impedir que qualquer Jesuíta, quer de Cochim quer de Cranganor fosse à Missão da Serra.

Exige igualmente ao Cabido sob ameaça papal, para que não passasse nenhuma certidão abonatória de Francisco Garcia ou de outros Jesuítas.

Acaba por chegar o segundo comissário, um Frade Italiano enviado por Roma a Cochim via Portugal. O outro comissário acabaria por falecer, deixando por subdelegado um seu compatriota polaco.

Com a ocupação de Cochim e Cranganor pelos holandeses o Arcebispo *se meteo pela terra algum tanto afastado da Cidade; e por fim de tudo sagrou por Bispo a hum Cassanar da terra, homem de bons costumes, e elle por via dos Olandezes se retirou muyto a seu salvo, e não quis nada mais de tal governo.*

(...) Pacificou os Régulos gentios, e por em razão ao que tinha convidado os Olandezes; e como elles vinham fiados em grande parte naquele Regulo, vendo que estava de outro acordo, desconfiaram da empresa, e por entam a deyxaram.

(...) Logo que o inimigo levantou ancora; e se fez à vela, deyxando a Cidade desasustada, o Arcebispo depoz o governo, ainda se lhe pediu o continuasse, até se prover Goa: mas como ele só o aceytara por acodir à presente necessidade, e esta se tinha remediado.

O Arcebispo acaba por excomungar e depor o Arcediago, escolhendo para o seu lugar um Cassanar que finda por se retirar e não quis regressar farto *de tanta clausura*.

Já antes, uma testemunha credível ouvira o Inquisidor Apostólico, Paulo de Castelino de Freitas, declarar a sua excomunhão pelas suas constantes insubordinações e heresias, só que o Comissário terá mesmo impedido a publicação das sentenças em Cochim em razão de o Arcediago não ter sido ouvido nesta matéria (também ele refere que não

¹⁵ Ver Apêndices.

havia sido ouvido antes pelo Comissário a propósito da sua destituição), ainda que, como diz Francisco Garcia, este tenha sido admoestado inúmeras vezes, já que a mesma é exclusiva da Mesa do Santo Ofício.

Antes de falecer deixa ao Padre Reitor da Companhia 400 xerafins para que nos dois anos a seguir à sua morte se distribuíssem, mediante uma lista que havia mandado fazer, pelos mais necessitados da fortaleza de Cranganor. Prescinde de mais dinheiro para os dotes de alguns órfãos que tinha indicado previamente.

Para se acodir à pobreza deyxou hum monte de piedade¹⁶, cuja ley era, que quem delle levasse empréstimo, só tivesse obrigação de dar a seu tempo outro tanto, sem mais alguma pensão; porém se no tal tempo não satisfizesse, dali por diante inviolavelmente se lhe não emprestasse coisa alguma do tal monte.

Em Cochim lê-se o breve da deposição já Francisco Garcia era falecido e o Arceidiago acabaria por trazer outro Bispo arménio para governo.

(...) Estando no fim a vida, dizia, que a mayor pena que tinha, e levava comsigo, era não deixar o Arceidiago reduzido. Quando já a doença parece não dava lugar mais, que a tratar de si, mandou chamar escrivão com papel e tinta, e lhe ditou uma carta para o Arceidiago, na qual com palavras amorosas se dohia do seu estado sacrílego, e por ultima despedida lhe pedia pelas chagas de Christo, se restituísse ao grémio da Igreja, de que estava apartado (...) Foy esta carta

dada ao Arceidiago já depois da morte do Arcebispo, e nelle nenhum abalo causou, porque estava mais endurecido que os bronzes.

Francisco Garcia, entretanto já falecido a 3 de Setembro de 1659, com 79 anos de idade, recebe o breve de Roma destituindo-o da arquidiocese em finais de 1659.

Já em Junho de 1653 o Arcebispo e o Capitão da Cidade de Cochim tinham enviado cartas ao Vice-rei Conde de Óbidos D. Vasco Mascarenhas que em reunião de Conselho de Estado o seu secretário as terá lido aos conselheiros. Nelas se retrata o estado alterado da Cristandade da Serra pela desobediência do Arceidiago de que resultava o escândalo da sua sagração e de toda a cristandade que o seguia, queixava-se igualmente o Arcebispo da falta de apoio da Rainha de Cochim que sugeria a suspensão da metade do rendimento da alfândega de Cochim.

O Padre Mestre Frei João Jacinto, aproveitava para atribuir as responsabilidades à Companhia de Jesus e sugerir a substituição de um padre da Companhia por um clérigo ou religiosos de outra ordem para e nas palavras do mesmo *ver se com isso dizistia o Arceidiago de seus danados intentos*¹⁷. Acompanham-no nas suas opiniões o seu companheiro Padre Frei António da Conceição, Padre Frei Francisco da Piedade Provincial da Ordem de Santo Agostinho, Padre Frei António da Trindade Provincial Franciscano, Padre Frei Lourenço da Conceição, e os capuchinhos Padre Frei Jacinto de Deus e Padre Drey Lourenço da Conceição.

Pede-se ao Provincial da Companhia de Jesus Padre Gregório Domingues um pare-

¹⁶ Instituições de Beneficência sob a designação de confrarias, irmandades, albergarias, asilos e hospitais e muito principalmente as chamadas Misericórdias.

¹⁷ Pissurlençar, Panduronga S. S., (compil. e anot) *Assentos do Conselho de Estado*, Goa, Impr. Nacional, 1954.

cer, por escrito, no qual este nunca questiona a autoridade do Arcebispo, elogiando-o pelos seus conhecimentos literários e no saber da experiência, em contrapartida responde às acusações dizendo que o princípio do afastamento dos Jesuítas se baseava em falsa fundamentação, pois que ao contrário do que diziam os Padres da Companhia não tratavam mal os cristãos locais até porque e diz, *se não aponta nenhum caso em particular, com que este roim termo se prove, mais que as queixas geraes assim do Arcediogo como dos Cassaneres que são seus adjuntos o que em direito não faz prova*¹⁸.

O Provincial vê aqui uma manobra diligente em detrimento da Companhia, já que de acordo com o mesmo não terão sido lidas declarações e certidões por parte de pessoas qualificadas acerca dos procedimentos do Arcebispo e da Companhia dos quais constava o contrário do que havia sido dito.

Para o Provincial a causa reside na *afeição que os eclesiásticos da serra tem a fee de Alexandria, e erros de Nestorio que elle chamam fee de sam Thome*¹⁹ (...) e *atribuemnos o Arcediogo, e Cassanraes a roim termo, e demasiada aspereza do Arcebispo, e Padres da companhia.*

Para este é impossível substituir Padres da Companhia já que estes eram então os únicos que conheciam a língua e os costumes dessa cristandade.

Não é pois possível colocar em causa 50 anos de entrega ao trabalho de evangelização naquela cristandade por *queixas mal fundadas, e somente fingidas de hum Arcediogo schismatico, e dos Cassaneres seus aliados taes como elle*²⁰.

Conclui o Provincial que seria de esperar *melhor conjunção, que (...) não tardaria porque huma parte a Rainha de Cochim era já muito velha, e por outra parte avia hum assento feito em concelho de estado que morrendo (...) se ajudasse o Rey velho que era muito amigo dos christãos e em particular do Arcebispo Dom francisco garcia, e como este Rey estava fauorecido de outros Reis alyados seus*²¹.

Outros pareceres apontavam para o envio de cartas, tentando reconverter o Arcediogo à obediência eclesiástica.

Conclui o Conselho de Estado *no que toca a ser contrangida aquella Christandade por armas que não estaua o estado em tempo de nouas alterações de guerra que bastantes eraão os inimigos (...) e também não eram de parecer se retiuesse o rendimento dalfandega da Rainha de Cochim, porque era darlhe occazião de quebra*²².

O Vice-rei pede ao Arcebispo moderação no trato.

Foi o primeiro europeu que transcreveu directamente dos idiomas indianos algumas narrativas e fábulas que o mundo ocidental só viria a conhecer cento e cinquenta anos ou mais após a sua morte.

¹⁸ Idem, *Ibidem*.

¹⁹ Idem, *Ibidem*.

Nestorianos: Doutrina cristológica ligada à Nestório, monge de Antioquia, do século V, que distinguia em Cristo as duas naturezas divina e humana, sem deificação da humanidade, apenas unidas na vontade. A teoria redundava na negação da maternidade divina de Maria. Foi condenada em 431 pelo Concílio de Éfeso. In Schlesinger, Dr. Hugo e Porto, Humberto (Pe). *As Religiões Ontem e Hoje*, São Paulo, Paulinas, 1982. Os nestorianos da Índia seguem a sucessão apostólica de São Tomé, que ordenou seus primeiros bispos.

²⁰ Idem, *Ibidem*.

²¹ Idem, *Ibidem*.

²² Idem, *Ibidem*.

Vincenzo Maria di S. Catarina da Siena²³, a quem Francisco Garcia chega mesmo a emprestar a sua obra, manifesta a opinião de que os cristãos de S. Tomé²⁴ não tinham qualquer interesse em se submeter à sua instância.

O Arcediago que tomou posse ainda não tinha 30 anos, administrava os sacramentos em língua caldeia e celebrava missa em latim.

De acordo com António Franco a cristandade tinha 70 mil cristãos e não 150 mil como haviam dito os Comissários em Roma.



Fig. 1

APÊNDICES

Normas de transcrição elaboradas a partir de: Costa, P.^o Avelino de Jesus da, *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 3.^a ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993

- "Pera" e "per" foram transcritos como "para" e "por";

- Os i, j, u, v, foram actualizados;

- As consoantes geminadas no início ou no fim da palavra foram reduzidas a simples;

- As maiúsculas e minúsculas aparecem de acordo com o uso corrente;

- Nas palavras compostas, união e separação de palavras seguiu-se o uso actual (excepto quando se encontram duas consoantes seguidas);

- Para as letras ou palavras encavalitadas surge o símbolo < >;

- O símbolo [] surge sempre que existe um borrão no documento;

- Quando existem dúvidas na transcrição surge o símbolo ____ ou aparece a palavra transcrita mas com "?";

- Uniformizou-se em todo o texto a palavra silicet entre hífens (-silicet-);

- Uniformizou-se também o uso de espaços, ou seja, estes só surgem após um título ou subtítulo;

- Decidimos manter as notas originais de parte do documento, publicadas por José Wicki, por nos parecerem ainda relevantes à compreensão do mesmo.

²³ Nasce em 1626 em Bormio na Itália onde professa na Ordem dos Carmelitas. Escreve a D. Francisco Garcia como vem referido na sua obra "Il Viaggio all'Indie Orientali".

²⁴ Maria, F. Vincenzo, O.C.D., "Il viaggio all' Indie Orientale del padre F. Vincenzo Maria di S. Caterina da Siena Procurator Gener. de'Carm. Scalzi", In *Venetia*, Apresso Giacomo Zettoni, 1678.

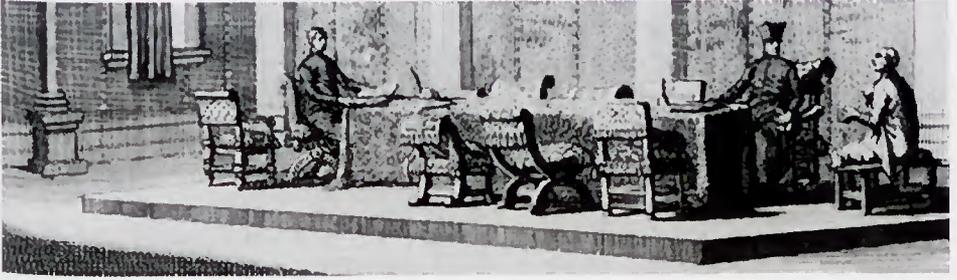


Fig. 2

*Carta do Arcebispo para os Inquisidores em Goa*²⁵

Recebi a de Vossas Mercess de 7 de Setembro deste presente e confesso que não fiquei pouco perturbado conforme aquillo de sabio calumnia conturbat sapientem pello modo com que Vossas Mercess nellas me tratão e me tem tratado ate agora o seu Commissario mas tenho huma consolaçam alem das outras (se consolaçam se pode chamar) que he ter companheiro ao espelho da virtude mestre commu de todos o senhor Martim de Aspicuita Navar o qual se mostra tambem mui sentido na Apologia de redditibus ecclesiasticis de certo doutor o ter tratado de modo que não devia e das couzas por que elle se mostra sentido me quadrão tambem a mim algumas como mostrarei respondendo a de Vossas Megestades e as que o seu Padre Commissario metem feito o que não somente posso fazer por a defen-sam ser de direito natural mas tambem por que sou a isso obrigado nam so como pessoa particular conforme aquillo do sabio ecclesiast 41 ha be curam de bano nomine e ao de S. Paul 2 ad corint melius est mibi moriquam ut gloriam me am quis evacuet e

por outras muitas authoridades da sagrada escritura muito mais por ser Prelado ao qual se requerem as partes que Vossas Mercess sabem da falta das quais me reprendem Vossas Mercess tam gravemente e me censuram tam rigorosamente e em parte o seu Commissario como a meu parecer hei-de mostrar claramente.

E tratando primeiro do Commissario digo que depois de elle chegado a Cochim quinze ou vinte dias me escreveo que elle tinha que fazer certas diligencias da parte do santo officio e que seria conveniente salvo melior iudicio sobre estar eu com a creaçam do novo Arcediago para que o Arcediago se não exasperasse mais ao que eu respondi que ainda que não fosse para mais que para servir a sua pessoa o faria mas que com o que eu tinha chamado para o eleger era ja chegado tam perto como se estivera em minha caza o que alem de muitos ecclesiasticos e seculares mo terem pedido mo tinham pedido tambem o Rey de Carturte e o Rey de Cochim que me favoresem alguma couza nos negocios da Christandade por onde receava com fundamento que se o mandasse desaviados que poderião estes reis tomarsse de mim imaginando que zom-

²⁵ Biblioteca Nacional da Ajuda, 50-V-38, fls. 240-244v.

bava delles em nam fazer o que elles me pedirão e eu lhes tinha concedido pello que podiam sentidos disto não somente nam me ajudar mais mas ainda encontrar-me nas cousas de Christandade e acrecenter que a muitos parecia mais que bem o fazer em outro Arcediago conforme a regra do bom governo divide e os entre os quais hum dos principais era o Senhor Paulo de Castelino de Freitas Inquisidor Apostolico como tinha ouvido a huma pessoa de toda a fe digna e que juntamente determinava de declarar por escomungado ao dito Arcediago por haver tantos annos que andava alevantado contra mim tomando a minha jurisdicam e caet.

A isto me não respondeo mais o Padre Commissario couza alguma antes mandando eu publicar a Cochim as sentenças que tinha dado covem a saber da declaraçam da escomunhão e da privaçam da dignidade de Arcediago (pella obrigaçam que tenho de o fazer conforme ao capitulo (curd 11 ver 53) elle como dizem vello levato inhibio ao capitulo sede vacante de Cochim para que as não deixasse publicar

Perguntei ao dito Padre Commissario pois he mestre que me ensine quem lhe deu poder para in hibre ao ditto capitullo para que nam deixasse publicar as ditas sentenças se he como dizem por eu não citar primeiro ao dito Arcediago nenhum razam tem porque alem de quem o dito Arcediago ser muitas vezes amoestado quando o delicto he tam notorio que nulla tergi versatione caelari possit riam he necessaria citaçam e inspecie de declararatione e por communicationis o tem sanch lib. 6 consil capitulo du 6. onde tratando se pode o ordinario declarar ao religiozo por escomungado neste nosso cazo dis que |____| por que nosto

cazo nam ha conhecimento nem juizo da cauza mas pura questam de facto onde cita navar bib. Consil inicia editione nost. o mesmo tem ra |____| tem 2 que este zegul que 63 art 11 Barb. aleg. 107 numero 75.

A razam disto he por que como nota Albert de Agnos cend assert. q. 32 numero 41 excommunicatio secum trahit denuncia-tionem seu declarationem e non addit vinculum next tex. in cap. pastoral Jeshus verum de appetllat declarato emim escomunicatio-nis est que dam resquae nihil novitribuit L. haeredes palam Jeshu siquid (detestam hac Alb inde etiam huius modinotories non potest appellari asna declarationis Navar cap. Cum contingat deros cript. causa is covar cap. Alma mater jeshu 10 numero 45 quia tune esse tappellari asnacanonis idem dicit Marant de ordem judil b. p. ubi de appel e satis auditur qui non babet defenssonem outras rasois trago para provar isto em huam questam que fis desta materia em particular que inmedium afferri poshunt si haec non sufficient.

Mas dato nom concesso que as ditas sentenças fossem nullas por falta de litaçam quem fes meu Juis ao dito Padre Commissario e para o juis proceder prius de bet constare de certo de jurisdictione e em cazo que o fosse de me ouvir e puxar polla sentença e como o não fez cahio no mesmo erro em que me elle culpou sopposto que procedeo por este <titulo> de falta de citaçam em dar sentença contra o dito Arcediago sem primeiro o citar: E finalmente como lhe constou que eu dera tais sentenças <sem proceder citação feita ao dito Arcediago pois não vio tais sentenças> e se foi como outros disserão por eu declarar Thome Caçonar por escomungado por elle ser sehis-

matico herege a qual materia pertence pri-
vative ao santo officio e que por acudir polla
santa meza o fizera o que parece mas pro-
vavel polo que Vossas Mercess dizem no
derradeiro capitulo da sua e na outra que
me escreveo o dito Commissario responde-
rei a isso quando responder ao dito der-
radeiro capitulo da de Vossas Mercess.

Depois de passados alguns doze ou
quinze dias pouco mais o menos foi o dito
Padre Commissario a Mangate a fazer a de-
ligencias que disia tinha que fazer sem pri-
meiro ma mostrar ou publicar nesta se a
sua comissão como tinha obrigação de o
fazer pois os mesmos Inquisidores tem esta
obrigação ut notat dizect Inquisit 3 p. in
principio e modo poem penha ibid comment
1.º ibi inquisidores quam prium Provinciam
sunt ingressi leteras delegationis quibus
creati sunt os tendere da bent capitulo
maioris ecelesia ubicitat Brunt e simanch de
cathol instituta caveri dicit in Hispania ins-
truct Hispal capitolo 10. Imo e Inquisidores
generales tenentur principi huma commis-
sionis letteras ostendere Mart de juresd
capitolo 1.º numero 1.º e legati alatere idem
tenentur façere nom creditur eimissi litteras
ostendaret Menoch consil 160 numero 72
Henriq e sanch quos citat e sequitur Berin
collect ad cap. Cuminiure de offic de leg.
numero 2 crica medium quod si inquisidores
particulares generalis e legati alatere tenen-
tur suas litteras presentare a fertrori corum
Commissari a did tenebuntur.

A razam disto he por que quilibet index
delegatus non recipit exercitium autem ju-
risdictione antom commissionis presentatio-
nem tradunt casan consil 10 numero 18
guid papa q 286 Anton gab commum lib. 2
leccxcut indic cloe 3 numero 4 ubi numero 6

addit quod procedit e si executor sciat facul-
tatem sibi competere sed non <sunt> lit-
terae presentatae lata Salgado de Portugal
regente tom 2. p. 4 capitulo 6 ex numero 43
ubi numero 60 post molim de just tom 3
disp. 599 numero 2 Nicol Garcia de benef
p.6 capitulo 2 numero 7 cum seqq. addit
Barb. Inconllet ao caput super e o de appel-
let quod licet executor gratiae at quirat juris-
dictionem atempore datae mom tamant
exercere non posse ante presentationem e
numero 61 tenat hoc procedere generaliter
injudice delegato ut pariter non habeat exer-
citiium ante presentatas litteras delegatoris.

Do dito assima se segue 1.º que tudo o
que o Padre Commissario fez ser nollo quod
probo imprimis exillis ubis non posse exer-
cere jurisdictionem verbum enim possum
quo utitur Barb. cum negativa precedenti
tollit potentiam Thom Valasc. allegat 12 no-
mero item 12 e actus incontrario um factus
nihil valet exreg juris beneficium ubiglos ad
finem e Joan Andrade ibid Bart inh galus ff.
deliber e post hum Molim deprimog lib. 2
capitolo 11 numero 12 tiroquel post lages
connubial glos 2 folhas 135 ubi addit hoc
verbum cum negatione precedenti resultere
ac tui ha normitan cap. Siquis de foro com-
pet e inspeciae de legatus nihil possit façere
ante presentationem literarum tenct inspecie
mas chard de prob cloe 4 492 numero 6 ibi
de legatus nihil potest facere nisi prius os-
tentat litteras suae commiss sic colligitur
exul lexand cap. 1.º de fede instum nec
prius et tanquam delegatus tractandus et
constat ex bis quaereturit speculat deprob e
super et vers quia numero 14 e 15 quod e
iam notat anton but in cap. Venerabilis sub
numero 1.º de consib si hujus modi delega-
tus visitare velit non potest nisi ostendat

suam de legationem e si visitaverit aut ex communicaverit nom tinet visitasio nec ex communicatis de bet enim delegatus probare suam jurisdictionem et constituere imperatoris gratiam valent et theod Ir c demandatis Principum haec Maschard quo quio clarius dici non poterit.

Donde se segue 1.º que tudo o que o Padre Commissario fez não produz algum efeito Livro 4 e condenatum ff. dere indic Rot dicis 572 numero 9 p. 1 recent Mendes a cast inprat Lusitana Lib. 3 capitolo 21 numero 42 sequitur barb.in olleat aderegul juris 52 ubi ad dit numero 3 paria esse nullo esse vel esse sine effectum ad quod allegat plures doutores.

Segue-se 2.º que o assento que fez o Padre Commissario com Thome Cacamar e que escreveo a Vossas Mercess o que se assentou na junta o que Vossas Mercess me escreveram e tudo mais que se seguiu do que executou dito Padre Commissario he nullo e de nenhum vigor pois tudo se fundou no exercitio da sua commissam o qual exercitio foi nullo e si fundamentum corrui totum edificium super illud fundatum corrui necesse est.

Escrevendo eu ao Padre Commissario que Thome Cacamar fizera prender por via dos gentios a dous vegairos meus me virem ver e que pusera por vigairo a hum diacono a quem elle dera ordens de missa tais quais elle as po<de> dar não me defferio a nada acerca de Thome Cacamar não somente não o condenando por tam graves excessos mas ainda nem tomou nome para o escrever parece aresseandosse que se elle condenasse ficaria elle exasperado.

Agora depois que vio que Thome Cacamar não defferia ao que lhe prometeo em

que escreveo a Vossas Mercess não sey que cousa fui eu disso que em huma que me escreveo em resposta de três minhas me chama duas vezes de fingido e não pouco menos que diabo na maldade pois acrescenta que o mesmo he não querer eu que Thome Cacamar ficasse ficasse (sic) sendo Arcediago (em cazo que elle se redusisse) que não querer que elle largasse de ser Bispo e eu lhe escrivi que o não podia fazer de novo Arcediago porque eu não posso revogar a sentença definitiva que contra elle dei nem tirar jusquaesitum cumpossessione a novo Arcediago o que nem o Principe supremo pode fazer delle responde a isto ibi e dizer Vossa Senhoria que não pode sobrestar na creação do novo Arcediago he falar por comprimento: e não querer que Thome Cacamar ficasse sendo Arcediago parece não querer que elle deixe de ser Bispo e eu como podia sobrestar na nova eleição se elle ja esta feita depois de dar sentença contra Thome Cacamar de privaçam da dignidade de Arcediago e dada ao novo eleito da qual ja tem jusquaesitum inre cumpossessione e com elle saber que eu tinha dado esta sentença me escreveo que posso sobrestar nella e isso o escreveo la a Goa e não querer eu que elle ficasse Arcediago parece que não quero que elle deixe de ser Bispo por que se nam posso tornar-lhe a dar a dita dignidade como quero que elle a não tenha e muito menos quero que elle não deixasse de ser Bispo porque se eu não posso como quero ou nam quero cuidava o Padre Commissario que pello que o Arcediago escreveo A Vossas Mercess pedindo mizericordia e cat. que ja estava elle redusido e o negocio acabado sendo assi que os doutores ensinam que nos não podemos fiar de hereges

por que habent mel inore aliud agunt e alival simulant quod comfirmatur autoritatae sacrae scripturae 2 ad timot 7 ibi quem admoudum autem Joanes e Mambres restiterunt Maisi ita ebi resistunt veritati homines corrupticirea fidem sed ultra non proficiant e eles mali homines proficient inpejus errantes e merrorem mittemtes faque e nha [] siarchas (a qual he o dito Thome Cacanar) de quibus o liver 2 por fori eclesiast p. 17 numero 60 in fine dicit e orum penitentiam tam quam suspectam e simulatam regulariter non ad mitti ubi allegat simanch Param e Roias de heret numero 61 quod paenitentia dog matutae [] non ad [] nittitur ad vitadam penam ordinariam nisi quando ipse nom requisitus non sitatis non vocatis ad confitendos suos errores accedat mizericordiam implorans quod probat e Penh. cum indiret inquisit e Farianc e incasuo quo hoc deberet fieri cum magna circumspectione ut per simanch quia difficile correguntur e non est facile e iscredendum.

E decendo ao particular de Thome Cacanar se elle não guardou a palavra dada aos capitais de Cochim e ao senhor Vizo Rei D. Felipe dos quais se podia temer que ao menos por via dos Reis gentios lhe fizessem algum mal quanto menos se podia esperar que guardaria a palavra dada a Vossas Mercess pois não lhe podem fazer mais mal que com censuras das quais a elle não doi nada pois não reconhece a Vossas Mercess por superiores. Bem adivinhou isto o senhor governador porque em huma que me escreve me dis assi ibi e quanto ao que eu conheço desta gente e pouca fe e frimeza que tem suas palavras nem ainda creio que o Arce-

diago ha-de dar satisfação ao que prometeo isto dis elle pelo conhecimento que tem desta gente do tempo que foi capitão de Cochim.

Dizem-me Vossas Mercess na sua que me escrevem que o Arcediago me não quer não he couza nova não me querer elle agora porque sempre ou quasi sempre me não quis e foi meu inimigo por causa de lhe eu não querer largar a minha jurisdiçam como consta das certidões do cabido sede vacante de Cochim seus governadores da cidade de sinco capitais que foram de Cranganor e de muitos cidadois principais de Cochim.

A cauza de mostrar que me não quer de novo he porque ajuntando elle muitos cacanares e christãos em Cochim quando o Armenio ali chegou prometendo muitos mil pardaos a Rainha de Cochim para lhe fazer entregar os padres da nossa companhia e eu lho impedimos pelo que ajuntandosse todos na igreja de Matan de Matancheri²⁶ pondo hum santo crucifixo sobre hum bofeite com algumas vellas acesas juraram sobre hum Missal de morrer pelo dito Thome Cacanar contra mim do que esta em meu poder hum instrumento de testemunas que juraram isto de vista por se acharem ali presentes e depois escreveo o Arcediago ao Reverendo Padre prior de S. Domingos que os Padres os tratavão como captivos e peor ainda e rasam dis ser porque abrindo Deos nosso sonhor seus divinos olhos de mizericordia lhes mandara Arcebispo Armenio (não dis logo vejo) aumentar ali de Christo e a Christandade de S. Thome e os Padres lho levarão para Goa esta carta esta tam bem em meu poder.

²⁶ Em Cochim.

Depois se ajuntaram em Repolim a celebrar a festa de Muna noiba onde se leu hum papel por carochandi Cacanar no qual dizia que o Armenio deixara quando foi para Goa hum papel em lingua suriana o qual depois o mesmo carochandi explicou em malavar no qual dizia que elle o dito Armenio dava poder ao dito Thome Cacanar para poder dispensar em todos os gravos prohibidos tirado no p [] e absolver de todas as excomunhois e lhe dava todos os poderes de Arcebispo isto visto D. Joam Christam muito principal e acrecenta que perguntando elle se podia o Arcebiago dar ordens e benzer oleos elles lhe responderão que depois da quaresma so havia de ler outro papel o qual ficava em poder do mesmo Arcebiago para poder dar ordens a benzer os santos oleos (como de facto se leu depois e se pos por obra) e que tudo isto vira elle com seus olhos e ovira com seus ovidos e por elle como casta noire entendera o que se disse em lingua malavar o mesmo testemunho dam outras testemunhas cujos ditos estam bem estam em nosso poder.

Mas diram alguns que pelas forças que lhe fazemos os Padres e eu nos não querem assi o Arcebiago como os Christãos que forças lhes podemos nos fazer estando elles em terras de reis gentios aqui em Cranganor se as fizermos a algum claro esta que nem elle nem outro algum ha-de tornar ca mais e quem crer as certidois juradas que nesta materia passaram pessoas tão calificadas ficara muito certo da verdade e se algum não crer isto mostrava grande paixam e obstinada comtumansia pois não se convence com o dito de tão calificadas testemunhas.

Bem quadra aqui aquillo dos actos dos Apostolos 24.13.61 ne que probare possunt

tibi dequibus menune accusant e 25.4 circumdederunt cum qui venerat ab hiero solimis Judei multas e graves causas obicientes quas non poterant probare Paulo redenterationem ha porem alguma differença na accusaçam de S. Paulo e na nossa porque o Presidente com ser gentio não quis condemnar a S. Paulo sem o ovir primeiro allegando para isso costume dos romanos aos quais a mesma lei da natureza assi ensinou por mais que os judeos por outra parte instavam que o codenasse e aos padres e a mim condenam muitos sem nos ouvirem não mais que pelo que ouvem sem lhes constar mais das nossas culpas que alevantão renas os nossos inimigos contra nos no qual numero podem com mor rasam entrar algumas que receberão cartas de Arcebiago contra a honrra minha e da companhia e lhe responderam sem nos fazerem sabedores dellas e não faltou quem disesse que tam Arcebispo era o Arcebiago como o Arcebispo de Goa e que podia ser sagrado por quatro Parrachos como de facto se fez sagrar e outro que não ha muito que lhe foi beijar a mão e aceitou delle huma esmola e huma carta como de Arcebispo para pedir esmoilas em outras partes.

Dizem mais Vossas Mercess no segundo capitulo ibi aqui em huma junta que fez (esta junta não se fes por si pois quem a ajuntou) ajuntou ao senhor Governador a petiçam de Vossas Mercess como o mesmo o mesmo (sic) senhor me escreveu em huma carta quem foi cabeça o senhor governador nam por que não votou nella como tambem me dis na sua pois junta ou concilio que não tem cabeça he acephalo e não tem algum vigor no que ordena principalmente não se ajuntando nella alguem que

fosse meu superior para me ordenar alguma couza pois como dizem Vossas Mercess quem se assentou que eu pusesse hum governador sendo assim que se assentou se julgou determinou-se sam o mesmo como consta de cab 1 p. decis Aust 30.32.33.25.

E com Vossas Mercess serem partes pois a sua petição se fes ajunta e pelo conseqüente ficaram como autores tiveram voto nella e seguindo a ordem da carta do senhor governador foram os primeiros que votaram ibi inquisidores prelados e caet e os meus procuradores não tiveram voto contra a regra 32 a jujus civilis ibi quae non deo non licent non licent acton no terceiro capitulo me dizem Vossas Mercess que de satisfação ao Arcediago de seus quartéis a palavra satisfaçam suppoem que eu lhos devo e os tenho em meu poder suppoem Vossas Mercess o que não he porque ainda em vida do senhor Arcebispo meu antecussor senão areccadava nada de lhes por muitos annos nem aqui em Cochim onde dantes estiverão quebrados nem no cacabe de carania onde depois se quebrarão do que tenho papeis authenticos em meu poder e se lhe davamos alguma couza era do nosso quando elle corria com nosco como devia e ja que elle agora me não quer nam he razam que queira o meu.

D'ordinaria dos vigairos poucos se recada como a Vossas Mercess sera presentes polla areccadação das mais ordinarias que pagam aos ministros de sua Magestade e ainda que estera quebrada no cabe de caranja alem d'elle estar tam quebrado como todos sabem muitas vezes se manda tomar alguma parte desta ordinaria para concerto d'armada que inverna no norte e ainda o anno passado se tomou a terceira parte

della do que temos papeis authenticos e dessa ordinaria que se arrecada sou obrigado a dar em dobro aos vigairos que me reconhecem para os ter contentes e alguma cousa que sobeja gasto em doze cacanares e chamazes que deixando seus pais e mais e ao Arcediago para me virem reconhecer e tenho em minha caza e como não possam areccadar nada dos benesses da suas igrejas não ha razam que eu os não sustente alem do que eu gasto que he quasi toda a minha ordinaria em peitas que dou a estes reis gentios para que me ajudem a sustentar os que estam por mim alem dos gastos que não forão poucos que fis com mandar ao reino ao Padre Jacinto meu companheiro sobre este alevantamento pelo que sam obrigados a fazer todos estes gastos pois sam causa injusta de se fazerem.

Do vinho sempre provia todos que me pedião ainda em tempo que chegou a valer a pipa a setecentos reis como a todos he notorio e o testificação algumas testemunhas das que por vezes tenho referido.

Dizem Vossas Mercess no capitulo quarto ibi commissario nos escreve que Vossa Senhoria despois de elle hai estar procedera com censuras contra o Arcediago e o privara da digindade e creara outro em seu lugar o castigo da culpa do Arcediago pertence privativamente ao santo officio por ser huma sahisma heretical não ha duvida que tendo-nos tomado deste negocio conhecimento como a Vossa Senhoria he presente e estando o nosso Commissario la actualmente despois de tanto tempo se meteo com este procedimento Vossa Senhoria e deve bem ver e considarar e não proceder mais contra o Arcediago por esta causa nem este parece o meio conveniente para a sua redu-

ção antes mais acomodado para se poder de todo este negocio de tanta improtancia.

Disto que <Vossas Mercess> me escrevem de como o seu Commissario os avisa de hi ter procedido com censuras contra o Arcediago sendo sendo (sic) a culpa sua pertencente ao santo officio privativamente e que não procedera mais contra elle por esta cauza se collige que o Commissario escreveu a Vossas Mercess que eu procedera com censuras contra o Arcediago por elle ser herege sehismatico se elle assi o escreveu como o adivinhou pois não vio a sentença donde somente podia a saber a certeza disto e procedeo com inibição ao cabido para que deixasse publicar as minhas sentenças e tam bem se o escreveu não o podia escrever como Commissario mas somente como pessoa particular.

E valera seu dito como de huma testemunha sem tomar primeiro juramento de quem lho podia dar assi como testemunho do juis como juis se o que dis não consta dos autos mas somente valera como de huma testemunha o Padre Commissario escreveu o que escreveu como pesso particular como me carregam Vossas Mercess de tantas e tam graves couzas fundadas no seu dito particular suppondo estarem ellas mais que provadas.

Dizem mais Vossas Mercess estando hai o nosso Commissario procedeo de tanto tempo e caet. a palavra (hai) mostra que elle estava comigo neste meu Arcebispado e elle nunca esteve comigo e o estar em Cochim pouco importa a sua estancia pois estava como senão estivesse por nunca me veio ver nem mester mostrando a sua comissão ou ao menos faze-la ler nesta se sem a qual diligencia tudo o que elle fes no

meu Arcebispado foi nullo com assima mostrey.

Tam bem nas palavras (como depois de tanto tempo se entremeteo agora e caet. nas quais palavras parece que dam Vossas Mercess a entender que me meti neste negocio quando Vossas Mercess se meteram nella no que parece que houve algum engano o qual não se presume farinac inprax criminal p.3 capitulo 28 numero 4 e 5 e quem se funda nella tha-de provar como affirma Barb. Mesllet ad. Cap. roman decensibus tira que Maschard apud. Ipsum Borb. vis-tentis probationibus ut tenet Balt. E allii e non sufficium vehementes e dolo non videtur faceri qui suo jure utitur e como eu usei do direito que tinha em as dar <as derão> sentenças não se pode dizer que usei d'algum engano as quais mandando eu publicar a se de de (sic) Cochim conforme a obrigação (ao menos na que falava da declaração da escomunhão juxta cap. cura 11 que 3 para Thome Cacanar ser ho evitado naquelle Bispo como excomungado o Padre Commissario inhiho ao capitulo sede vacante para que não consentisse que se publicassem a qual inibição consta notoriamente ser mualida pois eu dei as ditas sentensas por culpas pertencentes a minha jurisdiçam a qual elle impedio impedindo que senão publicassem as ditas sentenças principalmente sendo dadas na primeira instancia a qual he tam privilegiado que ate aos legados prohibe o Conselho Tridentino se ss. 24 capitulo 20 que se nam metam nelle e por isso Vossas Mercess nas palavras que escrevem ibi não proceder contra o dito Arcediago por esta causa não me prohibindo como não podem prohibir que não proceda contra elle em outras.

Et dato e non concessio que eu me tivera entremetido em alguma cousa pertencente privative a lhe santa meza bem puderam Vossas Mercess usar da pratica que corre em Hespanha como testificam <irmanch> cathol instit H. 25 de epis nos Molintract s de jurisdict disp 29 numero 13 colum 28 9 2 e em Portugal como testifica vale de Moura de ensalm sect 3 cap. 1 numero 40 a qual he que no caso sobredito moneatur Praelatus o principe ut illam causam ad sacrum tribunal remittat ut de facto ad monitus est D. Theodosius Archiepiscopus eborensis ab Alberto Cardinali dum nostei regni clanum teneret ut testatur ipse vale ubi. Sup. (qui per spatium octodecim annorum furt deputatus insacro tribunali eborensi e posto que eu o não declarei por escomungado por mais que por ter dado tanto tempo alevantado com a minha jurisdiçam com tudo me parece que ainda que o declarara por escomungado por ser herege tam notorio que nulla tergi versatione celari potest que não procederem in civiliter por que neste cazo nam ha algum conhecimento nem juiso mas somente quae stio facti a qual nem me he prohibido em direito mas so o conhecimento e juiso e como eu possa na minha diaecesi tudo o que me nam he prohibido e quae stio facti ainda nesta materia me nam seja prohibida bem se segue que ainda que o tivera declarado por escomungado ao dito Thome Cacanar por ser herege que fasia por o direito me conceder e disto tenho huma questão que a meu ver mostra isto.

Nas derradeiras palavras dizem Vossas Mercess ibi nem este foi o mais (falam Vossas Mercess do procedimento que teve em declarar por escomungado a Thome Caca-

nar e o privar da digindade de Arcediago parece conveniente para <a>sua reduçam <antes> mais accomodado para se perder de todo este negocio de tanta importância grande reprehensam he esta e que suppoem em Vossas Mercess grande superioridade sobre mim <e> em mim grande sogeiçam para com Vossas Mercess sendo assi que no que toca a reprehensam não tem Vossas Mercess alguma superioridade sobre mim para mo darem no que toca a minha jurisdiçam e ainda na materia de heregia a qual so pertence a Vossas Mercess tambem eu sou não somente inquisidor ordinario ut tenet host. in cap. ad abolend de heretice e ibi felin numero 8 Joan de Anania numero 9 decian tralt criminal hib 6 cap. 21 numero 4 inprio mas tambem sou inquisidor exprivilegio ut habetur clem 1.^a e propter de haeret in illis ubis (tamprediae cesanos e pos) itazech in sum p. 1 dub de hereticis cap. 11 numero 13 inprio ubi addit e por um esse hereticorum judicem juredimino exquibus barb decivre eclesias libi cap. 39 fl. 4 numero 59 probat e puan posse habere familiam armatam coquad ipse sit inquisitor e inquisitores illam possint habere e licit hodie quo ad aliquo inquisitores id possint per solos prestare tamen saltem inferendis suis e pus est illorum coinder ut est notum invire por onde posto que Vossas Mercess por representarem ao sum Pontif tenham alguma periminencia sobre mim he so por representaçam mas no mais e na realidade da cousa distam Vossas Mercess tanto de mim quanto todos sabem.

Tambem mui grave sencura e dam Vossas Mercess ao que neste particular tenho obrado a qual demanda em Vossas Mercess mui supereminente sciencia e em

mim summa ignorancia (salvo que se atribua a maldade o que nam se pode crer) neste negocio de deitar a perder de todo este negocio por ter declarado por escomungado a Thome Cacanar e privado da digindade de Arcediago depois de o ter sofrido por espaço de dez ou doze annos sem elle mostrar algum arependimento de tantas e tam graves culpas que tinha cometido antes se mostrar cada ves mais obstinado e incorrigivel como he tam notorio e ja que Vossas Mercess me arguem de ignorante hei-de mostrar a Vossas Mercess muita claramente que não pequei no que obrei por ingnorancia mas antes que a fis foi com muita sciencia e com muita purdencia.

A todos não so ha-de parecer bem mas ainda convencer que seguindo-nos os preladados inferiores no que os sum pontifices tem feito que neguem os podera condenar mas louvar pois se segue <os> a quem tem por prototipo pois sabem Vossas Mercess e todo mundo como se houverão os sum pontif com aquelles que lhes tomavão sua jurisdicção e andavam alevantados contra elles os escomungavão e declaravão por tais o que em espicial temos por exemplo a S. Gregorio Papa a qual escomungou e declarou por tal ao patriarcha de Constantinopla por se nomear por Patriarcha ecumenico que he o mesmo que fazersse outro Papa igoal a S. Gregorio o que fez com saber que o dito Patriarcha se se lhe havia de dar pouco da dita escomunhão mas para que todos temessem a seos e o evitassem por escomungado e tambem para verem que elle fazia sua obrigaçam em cortar o ramo seco seco (sic) da igreja e do mesmo modo se houveram outros Papas anam so excomungando aos perlados mas ainda a

muitos emperadores reis do <que> tam cheias as historias.

Do mesmo temos infinito exemplos em os principes creavam outros contra os que lhes nam obedeciam para estes de novo creados ou [___] semdo de todo [___] alevantados ou ao menos diminuiran seu poder o que poucos annos ha ouvimos que fes o Rei de Castella o qual para recuperar algumas fortalezas que o Rei de <ponça> lhe tinha tomado em Italia fez alevantar hum contra Rei ao de França e enquanto elles pelejaram elle recuperou as ditas fortalezas eu e o Arcediago que eu criei contra Thome Cacanar nam pode tanto com elle he por que Thome Cacanar sendo Arcediago se apoderou por força da herança do Arcediago passado a qual nam pertencia a Thome Cacanar mas elle Arcediago de novo creado conforme ao costume desta Christandade e por isso como tem Thome Cacanar com o que peite aos reis gentios que não olham mais que apeitas não pede com elle o Arcediago de novo creado por nam ter com que peitar como elle tem consta logo do assim dito que pois eu imitei no que fis assim asum Pontifices mas tambem aos mais principes não se podera dizer que o que <eu> fis na materia sobre dita com ignorancia mais que carsse e supina pois imitei a tam sabios sum Pontifices e Principes.

Non modici zali e constantia reliquit hoc nostro seculo nobis S. Cardinalis Berronius Mediola nensis Archiepiscopus quia Magistratus eiusdem civitatis male se habuirit cum ipsius apporitore primario quem torsum in exilium miserunt cum ab omni avo ipse cohorte armata uti consueverat facinoris Auctores ab ecclesia communione separavit et Pius S. u praesidi Mediolanense e

duobus primariis senatoribus e o quod causam foloci facerent ad dicendam causam coram sediem dixit e Regi scripsit sepotestate quam adeo acceperat in id interpositam in eius modi causis sanguinem et vitam profusurumtan dem post varias consertationes nonnille e Regiis ministris quorum erat maior culpa medio dans solem niritu publice proforibus eclesia maximae absolutionem ab. Archiepiscopo informa eclesiae suscipere, compu qual it sunt haec spondanus continuator Annalium eclesiast.

Com tudo quero mostrar a Vossas Mercess que o que eu fis nom por ignorancia nem por falta de saber porque ha quarenta e oito annos que li hum curço de philosophia²⁷ e depois ensinei por muitos annos theologia especulativa e moral e tenho tal noticia alem de theologia do direito canonico e civil e tenho composto nestas materias muitos tratados os quais não forão pouco aceitos a quem os leo e estudo quanto os negocios me dam lugar de modo que tenho composto nas materias destas sciencias hum vocabulario de doze mãos de papel e nem por isso deixei de me aplicar ao estudo da<s> linguas destas partes porque sei a lingua Panddi²⁸ que he o que corre em Nadure e na Pescaria e sei escrever e ler nella como na nossa portuguesa e do mesmo modo sei Malavar na qual tenho composto e escrito por minhas

mãos dous vocabularios Portugues Malavar e Malavar e portugues posto que os nam julgo por feitos por nam ter livros livros (sic) por onde lea como compus os de < Goa>²⁹ por ter muitos livros de lingoa a qual sei mais que bastantemente como Vossas Mercess se forem servidos se poderam informar dos Bramenes de falsete principalmente dos d'aldea de Margam e do Lotulim³⁰ nas quais igrejas fui vigairo onze annos sei ler tres letras da mesma lingoa a primeira se chama chalantra³¹ que he a ordinaria a 2.^a na qual se escrevem os livros da lei dos gentios e suas historias³² a 3.^a se chama palea Nagara³³ a qual sabem poucos ler sei mais a lingoa suriana³⁴ que he o que corre nas couzas da igreja nesta christandade e a letra suriana della e a do Monte Libano³⁵ a qual lingoa dista desta da serra como a Castelhana da Portuguesa aprendi mais a letra hebrea por ter todos os pontos que servem nesta escriptura como servem na nossa as vogais conforme a isto parece que em mim pouca ignorancia pode haver bastante saber sim.

A experiencia tambem nam me falta por que governei todos os cargos maiores desta provincia por muitos annos fui vigairo das christandades por espaço de desaseis annos na costa da pescaria de Travancor de salsete de Goa e do Norte em todo este tempo por mercê de Deos e não fui tochado em couza alguma de substancia quando o

²⁷ Ensinou filosofia em 1609, como resulta dos Catálogos da Província de Goa (cf. a Introdução, p. 1). O curso durava, por via de rede regra, três anos (provavelmente este terá sido de 1607-10).

²⁸ O Tamil pertence à família das línguas dravídicas, que agrupa diversos idiomas da Índia meridional. As primeiras impressões em tamil remontam ao séc. XVI, após a introdução da imprensa, em 1577, por parte da missão portuguesa do Malabar - <http://www.imultimedia.pt/museuirtpress/port/alfa/v17.html>

²⁹ A palavra Goa foi acrescentada por mão de D. Francisco Garcia. Concelho de Salcate.

³⁰ Cf. a palavra *chalaní*, corrente, ordinário (DALGADO I 252, II 18).

³¹ O sânscrito, ou *devandgari*. Explica DALGADO.

³² *Palaiya*, antigo; *nágari*, sânscrito. Trata-se do alfabeto grantha.

³³ A língua síria.

³⁴ A Síria ocidental.

Arceiago passado³⁶ se alevantou contra o senhor Dom Francisco Ros³⁷ eu estava em Cochim quando o mesmo se alevantou contra o senhor Dom Estevão de Brito³⁸ eu era preposito da caza professa³⁹ e seu procurador para com o senhor Conde de Linhares⁴⁰ e para com essa santa meza logo experiencia tambem não me falta a qual com a sciencia sam <os> dous pollos que mostram por onde os que governam se ham de reger e faltando qualquer delles nam pode haver bom governo porque ainda que hum seja muito letrado senão tiver experiencia raramente acertara ao seu governo e pelo contrario ainda que tenha pouco saber se tiver muita experiencia acertara em muitas cousas como vemos acontecer assi no governo secular por onde he proverbio que a experiencia he mai da sciencia principalmente nas couzas maiores se⁴¹ tambem com experiencia mai da purdencia em tanto que o dis Aristoteles que não pode hum mancebo ter purdencia porque não pode ter experiencia.

Particularidades acerca da vida de D. Francisco Garcia arcebispo de Cranganor e da christandade da Serra, ou dos cristãos de S. Thomé⁴²

Foy natural de Alter do Cham em Alentejo, villa do ducado de Braganza. Seus pays foram nobres e dos primeiros daquella terra.

Partio para India sendo theologo, sendo procurador o P.^e Alberto Laertio da Provincia do Malavar, e naquella monçam foram 63 da Companhia, que todos chegaram com saude em varias naos⁴³.

Leo philosophia, tendo no cabo as mesas, e foram as primeiras e derradeiras que se fizeram na Índia. Leo depois theologia speculativa e moral varios annos.

Esteve nas christandades da Costa da Pescaria, de Ceilam, de Salsete de Goa e do Norte, fazendo em todas grandes serviços a Deos e conversam das almas.

Foy admiravel em saber as lingoas, dizendo por isto muitos que elle tinha dom de lingoas, polla facilidade com que as fallava tam diversas entre si. Soube as lingoas canarina⁴⁴, industana⁴⁵, chingala⁴⁶, malavar, tamul, sonscada⁴⁷, grendam⁴⁸ e caldea⁴⁹. Compos em varias lingoas vidas de santos, meditações, dialogos; confutou os erros dos gentios, persuadindo com rezões as cousas de nossa santa fé, em estilo muito douto e aceito a todos.

³⁶ Cruz, Jorge da (cf. Card. E. Tisserant, *Eastern Christianity in India*, Bombay, 1957 48-49 53 55-56 63).

³⁷ Arcebispo 1600-1624.

³⁸ Arcebispo 1624-1641.

³⁹ A Casa Professa de Goa.

⁴⁰ D. Miguel de Noronha, Conde de Linhares, vice-rei da Índia 1629-1635.

⁴¹ O amanuense parece ter escrito a carta ditando-lha e não alcançou tudo.

⁴² Particularidades a cerca [d]a vida de D. Franco Garcia Arcebispo de Cranganor, e da christandade da Serra, ou dos xpãos de S. Tomé [Manuscrito] - Descrição em: Moniz, José António, *Inventario*, Secção XIII, Lisboa, BN, 1896.

Segundo José Wicki redigido pela mão do Padre Jacinto de Magistris entre finais de 1659 ou 1660. Transcrição actualizada por nós.

⁴³ O P. Laerzio (Laércio) italiano de Orte, onde nascera em 1557, foi para a Índia a primeira vez em 1579. Com a mencionada multidão de missionários tornou a ela em 1602. Foi vice-provincial de Goa e, de 1605-11 e 1625-29. Provincial de Malabar. Faleceu em Cochim em 1630.

⁴⁴ O concani. Vide Dalgado, Sebastião Rodolfo, Glossário luso-asiático, Coimbra, Academia das Ciências, 1919-1921.

⁴⁵ O marata, não urdu ou hindustani. Assim se lê no necrológio também do P. Stephens. que este sabia o hindustani. em vez de marata (cf. G. Schurhammer, *Der Marathidichter Thomas Stephens S. I. Neue Dokumente*, em Archivum Historicum, 1957).

⁴⁶ Singalês (cf. Dalgado, II 274).

⁴⁷ O sânscrito. (cf. Dalgado, II 287-289).

⁴⁸ Grantha, «livro», o alfabeto «palea nagari» de D. Francisco Garcia.

⁴⁹ A lingua síria.

Fez varios dictionarios, vocabularios, grammaticas e outros libros para se aprenderem as ditas lingoas facilmente.

Sendo Arcebispo, gastou muito dinheiro a fim de se poder emprimir em algumas lingoas livros para a dilataçam da santa fé; porem nam lhe socedeo por ignoranza de officiaes.

Foy na Companhia procurador, reitor dos collegios de Baçaim e de Goa, preposito da Casa Professa, vice-provincial, visitador e provincial; depois de 55 annos, eleito e sagrado Bispo de Ascalona; e Arcebispo de Cranganor 17 annos e 9 mezes, morrendo aos 3 de Setembro de 1659.

Abhorreceo tanto as dignidades que quando lhe deram a nova da eleiçam em Bispo, logo lhe deu hum vagado, outro no dia que foy consagrado Bispo, o 3.^o quando por morte de D. Estevam de Britto seu antecessor, ficou elle Arcebispo.

E para bem governar, mandou logo pintar na sua sala os prelados que foram da Companhia, bispos, arcebispos, patriarchas e cardiaes para que tivesse sempre diante de seus olhos exemplos de casa para os imitar.

Visitou por vezes o seu arcebispado todo em terras de gentios, nam perdoando a trabalhos para consolar e ajudar seus christãos, os quais sempre se reconciliavam com cousas de devaçam, com vestidos, armas e outros presentes. As igrejas do arcebispado, de sua casa fez muitas obras, como suppellectiles de calizes, vestimentas, dalmaticas, capas, paineis e outras cousas, procurando tambem muitas com o dinheiro das mesmas igrejas, as quais sempre procurou fos-

sem limpas e ornadas, de modo que atraissem os animos dos christãos para as frequentarem.

Abhorreceo sempre na sua christandade as devações de noite, assi antes de amanhecer como na propria noite na coesma a visita dos paços com as portas das igrejas abertas ou ladainhas e outras devações dizendo ser este abuso e occasiões de mil offensas de Deos.

Teve grande zelo do bem das almas procurando fossem suas ovelhas coltivadas por todos os modos, e assi aos vigarios diligentes costumava sempre dar algumas peças, como aos missionarios da Companhia.

Foy sempre enclinado a amparar orfans e isto té que tivessem estado e ficassem sem perigo e nos derradeiros annos foy tam liberal em fazer esmolas que corria risco de ficar sem nada, dizendo que as esmolas eram tochas que lhe hiam diante.

A sua casa parecia de religiosos, ainda que tivesse nella varia sorte de gente. Por seus familiares teve sempre os melhores musicos, para que lhe servissem na Se teve clerigos do seu arcebispado continuamente, para que deste modo fossem mais domesticos.

Sempre procurou fazer destrarem meninos em varias danças, para que accompanhassem as procissões, tendo-lhe feito diversos vestidos para este so effeito envençam de que nas visitas procurava muito para convocar a gente a igreja, a crisma, etc.

Para isto sempre fazia fallas, vaiapos⁵⁰ entermezes e outras cousas semelhantes pollas quais concorrevam os povos muito para as ver em que depois tinha o seu intento para os adoutrinar, etc.

⁵⁰ Vai-após, jogo português, parece o mesmo que vai-te-a-ele ou esconde-esconde.

Sempre foy escrupuloso em dar ordens, dizendo que nam daria conta a Deos das que tivesse negado.

A sua gente de casa se confescava frequentemente, dizia as ladainhas jontamente duas vezes no dia e outras devações.

Tinha varias casas as quais todos os meses repartia suas esmolas, costumando dizer que o melhor dia do mes para elle era o primeiro por ser dia em que distribuiva o dinheiro as familias pobres.

Cada dia dizia a missa porque, dizia elle, nem queria que as almas do purgatorio se queixassem delle: foy destas particularmente seu devoto para as encomendar a Deos alem da missa que dizia, ouvia outra de joelhos, visitando entre dia a sua capelinha.

Sendo prelado conservou sempre o exercitio da vida religiosa em se allevantar polla manha cedo, em fazer sua oraçam mental, ezames, ler a liçam espiritual e outros exercitios religiosos, tendo cada vez mais conceito da sua Religiam e do seu santo fundador⁵¹.

Teve particular affeição al Rey D. João⁵², nam so como vassallo, mas como filho desejando sempre suas grandezas; e assi nam perdoava a gastos ou para refazer os muros da fortaleza de Cranganor, ou para a paga dos soldados, ou para vigias em occasiam de sospeita de guerra, andando elle mesmo com seus clerigos a rondar de noite.

Tinha em sua casa muitas armas de fogo, lanças, espadas, polvora, pilouros, morram, etc. para as emprestar em tempo de necessidade; e foy parecer de todos que por seu respeito ficou em pe a fortaleza de

Cranganor, pollo grande cuidado que teve em tudo de a conservar e nam ser tomada do gentio.

Por isto sendo de 80 annos, vindo os olandezes sobre Cochim por ver a cidade que o capitam nam tinha talentos para a saber defender, ainda que estivessem muitos portugheses que tinham estado em grandes governos, a cidade obrigou ao Arcebispo a ser seu governador e defende-la do perigo em que estava, como depois esteve com 17 naos olandesas que a vieram cercar Ouvesse o Arcebispo com tanta diligencia pollo dinheiro gente e munições que ajontou para defende-la que sabida tanta prevençam, os olandeses se partiram muito enfadados, pollos grandes gastos que tinham feito em vir a essa cidade com infinita gente e tantas naos.

Foy inimigo de receber presentes de nenhuma sorte antes elle para o bem da sua christandade, que estava espalhada nas terras dos gentios para os ter mais benevolos continuamente lhe mandava varias peças, com que governava como se fossem terras sogeitas a coroa do rey de Portugal.

Quando via qualquer offensa de Deos, ou apertos com seus christãos pellos capitães d'el-Rey, de varios modos lho fazia saber e nam desistia disto te que nam estivessem no seu estado primeiro, nam arreceando de quebrar com elles e dizer-lhe as verdades como era necessario.

Vendosse ja apertado da idade de annos 81 com alguns achaques, e principalmente por varias molestias que teve de varios, por nam fazer bem o seu officio, vendo que per-

⁵¹ São Inácio de Loyola.

⁵² D. João IV.

dia o gosto do comer e o estomago nam lho consentia trattou de se aparelhar a morte dispondo de varias cousas como repartindo esmolas e assi deixou por dous annos dinheiro para se repartir as casas pobres, como elle fazia sendo vivo todos os meses.

Deixou dinheiro como em hum monte de piedade para se emprestar à gente pobre com esta condiçam que quando nam o resstituisse, aquelles nunca mais se empresstasse cousa alguma, e isto so para a gente de Cranganor.

Fez repartir dinheiro e seus vestidos a casas pobres a seus familiares deixou dinheiro para tornarem para suas terras e para ficarem em sua casa te que tivessem embarçam commoda para partirem.

Deu carta d'alforria a todos seus moços e dinheiro para se poderem remediar naquelles principios.

Mandou fazer huma roupeta nova, hum ornato da tomba, caixam e outras cousas para o seu enterro e sepultura.

Teve particular devaçam as onze mil Virgens⁵³ para ter huma boa morte, e assi a preveo dizendo que era a derradeira doença, tomando o aviso da morte sem nenhum sobresalto nem inquietações tendo sempre na boca salmos que rezava no tempo de sua doença que durou perto d'um mez, e actos d'amor de Deos com que se consolava.

Desejou de morrer no dia da Assumpçam⁵⁴ ou oitava da Senhora por dizer que eram bons dias.

No dia do seu enterro fez repartir esmolas a todos os pobres e em particular aos

seus meninos filhos de gente pobre, aos quais elle todos os dias costumava fazer dar de almoçar.

Tambem fez distribuir a sua roupa branca e muitos pedaços de pano para se vestir a gente pobre.

Recebeo o SS. Sacramento na sua sala, diante de todos, aos quais disse que perdoava, como pedia perdam dos desgostos que lhe tinha dado no seu governo. Recebeo a S. Onçam respondendo elle a tudo com grandissima paz e sossego d'alma.

Por 30 dias se lhe cantaram duas missas cada dia, huma em latino conforme o rito romano, a outra em siro caldaico por ser aquella christandade de S. Thomé apostolo, aonde se continua ainda oje o rito caldeo approved pellos Summos Pontifices.

Antes de morrer se despedio com cartas dos RR. cabidos de Goa e Cochim⁵⁵, dos senhores governadores do Estado da Índia e da cidade de Cochim.

Por vezes dizia que sendo estado 63 annos na Companhia, nam se lembrava de ter offendido a Deos nunca mortalmente.

Foy muito devoto da B. Virgem procurando com todos de aumentar sua devaçam, por merecer dos homens toda a lembrança, de agradecidos pelos officios que faz de continuo por elles diante de Deos.

Teve grande conceito da santidade do S. P. Ignatio e da nossa religiam, queixandosse muito por ver que havia grande mudança do seu primeiro ser e virtude antiga.

Foy muito prudente e precatado sempre em todas suas acções e governos e sendo

⁵³ Santa Úrsula e companheiras, mártires de Colónia.

⁵⁴ 15 de Agosto.

⁵⁵ Então não havia Bispos em Goa e Cochim, por o Papa não ter ainda reconhecido a restauração da independência, proclamada em 1640; por isso escreveu D. Francisco Garcia aos Cabidos.

suddito na Companhia, resgou por vezes duas e 3 vezes as cartas escrevendo a seus superiores, quando via que tinha escrito alguma palavra de mais por nam faltar a reverencia devida aquelles.

Soube canones perfeitamente aritmetica, musica, tendo genio e talento particular para qualquer arte liberal e mecanica.

Foy de temperamento natural sanguinho e ainda que fosse sogeito a se gastar, no obrar tinha ganhado tanto na virtude que parecia fregmatico.

Isto he brevemente o que me occorre acerca de D. Francisco Garcia arcebispo de Cranganor, do qual por muitos annos foy seu companheiro e confessor.

Agradecimentos: Dr.^{as} Isabel Henriques e Maria Emilia Jana.

BIBLIOGRAFIA

- FRANCO, P. António. *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal*, Biblioteca do "Apostolado da Imprensa", Porto, 1931.
- FRANCO, P. António. *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio do Espírito Santo de Évora*, Officina Real Deslandesiana, Lisboa, 1714.
- MANSO, Maria de Deus Beites. *A Companhia de Jesus na Índia 1542-1622. Aspectos da sua acção missionária e cultural*, (texto policopiado), Évora, 1999.
- MARIA, F. Vincenzo, O.C.D. *Il viaggio all' Indie Orientale del padre F. Vincenzo Maria di S. Caterina da Siena Procurator Gener. De 'Carm. Scalzi*, in *Venetia*, Apresso Giacomo Zattoni, 1678.
- PISSURLENCAR, Panduronga S. S. (compil. e anot) *Assentos do Conselho de Estado*, Imprensa Nacional, Goa, 1954.
- RODRIGUES, Francisco. *A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões*, 2.^a ed., Tip. Fonseca, Porto, 1935.
- SCHLESINGER, Dr. Hugo e Porto, Humberto (P.^o). *As Religiões Ontem e Hoje*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1982.
- WICKI, José. *O homem das trinta e duas perfeições e outras histórias: ms. Opp. NN. 192 do Arq. Rom. S.J. / escritas da literatura indiana trad. por Dom Francisco Garcia*, Agência-Geral do Ultramar, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1958.

A Fronteira do Caia e do Guadiana: um espaço aberto de aproximação, violência e marginalidade (1850-1910)

Arlindo Sena

1. UMA CONJUNTURA DE PROGRESSO, APROXIMAÇÃO E VIZINHANÇA

A partir de meados do século XIX, a região do Caia constituiu um ponto fundamental na vida económica e social de Elvas e Badajoz. De facto, os contactos entre as duas cidades fronteiriças foram bastante dinâmicos e significativos até ao rebentamento da Guerra Civil de Espanha. A conjuntura de paz, o progresso dos transportes e um conjunto de obras públicas como as estradas distritais, a ponte de acesso ao Caia e um pouco mais tarde a inauguração da Linha de Leste ampliaram e dinamizaram, o transporte de pessoas e mercadorias em todo o espaço geográfico em caracterização.

Concretamente, uma das grandes obras que maior contribuiu na dinamização das relações entre elvenses e pacenses, foi sem dúvida a abertura da ponte do Caia em 1856, mandado construir pelos dois governos ibéricos, para facilitar o intercâmbio de pessoas e mercadorias com o país vizinho. Na verdade o Caia, que já não possuía a navegabilidade dos “tempos medievais” quan-

do a sua função era deveras determinante na circulação e distribuição de cereais juntos dos povos situados na sua rota¹, era contudo um obstáculo considerável à circulação de pessoas e mercadorias: «*A pesar del creciente paso de gente entre ambos lados de la frontera, en el camino real a Portugal no existía puente sobre el río Caya, (...) al ser difícilmente vadeable, con uña pequeña barca, insuficiente para transportar cabellarías o cargas pesadas, lo que obligaba con frecuencia a dar rodeo de más quince kilómetros hasta la puente da Campo Mayor*»². As ligações ao longo do concelho de Elvas, com a Extremadura espanhola, tornavam-se uma preocupação da «classe política local». Uma das primeiras estradas de macadame do concelho que iria ligar a cidade de Elvas à freguesia da Ajuda e as reflexões de carácter económico sobre a necessidade de uma ligação com Olivença, eram frequentemente discutidas e notícia na imprensa periódica elvense: «*Sabemos que o nosso deputado tem todas as esperanças de conseguir a restauração da Ponte de Olivença*»³. Aliás, esta visão de interesse eco-

¹ Em meados do século XIX, “O Transtagano”, n.º 37, 6.9.1860, questionava onde estava o grande rio do Caia, da seguinte forma: «Onde está essa abundância de águas e esse grande rio Caya, que permitia a passagem por cinco portos? O Caia, é hoje um riacho, mesmo no Inverno, em toda a sua extensão».

² Alberto Gonzalez Rodríguez, História de Badajoz, p. 344.

³ “O Elvense”, n.º 34, 30.1.1881.

nómico por Olivença, ocorre num período de desenvolvimento da agricultura elvensê uma vez que em 1861, quando a Câmara de Elvas optou por arranjar a estrada para a Ajuda as críticas sucederam-se como podemos ler: «*Que negócio temos com Olivença? Nenhum. Procurar comodidade dos estrangeiros, quando eles só procuram interesses e lucro não nos dão. (...) Quisemos atingir as razões que a Câmara Municipal tem por optar pelo arranjo da estrada de Olivença e não pela de Santa Eulália. Ainda não podemos atingir com uma razão uma vantagem pública*»⁴.

Em menos de uma década de circulação e trânsito pela ponte do Caia, em Portugal o esforço do projecto político e económico do governo da Regeneração, acabaria por beneficiar toda a região do Alto Alentejo, depois de concluída a ligação entre o Norte e o Entrocamento, decisiva para estabelecer de seguida uma linha férrea até à fronteira do Caia. Assim, em 14 de Setembro de 1859, o governo português chegou a acordo com o financeiro espanhol D. José Salamanca com o objectivo de concretizar este projecto⁵. Todavia a estrada e a ponte do Caia, foram mais importantes no estabelecimento das relações de aproximação e vizinhança entre as populações da raia, que sofreram um notável desenvolvimento a partir das décadas de 60 e 70. As carroças dos principais comerciantes de Elvas circulavam com frequência quase semanal em direcção a Badajoz, onde se abasteciam de produtos agrícolas e quinquilharias no mercado mais

próximo da fronteira⁶, situado no centro praça militar de Badajoz, do outro lado do Guadiana. Em Elvas, a presença de mercadores, almocreves e comerciantes era diária. Chegavam pela manhã, deslocando-se às hortas de Elvas e ao mercado da cidade situado na Praça D. Manuel⁷. Tal presença era motivo de preocupação geral, uma vez que o abastecimento da cidade ficava comprometido e os mercadores na procura do lucro vendiam os produtos a preços mais elevados em função da procura. A “Democracia Pacífica”, na sua edição n.º 84, reflectia sobre esta situação «...*levam-nos tudo: hortaliças, legumes, frutas e mais mimos que este belo torrão produz: de maneira que começamos nós pior e mais caro! Não nos agrada tal liberdade de comércio. Pelo menos devemos estabelecer que os estrangeiros só pudessem comprar na praça da república e depois de certa hora*».

Porém, estas preocupações eram comuns e tornavam-se visíveis sempre que a conjuntura económica portuguesa ou espanhola, apresentava sintomas de crise, normalmente provocados pela desvalorização da moeda ou ainda por medidas protectoras, como a tomada em 1892 pelo Director General de las Aduanas, no âmbito de um controlo mais eficaz da circulação de produtos em todo o espaço fronteiriço espanhol, onde o comércio legal quase não se distinguia do contrabando. Tal medida estabelecia, o fim da chamada «Guia», que permitia a livre circulação por um período de seis meses, com direito a renovação aos comerciantes e la-

⁴ “Voz Alentejo”, n.º 41, 19.6.1881.

⁵ Contrato de 14.9.1859, Coleção de Legislação Oficial, 1859, de 2.1.1853.

⁶ Hoje deslocado para o Campus Universitário da Universidad de Extremadura, com a função de Biblioteca.

⁷ Actual Praça da República.

vradores, portugueses. Curiosamente seria a posição dos comerciantes de Badajoz, que tomaram uma posição de evidente solidariedade com os seus companheiros portugueses, uma vez que o intercâmbio comercial era então uma prática já consolidada desde meados do século XIX, dirigindo-se por carta ao Director General de las Aduanas: *«Los que suscriben del comercio, labradores y vecinos de la ciudad de Elvas (Portugal) plaza fronteriza á 17 Kilómetros de Badajoz, se vem obligados à molestar la atención de V.Ex^a exponiendo respetuosamente, que dadas las buenas relaciones comerciales entre ambas poblaciones se vem precisados com muchas frecuencias á entrar a España. Hasta ala fecha hacer el viaje en nuestros carruajes particulares, como carros, coches, velocípedos y otros vehículos, la aduana da Badajoz expedía guía de la serie B n.º 20 por él término de 6 meses, una vez garantidos los derechos correspondientes por medio de fianza y en esta formasen verificaban los viajes sin mas entorpecimiento que el cumplimiento de entrada y salida que firmaba en la guía el jefe del punto avanzado. Con gran sorpresa de los exponentes, la aduana de Badajoz de niega à facilitar dicho documento, con gran perjuicio de sus intereses y faltando a lo que dispone el Art.º 120, regla 13 de las ordenanzas de aduanas vigentes españolas»*⁸.

Outras actividades económicas, assim como iniciativas ligadas à prática do lazer,

favoreciam os contactos entre as populações da raia. Se o comércio e a agricultura fomentavam as relações económicas entre proprietários, agricultores e comerciantes, outras actividades profissionais traziam a terras lusas profissionais liberais como médicos - por exemplo o Dr. Barainca, conhecido médico da praça de Badajoz, dava consultas periódicas em Elvas e Castelo Vide. Mas as touradas, caçadas e as feiras eram sem dúvida o tipo de movimentação que mobilizava centenas senão milhares de pessoas a passar a fronteira. As idas às caçadas de Cáceres eram um privilégio dos grandes lavradores de Elvas e Campo Maior, mas as que ocorriam na linha de fronteira, com participação de caçadores de Portugal e Espanha eram as mais populares, como as que ocorriam anualmente em terras de Campo Maior e Vilar del Rey, um periódico local registava o saldo da iniciativa: *«...Sabemos por um nosso amigo que a ela assistiu, que foram mortos cinco javardos e alguns lobos»*⁹.

As touradas na raia, eram em Badajoz. As vilas do Caia, na margem portuguesa, ficavam despovoadas dos seus chefes de família e os grandes firmas comerciais de Elvas, como os Mendes & C.³, organizavam várias carreiras para a capital da Extremadura¹⁰. Do lado espanhol, as feiras de Campo Maior¹¹ e sobretudo de São Mateus em Elvas, não só mobilizavam grandes multi-

⁸ Carta dirigida Exmo. Sr. Director General de Aduanas em 23.12.1892.

⁹ "A Democracia", n.º 135, 1870.

¹⁰ "Diário de Elvas", n.º 18, 21.7.1893 - «Os srs. Mendes & C.³ estabeleceram que no dia da corrida as carreiras ao preço de 600 réis ou sejam 300 réis ida e volta. A partida de Elvas - Largo da Princesa D. Amélia ou Portas de Olivença, às sete, nove, dez e doze horas da manhã e às duas da tarde.

¹¹ J. Dubraz, Recordações dos Últimos Quarenta Anos de Campo Maior, pp.103: «A Guarda Nacional de Campo Maior, de todas as armas nunca valeu muito. Pouco disciplinada, o único serviço que fazia de má vontade era acompanhar procissões e assistir a paradas».

dões como inclusivamente eram geradoras de violência, de tal forma que as forças policiais e militares entravam de prevenção sempre que tais acontecimentos ocorriam¹². Diferentes eram as festas de natureza burguesa nas casas palacianas da cidade, que eram pautadas pela amizade e cordialidade, a que vinham não só as melhores famílias do Alentejo, como as de referência de Badajoz assim como os militares de alta patente que no decorrer da primeira década do século XX marcavam presença assídua nos bailes do Club Elvense então e durante várias décadas o ponto de encontro das elites locais.

Porém, a fronteira entre Portugal e Espanha, desde o princípio do século XIX tinha-se convertido num espaço de exílio. Foram várias dezenas de portugueses que durante a Guerra Civil encontraram a paz e a segurança do lado de lá. O mesmo se verificou durante as chamadas guerras carlistas em Espanha, como se pode ler na imprensa periódica: «*Nas fronteiras da Galiza e da Extremadura nota-se agitação, causada pelos emigrantes carlistas e republicanos, saídos de Portugal. O governo está preparado para reprimir qualquer tentativa*»¹³. No entanto seria a questão republicana, que tornava a cidade de Elvas um ponto de observação da imprensa internacional da época, quando da tentativa da implantação do regime republi-

cano em Espanha, a partir de Badajoz nos dias 4/5 de Junho de 1883¹⁴, sem êxito e sem sangue, mas também sem os apoios prometidos, de tal forma que os revoltosos comandados pelo coronel Asenio Vega entraram a pé e em fila pela fronteira do Caia e depois de desarmados pelo esquadrão de Lanceiros n.º 1, seguiram em direcção à Praça Militar de Elvas, onde foram recebidos e respeitados pelas autoridades locais e pela população de um modo geral.

A imprensa periódica de Elvas acompanhava com números especiais esta presença dos revoltosos republicanos numa terra de tradições monárquicas, denunciando a falta de humanidade de alguns¹⁵ e apelando à população para uma atitude de acolhimento e humanidade para com os sublevados da revolta republicana de Badajoz: «*Elvenses! Já o sabeis, em virtude de uma revolução malograda, entram nas vossas muralhas centenas de homens, que como vedes, têm pais a quem respeitar, mães a quem dedicar os extremos afectos, filhos a quem desejar felicidades infinitas, amigos a quem deixar muitas saudades, recordações queridas, que nunca se apagam, acolhei-os, dai-lhes o que puderdes, sobretudo hospitalidade, que nunca faltou entre portugueses aos que, por acaso ou infelicidade, não tiveram choça e fortuna*»¹⁶.

¹² Ofício do Comandante da GNR, 2.º - 657, Elvas - «... tenho a honra de rogar a V. Ex.ª, se digne a ordenar para que duas patrulhas de cavalaria e uma de infantaria dessa Guarda, compareçam pelas 17 horas no recinto da Piedade, a fim de auxiliarem a manutenção da ordem pública, durante o arraial que ali deve ter lugar».

¹³ "A Democracia", n.º 143, 1870.

¹⁴ "Sentinela da Fronteira", n.º 245, 5.9.1883 - "Notícias de Badajoz" 5, onze da manhã - «Às __ horas da noite de 4 para 5, a guarnição de Badajoz, composta dos regimentos 9, de cavalaria, 41, de infantaria, e uma companhia de artilharia, sob o comando [Serafin Veja], deram vivas à república.»

¹⁵ "Sentinela da Fronteira", n.º 246, 9.9.1883: «Ouvimos que muitos espanhóis nitidamente emigrados para Portugal, foram altamente explorados pelas casas de comida. (...) Era útil que se não lançasse à conta de má hospitalidade portuguesa a ambição, desmesurada de meia dúzia de atroz e exploradores.»

¹⁶ Vitorino de Almada, Dicionário de História e Geografia do Concelho de Elvas, Tomo II - «(...) o primeiro edifício sacrificado foi o lagar da Fonte-Nova, que pertencia ao governador Francisco Pinto de Leite, depois Visconde de Veiros, o qual quis começar a destruição por

2. DA VIOLÊNCIA AOS MODOS DE MARGINALIDADE NA FRONTEIRA

Se a paz e a proximidade entre povos fronteiriços foi uma característica dominante no âmbito das relações transfronteiriças, apesar de tudo houve também momentos de interrupção e de tensão social. No primeiro caso, trata-se das epidemias de cólera-morbo e no segundo de práticas de marginalidade que tanto preocupou as autoridades da raia.

De facto, e no âmbito dos medos, os surtos epidémicos de cólera-morbo, foram sem dúvida a maior ameaça, que as populações da raia então temiam devido as ameaças constantes que por vezes as vitimaram. Ao longo de Oitocentos, as vagas de peste ameaçaram o Norte Alentejano em 1854, 1855, 1884, 1892 e 1894, por vezes produzindo as suas vítimas e em especial nas principais cidades da fronteira do Caia, Elvas e Badajoz. Todavia eram estas que melhor se preparavam para este inimigo mortal, numa época em a ciência não tinha ainda encontrado resposta científica para a sua cura. De resto, a experiência das sucessivas pestes levou a uma certa cooperação entre as autoridades de Elvas e Badajoz. Do modelo de combate comum à pestilência, destaca-se: o controlo rigoroso de circulação de pessoas e animais no espaço raiano, a proibição da aglomeração de pessoas nomeadamente as feiras agrícolas como a de São Mateus e os cuidados sanitários relativamente aos edifícios, pessoas e vestuário.

Para além destas medidas havia outras igualmente importantes e desde sempre em vigor na fronteira terrestre portuguesa - referimo-nos ao cordão sanitário que era levantado desde Valença a Vila Real de Santo António, assegurado pelos militares e que tanta contestação provocava nos comerciantes locais quando a cólera-morbo, não ameaçava a cidade de Elvas ou quando na Extremadura a epidemia já tinha desaparecido. A esta decisão de âmbito nacional eram acrescentadas outras de âmbito regional e local, por uma comissão municipal constituída pelas seguintes entidades: presidente e vereadores da câmara, representante do Bispado e do Governador Civil, aos quais se juntavam os médicos locais de um modo particular os militares, que, copiando o modelo da cidade Badajoz propuseram a criação de um centro sanitário que fosse exterior ao centro urbano, próximo da linha-férrea e também uma alternativa às condições deficientes que então caracterizavam o estado sanitário Hospital Militar. A solução encontrada era uma das antigas defesas de Elvas: «*No Forte de Santa Luzia está se organizando com toda a solicitude um lazareto para este serviço (...). Para aquele local são transportados em carro os passageiros vindos de Espanha onde farão a quarentena de 7 dias sendo proibido, no trânsito para ali, comunicar com alguma pessoa*»¹⁷.

A violência era outra realidade que dividia os trabalhadores rurais portugueses dos espanhóis, em terras da Extremadura Espanhola. De facto, as crises de trabalho, na se-

esta propriedade, para como tal desprendimento dar aos demais proprietários um exemplo de confrontação com o sacrifício que a defesa da Pátria reclamava. A muito custo se pode salvar a Igreja da Piedade, e só houve dúvidas na conservação do Val do Cêto, por estarem destinados à direita pelas baterias de Villa-Fria, e à esquerda pelo Forte da Graça.»

¹⁷ "Sentinela da Fronteira", n.º 337, 24.9.1884.

gunda metade do século XIX eram quase sempre simultâneas. De um modo geral, esta mão-de-obra rural que atravessava a fronteira era oriundos da Guarda, constituída pelos chamados “ratinhos” que vinham a terras do Norte Alentejano fazer a campanha dos cereais em troca por vezes de comida ou de baixos salários que não motivavam os trabalhadores rurais de Elvas, Arronches e Campo Maior, mais interessados em utilizar a sua força de trabalho no surto de obras públicas que então ocorriam em vários concelhos do distrito.

Finda a campanha dos cereais, os ratinhos mas também alguns ainda que poucos trabalhadores rurais de Elvas, Campo Maior e Arronches, tentavam a sua sorte nos campos agrícolas da Extremadura, quase sempre trágica, quando as crises agrícolas geravam desemprego, em parte pela presença deste proletariado agrícola que aceitava trabalhar a baixos salários ou nas condições de sobrevivência habituais em terras portuguesas. Por isso mesmo as notícias de violência chegavam com frequência aos periódicos portugueses: *«Em diferentes pontos de Espanha tem-se dado, nos últimos dias, sérios conflitos entre ceifeiros portugueses e espanhóis. Há muito que os nossos vizinhos votam aos ceifeiros portugueses grande ódio, que mais de uma vez se tem traduzido por sangrentas lutas»*¹⁸.

Aliás, em períodos de crise de trabalho, sobretudo na transição para o século XX, para além da migração para outras zonas do país, o regresso ao trabalho agrícola não era uma opção mas uma obrigação, aos que

procuravam viver em terras do Caia e tal como os ceifeiros da Extremadura, temiam a presença dos ratinhos que lhes tiravam o pão, como se pode verificar em acta de sessão da Câmara Municipal de Campo Maior: *«Nesta altura da sessão entrou na sala um grande número de trabalhadores rurais solicitando da câmara a sua protecção para conseguir dos lavradores e proprietários do concelho que os preferissem os seus trabalhos visto que lhes estava vedada a entrada em Espanha para procurarem trabalho como costumavam nos anos anteriores»*¹⁹.

Apesar de tudo estes trabalhadores rurais que “desciam” regularmente ao Alentejo eram um contingente demográfico necessário para o desbravamento das matas e aproveitamento agrícola dos campos do Norte Alentejano. No século XIX, o Alentejo era já considerado como uma área fundamental para a exploração de cereais, especialmente de trigo e centeio, o que tornou o distrito de Portalegre como um dos mais atractivos do País para as populações rurais dos distritos de Viseu, da Guarda e Castelo Branco, ainda antes da promulgação das leis cerealíferas de 1899 que foram sem dúvida fundamentais para os movimentos migratórios das populações rurais em direcção à província do Alentejo, situação essa que continuou a verificar-se na centúria seguinte, numa época em que as obras públicas afastaram de forma particular a mão-de-obra local dos campos agrícolas da raia do Alto Alentejo.

Todavia, nas últimas décadas de finais do século XIX nos limites municipais das freguesias raianas da região do Caia, foram

¹⁸ “Correio Elvense”, n.º 288, 29.9.1882 - «Muitos têm andado a mendigar para se poderem transportar às suas terras».

¹⁹ Acta de sessão da Câmara de Campo Maior, 14.5.1898, fol. 101.

marcados por uma de movimentação significativa de parte da população rural que através de acções individuais ou em grupos organizados encontrava no contrabando uma nova forma de vida: «É assombrosa a quantidade de habitantes - tanto do concelho de Elvas como de Arronches, Campo Maior, Elvas e Alandroal - que havendo abandonado o trabalho honesto, se dedicam ao tráfico do contrabando»²⁰.

A verdade é que as crises agrícolas que se fizeram sentir nas terras da raia em finais de oitocentos, contribuíam para o aumento significativo do número de efectivos na prática do contrabando, uma vez que essa actividade se tornou em períodos de crise económica e social uma alternativa de vida às dezenas de assalariados agrícolas e de desempregados que vagueavam pela raia, num período em que o investimento nas obras públicas não era notável e praticamente faltava concluir a estrada regional Campo Maior-Portalegre. De resto, a prática de contrabando em muitas famílias e em especial na vila de Campo Maior era uma actividade complementar para os magros salários agrícolas.

E se é certo que o controlo da raia em meados do século XIX já estava estabelecido ou pelo menos tinha uma organização mais formal de que em outros períodos da sua história, a verdade é que a fiscalização da raia portuguesa não era efectuada com rigor e por vezes nem funcionava nos diferentes postos fiscais situados a 20 metros do Guadiana. Contudo, a década de oitenta

foi marcada por um conjunto de reformas legislativas e operacionais que foram determinantes para a organização dos serviços e de fiscalização com o objectivo: «(...) de poderem com mais vantagem efectuar o serviço de fiscalização e controlar os caminhos e garantir os vários pontos de fronteira, muito acessíveis à entrada clandestina de géneros estrangeiros»²¹.

Entretanto, do ponto vista operacional, as forças da ordem passavam a actuar em duas dimensões, relativamente ao controlo e fiscalização através da Guarda Fiscal (doravante GF) a partir de 1885 com função prioritária para a repressão do contrabando e respectiva transgressão fiscal. Enquanto que a Polícia Fiscal, criada em 1886, centrava a sua actuação na transgressão fiscal, estando limitada a sua acção ao espaço aduaneiro. O regimento fiscal era preciso: «...raia e no litoral são estes serviços de competência da guarda fiscal, devendo, porém tanto como outra [polícia fiscal] coadjuvar-se mutuamente, quando houver necessidade de levar a efeito que qualquer diligência de serviço fiscal»²².

A partir de então a linha de demarcação da raia portuguesa estava sob o controlo de uma força específica e não de forças militares que funcionavam como uma espécie de guardas da fronteira. Assim, o serviço de sentinelas, patrulhas, rondas e diligências especiais teoricamente asseguravam as tentativas de fuga aos direitos fiscais do estado português na raia nacional e o seu raio de acção ultrapassava na região do Caia, os li-

²⁰ "Correio Elvense", n.º 402, 12.8.1893.

²¹ Decreto-Lei de 31.12.1852, 1853, BNL, Lisboa.

²² Regulamento da Polícia Fiscal, Boletim Oficial da GNR., p. 327.

mites geográficos tradicionais e as operações da GF para o interior dos concelhos vizinhos das áreas tradicionais de contrabando eram objecto de patrulha como se pode verificar com alguma frequência pela documentação da GF: «*Mostra-se que em 16 de Dezembro de 1890 o soldado da guarda fiscal Joaquim Jorge e as demais praças signatárias da participação inicial apreenderam no Monte das Herdades, concelho de Vila Viçosa, 65,800 Kg de tabaco picado no valor presumível de 296\$100 réis, 660 gramas de tabaco em charutos no valor presumível de 296\$100 réis, 660 gramas de tabaco em charutos no valor presumível de 2\$970 réis...*»²³. Aliás a acção da GF, para as áreas geográficas do interior da raia ao longo do Guadiana era assegurada pela secção fiscal do Alandroal, cuja operacionalidade se tornou na transição para o século passado tão importante como a de outras secções fiscais que compunham o posto de comando sediado em Elvas, em função da sua operacionalidade nas constantes operações com vista a apreensão de tabaco, como se pode ler na documentação oficial da dita corporação fiscal «... *António Augusto de Mendonça [2.º Cabo da GF], participou ao chefe de secção do Alandroal, que pelas duas horas da noite anterior no sítio entre a aldeia de Bencatel e Vila Viçosa (...) cinco indivíduos que se evadiram, não podendo ser conhecidos, transportando 64,950 Kg de tabaco picado e 12,600 Kg de charutos de proveniência estrangeira...*»²⁴.

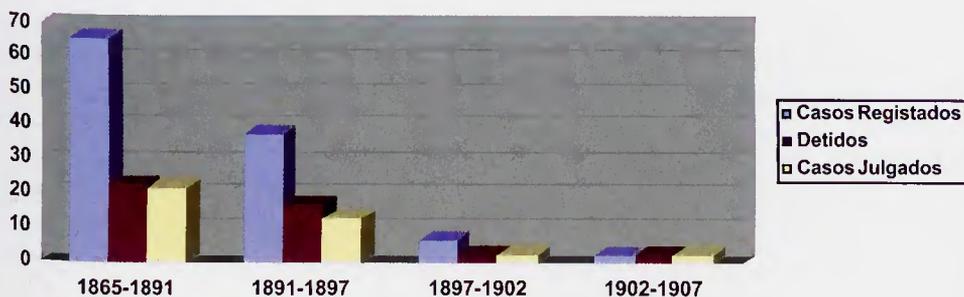
Aliás, o abandono das cargas pelos contrabandistas em fuga perante a presença ou

denúncia pelas populações locais, da presença das autoridades ou da observação de pegadas dos cascos de cavalos normalmente identificados com as patrulhas da Guarda Nacional Republicana foi uma constante até à entrada das armas de fogo na região do Caia e Guadiana nas primeiras décadas do séc. XX. De resto ao longo da segunda metade do século XIX, o número de casos registados por denúncia ou recolha de pistas que denunciavam a acção contrabandista foram sempre superiores ao número de detenções e ainda menos em relação o número de casos que foram objecto de julgamento em tribunal. Por outro lado, na transição para o século XX o número de casos registados é cada vez menor, de tal forma que se observa um equilíbrio maior entre o número de casos referenciados, de detenções e de casos em julgado, o que denuncia sobretudo uma maior eficiência dos contrabandistas em iludir as forças policiais, em parte devido a colaboração das populações locais como eram os casos das vilas fronteiriças de Aronches e Campo Maior, que assinalavam a presença da autoridade que também ocasionalmente ignoravam a passagem das “gentes do contrabando”, por razões várias como os laços de vizinhança ou até familiares ou mesmo razões de piedade perante a miséria e fome de muitos assalariados rurais que face às crises agrícolas que marcaram os últimos decénios de oitocentos e que encontravam nesta actividade ilícita um modo de vida de sobrevivência que por vezes tinha apenas um carácter ocasional ou conjuntural, mais comum no campesinato elvense.

²³ Boletim da Guarda Fiscal n.º 4, Recurso Ordinário n.º 458, p. 260.

²⁴ Boletim da Guarda Fiscal n.º 11, Recurso Ordinário n.º 255, p. 141.

GRÁFICO N.º 1 – REGISTO DE CASOS E DETENÇÕES NA REGIÃO DO CAIA E GUADIANA.



Fonte: Boletins da Guarda Fiscal, Administração Geral das Alfandegas, 1860-1907.

Nos finais do século, o ano de 1898 marcava a entrada das mulheres nos serviços alfandegários com a função de apalpadeiras - de modo geral esposas de soldados da GF, cuja acção foi fundamental para o controlo das mulheres implicadas na prática clandestina do contrabando e em especial aquelas que utilizavam o transporte ferroviário. Não podemos ignorar que a Linha de Leste (Lisboa-Elvas/Caia) era então a principal rota para a Europa. Se em finais do século XIX a região do Caia possuía todos os instrumentos legais e operacionais ao serviço do Estado, contra todas as práticas clandestinas que eventualmente pudessem lesar os interesses económicos da Nação, seria durante a I Grande Guerra (1914-1918) que os esforços dos serviços policiais e fiscais mostraram a sua eficiência tornando o Caia um espaço quase inviolável a qualquer prática ilícita.

De facto quer durante a Monarquia Constitucional quer durante a I República, a prática do contrabando, foi o que as autoridades

públicas quiseram ... «*Em Campo Maior, o comandante do cordão requereu ao administrador que fizesse apresentar três vezes os contrabandistas ali residentes, e que o próprio administrador declarou serem 200 (...). Apenas fez intimação a 14 escolhidos a dedo por não serem eleitos governamentais*»²⁵... e em muitos casos a convivência entre policiais e contrabandistas na ampla fronteira do Caia contribuiu para uma certa tolerância das autoridades relativamente àqueles que faziam desta prática um modo de sobrevivência. Outras razões que favoreceram a facilidade das práticas ilícitas no espaço fronteiriço em estudo até ao fim da Monarquia Constitucional, apesar de uma maior eficácia das forças policiais em finais do século XIX foram sem dúvida:

a) O facto de a fronteira do Caia, em certas áreas da sua demarcação, se apresentar como um espaço aberto ao território espanhol e desconhecido para a nova corporação policial sem experiência.

²⁵ "Sentinela da Fronteira", n.º 287, 7.8.1885.

b) O desconhecimento dos caminhos, técnicas de passagem e códigos entre os contrabandistas.

c) A cumplicidade das populações com os contrabandistas quase sempre compreendida ou tolerada pelas autoridades como foi comum na Vila de Campo Maior.

d) A tolerância das autoridades da raia face à condição sócio-económica dos contrabandistas ocasionais, como assalariados agrícolas e desempregados, que em tempo de crise económica sem trabalho no campo ou nas obras públicas, encontravam no contrabando uma solução à fome e à miséria.

Na transição para o século XX, esta postura mais ou menos “humanizada” das forças populacionais muda radicalmente com a introdução das armas de fogo, aumentando o número de apreensões de cargas face à fuga dos contrabandistas que na década de vinte ainda que pontualmente chegam também a utilizar o fogo na acção ilícita como se pode verificar pelas notícias na imprensa elvense de tiroteios no posto fronteiriço do Caia.

Mas desde segunda metade do século XIX até ao fim da I República, a fronteira do Caia, enquanto freguesia do concelho de Elvas, tornou-se uma espécie de “espaço de marginalidade”. Àquele espaço chegavam frequentemente ociosos, vagabundos e mendigos portugueses ou espanhóis que normalmente eram identificados como pobres em seus passaportes e viviam da caridade das povoações ibéricas, não vivendo permanente na mesma localidade. O alcoolismo, a pobreza e no caso dos jovens a de-

serção da vida militar justificavam esta opção de vida. Outro tipo de marginais, naturalmente mais perigosos, eram sem dúvida aqueles que eram perseguidos pelas autoridades nacionais e referenciados pelo roubo de gado ou por homicídio, como podemos verificar: «...este indivíduo foi visto na direcção de essa cidade e julga-se ir a Badajoz, para onde rogo também se requisite a sua captura»²⁶. Ou este mandato de captura dirigido às autoridades portuguesas: «Recomenda a captura do súbito espanhol Manuel Velez autor do crime de assassinato perpetrado na pessoa D. Raymundo Garcia, agente de ordem pública em Cáceres»²⁷.

Contudo o tipo de crime mais frequente era sem dúvida o roubo de gado, para ser introduzido na Extremadura. Na maioria dos casos a sua detenção era feita pelas autoridades elvenses e é curioso verificar pela documentação que os praticantes deste tipo de crime normalmente assalariados agrícolas eram de localidades tão distantes como Porto, Coimbra, Guarda e outras terras do Norte de Portugal, mas que procuravam encontrar o objecto do seu furto em território espanhol. Outros, contudo, perseguidos pelas autoridades nacionais, apenas sonhavam alcançar o território espanhol. Outra situação pontual, relacionada com a prática de roubo, foi sem dúvida durante o período de construção da Linha de Leste no sector Portalegre e Elvas, em que os trabalhadores mal pagos assaltavam as populações locais, mas em especial os funcionários superiores das obras como os engenheiros que chegaram a pedir autorização para licença de

²⁶ Estação Telegráfica de Elvas, Elvas, 10.3.1869, n.º 107.

²⁷ Correspondência enviada pelo Governo Civil, n.º de Ordem 97, 10.10.1867.

porte de arma. Só em 1864, as autoridades policiais de Elvas promulgaram sete mandatos de captura para detenção de trabalhadores do caminho-de-ferro e um deles dirigido ao engenheiro Desidério Lelon que fugiu para Badajoz "sem pagar aos operários do caminho-de-ferro"²⁸.

Outras formas de marginalidade capazes de ferir a moral pública foram sem dúvida a deserção militar e a prostituição, mal aceites e condenadas pelos centros transfronteiriços portugueses. A deserção, prática comum e normal nos séculos XVII e XVIII, deixou de o ser com a revolução de 1820,

GRÁFICO N.º 2 – NATURALIDADE DOS CRIMINOSOS SEGUNDO OS MANDATOS DE CAPTURA (1860-1869).



Fonte: Correspondência da Estação Telegráfica de Elvas, 1860-1869, BME.

que fazia apelo à coragem e o heroísmo. Estes valores passaram a ser assumidos quer em Portugal quer em Espanha, em que o exército como corpo bélico com regras próprias, associava a prática do serviço militar. Nestas circunstâncias, a deserção era observada como uma traição à pátria mas não deixou de ser uma prática entre os mancebos portugueses e espanhóis, que frequentemente fugiam para o território vizinho como se observa pela comunicação frequente entre as autoridades civis e militares

de ambos os estados ibéricos. A prostituição, mais significativa em Elvas, e associada também à presença militar, que apreciava particularmente a presença de mulheres espanholas - ao contrário da vila de Campo Maior, onde preferiam a presença das mulheres de Elvas e condenavam as de naturalidade espanhola. Em todo o caso, em ambos estes centros transfronteiriços a prostituição era motivo de condenação pública, em função de valores, educacionais e morais.

²⁸ Estação de Telegráfica de Elvas, Elvas, 9.11.1864, n.º 534.

GRÁFICO N.º 3 – PROVENIÊNCIA DAS MULHERES TOLERADAS DE ESPANHA.



Fonte: Livro de Registo de mulheres toleradas no Concelho de Campo Maior (1897-1905), BMCM

Em síntese, podemos afirmar que desde meados do século XIX quase ao período do rebentamento Guerra Civil de Espanha, os contactos de natureza económica, social e cultural foram intensos entre os povos da raia do Caia e como consequência dessa aproximação ela acabou por se transformar também num espaço de marginalidade, marcado pela pobreza e violência.

FONTES

Arquivo Distrital de Portalegre, Registo de Passaportes do distrito de Portalegre, 1902-1906.

Arquivo da Guarda Nacional Republicana, Évora/Elvas, 1885-1920.

Arquivo da Câmara Municipal de Campo Maior, Registo de Passaportes, 1825-1850.

Arquivo da Câmara Municipal de Aronches, Registo de criminosos, 1890-1892.

Arquivo da Câmara Municipal de Aronches, Registo de telegramas expedidos, 1895-1909.

Arquivo da Câmara Municipal de Campo Maior, registo de cartas de residência de estrangeiros, 1869.

Biblioteca Municipal de Elvas, Documentação da Estação Telegráfica de Elvas, 1860-1869.

Biblioteca Municipal de Elvas, Comissão de Recenseamento Militar, 1908-1924.

Biblioteca Municipal de Elvas, Mapas de População do Concelho de Elvas, 1850-1925.

Biblioteca Municipal de Elvas, Receitas e despesas das estradas municipais, 1868-1876.

Biblioteca Municipal de Elvas, Registo de Correspondência do Governo Civil, 1902-1903.

Biblioteca Municipal de Elvas, Registos de Proveniência, Concelho de Elvas, 1892-1902.

BIBLIOGRAFIA

BALLBÉ, M. *Orden público y militarismo en la España (1808-1893)*, Alianza, Madrid, 1985.

SENA, Arlindo. *Os anos Trinta e as relações Luso Espanholas*, Ayuntamiento de Badajoz, 1996.

SENA, Arlindo. *As fontes impressas como fonte para o estudo da Fronteira do Caia*, Ayuntamiento de Montijo, Diputación de Badajoz, 2003.

SENA, Arlindo. *Os grandes temas de História Contemporânea na região do Caia*,

Universidad de Extremadura, Junta de Extremadura, Badajoz, 2002.

FLORES, M. Pilar Rodriguez e SENNA, Arlindo. *Epidemia e Fronteira*, APH, Lisboa, 1998.

FLORES, M. Pilar Rodriguez. *Morir en Badajoz, 1933*, Universidad de Extremadura, Cáceres, 1991.

Manuel Inácio Pestana, o último cronista da Casa de Bragança

João Ruas



Fig. 1 - Manuel Inácio Pestana, quando iniciou o seu serviço no Arquivo (1949).

O labor de cinquenta e cinco anos ao serviço do Arquivo Histórico da Casa de Bragança não poderá ser apresentado nem neste simples artigo nem mesmo em muitos outros que poderão vir a lume. Por isso, a obra que o Dr. Manuel Inácio Pestana realizou nesta Casa, ficará para sempre na memória do tempo. Mas vão surgindo sob a forma de

pequenas sínteses ora por temas ora por conjuntos, alguns artigos onde se procuram recuperar os resultados que nos ficaram impressos, nas suas múltiplas publicações.

O nosso propósito é enumerar os trabalhos feitos a partir das inúmeras horas de investigação passadas neste Arquivo. Sabemos que todo um diálogo com os livros, os textos, os diplomas, as relações e outros documentos que o Dr. Pestana foi tratando, nunca será avaliado. Mais ainda, esse diálogo pertence agora ao silêncio das estantes, das salas e dos corredores de todo o Arquivo e muito também, do seu gabinete, agora quieto e em absoluto sossego.

Todavia, não foi em vão que essas muitas horas se foram escoando, pois ficámos mais ricos em conhecimentos, sabemos melhor o que temos e podemos sempre recorrer à palavra sábia e segura que nos legou, através da escrita. Assim, determinámos como método, cingir-mo-nos à sua obra no âmbito da História, mas fixámos como limites os trabalhos que efectuou a partir do Arquivo Histórico, o que significa ter feito outras investigações, mormente sobre Vila Viçosa e Portalegre que não se apoiam neste acervo.

Outras pessoas mais capacitadas vão poder apreciar as suas realizações no campo da Pedagogia, da Didáctica, da Ge-

neologia e principalmente que venha alguém dar o testemunho da sua incomparável actividade como professor dos diferentes graus de ensino.

O início da sua carreira neste Arquivo deu-se a 27 de Agosto de 1949, data em que foi nomeado por ofício da Sede¹. Desde logo, começou a produzir relatórios quinzenais enviados para Lisboa, onde referenciava o trabalho efectuado e as peças mais notáveis que ia catalogando e arrumando.

O primeiro relatório data de 30 de Setembro desse ano e aí se vê a sua preocupação em anotar o que de mais significativo ia aparecendo "... Esperava-se que nos livros se encontrassem mais documentos de carácter administrativo... mas a verdade é que logo no quarto livro nos surpreendemos ao deparar-se-nos um extracto do Foral de Santarém, dado por D. Afonso Henriques."

Assim começa o primeiro desses relatórios que só irão terminar cerca de vinte anos depois, em finais de 1967, ano este, em que foi publicada uma monografia, como primeiro resultado dessa investigação, sobre as mercês de D. Teodósio II. Como é natural, vinte anos de esforço não poderiam passar sem criar uma imensa vontade de divulgar este fundo. Mas, se as "Mercês de D. Teodósio II" são o início dessa tarefa, podemos afirmar que até ao final dos seus dias, o Dr. Pestana nunca deixou de procurar trazer à luz do dia o que de melhor este Arquivo encerra.

Acresce também, à qualidade dos referidos relatórios, o anotar minucioso de cotas e referências bem como os copiosos índices que resolveu incluir no final de cada um dos

três volumes em que foram compilados todos os informes enviados para Lisboa.

Este foi, sem dúvida, o fundamento de todo o labor futuro, pois através desse percurso, ficou a conhecer e deu-nos uma síntese muito bem estruturada da organização do Arquivo. A obra que vai reflectir a disposição desses elementos viria a chamar-se "A Reforma Setecentista do Cartório...", foi publicada em 1985 e transformou-se com o tempo, na chave-mestra que nos permite abrir todas as portas de acesso.

Os anos que precedem esta última data, foram ocupados com a elaboração e feita dos vários, roteiros, inventários e catálogos temáticos das diferentes partes constitutivas. Esta tarefa continuou ainda por mais de uma dezena de anos.

Mais tarde, já em 1996, produz ainda uma história sumária deste Arquivo, onde retrança a vida atribulada do acervo que esteve fora de Vila Viçosa, em Lisboa, durante trezentos anos (1640-1940), sobreviveu a vários incêndios e ao tristemente célebre terremoto de 1755.

Por último, e ainda dentro do campo das monografias, cabe-nos registar um volume sobre os "Cronistas da Casa de Bragança..." obra de grande erudição que só traz mais força à certeza que temos de o incluir nessa galeria. Aí figuram nomes como os de Francisco Rodrigues Lobo, Francisco de Moraes Sardinha, Frei Manuel Calado, autores que indicou como sendo os "Cronistas Livres"; temos ainda os "Cronistas Encartados", isto é, por nomeação régia, onde podemos destacar D. José Barbosa, Manuel da Maia, D. Tomás Caetano do Bem, etc. De

¹ Ver nosso artigo *A vida do arquivo*, em *Callipole* n.º 12.

ambas as situações citámos apenas um pequeno número, mas que julgamos significativo, pois é nossa convicção podermos incluir o Dr. Pestana neste último núcleo. Além de serem nomeados e de terem de cuidar do Arquivo os cronistas tinham por obrigação produzir investigação histórica e publicar obra sobre a Casa de Bragança.

O mérito dos seus trabalhos está patente no legado com que ficámos, mas principalmente, tudo o que deixou organizado e referenciado, tem trazido inúmeros investigadores com as mais diversas finalidades quer sejam teses de mestrado ou de doutoramento quer sejam trabalhos de índole histórica, museológica, genealógica, enfim um sem número de caminhos.



Fig. 2 - Manuel Inácio Pestana, no último ano como Director do Arquivo Histórico da Casa de Bragança.

Pode ver-se na lista em anexo que o Dr. Pestana ainda nos dá a possibilidade de o escutarmos através dos textos de algumas comunicações, mas sobretudo, onde se apontam pistas para muita investigação futura, são os artigos de revistas, cuja lista elaborámos. São muito mais os periódicos em que colaborou, mas apontamos os que se situam dentro do nosso propósito.

Por tudo o que acima referimos, o inventário que se segue, com o risco de erro inerente, procura comunicar o que o Dr. Pestana fez a partir do que aqui encontrou e organizou. Para ilustrar esse seu saber tão certo permitam-me recordar uma frase que muitas vezes lhe ouvi e ainda hoje me faz sorrir com saudade: "Sabe João, eu conheço mais pessoas no século XVII do que nos dias de hoje".

MONOGRAFIAS

Mercês de D. Teodósio II Duque de Bragança. Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1967.

Celeiros comuns da antiga Casa de Bragança. Assembleia Distrital de Portalegre, Portalegre, 1982.

A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança: documentos apógrafos e originais do séc. XIII ao séc. XVIII. Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 1985.

O Arquivo Histórico da Casa de Bragança: História sumária de um notável acervo documental. Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1996.

O Julgado de Margem e Longomel. Câmara Municipal do Gavião, Gavião, 1996.

Os documentos & a história: Apontamentos sobre a história local: Monsaraz. EPRAL, Évora, 1997.

Cronistas da Sereníssima Casa de Bragança: Notícias documentadas. Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2001.

COMUNICAÇÕES

Alguns documentos do Arquivo da Casa de Bragança respeitantes ao Castelo de Vila Viçosa [Policopiado] - Vila Viçosa: [s.n.], 1982 - Comunicação apresentada ao I Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses em Vila Viçosa, 7.Outubro.1982.

Presença Brigantina no Norte de África: a sugestão de um códice quinhentista do Arquivo da Casa de Bragança [Policopiado] - [S.l.: s.n.], 1986 - Comunicação apresentada às I Jornadas Internacionais sobre Património Histórico Militar em Marrocos, Nov.1986.

Invasões francesas em Portugal : Subsídios documentais: 1. Tropa Inglesa na Barca de Sacavém. 2. Devastações na Comarca de Ourém [Policopiado] - [S.l.] : [s.n.], 1993 - Comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História, 6.Janeiro.1993.

A Chancelaria de D. João, Duque de Bragança e Rei de Portugal : Documentos inéditos (1630-1656) [Policopiado] - [S.l.]: [s.n.], 1997. - Comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História, 22.Janeiro.1997.

Condes de Barcelos, Duques de Bragança: uma reflexão histórica [Policopiado] - Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos, 1999 - Actas do Congresso Histórico e Cultural realizado em Barcelos de 22 a 24.Outubro.1998.

Mestres de várias artes ao serviço do Duque de Bragança D. Teodósio II (1583-1630) [Policopiado] - [S.l.]: [s.n.], 2001 - Comunicação apresentada na Academia Nacional de Belas-Artes, 15.Maió.2001.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Almanson

Bens da Casa de Alvito em Montemor-o-Novo. Sep. da revista "Almanson", n.º 13, 1995-96, p. 285-299

Amigos do Museu Militar do Porto

O Castelo de Piconha: subsídios documentais para a história da sua alcaidaria-mor [Policopiado]. Sep. do Boletim da Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto, n.º 2, Outubro.1988

Aquae Flaviae

Presença de Chaves e seu termo no Cartório da antiga Casa de Bragança : uma relação histórica entre Chaves e Vila Viçosa. Sep. da revista "Aquae Flaviae", n.º 21 Junho 1999, p.23-124

Arquivo de Ponte de Lima

Um tombo setecentista do Couto da Correlhã e outras considerações. Sep. do Vol. XIV, do Arquivo de Ponte de Lima, 1993, p. 125-136

Barcellos-Revista

José Joaquim Pereira do Lago: um magistrado barcelense no Brasil: contributos para a história de uma família e de uma época. Sep. da "Barcellos-Revista" 1 (1) - 1982, 14 p.

Barcelos nos Arquivos da Casa de Bragança: mercês do Duque D. Teodósio II. - 1983. Sep. da "Barcellos-Revista", 1 (2) - 1983, 64 p.

Barcelos nos Arquivos da Casa de Bragança: mercês de D. Pedro II. Sep. da "Barcellos-Revista", 2 (1) - 1984, 106 p.

Fidelidade miguelista em Barcelos: dois exemplos. Sep. da "Barcellos-Revista" 2 (2) - 1985. - 9 p., [6] f. desd. *fac-simile*

Gente de Barcelos no tempo das invasões francesas. Sep. da "Barcelos-Revista", 1991, p. 31-68

A Comarca de Barcelos: Segundo as «Memórias da Casa de Bragança» de 1767. Sep. da "Barcelos-Revista", 1991, p.169-181

Aforamentos da Sereníssima Casa de Bragança em Barcelos e Barcelinhos (1708-1830). Sep. da "Barcelos-Revista", 1992, p. 101-123

Mercês Brigantinas de D. João V na comarca de Barcelos. Sep. da "Barcelos-Revista". 2.^a Série, n.º 6, 1995, p. 77-152

Callipole

A Carta Constitucional de 1828 geradora de tensões sócio-políticas no Alto Alentejo:

análise de alguns documentos inéditos. Sep. da revista "Callipole", Vila Viçosa, n.º 1, 1993, p. 99-123

Afonso de Lucena. Sep. da revista "Callipole", Vila Viçosa, n.º 2, 1994, p. 69-83

D. João V e Vila Viçosa : As exéquias patrocinadas pelo comerciante José Alves. Sep. da revista "Callipole", Vila Viçosa, n.º 3/4. - 1995/1996, p.87-104

Presença Brigantina no Norte de África : A sugestão de um códice quinhentista do Arquivo Histórico da Casa de Bragança. Sep. da revista "Callipole", Vila Viçosa, n.º 7/8, 1999/2000, p. 89-105

Joane Mendes de Vasconcelos, desembargador da Casa de Bragança e Simão de Sousa, Cavaleiro de S. João de Malta, seu irmão. Sep. da revista "Callipole", Vila Viçosa, n.º 9, 2001, p. 109-126

A Casa de Bragança e a Casa de Medina e Sidónia: Relações históricas e familiares sécs. XVI e XVII. In revista "Callipole", Vila Viçosa, n.º 10/11, p. 49-61

Tomás de Castro: um ourives de Vila Viçosa e outras notícias: pai de Públia Hortênsia de Castro? In revista "Callipole", Vila Viçosa, n.º 10/11, p. 127-134

Mestres de várias artes ao serviço de D. Teodósio II, Duque de Bragança (1583-1630).

In revista "Callipole", Vila Viçosa, n.º 10/11, p. 135-153

Estudos Transmontanos

A última disputa realista dos ofícios do extinto concelho transmontano de Ruivães. Sep. da revista "Estudos Transmontanos," n.º 4, 1990, p. 45-60

Fonte Nova

Panos de Portalegre para Guarda Real de D. João IV. In "Fonte Nova", semanário portalegrense de 22.Maio.1986

Genealogia & Heráldica

Pedro Tavares da Santa: notícias genealógicas de uma nobre família de Portalegre e Mazagão. Sep. da "Revista de Genealogia & Heráldica", n.º 7/8 do Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2002, p.139-146

Processos de Padrões de Juros Reais (1704-1831). Sep. da "Revista de Genealogia & Heráldica", n.º 7/8 do Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2002, p. 203-234

Processos de Padrões de Juros Reais (1704-1831). Sep. da "Revista de Genealogia & Heráldica", n.º 9/10 do Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2003, p. 263-299

Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão

A fortaleza de Vila Viçosa na época da Restauração: Documentos inéditos sobre as

obras de fortificação. Sep. Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão. Ed. Colibri, Lisboa, 1995, p. 841-858

Raízes & Memórias

Pautas Municipais de Vila Viçosa (1646-1700): Fontes de informação genealógica [Policopiado]. Sep. da Revista "Raízes & Memórias", n.º 17, 2001, p. 205-242

Reguengos de Monsaraz

Eleições Municipais Miguelistas em Monsaraz (1828-1834). Sep. dos "Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz", Boletim Cultural do Município, n.º 1 - História e Património, 1997, p. 163-173

Revista de História

A Casa de Bragança: um Sereníssimo Estado dentro do Estado. Sep. da "Revista de História" do Centro de História da Universidade do Porto, Vol. VIII, Porto, 1988, p. 259-272

Vila Nova de Gaia

Uma curiosa demanda entre a Sereníssima Casa de Bragança e os religiosos da Serra do Pilar Vila Nova de Gaia. Sep. da revista "Gaya", Vol. II, 1984, p. 319-328

Os Conventos do Porto e a portagem dos vinhos do Douro. Sep. da revista "Gaya", Vol. V, 1987, p. 199-214

Tempo de Artes & Letras

O urbanismo e a arquitectura renascentista nas cidades andaluzas de Úbeda e Baeza

Licínio Lampreia

1. BREVES CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Antes de nos debruçarmos sobre alguns aspectos significativos da transformação urbanística e arquitectónica que as cidades de Úbeda e Baeza protagonizam ao longo do século XVI, convém fazer algumas considerações prévias que, inseridas num período de grandes alterações políticas, económicas e administrativas, terão reflexos importantes, a curto e a médio prazo, nas estruturas das cidades espanholas mencionadas em epígrafe, resultando, também, ser necessário ter como referente o modelo de cidade preconizada pelos teóricos do urbanismo renascentista italiano.

Nos séculos XVI e XVII, a situação social, económica, política e municipal das cidades de Espanha era muito diferente da que existia em Itália, o que implica, naturalmente, que prevaleçam comportamentos diferenciados entre a arquitectura e o urbanismo que se desenvolvem num e noutro país.

Por isso, o modelo conceptual idealizado pelos grandes teóricos do renascimento italiano, em muitos casos, não se podia aplicar às cidades espanholas, exigindo,

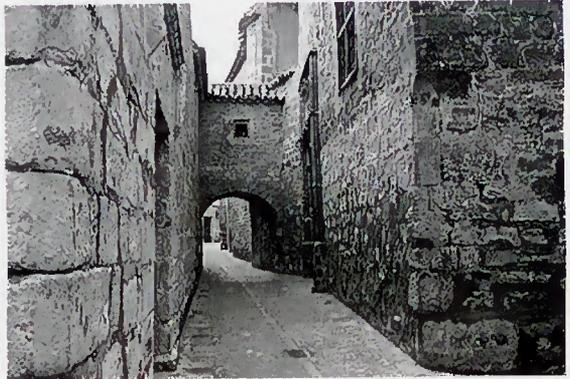


Fig. 1 - Puerta del Perdón, Baeza.

portanto, as necessárias adaptações e uma resposta específica do urbanismo renascentista espanhol às particulares condições sócio-políticas e económicas que existiam nas suas cidades, muito diferente da realidade das cidades italianas.

Acresce que as cidades italianas durante o período renascentista se viram envolvidas em contínuas contendas e se encontravam a braços com um permanente clima bélico, convertendo-se em núcleos fechados e protegidos por sólidas muralhas. Semelhante situação inviabiliza a concretização de determinadas ideias defendidas por alguns teóricos renascentistas que, como Alberti, concebiam as cidades abertas, flexíveis, em expansão, densamente povoadas e com um

florescente comércio, capazes de experimentar reformas e actualizações quando era necessário.

Por outro lado, quando em Espanha termina a guerra civil em 1476, com a vitória da monarquia sobre a nobreza, inicia-se uma política conciliadora e, em certos aspectos, bastante conservadora, baseada no princípio de que Espanha carecia de uma classe aristocrática forte.

Com base nestes pressupostos, os Reis Católicos assumem a tarefa de impor a autoridade nos seus domínios, restabelecer a ordem e pacificar as cidades, criando as condições necessárias para o desenvolvimento económico e demográfico.

O clima de paz e de estabilidade política, em correlação com a posição geográfica de Úbeda e Baeza e com as suas excelentes condições de prosperidade económica, contribuem, pois, para um intenso crescimento demográfico, a partir da segunda metade do século XIV, que terá importantes repercussões ao nível da dinâmica urbana e social.

Consequentemente, Úbeda e Baeza convertem-se em centros urbanos destacados da Comarca de la Loma, dominando um amplo território, onde se vão formando e crescendo outros núcleos urbanos de menor dimensão à sua volta.

Enquanto em Itália certas ideias dos teóricos fracassam por motivos de natureza militar, em Espanha os reis Católicos põem ordem nos seus domínios, restabelecem a autoridade da coroa, pacificam as cidades, e assiste-se, igualmente, à conquista do reino de Granada, permitindo esta situação de paz um desenvolvimento económico e demográfico em Úbeda e Baeza.

Para acabar com os permanentes confrontos verificados em numerosas cidades espanholas, entre elas Úbeda e Baeza, envolvendo famílias opostas da nobreza local, que pretendiam controlar os núcleos urbanos, os reis Católicos adoptam um conjunto de medidas pacificadoras. Entre estas medidas figura a demolição de torres e de lanços da muralha defensiva, com a finalidade de impedir o refúgio e o entrenchamento de algumas das partes em litígio.

Estas operações de demolição verificadas em Úbeda e Baeza produzirão alterações estruturais e permitirão importantes intervenções urbanas e arquitectónicas, impossíveis de realizar no esgotado espaço medieval, como, por exemplo, a construção da praça Vásquez de Molina em Úbeda.

No caso de Baeza, o abandono do Bairro de Alcázar por parte de numerosas famílias da nobreza local, que transferiram as suas residências para os arrabaldes, fora do recinto muralhado, valoriza certos espaços e eixos periféricos, convertendo-os em núcleos urbanos passíveis de serem ocupados pela aristocracia local.

Por outro lado, importa sublinhar a preocupação dos Reis Católicos em construir nas cidades do reino sedes de instituições públicas, com uma qualidade e arquitectura digna da importância das instituições que deviam albergar, o que terá uma importância decisiva no processo de estruturação e de actualização urbana e arquitectónica de algumas cidades.

Paralelamente, verificam-se operações de reestruturação e remodelação urbana complementares, que contribuem, igualmente, para a requalificação da organização urbana medieval.

2. ÚBEDA E BAEZA NO RENASCIMENTO: DA LIÇÃO UNIVERSAL DO SEU URBANISMO À ORIGINALIDADE DA SUA ARQUITECTURA

À semelhança do que aconteceu em muitas cidades espanholas, os inícios da arquitectura renascentista em Úbeda e Baeza podem situar-se cronologicamente a partir da década de 1520, numa solução de continuidade com o gótico final, assumindo, nesta fase inicial, apenas uma dimensão parcial e limitada, geralmente, a certos aspectos ornamentais.

Apesar do paralelismo temporal, da sua proximidade física e da sua história comum, as cidades de Úbeda e Baeza experimentaram durante o século XVI processos de transformação diferenciados e complementares, que exigem leituras distintas, sem que, contudo, nenhuma ofusque a outra. Em última instância, constituem dois símbolos de um tipo único de renascimento humanista espanhol, cujo esplendor arquitectónico e urbanístico se produz simultaneamente.

Em termos comparativos com o que se passa em Itália, o caso de Úbeda aproxima-se mais do conceito de cidade fechada, preconizada em alguns tratados do urbanismo renascentista italiano dos séculos XV e XVI, enquanto as dinâmicas de transformação verificadas em Baeza, no final do século XVI, aproximam-se mais da linha conceptual renascentista de cidade aberta, defendida pelos grandes teóricos, como, por exemplo, Alberti.

No âmbito do panorama urbano renascentista, o tema das novas *relações que se estabelecem entre o*

centro e a periferia merece um comentário, ainda que de forma sucinta.

É plausível admitir que, como já foi referido anteriormente, uma vez terminado um período de indefinição política e de guerras internas entre as famílias mais importantes da nobreza de Úbeda e Baeza, se inicia um período de pujante actividade económica nos arrabaldes destas cidades andaluzas.

No caso de Baeza, o seu processo de transformação conduz a uma organização urbana com dois grandes polos: *o velho recinto muralhado* (que perdeu a função económica e de mercado), onde se situa a praça de Santa Maria, constitui um espaço essencialmente religioso (que aumentará o seu peso com o decorrer dos tempos), e universitário, em que a Catedral, a residência do Bispo, o Seminário, a Universidade e o Colégio dos Jesuítas são os edifícios que melhor representam a ordem urbana e arquitectónica do Renascimento. Neste núcleo existem também outras construções civis, entre elas o Palácio de Jabalquinto e a Casa dos Cabrera; *o pólo económico* situa-se fora das muralhas, na chamada “cidade baixa”, concentrando-se na Praça do Merca-

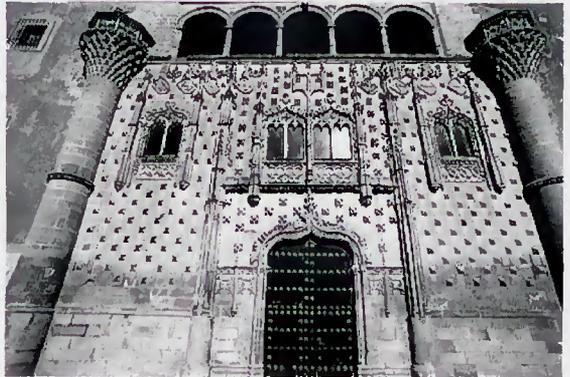


Fig. 2 - Palácio de Jabalquinto, Baeza.



Fig. 3 - Plaza Vasquez de Molina, Úbeda.

do e seus arredores. Aqui, localizam-se as actividades mercantis e económicas, assumindo uma vitalidade e uma importância relevante que determina a construção de um elevado número de novos edifícios, como, por exemplo, as sedes de instituições públicas, as residências de numerosas famílias importantes e alguns edifícios religiosos, convertendo a parte baixa da cidade num núcleo vital da população e com um peso funcional inquestionável, cujo tamanho supera as dimensões do recinto muralhado.

Do ponto de vista demográfico, também a população dos arrabaldes supera a que se aloja no interior do núcleo muralhado.

Face ao exposto, podemos concluir que se produz um certo grau de especialização entre *“cidade alta”* e *“cidade baixa”*, que de forma simplista se pode resumir do seguinte modo: no núcleo medieval concentram-se as funções religiosas e docentes; na periferia situam-se as sedes das instituições seculares, grande parte das residências e os edifícios ligados à vida civil e económica.

Em suma, encontramos, pois, perante um núcleo urbano aberto, em expansão e estruturado de acordo com as novas necessidades.

O processo de remodelação de Úbeda decorre por outros caminhos. Enquanto em Baeza, como vimos, se verificou uma actividade descentralizadora em direcção aos bairros exteriores, que se acentuou a partir do século XVI, a dinâmica de transformação em Úbeda tende a concentrar-se no interior do recinto muralhado, onde as famílias nobres constroem as suas novas casas, apesar de a periferia também experimentar uma assinalável

expansão, manifestando-se, contudo, como um espaço residencial apático e menos qualificado que Baeza.

Dentro deste amplo contexto de transformações, vai verificar-se em Úbeda um importante processo de reestruturação urbana e arquitectónica. Esta dinâmica de transformação de Úbeda privilegia a abertura de novas praças, a construção de novas residências, a remodelação de antigos espaços, o que, no seu conjunto, rompe e altera consideravelmente o passado medieval, caracterizado por construções e motivos de rasgos góticos e muçulmanos, dando lugar a novos espaços e a situações originais e únicas no universo do urbanismo espanhol.

No conjunto das transformações urbanas renascentistas verificadas nas cidades de Úbeda e Baeza, adquire particular relevância a *abertura de novas praças*, ao ponto de constituírem um rasgo muito característico e específico das intervenções que sofreram estas cidades espanholas. Neste sentido, são demolidos edifícios para construir novas praças, que rapidamente adquiriram prestígio na estrutura urbana do renascimento andaluz.

Por outro lado, muitas famílias senhoriais, para evitar avultadas expropriações, optaram por construir as suas residências e palácios junto das praças medievais que já existiam, como é o caso do Palácio de Jabalquinto de Baeza.

Paralelamente, realizaram-se operações de remodelação e intervenções urbanas nestes espaços, com o propósito de lhes conferir uma certa regularidade e uma aparência de ordem formal considerada adequada, sem grandes preocupações com o rigor geométrico.

A maior parte destas praças, apesar de nalguns casos não apresentarem grandes dimensões, inserem-se num conjunto de intervenções autónomas que, no seu conjunto, adquirem uma importância excepcional, visto que contribuíram para a remodelação do espaço da cidade que existia no final do século XV, introduzindo uma nova ordem espacial e elevados padrões de racionalidade.

No caso de Úbeda, a abertura de novas praças encontra-se associada à arquitectura residencial, enquanto em Baeza a aparição de novas praças está ligada aos edifícios públicos que se constroem nos séculos XVI e XVII.

Na cidade de Úbeda, ao contrário do que acontece em Baeza, a medieval Praça do Mercado não perde as suas funções, que são complementadas com o nascente aglomerado populacional que se consolida na Praça de Toledo.

O elemento essencial deste processo de transformação interna de Úbeda é, seguramente, a Praça Vásquez de Molina, que possui um excelente repertório de edifícios renascentistas, residenciais e públi-

cos, os quais, sem margem para dúvidas, devem figurar entre os conjuntos mais importantes ao nível europeu, devido à sua excepcional qualidade arquitectónica. Esta Praça, situada junto dos dois grandes pólos de Úbeda, ou seja, a Praça do Mercado e a praça de Toledo, destaca-se, igualmente, pela sua dimensão urbana e representa um terceiro pólo que anula e substitui o antigo espaço dos senhores medievais: o núcleo de Alcázar.

Em termos comparativos, verificamos que em Baeza existe uma importante e numerosa arquitectura pública civil, enquanto em Úbeda se nota um acentuado desequilíbrio entre a quantidade e a qualidade da arquitectura residencial e a escassez da arquitectura pública civil, que, neste domínio, possui apenas duas obras significativas - o Pósito e a Câmara. Neste inventário merece igualmente destaque a Casa de las Torres, que constitui um notável exemplo de tipologia de *casa-torre*, tratando-se de uma herança medieval adaptada pelo renascimento.

No entanto, estas cidades apresentam um denominador comum: a elevada qualidade arquitectónica do seu património edificado marca da importância urbana destas



Fig. 4 - Casa de las Torres, Úbeda.

idades na época de maior esplendor arquitectónico, que se situa entre os séculos XV e XVII, consideradas o berço do renascimento andaluz.

Em conclusão, o amplo repertório de intervenções urbanas, que no seu conjunto adquirem importância inquestionável, verificadas durante o século XVI em Úbeda e Baeza, ultrapassam o âmbito local e nacional para se situarem ao nível da alta cultura renascentista, constituindo uma verdadeira lição de urbanismo e um importante contributo à cultura arquitectónica universal. Em ambos os casos, estas operações de reestruturação, essencialmente de cariz arquitectónico, revestem uma importância redobrada porque não constituem uma mera repetição de ideias, temas, soluções e práticas previamente desenvolvidas em Itália, mas sim uma resposta específica do urbanismo renascentista andaluz à realidade social, política e económica que se verifica nestas cidades, originando um conjunto de soluções e modelos que determinam a reconversão da velha organização urbana medieval de raiz islâmica em cidades renascentistas dotadas de forte dinâmica e personalidade.

3. TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NA ARQUITECTURA DE ANDRÉS DE VANDELVIRA EM ÚBEDA E BAEZA

O arquitecto Andrés de Vandelvira, homem de confiança da poderosa família de Francisco de los Cobos, assume magistralmente a tarefa de realizar um amplo plano de construções, convertendo-se no grande artífice da nova imagem de Úbeda e Baeza. Imprimiu às suas obras arquitectónicas des-

tas cidades e de outras localidades vizinhas um estilo próprio, quer através da sua acção directa, quer mediante a influência que exerceu sobre outros arquitectos.

Esta fecunda e genial actividade justifica a presença de arquitectos oriundos de outras regiões, seguindo os ensinamentos e as directrizes de Andrés de Vandelvira, que se transformam em modelo e referência para muitos arquitectos.

A partir da década de 1530 dá-se o salto qualitativo da arquitectura de Úbeda e Baeza, dominada pela acção do arquitecto Andrés de Vandelvira, alicerçado na conjugação de três vertentes propulsoras: adopção da linguagem clássica, de acordo com uma lógica de reinterpretação de modelos, em detrimento de uma cópia insignificante; articulação dos modelos clássicos com as técnicas tradicionais de trabalhar a pedra; adopção abstracta de elementos e soluções da cultura arquitectónica islâmica. A assunção desta tripla conjugação resulta num contínuo processo de experimentação com a linguagem clássica, que dura cerca de 40 anos na vida de Andrés de Vandelvira, passa por ensaios com as ordens clássicas, adaptando-as a diferentes escalas e espaços, numa busca constante da coerência e da difícil harmonia entre espaço e estrutura, que tem como palco privilegiado as cidades de Úbeda e Baeza e como melhor intérprete o arquitecto Andrés de Vandelvira.

Se a morte deste grande arquitecto representa uma perda muito importante, que coincide no tempo com os primeiros sinais de esgotamento económico e a consequente ausência de grande parte das famílias mais poderosas, as últimas duas décadas do século XVI registam, ainda, uma intensa actividade arquitectónica protagonizada pelos

herdeiros de Andrés de Vandelvira e outros arquitectos e mestres, que, conjuntamente, vão dar continuidade a projectos já iniciados ou iniciam outros.

BIBLIOGRAFIA

MOLINA, J. *Baeza Histórica e Monumental*, Caja de Ahorros de Córdoba, Córdoba, 1982.

MORENO, Arsénio. *Úbeda Renacentista*, Editorial Electa, Madrid, 1993.

NIETO, V. *Arquitectura del Renacimiento en España, 1488-1599*, Cátedra, Madrid, 1989.

ULIERTE, L. *História de Baeza*, Universidad-Ayuntamiento de Baeza, Granada, 1985.

WITTKOWER, R. *La Arquitectura en la Edad del Humanismo*, Nueva Visión, Buenos Aires, 1968.

Barroco – O imaginário e o quotidiano. O presépio português¹

Arnaldo Pinto Cardoso

1. A ARTE ESPLENDOROSA

O termo barroco, em português e em espanhol, parece referir-se originariamente às formas salientes e movimentadas das peças de barro. No campo da arte, caracteriza um período próprio, mas o conceito aplica-se também à literatura, à música e aos costumes. Trata-se de um movimento do espírito europeu, contextualizado nos séculos XVII e XVIII, com reflexos nos diversos campos da actividade humana. Com frequência, o adjectivo indicava um silogismo artificioso da filosofia escolástica medieval, um raciocínio confuso, embrulhado, com floreios.

A palavra começou por exprimir um juízo negativo sobre as manifestações artísticas desse período, mas foi-se atenuando só no século XX. O sentido comum de *barroco* era depreciativo: predicava-se de algo falso, extravagante, bizarro, pedante. Por isso, era reprovável como tal. A seu respeito, o neoclassicismo exerceu uma crítica implacável, caracterizando o Barroco como arbítrio desenfreado, como delirante anormalidade.

Como cultura figurativa, o Barroco afirmou-se em Roma nas primeiras décadas de Seiscentos, legando à posteridade um con-

junto notável de igrejas e palácios que hoje visitamos com admiração. A seguir, desenvolveu-se muito também em Portugal e Espanha e nas maiores cidades da Europa. A explosão barroca coincide com o movimento de Reforma da Igreja e com a dinâmica presença dos Jesuítas no mundo. Estes dois factores não são marginais na história da arte deste período.

A seguir ao esplendor da arte renascentista, o Barroco contou, antes de mais, com a relutância dos mestres que continuavam ligados aos parâmetros da Renascença. Mas a pouco e pouco o preconceito e o descrédito serenaram perante o confronto dos paradigmas de uma e outra época. As significativas diferenças entre Renascença e Barroco só podem contribuir para compreender duas épocas artísticas tão distintas, respeitando as características de cada uma.

Assim, a uma visão plástica e a nítidos contornos, próprios da Renascença, corresponde uma visão pictórica e um sentido de aparência próprio do Barroco. No primeiro caso, a composição é organizada em planos, enquanto, no segundo, a composição é feita em profundidade. E enquanto na Renascença se impõe a unidade de composi-

¹ Texto de palestra proferida na Biblioteca da Escola Secundária da Rainha Santa Isabel, Estremoz, em 9 Junho 2004, no âmbito do ciclo de conferências «A Barrística, a Faiança e a Azulejaria no Período Barroco».

ção, com cada objecto bem distinto, no Barroco, o motivo subordina o resto e relativiza a clareza. Se no Renascimento havia uma preocupação de tipo retratista, no período barroco imperava a intenção interpretativa que levava a produzir figuras impregnadas de diversos sentimentos humanos: alegria, piedade, horror... No Barroco, o campo para a exuberância da imaginação não tem fronteiras, colocando-se o artista a pairar na glória com figuras de beatos ou nos espaços siderais com figuras mitológicas.

O espírito barroco ou a poética barroca retoma, revaloriza e desenvolve a concepção clássica da arte enquanto imitação: a arte é uma representação, cujo escopo é o de impressionar, comover, deleitar, persuadir; ela é o produto da imaginação e o seu fim é o de ensinar a exercitar a imaginação. No âmbito do Barroco, a imaginação é superação do limite e o seu fim é o de convencer que alguma coisa de não real se pode tornar real.

As obras barrocas são caracterizadas por uma exuberância teatral e pelo envolvimento emotivo do espectador. Este não pode ficar indiferente. Essa repercussão da obra no observador foi sublinhada por um autor italiano como sinal característico da verdade artística da mesma, quando afirmou que “o fim do poeta é causar maravilha”, mas que, se não for “capaz de causar admiração”, então é melhor que trate de animais².

A arte barroca anda ligada a novas formas de liberdade, mediante a superação dos limites técnicos e das formas consolidadas pelas escolas dos artistas. Ela está mais vol-

tada para a composição do que para a invenção dos elementos formais, dá mais espaço à fantasia livre do que ao servilismo de escolha. Porque a surpresa substitui o pré-estabelecido, no Barroco assiste-se ao triunfo da fantasia sem peias. Daqui resulta uma vitalidade, um dinamismo versus estabilidade. Aliado a uma exuberante liberdade, o imaginário constitui a matriz própria do artista.

No Barroco, a figura humana sobressai como objecto decisivo da arte, não na sua forma idealizada, mas sob qualquer aspecto, ou seja, belo ou feio, sublime ou quotidiano, nobre ou caricatural. A figura vale pela exuberância pictórica, pelo movimento exasperado, pela variedade de posições, pelas transfigurações fantásticas, obtidas mediante o esmero das roupagens. Expressão deste «realismo» é a tendência ao pitoresco, captando momentos caricaturais do convívio humano. Daí a importância da expressão do rosto, do vigor dos gestos e do esplendor dos cortejos.

No Barroco, o cenário paisagístico adquire um valor enorme, subordinando a figura humana. A paisagem impõe-se com vales e montes, com cidades e descampados, com animais e plantas. O homem entra como parte e actor dessa sinfonia cósmica. Os artistas dão alma a essa necessidade de complicar, enriquecer, confundir, multiplicando soluções espaciais, combinando cores e movimentos. Estas expressões degeneram na ênfase, no virtuosismo, são “irregularidades” relativamente à arte tradicional, mas é aqui que a arte barroca provoca admiração, êxtase.

² “E del poeta il fin la meraviglia: chi non sa far stupir, vada alla striglia.”, frase de famoso soneto de Giambattista Marino (Nápoles, 1569-1625).

Perante uma obra de arte barroca, justifica-se um momento de contemplação, ligado muitas vezes ao sentimento da embriaguez. Por um lado, é Apolo que nos eleva ao Olimpo da beleza; por outro, é Dionísio que nos atordoa com o excesso, difícil de viver em plenitude.

Frequentemente, a obra barroca atrai a nossa atenção, sem que tenhamos consciência das razões da maravilha que em nós provoca. Mas basta para um pouco e começar a analisar, por partes, a composição. Por exemplo, os elementos arquitectónicos, os quais são sobrepostos pelos cenográficos: colunas torcidas em espiral, tímpanos quebrados, frontões multiplicados e curvos.

Também o recurso a expedientes pictóricos se repercute na valorização da luz e sombra, fazendo com que a luz prevaleça sobre a forma. Basta olhar para as pinturas, para as grandes composições a fresco, com membros em relevo, onde os cenários naturalistas coexistem com motivos mitológicos, muito populares na época, com *Madonne* e santos flutuantes nos ares, entre nuvens vaporosas de anjos.

Todas estas características e outras constituem a quinta-essência do Barroco, fazem dele uma arte digna de admiração. Estas características exprimem todo um imaginário ligado a dados culturais e de fé, de arte e de ciência, de cujo conhecimento depende a compreensão da obra de arte. As categorias de um tal imaginário ordenavam-se para as pessoas viventes, actores de um quotidiano que tinha necessidade de ser visto com o olhar do artista capaz de estabelecer uma relação emotiva entre o real da existência e o ideal da fé ou do mito. Por outro lado, o quotidiano assumido pelo

artista de forma tão densa torna-se, nas figuras que lhe saem do pincel ou da mão, expressão física de altos e nobres sentimentos, remetendo-nos ao imaginário criador.

Em Portugal, como mais característico deste período, ressaltam as talhas de altar e as estátuas. Em alguns casos, estas impõem-se de tal modo que nos deixam arrebatados. A par da proporção das formas, a ornamentação vegetal e o dourado dos painéis projectam a natureza no interior dos templos, como uma magnífica apoteose de vida ao Criador. A estatuária, em madeira ou em barro, com elegantes hábitos e roupagens almofadadas, constitui um grande património de qualidade superior, que nos torna devedores de admiração aos mestres entalhadores do Norte e aos barristas de Mafra e Coimbra.

Infelizmente, o terramoto de Lisboa (1755) sepultou muitas peças de arte barroca, tão cultivada pelo rei D. João V. Por outro lado, essa tragédia condicionou a produção artística, durante algum tempo, na medida em que a satisfação das necessidades primárias não deixava espaço para a opulência e adorno das artes plásticas.

2. O PRESÉPIO PORTUGUÊS

Segundo os críticos de arte, o presépio pode ser visto como expressão menor da arte barroca, mesmo nas cidades em que teve uma grande importância, como Nápoles e Roma, na Sicília e em Portugal. Sobre tudo em Portugal, onde o presépio se situa já no período do barroco tardio, que vai de 1680 a princípios do século XIX. A arte dos presépios envolveu grandes artistas e re-

flecte completamente o gosto barroco, acentuando o pitoresco, a cenografia, o engenho, quer nas figuras singulares, quer no cenário geral. Com materiais pobres, a indústria e o engenho dos barristas ergueram verdadeiras obras-primas.

A reconstrução do presépio faz-se segundo algumas constantes que, aliadas à fantasia e à arte, fazem dele uma obra digna de admiração. Essas constantes são: a Sagrada Família, os Pastores, os Reis Magos, os Anjos. No presépio barroco, geralmente, elas são inseridas numa plataforma onde entra tudo quanto tem que ver com a vida real das pessoas. Ele torna-se o “Teatro do mundo”, onde convergem a natureza e a vida humana, as casas, as aldeias, as cidades, as praças, os caminhos, os rios, as paisagens, o céu.

No cenário colorido do presépio, saltamos à vista uma cidade com muralha, um fontanário, uma hospedaria, uma taberna, um moinho, uma nora, um desfiladeiro. Descobrimos pastores com ovelhas, populares com galinhas, crianças a brincar, pares jovens, idosos, vendedores, cortejos, desfiladas, vestimentas, animais, aves. Nos açafates, às costas ou à cabeça, vemos frutos da terra, queijo, fumeiro, pão, frutas, ovos, perus, coelhos, leitões. Entre os instrumentos musicais tocados por anjos e pastores contam-se o órgão, a pandeireta, os ferrinhos, a gaita-de-foles, a sanfona, a guitarra.

Trata-se de uma verdadeira explosão de vida e de alegria, transmitida por figuras cheias de realismo e de graça: festas, danças, idílios, zaragatas, mulheres que fiam, mães que amamentam crianças, vendedoras de bolos e castanhas, homens que bebem

ou jogam cartas, caçadores, cegos que cantam, rapazes que comem, pobres que pedem. Nem sequer falta a figura do dorminhoco.

São muitos os aspectos que se podem considerar num presépio, mesmo de dimensões médias. É impossível tomar aqui em consideração todas as cenas e os figurantes que povoam o espaço presepiário. A visita a um presépio só consentirá a descoberta da alma das figuras, o usufruir da beleza com que o artista as plasmou, se se dispuser de tempo para contemplar, de simplicidade para aceitar e de categorias mentais (cultura, fé) para interpretar. Pedagogicamente, e tendo como premissa uma boa iluminação, ocorre proceder por partes, atentar ao pormenor, relacionar com o conjunto.

Uma das coordenadas do imaginário presepiário a ter em consideração é que os presépios são obras de arte ditadas pela fé. São uma espécie de “teatro sagrado”, onde, a propósito do nascimento de Jesus, se inserem outras cenas bíblicas: Anunciação, fuga para o Egipto, matança dos inocentes, Visitação. Relevo especial merecem as cenas do dramático infanticídio de Belém, às ordens de Herodes, caracterizadas por extraordinário realismo.

Um exemplar singular, com uma forte conotação nacional, é fornecido pelo presépio do antigo convento do Buçaco. Aí aparecem incrustadas as cenas de *Judite com a cabeça de Holofernes* e de *Sansão em luta com o leão*, a sugerirem, numa espécie de premonição, a transferência da luta bíblica de Israel para o caso de Portugal em luta contra o forte invasor napoleónico, derrotado precisamente naquele lugar.

Conduzido pelo imaginário e pelo quotidiano, o presépio apresenta-se como uma construção fantástica onde o anacronismo pode conviver com a História. Isso manifesta-se em diversas situações, nomeadamente com um cunho muito português, de que salientamos três exemplos: concorrência do povo, cavalgadas reais e matança do porco.

2.1. A Gruta

Em si, a gruta, como estábulo de animais, constitui o cenário central e a razão de ser de toda a construção presepial. Este estábulo converte-se frequentemente num espaço nobilitado por ruínas do templo ou palácio romano. A vaquinha, e a burrinha, mais do que adornar o espaço, parecem tomar parte na contemplação cósmica de Menino recém-nascido. A manjedoura, com a armação artística de madeira, e com a ampla toalha branca estendida debaixo do Menino, com ou sem faixas, mais parece um altar... Ao lado do Menino, vemos as figuras de Maria e José. A sua posição varia: de joelhos ou sentados, Maria e José parecem arrebatados pelo dom daquele menino, sobretudo a mãe. José, sentado ou de pé, confere segurança e protecção. Na representação das três figuras os artistas muito se esmeraram, a ponto de produzirem verdadeiras obras-primas.

Povoada ou sobrevoada por anjos, a gruta anima-se como um espaço residencial onde se contempla a vida nascente e onde reina contagiosa alegria. Pelo modo como a gruta vem representada, esquece-se o motivo da rejeição de hospedagem em Belém, ignora-se o embaraço de um parto num estábulo e numa terra estranha. O imaginário

fez tudo para que este nascimento fosse o mais normal possível. Por outro lado, revestiu este nascimento de sinais de referência ao céu, como uma promessa de salvação, de tal modo que a presença do Menino é a natividade d'Aquele que foi gerado *ab aeterno* pelo Pai.

É à volta deste ponto fulcral que convergem o imaginário da fé e o imaginário do quotidiano no presépio, saltando o tempo e o espaço, como se o "ontem" de há séculos fosse o "hoje" de aqui e de agora. Este quotidiano actualiza-se, ocidentaliza-se, torna-se barroco, reveste as roupagens e as cores da época, para dizer, sugerir, proclamar o mistério. Perante as figuras da gruta, sentimos o apelo do inefável, a inadequação entre as imagens e a realidade, entre os sinais e o seu significado.

2.2. A Cidade

Do cenário do presépio faz parte o aglomerado de uma cidade situada no alto de um monte e cercada de muralhas. É interessante notar como o imaginário da cidade decalca modelos de certas gravuras ou pinturas de paisagens não nacionais, que algumas vezes aparecem pintadas na parede circundante. As construções reflectem as casas nacionais ou europeias, com fachadas de igrejas, torres e moinhos de vento, segundo paradigmas muito afastados dos das cidades orientais.

A cidade, geralmente é Jerusalém, porque por lá passou o cortejo dos reis magos, que se distende pelos caminhos que levam a Belém. Também é possível que esteja subjacente a cidade de Belém, em cujas cercanias se coloca a gruta do presépio e o campo dos

pastores. Tal “contração” das cidades não repugna, porque ao imaginário presepiial interessa mais a referência memorial do que a exacta correspondência histórica.

2.3. A cavalgada

Nas cavalgadas o imaginário teve um campo fértil de expressão plástica, onde conviviam o anacronismo e a opulência. Não deixam de concentrar a atenção esses cortejos reais com dezenas de soldados e servos, com cavalos, camelos, e elefantes, alinhados ao longo dos caminhos e desfila-deiros, entre Jerusalém e a gruta. A variedade das figuras, enriquecidas com vestidos, turbantes e librés, convive com a abundância dos dons, que os reis se aprestam a levar ao Menino. Admiramos o movimento e a expressão dos cavalos e cavaleiros, como nos surpreende a configuração dos camelos - um dromedário híbrido entre cavalo, girafa e lama. No cortejo sobressai sempre um elefante ajazado com dossel, assim como um grupo de soldados fardados e armados. Mais do que a exactidão histórica, interessava a dimensão lúdica do projecto. A confluência dos reis para a gruta do presépio devia ser um exemplo e um atractivo para soberanos e para o povo. Decalcando alguns costumes do quotidiano, essa intenção explica a exuberância e a arte das cavalgadas reais dos nossos presépios.

2.4. Os pastores

Como primeiros a ter conhecimento do nascimento do Menino em Belém, os pastores são objecto de particular atenção: no campo, com as ovelhas; a caminho e diante da gruta, com cordeiros às costas. De joelhos ou de pé, os pastores são apresenta-

dos de um modo inconfundível, mas também como pessoas rudes mas bondosas, generosas e pias. Era fácil para o artista o campo do imaginário comum.

2.5. Os reis

As figuras dos reis aparecem como fruto da imaginação criadora, prestando-se a um forte contraste com os pastores e os populares. A tradição dos presentes determinou o seu número e opulência, mas foi o imaginário que criou os grandes cortejos e deu vida aos rostos dos reis diante do Menino no presépio.

2.6. Os populares

Nas figuras da gente do povo, mais do que nas outras, toca-se de perto o quotidiano dos homens e das mulheres. O nascimento surpreende as pessoas na actividade de todos os dias, com os hábitos e costumes da época, com os produtos da terra e do trabalho humano. Enquanto muitas figuras são colocadas em casa ou na rua, muitas outras põem-se a caminho da gruta com dons, engrossando extraordinariamente o grupo dos pastores. O imaginário não só reconstituiu a vida real do povo, como, sobretudo, deu expressão aos sentimentos de alegria e devoção dos rostos e dos gestos das pessoas.

2.7. História e Lenda

A relação do presépio com o nascimento de Jesus é de natureza histórica. A sua representação pertence ao mecanismo do imaginário e é através dele que podemos reviver esse evento com alegria, recordá-lo no nosso tempo, representá-lo com figuras como se fosse um teatro vivo. A completar

o círculo do imaginário, vem a inserção de episódios que não têm a ver com a natividade de Belém, uns da Bíblia, outros da lenda. Tal facto denota uma intenção ilustrativa ou catequética que estimulava o imaginário comum.



A expressão que melhor define o presépio barroco é esta de «teatro do mundo». Com ela abrangemos o mundo do *imaginário* e o mundo do *quotidiano*, numa síntese

dinâmica que nos põe a sonhar e faz de nós próprios actores. Como representação, o presépio evoca um evento, fazendo-o passar por mediações que tocam a nossa vida real e o projectam para além dela. Quer dizer, o presépio fala, proclama: diz alguma coisa, proclama alguém, no palco do mundo, onde o homem é actor e espectador, num jogo de mútua influência entre a imaginação e vida quotidiana. No presépio barroco, o *imaginário* vive e projecta-se no *quotidiano*, como em nenhum outro campo artístico.

Memórias de Isabel de Aragão - Os painéis da capela da Rainha Santa Isabel do castelo de Estremoz¹

Maria de Lourdes Cidraes



Fig. 1 - Rainha Santa Isabel – Igreja do Menino Deus, Lisboa.

Situada no torreão norte ocidental, a Capela da Rainha Santa Isabel é uma pequena jóia barroca, incompreensivelmente pouco estudada e de poucos conhecida. Contudo, o visitante que entra no pequeno templo fica

surpreso com a riqueza do seu interior, onde pintura e azulejo se combinam harmoniosamente, de acordo com um programa estético e doutrinário que tem, como duplo objetivo, a glorificação da “Rainha Santa”, representada no tecto subindo aos céus em apoteose, e a edificação dos fiéis, a quem são apresentados episódios exemplares da vida e da lenda de Santa Isabel, evocados nos grandes painéis narrativos que recobrem as paredes laterais.

Para além do seu inquestionável interesse artístico, como notável manifestação do barroco joanino, a capela do castelo de Estremoz constitui um registo único do mito popular e religioso da “Rainha Santa”, que reúne, para além da conhecida lenda do “milagre das rosas”, cerca de meia centena de narrativas surgidas nos lugares onde a rainha viveu ou onde ficaram as memórias da sua passagem.

Algumas destas lendas, que já poucos recordam, são curiosas narrativas em que a tradição hagiográfica e cronística se confunde com uma tradição popular de prodígios e maravilhas, como a “lenda do pajem da rai-

¹ Comunicação apresentada na Câmara Municipal de Estremoz, a 16. Outubro.2004. Constitui a síntese de uma pequena monografia realizada no âmbito do «Programa 2004. A Cultura do Barroco, O Imaginário e o Quotidiano», promovido pela Câmara Municipal de Estremoz (*Os Painéis da Rainha*, Câmara Municipal de Estremoz, Edições Colibri, Maio.2005). Fotografias de Paulo Correia e da autora.



Fig. 2 - *Milagre das rosas* - Capela da Rainha Santa Isabel, Estremoz.

nha”, história de ciúmes, vinganças e recados trocados, em que o pajem, injustamente acusado, é salvo milagrosamente da cruel morte preparada por D. Dinis; ou a “lenda do mausoléu que dá o salto”, em que o túmulo da rainha, ameaçado pelas águas do Mondego, salta para um lugar mais alto ao ser tocado pelo bordão de peregrina oferecido a D. Isabel pelo arcebispo de Compostela.

No sul de Portugal, Estremoz, onde a rainha fez várias estadias e onde morreu, é o mais importante núcleo da tradição lendária isabelina, só superado, em todo o país, por Coimbra. São várias as lendas de que há registo na cidade. Em primeiro lugar, como seria de esperar, a “lenda das rosas”,

de que existem várias representações: o bellissimo óleo da Capela da Rainha Santa Isabel, de que falaremos mais adiante, um painel de azulejo figurativo de inícios do séc. XVIII, conservado na sacristia do Convento de S. Francisco, a exigir cuidados que lhe devolvam o destaque merecido, um retrato de meio corpo, a óleo (do séc. XVII ou XVIII), de autor desconhecido, exposto na Pousada da Rainha Santa Isabel e onde Isabel de Aragão está representada em traje de corte com o regaçado de rosas², e, na capela dos Terceiros da Igreja de S. Francisco, uma grande imagem de roca setecentista que surge ao lado de outras de santas da Ordem Terceira, segurando, tal como elas,

² Não referimos a grande tela, de corpo inteiro, existente igualmente na Pousada de Estremoz, onde a rainha veste sumptuoso traje real, segurando no regaço as rosas do milagre, por existirem dúvidas em relação à identificação da figura representada, colocando-se a hipótese de ser Santa Isabel da Hungria.

um molho de rosas, emblema frequente na hagiografia franciscana.

A partir do início da segunda metade do séc. XX o motivo das rosas encontra uma nova difusão na cidade de Estremoz: vemos-lo na estátua erguida em 1970 no largo D. Dinis, reconhecemo-lo na tradicional cerâmica figurada, descobrimo-lo ainda em placas e cartazes dispersos pela cidade.

Mas Estremoz criou também as suas próprias lendas, associadas ao castelo. A primeira é a “lenda das andorinhas”, importada provavelmente, tal como o “milagre das rosas”, da tradição lendária de Santa Isabel da Hungria: as andorinhas devolvem à rainha o fuso que deixara cair quando contemplava, da janela do seu paço, a bela paisagem alentejana.

A segunda lenda tem igualmente como palco o castelo de Estremoz. Durante a primeira invasão francesa, no ano de 1808, o exército do general Loison retira-se inesperadamente para Évora, depois de tentar fazer explodir a torre de menagem e a armaria real. Milagrosamente a mecha apagou-se. Estava-se na véspera da festividade da Rainha Santa. A população atribuiu este facto à intercessão de Santa Isabel e mandou gravar na base do coro da capela uma lápide em que agradecia à rainha, sua defensora e padroeira, tê-la protegido do saque e da destruição. Um mural, hoje desaparecido, recordava este acontecimento na antiga Igreja do Convento de S. João de Deus, agora Messe de Sargentos.

Estremoz conserva ainda outras memórias de Santa Isabel, inscritas nas velhas pedras da cidade, como o Baluarte da Rainha

Santa Isabel mandado construir por D. João IV durante as Guerras da Restauração, ou recordadas em nomes de ruas, escolas, hotéis, estabelecimentos comerciais e associações culturais e recreativas. Anualmente, no início de Julho, realizam-se as Festas da Rainha Santa com novena ou tríduo e procissão, concertos e festejos populares. Durante uma semana, a primitiva imagem da capela do Castelo, oferecida por D. João V e que razões de segurança fizeram guardar na igreja de Santa Maria, fica exposta aos olhos dos devotos e dos visitantes. No domingo, dia maior da festa, desfila em procissão pelas ruas da cidade, regressando de novo a Santa Maria. É uma belíssima imagem em madeira estofada e dourada, onde a rainha está representada de hábito, com as rosas no regaço e o bordão de peregrina e com uma grande coroa de prata sobre a cabeça.

É na capela do castelo que se concentra o maior número de representações iconográficas da Rainha Santa. A primitiva capela foi mandada erigir pela rainha D. Luísa de Gusmão, que, em 1659, em acção de graças pela vitória portuguesa na batalha das Linhas de Elvas, decidiu transformar em oratório os aposentos onde, segundo a tradição, teria morrido Isabel de Aragão que Roma canonizara apenas três décadas antes. Apesar de não ser conhecida a exacta localização desses aposentos, neles terá efectivamente ocorrido a morte de D. Isabel, no dia 4 de Julho de 1336, estando presentes seu filho, o rei D. Afonso IV, e sua nora, a rainha D. Beatriz, tal como é narrado na principal fonte coeva, a biografia anónima

do séc. XIV, escrita logo a seguir à morte da rainha, intitulada *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal Dona Isabel*³.

Pouco se sabe sobre esta primitiva capela, certamente modesta. Em 1680⁴ o arquitecto régio P. Francisco da Silva Tinoco dirigia as obras de remodelação ordenadas por D. Pedro II, que em época de crise nacional quis dar maior esplendor à capela construída em honra da sexta rainha portuguesa. Em 1689 uma terrível explosão no paiol danificou o pequeno templo, obrigando a obras de restauro que ainda prosseguiram no ano de 1707, a cargo dos Congregados do Oratório. Em 1715 D. João V integra a capela no seu padroado⁵, dotando-a de rendas próprias, destinadas certamente à riquíssima campanha decorativa. Os trabalhos da reconstrução já estariam terminados nesse ano, como é atestado por Manuel de Sande de Vasconcelos na *Breve Recopilação ... da Fundação, Antiguidade e Excelências ... de Estremoz*⁶. Em 1716 D. João V visita a capela, durante a sua jornada pelo Alentejo. Em 1729 o monarca, acompanhado pela rainha D. Mariana de Áustria, desloca-se de novo à capela de Estremoz para dar graças pelo duplo casamento dos príncipes de Portugal e Castela e venerar a imagem da padroeira, por ele próprio oferecida.

A actual decoração, que inclui a pintura de azulejo e de cavalete, resultou assim de empreitadas régias outorgadas, segundo

Túlio Espanca, por D. João V a “artistas desconhecidos de Lisboa”. Sabemos hoje que terão sido alguns dos mais importantes do seu tempo. Segundo José Meco, eminente especialista do azulejo, a pintura dos três grandes painéis de azulejo figurativo é atribuível a Teotónio dos Santos, um dos mais notáveis mestres azulejadores da *grande produção* joanina. A análise do estilo e o estudo comparativo dos motivos permitem-me avançar, creio que com bastante segurança, o nome do pintor régio André Gonçalves como o provável autor da notável série de seis telas a óleo que decoram o interior do pequeno templo. Proposta que como tal deve ser considerada visto não ter conseguido encontrar provas documentais nas diversas pesquisas realizadas.

Pintor de renome, André Gonçalves deixou um impressionante conjunto de obras em Lisboa e noutras cidades do reino, incluindo a Madeira, os Açores e o Brasil. A sua colaboração em diversas empreitadas régias e as importantes encomendas conventuais atestam o alto apreço em que a sua pintura era tida junto de uma clientela aristocrática e clerical. A análise do estilo dos painéis da Capela de Santa Isabel permite reconhecer um conjunto de características que, embora recorrentes no barroco, são, no seu conjunto, identificadoras da pintura de André Gonçalves, como a organização do espaço segundo eixos oblíquos e o movimento as-

³ O original perdeu-se. Conserva-se uma cópia quincentista, manuscrita e iluminada, no Museu Machado de Castro de Coimbra. Foi publicada com adições por Fr. Francisco Brandão na 6.ª parte da *Monarquia Lusitana* (1672), com o título *Relaçam da vida da gloriosa Santa Isabel, Rainha de Portugal*.

⁴ Vd. Teresa Campos COELHO, “Um concurso para o provimento do lugar de Architecto das Ordens”, *Revista MONUMENTOS*, n.º 7, 1997, pp. 103-107.

⁵ T. ESPANCA, “Capela da Rainha Santa Isabel”, pp. 136-141; *Inventário Artístico de Portugal*, vol. VIII, Distrito de Évora, Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas, pp. 85-88.

⁶ Códice 455, BGU.; ed. M. COSTA, *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. XLII, 1994, p. 133.

cedente da composição, o desenho elegante das figuras com suaves torções de corpo e o hábil traçado dos drapeados e panejamentos, ou a escolha de uma paleta cromática de tons claros e luminosos, cortados por vermelhos e azuis intensos.

A semelhança entre os painéis de Estremoz e outros trabalhos de André Gonçalves é ainda reforçada pela repetição de *motivos* que dificilmente podem ser explicados pelo recurso a uma fonte comum, dada a sua especificidade e a extrema semelhança de pormenores. Por outro lado, a existência, na igreja do Menino Deus de Lisboa, de uma tela de André Gonçalves com o tema do milagre das rosas, com autoria confirmada documentalmente, constitui um fortíssimo argumento a favor da atribuição dos painéis de Estremoz a este pintor, dadas as flagrantes semelhanças existentes, nomeadamente ao nível da organização do espaço, da construção do cenário, do desenho das figuras e da tipologia da cor (figs. 1 e 2).

A tela de Estremoz, de maiores dimensões, constitui uma ampliação do retábulo da Igreja do Menino Deus, mantendo as figuras centrais (D. Dinis e D. Isabel), as personagens secundárias (cavaleiros, pajens, donzela e anjos entre as nuvens), e o cenário neo-clássico, com paisagem ao

fundo do lado esquerdo. O retrato da rainha é em tudo semelhante e a similitude no desenho da figura de D. Dinis é também flagrante. A semelhança entre as duas telas verifica-se igualmente na repetição de personagens secundárias, na escolha da paleta cromática, onde o azul e o vermelho sobressaem sobre as cores claras e douradas, e na construção do cenário de elementos arquitectónicos clássicos. As diferenças que existem, para além de modificações no uso das cores ou de pequenas alterações de pormenor, resultam das diversas dimensões dos dois quadros que obrigaram a uma ampliação na tela de Estremoz. Assim, e apesar de não ser possível estabelecer com rigor uma cronologia, a estrutura geral da composição do óleo da capela de Estremoz, assente na dilatação de um núcleo central,



Fig. 3 - *Milagre das águas do Tejo que se apartam*, painel de azulejos.

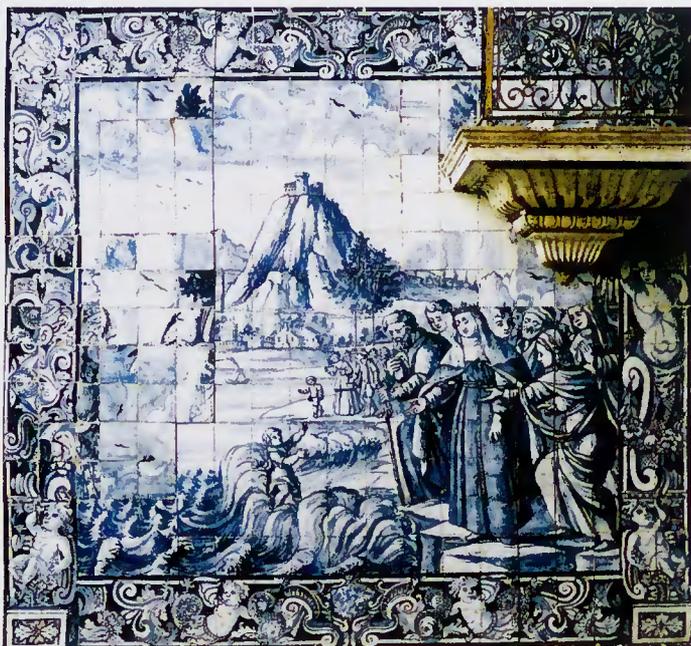


Fig. 4 - *Milagre da criança salva das águas*, painel de azulejos.

aponta para a anterioridade do retábulo do Menino Deus. Este facto e a análise comparativa do estilo, levam a situar a execução dos painéis sobre tela da Capela da Rainha Santa Isabel em inícios ou meados da década 30 do séc. XVIII, em data posterior mas próxima daquela que tem sido proposta para o retábulo de Lisboa.

O volume da encomenda de Estremoz, composta por seis grandes telas a realizar num período de intensa actividade do pintor, exigiu certamente a participação de aprendizes da sua oficina ou mesmo uma provável colaboração de outro ou outros pintores (talvez Jerónimo da Silva), normal numa época em que eram frequentes os trabalhos de parceria.

Voltemos agora a nossa atenção para a capela da Rainha Santa Isabel.

O acesso faz-se por um largo portão oitocentista que protege o recinto onde, ao lado direito, se abre a porta armoriada que conduz ao interior do pequeno templo, situado no piso alto.

No interior, na capela-mor de estilo barroco neo-clássico, de mármore branco e rosa de Estremoz e azuis de Sintra, ergue-se uma imagem recente da padroeira. Uma porta ao lado direito do altar dá acesso à pequena câmara onde se crê ter morrido Isabel de Aragão e onde se conserva

um retábulo setecentista, a óleo sobre cobre, representando a morte da rainha. De autor desconhecido, a tradição afirma ter sido oferecido pelo rei D. João V. O seu interesse artístico e histórico reclama medidas urgentes de conservação e também de restauro da moldura que o protege.

Regressando à capela, podemos ver ao fundo, nos alçados azulejares que ladeiam a porta de entrada, dois anjos custódios segurando o escudo partido de Portugal e de Aragão, armas de D. Isabel. Na base do coro, de mármore branco de Estremoz, pode ver-se a inscrição mandada gravar pela população em 1808.

Do lado esquerdo, três largas janelas, abrem-se a poente. Em face dispõem-se três painéis de azulejos figurativos. A parte superior das paredes laterais, tanto do lado

do Evangelho como da Epístola, está inteiramente revestida por seis grandes telas a óleo. Em todos os painéis - cavalete e azulejo - estão representados episódios da vida e da *legenda* de Santa Isabel. No tecto, a apoteose da rainha, subindo aos céus, domina a abóbada de meio canhão.

O programa iconográfico da capela do castelo de Estremoz, de natureza hagiográfica, é inspirado na vida e milagres da Rainha Santa Isabel, nascida princesa de Aragão, no Inverno de 1269-70, e sexta rainha de Portugal pelo seu casamento com D. Dinis, realizado por procuração em Barcelona no ano de 1282. A sua morte ocorreu em Estremoz, em Julho de 1336, quando se dirigia para a fronteira na tentativa de conciliar o filho, Afonso IV, e o neto, Afonso XI de Castela. O seu corpo foi trasladado para Coimbra e sepultado, como seu desejo, no Mosteiro de Santa Clara. Dos dias da sua morte datam os primeiros relatos de milagres. A esses dias remonta igualmente o início de uma devoção

popular que Roma demorou a reconhecer, apesar das sucessivas diligências da coroa portuguesa. Só em 1625 Urbano VIII proclamou solenemente a canonização de Isabel de Portugal.

De natureza erudita, os painéis da capela de Estremoz seguem as fontes textuais, particularmente a biografia de D. Fernando Correia Lacerda, bispo do Porto, que em 1680 publicou o livro *Vida, Morte e Milagres de Santa Isabel, Sexta Rainha de Portugal*, de grande difusão na época, directamente inspirado na primeira biografia do séc. XIV, mas também nas adições do discurso hagiográfico e cronístico posterior.

O conjunto dos Painéis da Rainha da Capela de Estremoz é composto por três painéis de azulejo e seis grandes telas a

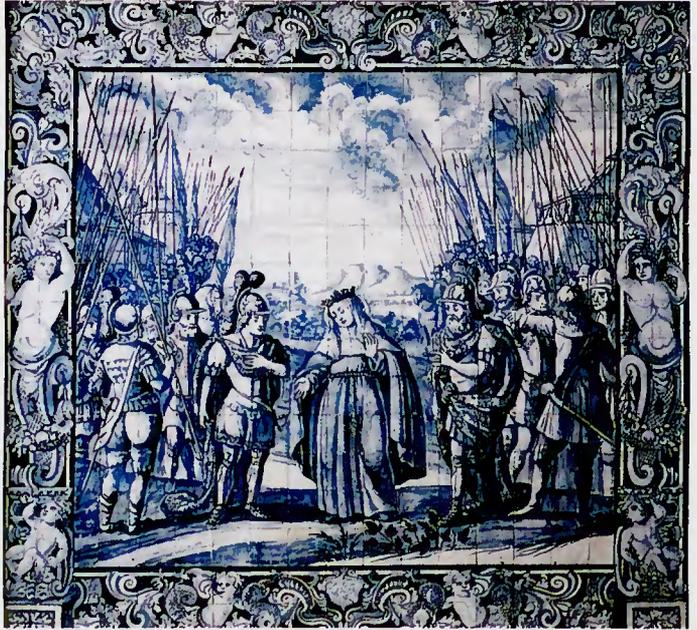


Fig. 5 - *Lenda da mulinha*, painel de azulejos.

óleo, três do lado da Epístola e três do lado do Evangelho. Quase todos são representações únicas de episódios hagiográficos e de lendas hoje em dia praticamente esquecidos (figs. 3, 4 e 5)



Fig. 6 - *Milagre da água e do vinho.*

PAINÉIS DE AZULEJO

Milagre das águas do Tejo que se apartam (Fig.3)

Esta bela lenda, em que as memórias bíblicas da passagem do Jordão e da travessia do Mar Vermelho se cruzam com a tradição lendária de Santa Iria, conta-nos que, estando a rainha D. Isabel em Santarém, desejou ver o túmulo da virgem mártir, construído pelos anjos no fundo do Tejo. Chegada às margens do rio, recusando o barco que a aguardava, caminhou sobre as águas que se abriram, dando-lhe passagem.

Em primeiro plano, ao centro da composição, D. Isabel, envergando o hábito de clarissa e a coroa real, ajoelha perante o túmulo de Santa Iria. Rodeia-a um pequeno

grupo de populares. À sua volta as águas do Tejo, erguidas em volutas densas, suspendem o seu movimento, descobrindo o leito liso do rio e o sepulcro de mármore branco. Na margem, um fidalgo, provavelmente D. Dinis, acompanhado de uma dama e de um pajem, observa a cena assombrado, parecendo querer avançar para o rio. Uma paisagem campestre, limitada por montes despidos de vegetação e cortada por um pequeno conjunto de casas e por estreitas filas de árvores, serve de cenário. O convencionalismo dos motivos, recorrentes no repertório decorativo barroco, contrasta com o individualismo expressivo do rosto das personagens.

Para além do seu indiscutível valor artístico, o painel *Milagre das águas do Tejo que se apartam* da capela de Estremoz reveste-se de

um particular interesse para o estudo do culto da Rainha Santa por constituir a única representação desta lenda na arte portuguesa.

Milagre da criança salva das águas (Fig.4)

Segundo a lenda, ao ver a rainha D. Isabel caminhando sobre o leito seco do Tejo, uma criança quis entrar nas águas. Em risco de afogar-se, foi salva por intervenção da rainha.

No centro da composição, uma criança aflita ergue os braços no momento em que as águas do rio se fecham e a alcançam. Na margem, Santa Isabel, de hábito e coroa, olha compassiva e estende-lhe a mão. Alguns populares rodeiam a rainha, reconhecendo-se entre eles algumas das figuras presentes no painel anterior. Ao fundo avista-se um grupo de cortesãos, agora mais numeroso. O fidalgo, que se destaca na primeira fila, é provavelmente D. Dinis. Perto da margem, sobre as águas serenas do rio, uma pequena embarcação aproxima-se de terra. Infelizmente a deterioração de alguns azulejos, a exigir trabalhos de verificação e restauro, não permite que se possa observar um fragmento da paisagem junto ao rio.

Este painel mantém a mesma qualidade artística do primeiro, constituindo, igualmente, a única representação iconográfica de uma tradição lendária hoje em dia esquecida.

Lenda da mulinha ("lenda de Alvalade") (Fig. 5)

Esta lenda é, seguramente, a tradição isabelina mais conhecida a seguir à lenda do "milagre das rosas". Ao ser informada de

que os exércitos de D. Dinis e de seu filho, o infante D. Afonso, estavam prestes a enfrentar-se, a rainha D. Isabel dirigiu-se para esse local e atravessou sozinha, montada numa mula, o campo onde já se iniciavam os primeiros combates. A sua intervenção pacificadora conseguiu que o rei perdoasse ao filho rebelde e que este jurasse obediência a seu pai. Este episódio lendário é narrado na biografia do séc. XIV, sendo desde então aceite como verídico pelos cronistas e biógrafos posteriores.

No centro da composição a Rainha Santa Isabel, a pé, parlamenta com D. Dinis e com o Infante, colocados simetricamente à sua esquerda e à sua direita. O Infante curva-se diante da rainha; D. Dinis ergue a mão em sinal de assentimento; ambos estão desarmados. Na sua frente, um pequeno tufo de plantas brota da terra árida, como sinal de paz. O paralelismo das figuras sublinha o papel mediador de D. Isabel.

Este terceiro painel de azulejo historiado é a mais antiga representação iconográfica da "*lenda da mulinha*" ou "*de Alvalade*". Destaca-se ainda por nele a rainha estar representada a pé, entre o rei e o infante, ao contrário do que se verifica na tradição posterior

PAINÉIS A ÓLEO SOBRE TELA (parede lateral direita, lado da Epístola)

Milagre das rosas (Fig. 2)

Uma das primeiras narrativas desta conhecida tradição milagrosa foi escrita por Fr. Marcos de Lisboa em 1562, na *Crónica da Ordem dos Frades Menores, Segunda Parte*, mais de 200 anos depois da morte de D. Isabel:

Levava uma vez a Rainha Santa moedas no regaço para dar aos pobres; encontrando-a el-rei lhe perguntou o que levava e ela disse: levo aqui rosas. E rosas viu el-rei, não sendo tempo delas.

De introdução tardia, a “lenda das rosas” terá surgido em Portugal só no séc. XV, por influência da lenda similar de Santa Isabel da Hungria. É um motivo hagiográfico recorrente na vida de outras santas, como Santa Cacilda ou Santa Rosa de Viterbo

Na tela de Estremoz a rainha D. Isabel surge ao centro da composição, quase de costas para o espectador. Num movimento elegante de braços, ergue para D. Dinis o regaço onde se vêem rosas vermelhas e brancas. Veste rico traje de corte, com uma pequena coroa sobre a cabeça graciosamente erguida. Dois pequenos pajens seguram a cauda do vestido e um aparatoso manto azul, forrado a arminho. Em pé, à direita e num plano ligeiramente recuado, D. Dinis, vestindo traje antigo, de gola encanudada e chapéu de plumas na cabeça, contempla as rosas que a rainha lhe apresenta. Ainda em primeiro plano, do lado esquerdo, duas damas observam e comentam o que vêem. Mais atrás, em segundo plano, uma jovem camareira olha de frente o espectador. Do lado oposto avista-se um grupo de fidalgos. Ao fundo um pajem ergue o reposteiro que protege a entrada duma igreja. No céu esvoaçam, festivamente, quatro pequenos anjos. Um discreto jogo de luzes realça a figura de D. Isabel e contribui para o efeito de profundidade.

Apesar da lenda das rosas ser o motivo mais frequente da iconografia isabelina, este

retábulo da capela de Estremoz distingue-se das outras representações pela complexidade da composição e pela presença, pouco habitual, da figura de D. Dinis.

Milagre da água e do vinho (Fig. 6)

De origem bíblica, esta lenda inspira-se directamente no milagre das bodas de Canaã. Totalmente esquecida nos nossos dias, ainda é referida pelos biógrafos do final do séc. XIX. Um dos mais antigos registos escritos encontra-se na *Crónica de D. Dinis*, de Rui de Pina (que terá tomado como fonte a *Crónica de 1419*, atribuída a Fernão Lopes):

Estando a Rainha em Alenquer, muito doente de humores frios, os físicos, por mezinha, mandavam-lhe beber vinho no púcaro por que bebia; ela não o quis fazer; trazendo-lhe água para ela beber, milagrosamente se tornou duas vezes vinho no púcaro por que bebia.

Poderá o púcaro referido pelo cronista ser um dos célebres púcaros de Estremoz? Deixo esta dúvida aos especialistas da bela tradição barrista desta cidade.

Na tela de Estremoz a cena reproduz a câmara da rainha. Quase no centro, D. Isabel soergue-se no leito para abençoar o copo que uma das camareiras, ajoelhada, lhe apresenta e onde o vinho se transforma em água. Aos pés do leito outra camareira, de vestido vermelho vivo, transporta, numa salva de prata, a garrafa do vinho. Do lado direito duas damas, inclinadas sobre o

leito, observam o milagre assombradas. A mesma atitude de espanto caracteriza as personagens do lado esquerdo: o grupo de damas que apontam para o leito e comentam o prodígio, os dois pajens vestidos de azul, as duas figuras masculinas que surgem ao fundo, provavelmente o físico da rainha e o seu capelão. Pequenos anjos rodeiam a cabeceira e seguram as cortinas do dossel.

Esta tela tem um duplo interesse para o estudo do mito da Rainha Santa, por constituir a única representação conhecida dum a lenda que quase ninguém recorda e pela originalidade de uma leitura que altera a fonte testamentária: ao contrário da narrativa bíblica, no quadro de Estremoz é o vinho que se transforma em água.

Tomada de hábito pela Rainha Santa Isabel (Fig. 7)

Este episódio da vida de D. Isabel é histórico. Consta da primeira biografia anónima do séc. XIV:

E logo naquela hora que el-rei finou a rainha se apartou para a sua câmara e da mão de uma dona secular vestiu o hábito de Santa Clara e foi-se com o corpo d'el-rei ao mosteiro de Odivelas, que o dito rei fizera de donas de Cister e onde tinha feita a sua sepultura

A tomada de hábito está comprovada documentalmente por duas declarações, registadas em tabelião, em que D. Isabel afirma



Fig. 7 - A tomada de hábito da Rainha Santa.



Fig. 8 - *Milagre de Arrifana*.

que deseja tomar o hábito de clarissa em sinal de luto pela morte do marido, sem que tal represente submissão a qualquer ordem religiosa. O corte dos cabelos, representado na tela de Estremoz, não consta dos documentos coevos e foi introduzido posteriormente por contaminação com o episódio hagiográfico da vida de Santa Clara.

Nesta tela, a última do lado da epístola, vemos o oratório da rainha. D. Isabel, de joelhos, de braços cruzados sobre o peito e vestindo já o hábito de clarissa, oferece os seus longos cabelos a uma dona secular que os toma nas suas mãos e os corta. Atrás, uma camareira segura a capa castanha da Ordem Terceira. Ao centro da composição, em primeiro plano, três damas guardam a coroa real e o manto azul forrado de arminho. No canto esquerdo uma figura

feminina mostra a cena às personagens que se perfilam ao fundo, em frente da janela que deixa ver o céu azul. Pequenos anjos esvoaçam nos ares e seguram o reposteiro que encobre parte do altar. O esquema compositivo, muito complexo, caracteriza-se pela construção oblíqua, pelo grande número de personagens, pela natureza arquitectónica do cenário e pela teatralidade da composição.

Este terceiro painel de Estremoz é, provavelmente, a primeira e única representação da tomada de hábito e do corte dos cabelos da Rainha Santa Isabel. Motivo recorrente na iconografia de Santa Clara, transitou para a tradição isabelina, o que terá estado na origem da errónea identificação da tela da Igreja de Santa Clara-a-Nova de Coimbra.

PAREDE LATERAL ESQUERDA (lado do Evangelho)

Milagre de Arrifana ou a cura da criança cega (Fig. 8)

Este milagre, de natureza curativa, foi acrescentado aos capítulos apógrafos da biografia do séc. XIV, sendo aceite pelo ulterior discurso hagiográfico e cronístico. É geralmente situado durante a peregrinação da rainha a Santiago de Compostela: viajando de Coimbra para o Porto, a comitiva de D. Isabel chegou ao lugar de Arrifana. Conhecendo a fama de santidade da viúva de D. Dinis, uma mulher pediu-lhe que curasse a filha cega. Comovida, a rainha pôs as mãos sobre os olhos da criança que em breve começou a ver.

A tela de Estremoz mostra o momento em que Santa Isabel, vestindo o hábito de clarissa, põe as mãos sobre os olhos da criança que a mãe, de joelhos, lhe apresenta. Em torno deste núcleo central de personagens dispõem-se outras, algumas observando, surpresas, outras ainda distraídas, sem se aperceberem do prodígio que junto delas acontecia.

O retábulo do “milagre de Arrifana” é uma das raras representações deste episódio hagiográfico. Apenas tenho conhecimento de outra, em Coimbra, no altar “Rainha Santa Isabel” do antigo Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, hoje no coro-alto do mosteiro novo.



Fig. 9 - As rainhas servem as freiras de Santa Clara.



Fig. 10 - *Milagre da aparição da Virgem.*

As rainhas servem as freiras de Santa Clara (Fig. 9)

Este episódio foi relatado pela primeira vez na biografia do séc. XIV: no dia em que foi inaugurado o refeitório do Mosteiro de Santa Clara, a rainha D. Isabel, já viúva, obtida a necessária autorização papal para entrar na área conventual, serviu à mesa as freiras do convento, acompanhada pela sua nora, a rainha D. Beatriz.

A composição geral do painel organiza-se segundo um esquema simétrico que acompanha a disposição das mesas no refeitório do convento de Santa Clara: uma grande mesa de cada lado e uma terceira no topo. Em torno das mesas estão sentadas as freiras clarissas. Sobre as toalhas bran-

cas apenas se vêem algumas fatias de pão ou biscoitos. Ao centro da composição sobressai, pela elegância do desenho e pelo luminoso acetinado do vestido, a rainha D. Beatriz. Segura numa das mãos o prato que vai oferecer, mal deixando entrever o riquíssimo manto azul, forrado a arminho. Um hábil mas discreto jogo de luzes destaca a figura da jovem rainha e os suaves drapeados do seu vestido e ilumina, mais intensamente e com evidente sentido narrativo/simbólico, o lugar da mesa onde D. Isabel coloca, por suas mãos, o prato que serve, deixando na sombra os vultos das freiras. Um grande retábulo da *Última Ceia* ocupa, a toda a largura, a parede do fundo. Números anjinhos (*putti*) brincam nos ares com fitas.

Este quinto painel do ciclo de Estremoz é a única representação, que pude observar, de um episódio lendário, referido, ao longo dos tempos, por biógrafos e cronistas. É provável que seja também tema de um dos grandes painéis azulejares retirados do antigo convento do Bom Jesus de Monforte, hoje pertença da Misericórdia, que não me foi possível ver por estarem, infelizmente, encaixotados desde 1945, aguardando que lhes seja dado o destino condigno que a sua qualidade artística e iconográfica reclama.

Milagre da Aparição da Virgem (Fig. 10)

Este episódio lendário tem origem na narrativa da morte da rainha incluída na primeira biografia do séc. XIV:

E, jazendo esta rainha em sua câmara, a rainha D. Beatriz estando perto da cama, a rainha D. Isabel disse à rainha D. Beatriz:
- *Filha senhora, dai lugar a esta dona que aí vai.*

E a rainha [disse]:

- Que dona é?

E ela disse:

- Essa que vai com essas vestiduras brancas.

E a rainha e as outras damas não viam nada do que ela dizia. E concluíram que Deus e sua Mãe, a quem ela diretamente e devotamente servia, a mandavam confortar.

O esquema compositivo do painel segue uma estrutura bipartida que corresponde simbolicamente à dualidade Céu/Terra. Do

lado direito a Virgem Maria, rodeada de uma miríade de anjos que cantam as maravilhas de Deus ao som de instrumentos musicais, abraça e conforta, em atitude de carinho maternal, a Rainha Santa, que segura na mão direita um crucifixo e na esquerda uma pequena vara que representa, provavelmente, o ceptro, símbolo da realeza terrena. Do lado esquerdo o rei D. Afonso IV e a rainha D. Beatriz acompanham D. Isabel. Damas e camareiras rodeiam os pés do leito em atitudes de surpresa e oração e dois frades franciscanos lêem os ofícios sagrados; nos ares um pequeno grupo de anjos, segurando um pergaminho, junta as suas vozes à dos religiosos. Hábeis jogos de luzes acentuam a diferença entre os dois espaços: tonalidades luminosas invadem o lado direito; tons mais escuros obscurecem a cena à esquerda.

Este último retábulo do ciclo de telas da Capela de Santa Isabel é um dos mais notáveis pela sua qualidade artística, evidente na mestria de uma composição que combina o sentido simbólico com o realismo descritivo patente no desenho das figuras. Para além da sua grande qualidade artística, é também uma das raras pinturas alusivas à morte da rainha, tal como o pequeno óleo sobre cobre, atrás referido⁷. Fora da cidade de Estremoz, apenas tenho conhecimento de outras duas pinturas referentes à morte de D. Isabel e existentes na vila de Monforte: dois painéis pertencentes ao importante conjunto azulejar setecentista do desaparecido Convento do Bom Jesus. Hoje apenas pode ser visto o painel da "Veneração do corpo da

⁷ Na Pousada da Rainha Santa Isabel pode observar-se, no salão do bar, o óleo "Comunhão da rainha", pertencente à Câmara Municipal. Não creio no entanto, que a identificação esteja correcta, estando nela representada a morte da Virgem e não a da Rainha Santa Isabel.



Fig. 11 - Veneração do corpo da Rainha Santa Isabel, painel de azulejo - Lar da Misericórdia, Monforte.

rainha”, exposto na capela do Lar da Misericórdia e o único que não permanece armazenado desde a demolição da igreja⁸ (fig. 11).

A PINTURA DO TECTO Glorificação da Rainha Santa Isabel

A unidade do programa iconográfico da capela do castelo de Estremoz completa-se na pintura do tecto que tem como tema a glorificação da Rainha Santa Isabel e que constitui um notável exemplo da pintura ilusionista de arquitecturas perspectivadas, de

influência italiana, que alcançou entre nós grande voga na primeira metade do séc. XVIII. Foram numerosos os pintores portugueses que nos deixaram belos exemplos desta modalidade de cobertura. Entre os mais notáveis deverá estar o autor do tecto da capela da Rainha Santa. A importância da empreitada régia e a notável qualidade da pintura são garantia de que a sua autoria pertenceu a um pintor de primeiro plano.

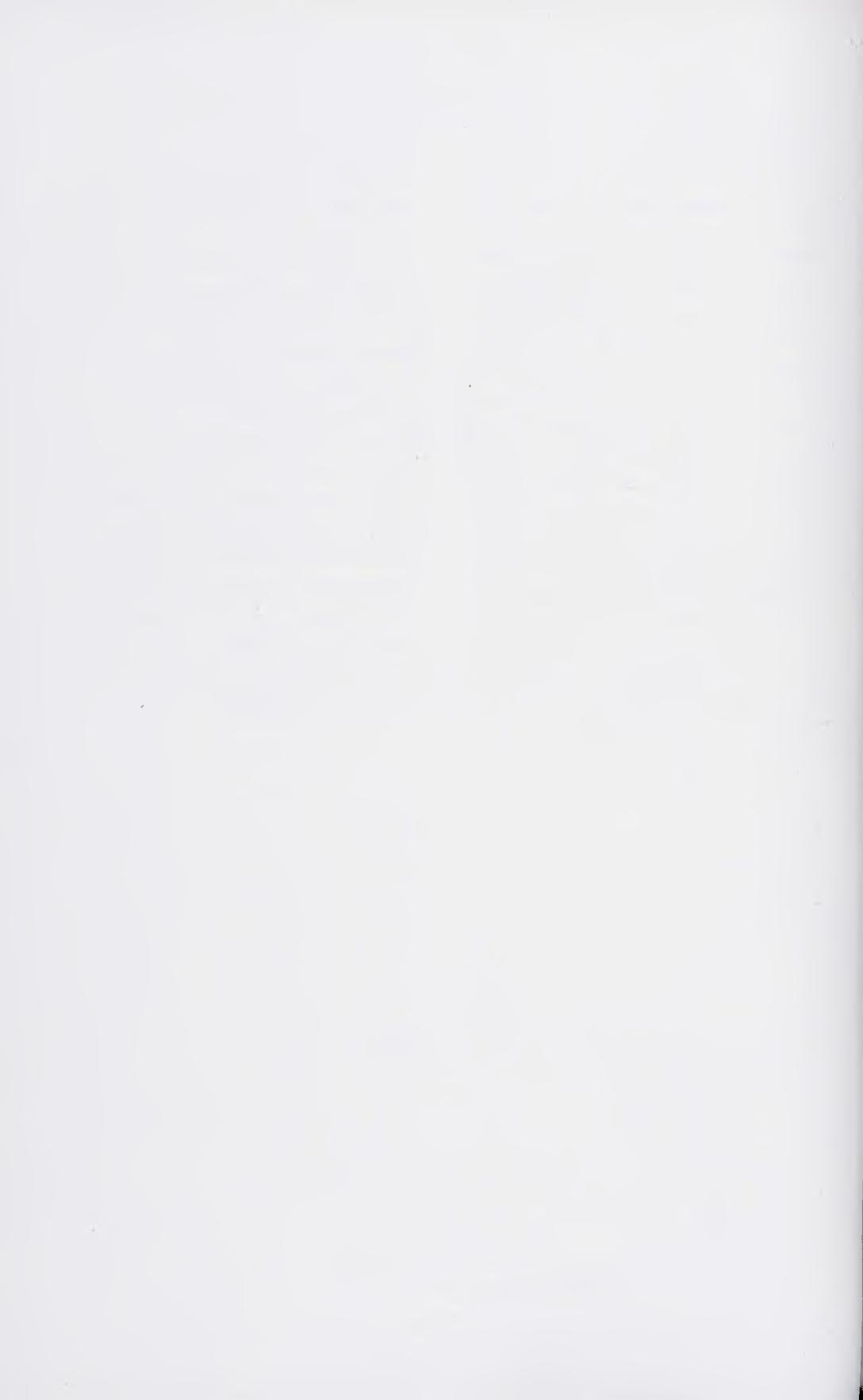
A toda a volta, uma galeria de balaústres, interrompida regularmente por balcões salientes e festivamente decorada com grinaldas, festões floridos e vasos de flores,

⁸ O retábulo do altar-mor da Igreja de Santa Clara-a-Nova de Coimbra, conhecido por “Morte da Rainha Santa Isabel” - à semelhança do que se verifica com a tela da tomada de hábito, atrás referida - não evoca a morte da Rainha Santa mas sim de Santa Clara, representada no seu leito de morte, rodeada de irmãs clarissas que choram a morte da fundadora.

ergue-se, em efeito tridimensional, acima das paredes da capela, deixando entrever ilusórias cúpulas e abóbadas de ogivas cruzadas, profusamente iluminadas, a que se sobrepõe o "retábulo central", infelizmente muito prejudicado pela má qualidade dos repintes, e que tem como tema a assunção celestial de Santa Isabel. Nele a rainha está representada de hábito de clarissa e coroa real, subindo aos céus em glória, rodeada de anjos. A seus pés um pequeno anjo leva na mão o ceptro real, símbolo da realeza terrestre deposta. A meio da composição a Virgem Maria espera-a, de braços abertos. Entronizada entre nuvens, pontifica a Santíssima Trindade, representada de acordo com a tradição iconográfica: Cristo segurando a cruz erguida e Deus-Pai apoiando a mão esquerda sobre a esfera do mundo, em atitude majestática; sobre eles, pairando nos céus, a pomba do Espírito Santo.

A pintura do tecto da capela da Rainha Santa Isabel, apesar de desigualdades que fazem supor a existência de mais de um pintor, completa de forma feliz um programa iconográfico em que a função pedagógica adopta um registo triunfalista, proclamando a glória celeste de Isabel, princesa de Aragão e rainha de Portugal.

Exemplo notável de realização de obra de arte total, a Capela de Estremoz é também um documento precioso e único de um dos mais difundidos mitos históricos nacionais. Pelo seu valor artístico e histórico merece ser visitada por todos aqueles que se deslocam à bela cidade de Estremoz e merece também a atenção daqueles a quem pode caber a preservação e a divulgação desta pequena jóia do barroco joanino, que tem permanecido esquecida no alto do seu torreão do Castelo de Estremoz.



O Fundo Musical do Paço Ducal de Vila Viçosa: surpresas esperadas e inesperadas

David Cranmer

Há 23 anos, poucos meses após a minha chegada a Portugal, apanhei uma camioneta de Évora para Elvas. A meio da viagem entrámos numa terra que desconhecia, com edifícios magníficos, um castelo, largos abertos e, o que mais me encantou, laranjeiras repletas de laranjas nos passeios de todas as ruas principais. Apaixonei-me nesse dia por Vila Viçosa e há já muitos anos perdi conta das visitas realizadas.

Porém, para além da beleza intrínseca desta vila, houve outro íman que me atraiu. Descobri cedo que existia no Paço Ducal uma coleção de partituras musicais, sobretudo em manuscrito, muito rica e pouco conhecida. Na altura o meu interesse foi sobretudo pelas partituras de ópera ligadas a representações no Teatro de S. Carlos, Lisboa. No entanto, com a passagem dos anos, resultado das repetidas deslocações com objectivos mais alargados, comecei a perceber que a natureza desta riqueza não era imediatamente óbvia, mas muitas vezes surpreendente.

Na altura das minhas primeiras visitas, existia apenas uma publicação que, de alguma forma, indiciava algumas destas surpresas. Em 1953, a Fundação da Casa de

Bragança editou *Vinte Livros de Música Polifónica*, da autoria de Manuel Joaquim, o qual descreve vinte Livros de Coro existentes na Biblioteca. De dimensões bastante grandes, quer manuscritos quer impressos, estes livros contêm música sacra de entre o século XVI e a primeira metade do século XVIII, predominantemente ibérica (espanhola bem como portuguesa) mas também italiana. Não querendo diminuir a importância de volumes como os que incluem obras do navarrês Francisco Garro ou de João Lourenço Rebelo, gostaria de citar um pequeno conjunto destes manuscritos que para mim tem sido uma revelação.

Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, inclui uma entrada para Frei Fernando de Almeida (?-1660), mestre de Capela do Convento de Cristo, em Tomar. Na lista das suas obras, cita o seguinte: «*Lamentações, Responsorios, e Misereres dos Tres Officios da Quarta, Quinta, e Sesta feira da Semana Santa*. fol. M. S. o qual mandou copiar a Magestade d'El Rey D. João o V. Nosso Senhor quando assistio no Convento de Thomar para qua se cantasse na sua Capella Real¹.» Os livros 12, 15 e 16 de Manuel Joaquim coincidem em grande parte com esta

¹ Citado em Rui Vieira Nery, *A Música no Ciclo da «Bibliotheca Lusitana»*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 48.

referência. Trata-se claramente dos livros que D. João V mandou copiar. Graças a uma gravação realizada pelo conjunto vocal "A Capella Portuguesa", sob a direcção de Owen Rees², o quase desconhecido Fernando de Almeida, nas suas *Lamentações* de Quinta-feira Santa, no responsório *In monte Oliveti* e num dos seus Salmos *Miserere*, é revelado como compositor de elevado calibre. Estes manuscritos no fundo musical do Paço Musical constituem a única fonte da sua produção.

Se a obra de Manuel Joaquim mostra a grande importância dos livros de coro existentes neste fundo, informa-nos de apenas 20 volumes: nem sequer 1% das espécies que o constituem. Lembro-me claramente de ter folheado as páginas dactilografadas do catálogo provisório que se usava nos anos 80, à procura das partituras que me interessavam. Resultado do trabalho de horas incalculáveis da parte do falecido José Augusto Alegria, Cónego da Sé Catedral de Évora, este texto veio a ser editado sob o título *Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa*, editado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1989. Desta forma chegou pela primeira vez aos olhos do público o conteúdo bastante *sui generis* do fundo musical do Paço Ducal, uma colecção deslumbrante na sua qualidade e variedade, quase na sua totalidade dos séculos XVIII e XIX.

Por um lado, revelou a riqueza da música executada na Capela Ducal ao longo destes dois séculos: cópias de obras provenientes da Capela Real, em Lisboa, e partituras autógrafas ou cópias de obras

compostas especificamente para a Capela Ducal. Seria importante salientar que se encontram vários casos de obras compostas para a Capela Real as quais apenas possuímos porque foram copiadas e enviadas para a Capela Ducal, tendo assim sobrevivido ao terramoto de 1755. Destes sobreviventes, o mais notável deverá ser o Salmo *Laetatus sum*, de Domenico Scarlatti³, o qual não existe em qualquer outra biblioteca. Mais surpreendente entre o repertório preservado é a inclusão de manuscritos de música sacra provenientes da Basílica de Mafra. Admitindo que esta seja uma instituição real, directamente ligada à Capela Real, as obras compostas para este templo nunca poderiam ter sido usadas em Vila Viçosa visto que necessitam entre quatro e seis órgãos. Entre as partituras existentes, não se encontra qualquer indício de este material ter sido usado como base de arranjos para recursos mais modestos.

É este tipo de problemática - a discrepância entre a natureza do material conservado no Paço Ducal e a improbabilidade do seu aproveitamento no local - que envolve, por outro lado, uma parte significativa dos manuscritos de música profana, com raras excepções para a música teatral. Numa colecção bastante heterogénea, constituída por núcleos distintos, a única coisa que une estes núcleos é precisamente a inexistência de qualquer indício de terem sido usados para execução em Vila Viçosa.

Em primeiro lugar, existem aproximadamente 45 óperas que devem ter pertencido originalmente à Biblioteca Real, no Palácio

² *Music for Holy Week at the Chapel of the Dukes of Braganza, c1736*, Hyperion, CDA66867, 1996.

³ Cota: B maço CXIII 7.

da Ajuda, entre elas *Lucio Silla*, de Mozart, uma rara cópia da época (datada de 1773), bastante procurada pelos investigadores deste compositor. Mas por que razão e como é que estas óperas chegaram a residir em Vila Viçosa? Nem sequer podemos pôr a hipótese de elas terem sido escolhidas para estudo por um dos monarcas mais ligados à música, como D. Fernando ou D. Luís, pois em vários casos o que existe no Paço Ducal está incompleto - o resto continua a existir na Biblioteca da Ajuda. Por motivos que provavelmente nunca saberemos, uma parte da Biblioteca Real ficou aleatoriamente separada do resto, quer neste caso, quer no caso das partituras provenientes de Mafra.

Um segundo núcleo é constituído por material em língua italiana pertencente a óperas representadas no Teatro de S. Carlos entre a sua inauguração, em 1793, e a primeira invasão francesa de 1807. Diferente de representantes deste repertório devidamente encadernados e claramente oferecidos ao futuro D. João VI enquanto ainda Príncipe Regente, trata-se de partituras e partes cavas usadas no próprio teatro. Mais uma vez, porquê e como é que estas partituras chegaram ao Paço Ducal?

Deste mesmo breve período existem igualmente neste fundo traduções portuguesas do repertório italiano. Visto que no Teatro de S. Carlos não se representavam óperas italianas em tradução portuguesa, estas partituras e partes cavas - claramente de uso corrente - só poderiam ter sido usadas nos outros teatros lisboetas, mais populares e de menor estatuto social, nomeadamente no Teatro da Rua dos Condes e no Teatro do Salitre. Entre estas encontra-se *As Damas Trocadas*, versão

portuguesa de *Le donne cambiate*, de Marcos Portugal, composta originalmente em Veneza, em 1796. É claramente uma versão pirateada do Teatro de S. Carlos, pois inclui um dueto que o compositor acrescentou em 1804 para a produção neste teatro. As partes cavas desta ópera serviram de base para a edição por nós preparada para a produção realizada na Salão Nobre do Teatro de S. Carlos, em 1994, sob a égide de Lisboa Capital Europeia da Cultura 94, bem como a do mesmo ano em Londres, no âmbito do Clerkenwell Festival. Há indicações de que pelo menos uma parte deste material pertencia à cantora brasileira Joaquina Lapinha, que esteve em Lisboa durante este período, antes de regressar definitivamente ao Brasil. Outras partituras também possuem esta indicação, o que quer dizer que uma parte deste espólio pertencia a esta cantora. Mais uma vez questionamos as razões e a forma como terá sido adquirida pela família real e depositada no Paço Ducal.

Ao contrário de Dante, que do Inferno passa pelo Purgatório ao Paraíso, neste texto faço o contrário. Tendo começado com a música sacra, passámos pela ópera italiana - de um degrau mais elevado no Teatro de S. Carlos para outro nos teatros mais baixos. Chegamos agora ao ínfimo degrau do repertório teatral do século XVIII e princípios do século XIX: as comédias, entremezes e farsas do chamado «Teatro de Cordel», pois o catálogo do Cónego Alegria traiu a existência neste fundo de partituras destinadas igualmente a este repertório: um núcleo reduzido, muitas vezes fragmentário e, de certa forma, confuso, mas todavia uma série de representantes de um repertório musical que quase não existe em qualquer outra bi-

biblioteca. Para além das célebres partituras da autoria de António Teixeira, de música destinada a duas óperas do dramaturgo António José da Silva - *Guerras de Alecrim e Manjerona* e *As Variedades de Proteu*⁴ - encontram-se partituras e partes, muitas vezes anónimas, sem título, local e data, de um repertório que nunca foi estudado. E se não conseguimos explicar a presença aqui dos outros núcleos, menos ainda podemos explicar o porquê e como deste.

Contudo, em todo o caso, o importante não é o porquê nem o como, mas pura e simplesmente a existência no Fundo Musical do Paço Ducal de Vila Viçosa de tantas obras musicais que não se encontram em nenhuma outra biblioteca do mundo. E temos uma imensa dívida de gratidão ao Cónego Alegria pela paciência com que elaborou o seu catálogo, expondo assim esta riqueza.

No entanto, à medida que tenho usado este catálogo, durante os quinze anos desde a sua publicação, tenho encontrado algumas falhas, falhas que não reduzem a importância do trabalho realizado na sua elaboração, mas que apontam sobretudo os limites que o seu autor assumiu bem como os dos seus próprios conhecimentos.

Em primeiro lugar, no que diz respeito aos maços de manuscritos avulsos - as actuais secções B e G, o cerne desta colecção - como o Cónego Alegria nos explica no prefácio («Apresentação»): «Todo este material estava distribuído em lotes obede-

cendo a uma certa ordem impossível de alterar, dada a circunstância de ignorarmos o conteúdo respectivo. Tudo indicava que o trabalho a levar a cabo seria, não o de organizar, mas, sim, de inventariar as espécies *consoante a colocação encontrada*⁵ na diversidade das matérias.» Uma das consequências desta realidade foi a perpetuação de um certo nível de confusão em alguns destes lotes - partes cavas da mesma obra distribuídas por vários maços distintos. No caso da ópera acima citada, *As Damas Trocadas*, por exemplo, a maior parte do material possui a cota G prática 46, mas um dueto e o quarteto encontram-se no G89⁶, não identificados como pertencentes a esta ópera e não reconhecidos como tais pelo autor do catálogo. Existem problemas parecidos no caso de outra ópera de Marcos Portugal, *Argenide o sia Il ritorno di Serse*, encontrada principalmente no G44, mas com algumas secções não identificadas no G90 e 91. O Cónego Alegria deixou estes maços exactamente como os encontrou.

Por outro lado, existem problemas ao nível da descrição das espécies que o autor catalogou. No geral, estas descrições obedecem apenas parcialmente às normas habituais usadas por bibliotecários de música. No caso da vasta série de mais de 130 maços de música sacra, este problema é menos grave, porque no geral os próprios manuscritos possuem uma indicação da sua autoria, e o texto, sobretudo nas mãos de um eclesiástico experiente, permite a sua

⁴ Apenas a partitura de *Guerras de Alecrim e Mangerona* (G prática 7) possui indicação do autor. A atribuição a Teixeira da música de *As Variedades de Proteu* é geralmente aceite, embora não exista qualquer indicação na partitura (G prática 6).

⁵ Letra itálica do presente autor.

⁶ A secção G encontra-se dividida em duas partes: música didáctica (9 itens) e música prática (116 itens). Para facilitar a leitura, a partir deste momento não incluo a palavra «prática» nas citações das cotas desta secção, mas todas as partituras referidas pertencem de facto à música prática.

identificação, pelo menos em termos de título e género litúrgico. Porém, na série G prática, onde se encontra a música teatral, a tarefa foi bastante mais difícil.

Um número significativo de espécies nesta secção não apresenta qualquer identificação de autor, título, data ou lugar, ou apenas informação parcial. O catálogo nestes casos muitas vezes esclarece pouco, pois para ajudar um investigador digno do nome é essencial incluir um *incipit* musical e textual que se pode comparar com outras fontes. Para além disso, a música teatral não pertencia às áreas de conhecimento do Cónego Alegria, impossibilitando a sua intervenção na interpretação dos dados disponíveis. Destas faltas e limitações têm resultado algumas surpresas posteriores realmente inesperadas.

Só mais recentemente, por exemplo, foi possível identificar o Dueto de Albina e Saloia, G90, como pertencente à *Saloia Namorada*, de António Leal Moreira, uma ópera que anteriormente julgámos perdida por completo. Mais importante ainda foi a identificação da ária «Já por ti minha amada esposa», correctamente atribuída na fonte como sendo de Marcos Portugal, a qual pertence à ópera *Os Viajantes Ditosos*. Neste caso trata-se aparentemente da única ária sobrevivente das oito entremezes e óperas portuguesas que este compositor compôs para o Teatro do Salitre - um repertório muito específico, que julgámos perdido.

Por outro lado, o Cónego Alegria alimentou uma série de atribuições erradas a compositores portugueses, na maioria dos casos escritas a lápis nos manuscritos, indicações

que devem ter sido acrescentadas durante o período do Estado Novo, sem qualquer base científica, por um investigador com inclinações nacionalistas e um interesse especialmente grande por Marcos Portugal. O 3.º Acto de *Artaserse*, G60, por exemplo, não pertence, de facto, à ópera com este título de Marcos, pois esta nunca possuiu mais de dois actos. Trata-se de um acto de uma ópera italiana de meados do século XVIII, ainda não identificada. O material pertencente a *Zaira*, G45, é da autoria de outro compositor português, Bernardo José de Sousa Queiroz⁷ e o *Demofonte*, G 51, também não é da autoria de Marcos Portugal.

Este último caso exemplifica bem uma série de problemáticas de fundo da secção G prática, que a não intervenção assumida do Cónego Alegria nos legou. Na entrada do catálogo para este item, após a atribuição errada, lê-se o seguinte:

«Partitura para Madama, Sandra, Franchetto, Demofonte, Barone e baixo de acompanhamento. Texto italiano. Andam juntos os cadernos com a parte de Demofonte, dos corni, oboé, Basso, violino 1.º e 2.º. O nome do autor não aparece em nenhum dos papéis. Apenas se lê, num deles, o nome do cantor italiano Bartolino.»

Deixando de lado a problemática já levantada das atribuições erradas, o que é que temos aqui exactamente? Em primeiro lugar, a partitura, por um lado, e os cadernos, por outro, não têm qualquer relação um com o outro. O nome “Demofonte” da partitura foi mal lido. O que se encontra de facto não é um título mas sim o nome de uma das personagens: “D. Demofonte”. Em

⁷ A partitura autógrafa desta ópera existe na Biblioteca da Ajuda, com a cota 46-II-36 e 37. A atribuição foi corrigida por Bárbara Villa-Lobos.

termos estilísticos também, percebe-se que a música em questão pertence claramente a uma ópera cómica, enquanto *Demofonte* é o título de um dos grandes libretos de ópera séria da autoria de Pietro Metastasio. Esta partitura é, de facto, o Final do 1.º Acto de *I due baroni di Rocca Azzurra*, de Domenico Cimarosa, e deveria integrar o G58. Ou, quer dizer, a identificação do título, para além da do compositor, estava errada e o material encontra-se no lote errado.

Quanto aos cadernos, não têm nada a ver com a partitura. Pertencem, de facto, a uma versão de *Demofonte*, mas bastante alterada - um pastiche com árias tiradas de várias óperas, bastante distante textualmente do libreto de Metastasio. Do papel e dos copistas encontrados, esta versão deve ter sido "cozinhada" por volta de 1780 para uso no Teatro do Bairro Alto, Lisboa, mas parece que o material foi subsequentemente adquirido por Joaquina Lapinha - o nome "Joaquina" encontra-se em várias folhas, bem como os de "Manoel Roiz", "Sra. Ignacia", "Sra. Paula" e "Sr. Pedro". Maria Ignacia da Luz e Joaquina Lapinha actuaram no Teatro de Salitre na primeira década do século XIX. Temos aqui mais um achado, constituindo o primeiro exemplo encontrado da música de uma versão popular de uma ópera metastasiana - um repertório já conhecido através de libretos impressos, mas cuja música julgámos completamente perdida. E daí mais uma problemática - não haveria mais exemplos deste e outros repertórios preciosos disfarçados pelos lapsos no catálogo?

A resposta mais enfática a esta pergunta apareceu em Fevereiro de 2003. No decurso da microfilmagem do fundo musical, acom-

panhado pelo Bibliotecário, Dr. João Ruas, tive ocasião de ir à sala onde esta colecção se encontra armazenada. Percorrendo com alguma atenção as prateleiras, deparei com quatro maços grossos de material pertencente claramente ao século XVIII e princípios do século XIX, mas num lugar inesperado, no fim da série G, onde só deveriam estar partituras de uma época mais tardia deste século. Pareciam interessantes e estranhei nunca os terem consultado. A explicação acabou por ser simples: possuíam a cota G prática 117, mas o catálogo termina com 116. Não existia qualquer descrição do conteúdo e eu, não sabendo da sua existência, nunca os tinha pedido.

Ao abrir estes maços, senti um pouco como se tivesse aberto a caixa de Pandora, percebendo de imediato porque razão o Cónego Alegria não se havido atrevido a incluí-los no seu inventário: centenas e centenas de folhas avulsas e miscelâneas revelaram-se. Será que a Esperança iria também estar presente? Noutras palavras, será que iria ser possível impor alguma ordem nesta aparente confusão? Nesse dia não, mas voltando mais tarde comecei a trabalhar nesse sentido. Verifiquei que, com poucas excepções, todas estas partituras e partes eram de música teatral, em alguns casos secções de obras já inventariadas mas incompletas, noutros casos fragmentos de obras não referidas.

Alguns exemplos: um *Olimpiade* numa versão popular, como a acima referida *Demofonte*; material pertencente a *La pastorella nobile*, de Pietro Guglielmi, como no G32, a *L'italiana in Londra*, de Cimarosa, como no G35, a *La modista raggiratrice*, de Paisiello, como no G61; entre obras de

Marcos Portugal, material adicional de *As Damas Trocadas* e de *L'Argenide*, bem como mais partes instrumentais da *Zaira de Queiroz*. Mas de longe o mais importante são as partituras e partes pertencentes às comédias, entremezes e farsas do Teatro de Cordel, pois aumentou em cerca de 50% o material disponível deste repertório.

Este achado deve viabilizar a reconstituição de algumas partituras antes demasiadamente fragmentárias, como *A Dama Astuciosa*, de José Palomino, ou *O Papalvo Logrado*, de autor anónimo. Infelizmente, em muitos outros casos os fragmentos não permitem tanto. De *Olinta*, por exemplo, uma das comédias mais populares deste

repertório, temos apenas as partes dos violinos e do baixo. Visto que o libreto impresso correspondente não inclui os textos das canções, não existe qualquer maneira de reconstituir as partes vocais. Todavia, qualquer avanço nas hipóteses de estudar este repertório é mais do que bem-vindo.

Neste texto tentei esclarecer alguns aspectos da fenomenal riqueza do actual fundo musical do Paço Ducal. Esta colecção terá sempre surpresas para quem não a conhece bem. Para mim, o espanto é maior quando faço uma visita e NÃO as encontro. E ainda bem, porque assim terei sempre motivos para voltar a visitar este fiel amigo e a terra que o nutre.

La “raya” como fuente de inspiración literaria

Moisés Cayetano Rosado (Espanha)

HAMBRE DE TIERRAS

Cuando leí *Planície heróica*, de Manuel Ribeiro, un escritor alentejano nacido en Beja, en 1878, comprendí aún más que la dureza de la vida campesina, de la vida de la inmensa mayoría de los habitantes del suroeste peninsular ibérico, corría la misma suerte a un lado y otro de la frontera hispano-portuguesa, de la frontera extremeño-alentejana, donde una población abrumadora de jornaleros del campo vivían bajo la autoridad, bajo el capricho y bajo la tiranía de unos pocos. El “hambre de tierras” se había acentuado tras las desamortizaciones liberales de mediados del siglo XIX, que sometieron tierras eclesíásticas y comunales a subasta pública, siendo compradas por la burguesía ascendente de la época, emparentada en buena parte con los terratenientes que ya desde la Reconquista medieval formaron inmensos señoríos.

A todos roía - señala Manuel Ribeiro - *uma ambição: - ter. Ter terra, uma morada de casas, carro e parelha de bestas. Mas, por desgraça, a terra estava ainda em regime latifundiário. Alguns lordes dominicais, que ninguém conhecia, que nunca ninguém vira, senhoreavam as maiores herdades da redondeza, todas grandes como condados, e estendia o temor da sua soberania absolu-*

ta por tudo quanto a vista abarcava, léguas e léguas quadradas de montado e lavra. Ninguém se insurgia. Tudo achava legítima a posse: cada um é senhor daquilo que é seu. Mas roía-os o desespero desta sina maldita que lhes fechavam a eles e a seus filhos, como fechara já a seus pais, a posse daquela terra que eles tinham criado e feito com tanto esforço e amor, a terra que era o seu sangue e vida, e que um qualquer que a não conhecia nem andava nela, podia orgulhosamente dizer: - É minha! - e deitá-los para fora dela, quando muito bem quisesse.

Coetáneo de este autor, al otro lado de la “raya”, es Felipe Trigo, nacido en Villanueva de la Serena en 1865. La carga social y crítica de todas sus novelas es notable; de un fuerte compromiso, de una firme y sostenida denuncia, que como en el caso de Ribeiro va dirigida contra un sistema socio-económico injusto, que mantiene en la miseria a una inmensa mayoría.

¡Pobre Patria - escribe en su novela *Jarrapellejos* -, *tanto más digna de cariño cuanto más decaída a la presente condición por torpezas de sus hombres!... Leguas y leguas de rañas, de estériles jarales, que se pudieran roturar; tierras que debieran cambiarse de cultivo; latifundios a repartir entre los pobres; saltos de agua en futura indus-*

tria utilizables, y puntos de la ribera de más sencilla acometida para el riego de los campos...

Son dos ejemplos de escritores comprometidos con su entorno que hace ya un siglo publicaban una obra sólida, donde el mundo rural, el "hambre de tierras" y la injusta situación que contundentemente denuncian se complementa con un estilo suficientemente cuidado, literariamente válido, de calidad ejemplar, y que ha sido modelo en su generación y posteriores.

REFORMA AGRARIA

Y ese "hambre de tierras" será condicionante de la vida política y social en todo el suroeste peninsular. Y así, cuando las circunstancias políticas lo permitan, las masas campesinas tratarán de saciarla intentando remover las estructuras de propiedad, realizar la reforma agraria que les garantice el trabajo y el pan.

La historiografía nos documenta con precisión los movimientos políticos, sindicales, colectivos en general que lucharon en cada momento por conseguirlo, pero nada más "plástico", claro y contundente que la obra de nuestros escritores.

Pues ese otro año de 1933 - narra el carcereño Pedro de Lorenzo en su novela Gran Café -, que es al que me refiero, otra vez se fueron a las fincas. Y otra vez la Guardia Civil mandó desalojar las tierras ocupadas. Había terrenos que no se cultivaban desde mediado el siglo XIX. Fincas de pasto y encina. La más parcelada ese año fue Las Go-

londrinas, linderas a La Quintana. Las Golondrinas es una dehesa enorme. Se les aconsejó, al echarlos, que aguardasen la reforma agraria. Y lo que ellos decían:

- Para entonces ya se ha pasado el tempero.

Sí, porque la gran aspiración del reparto de tierras, del cultivo de tantas grandes fincas sometidas a sangrante abandono por sus dueños poderosos, era prioritaria para los trabajadores del campo, que se desesperaban ante la lentitud de las disposiciones oficiales, del retraso en la publicación de leyes, decretos, órdenes, reglamentos, que no acababan nunca de dar luz verde a las reivindicaciones que fueron banderas de los procesos políticos del momento. En el caso expuesto por Pedro de Lorenzo, de las fuerzas políticas de izquierda en el poder durante la primera etapa de la II República española (1931-1933). Pero igual ocurrirá con Portugal y su "Revolução dos Cravos" de 1974. Son muchos los escritores que lo recogen en sus obras, pero tal vez la más "universal" sea *Levantado do Chão* - ampliamente difundida en España - de José Saramago, donde podemos leer:

Estaba el trigo en la tierra y no lo segaron, no lo dejan segar, cosechas abandonadas, y cuando los hombres van a pedir trabajo, no hay trabajo, qué es esto, qué liberación fue ésta, se va a acabar la guerra de África y no se acaba ésta del latifundio. Tanto se habló de mudanzas y esperanzas, salió la tropa de los cuarteles, se coronaron los cañones de rama de eucalipto y claveles encarnados, diga rojos, señora mía, diga rojos, que ahora ya se puede, andan ahí la

radio y la televisión predicando democracias y otras igualdades, y yo quiero trabajar y no tengo dónde, quién me explica qué revolución es ésta.

Hay un sentimiento en ambos autores de frustración clara por la falta de cumplimiento de promesas. Por los recortes a los sueños tan repetidos, sentidos, de la inmensa mayoría del pueblo. Por la dureza de una vida que no cambia...

Esta obra de Saramago, *Levantado do Chão* es el gran testimonio de la vida alentejana de todo el siglo XX, o más bien desde finales del siglo XIX hasta los momentos álgidos de la Revolución de 1974-75. Una auténtica historia socio-política novelada de alta calidad e innovación técnica en la manera de novelar con la que situamos claramente la vida en la "raya", de un lado y otro de la frontera: el campesinado y su miseria; los terratenientes y su impúdica opulencia; la dictadura política - Salazar en Portugal, Franco en España -, que cuenta con el arma terrible de su Guardia Republicana y Guardia Civil respectivamente para mantener el "orden" en los campos y pueblos de las zonas campesinas, así como con la eficaz colaboración "persuasiva" de la iglesia católica y los curas rurales, en su inmensa mayoría.

LAS VÍCTIMAS

Así, no es extraño que surja de nuestros literatos un canto de dolor por las víctimas. Por los que sufren la opresión, los engaños, la represión a veces tan brutal y tan definitiva. Víctimas con nombre y apellidos en unos casos, como el que nos retra-

ta el gran poeta José Carlos Ary dos Santos, referido a Catarina Eufémia, una mártir alentejana por las luchas jornaleras, asesinada a quemarropa por un oficial de la Guardia Nacional Republicana en los tiempos de Salazar cuando se manifestaba en una protesta campesina. O víctimas colectivas, como "los parados", a los que canta el poeta extremeño Luis Álvarez Lencero con un dolorido desgarró, por su situación desesperada.

Con la dulzura y la fuerza que lo caracteriza, escribe Ary dos Santos:

*Da medonha saudade da medusa
que medeia entre nós e o passado
dessa palavra polvo da recusa
de um povo desgraçado.*

*Da palavra saudade a mais bonita
a mais preña de pranto a mais novelo
da língua portuguesa fiz a fita
encarnada que ponho no cabelo.*

*Trança de trigo roxo Catarina
morrendo alpendurada
do alto de uma foice.
Soror Saudade Viva assassinada
pelas balas do sol
na culatra da noite.*

*Meu amor. Minha espiga. Meu herói.
Meu homem. Meu rapaz. Minha mulher
de corpo inteiro como ninguém foi
de pedra e alma como ninguém quer.*

Y Luis Álvarez Lencero, arrollador siempre, dedica sus versos a los hombres que buscan un jornal que no les llega:

*En la plaza del pueblo
sólo hay hombres callados.
No trabajan, no tienen
quien les algún trabajo.
Yo no sé qué pan comen,
porque el pan de los amos
se está poniendo duro
y el comerlo hace daño.
¿Qué piensan estos hombres
que nacieron esclavos?
La libertad se gana
cara a cara ante el látigo.
Pero están en la plaza
con ojos entornados
a vender los sudores
por jornales baratos.*

LA TIERRA

Hay, en todos estos autores "rayanos" o que sienten un amor profundo por esta zona dura de planicies arrasadas, de encinas, pastizales, duro calor de estío y unos inviernos largos de vientos que hielan las manos que recogen aceitunas y cuidan del ganado - ¡y qué felices si lo pueden hacer y así aseguran el pan de los que forman su familia!-, un amor intenso por la tierra, por esta tierra parda, sedienta y desolada. Y así, la poetisa de Vila Viçosa Florbela Espanca le dedicó, entre otros tantos, este hermoso soneto:

*Horas mortas... Curvada aos pés do Monte
a planície é um brasido... e, torturadas,
as árvores sangrentas, revoltadas,
gritam a Deus a bênção duma fonte!*

*E quando, manhã alta, o sol posponte
a oiro a giesta, a arder, pelas estradas,*

*esfíngicas, recortam desgrenhadas
os trágicos perfis no horizonte!*

*Árvores! Corações, almas que choram,
almas iguais à minha, almas que imploram
em vão remédio para tanta mágoa!*

*Árvores! Não choreis! Olhai e vede:
- Também ando a gritar, morta de sede,
pedindo a Deus a minha gota de água!*

Soneto musicado para cantarlo como un fado revulsivo, extraordinario, en la voz - por ejemplo de Teresa Silva Carvalho, que "resucitó" para finales del siglo XX este soneto del primer tercio del siglo, tan vigente, tan actual.

En este lado extremeño, el poeta y cantautor Pablo Guerrero hará lo propio referido a Extremadura, componiendo sublimes versos en aquellos años inquietos de la "expectativa de cambios", cuando en los últimos tiempos de la dictadura se imponía la protesta en el verso y la canción:

*Extremadura,
campo de toros heridos
que no braman.
Ocultarán el gemido
de su garganta.*

*Extremadura,
hombres que rezan a Dios
para que llueva,
pero quieren dejar segura
la cosecha.*

*Extremadura,
soledad llena de encinas
sobre campos con veredas,
¿por qué se fueron los hombres
de tu tierra?*

*Extremadura,
tierra de conquistadores
que apenas te dieron nada.*

*¡Ay! mi Extremadura amarga.
¡Ay! mi Extremadura,
levántate y anda.*

Multitud de poetas, cantautores, llevarían sus versos y sus voces por los pueblos de Extremadura en aquellos años transmitiendo un mensaje similar, con mayor o menor fortuna. Eran los mismos años en que en Alentejo se asistía al mayor movimiento campesino de su historia: los años 1974, 1975 y 1976, tan ilusionantes, aunque también tan difíciles, y en muchos sentidos - como se vio - frustrantes. No salieron, al final, las cosas como se pensaba, y una vez más la posesión de la tierra y la riqueza continuaron con los mismos, aunque sí se recuperó la libertad, tan largamente secuestrada por nuestras respectivas dictaduras coetáneas de más de cuarenta años en medio de un siglo convulso y cambiante. El papel de los escritores, a un lado y otro de la frontera, fue ciertamente decisivo a la hora de remover conciencias; respondía al movimiento intelectual y artístico surgido con el "mayo del 68" y en nuestras regiones tuvo una importante representación.

EL HOMBRE

Por eso, nuestros poetas de "la raya" cantan al hombre, con ilusión y con protesta; con esperanza y con nuevas exigencias. El alentejano António Murteira, que había conocido muy bien los tiempos crue-

les de la represión salazarista y ahora vivía el cambio del que era joven protagonista, escribe en su obra *Días felices*:

Quando nos longos Invernos, sem trabalho e sem pão, os trabalhadores iam buscar uma taleiga de bolotas e um feixe de lenha aos latifúndios que cercavam a aldeia, para mitigarem a fome e aquecerem os corpos magros e cansados, os senhores da terra mandavam a Guarda persegui-los e levá-los ao Posto. Muitas vezes eram espancados.

Antes da Reforma Agrária, por uma taleiga de "bolotas" e uma "feixa" de lenha, os trabalhadores eram humilhados e iam parar à prisão.

Él sabe que no todo funciona como el sueño revolucionario le indicaba, pero el paso ha sido de gigante. Y le inspira este mensaje que encierra un aire de optimismo comprensible. Pero el poeta es en el fondo, en la sustancia, inconformista. Lo es António Murteira en otros versos de esta misma obra, de otras más de sus obras. Lo son gran parte de esa generación nacida en la dictadura, por los años cuarenta y cincuenta, y que protagonizaron literatura o políticamente, o ambas cosas a la vez, la transición. Y así, ahí está el desafío del extremeño Jaime Álvarez Buiza, en unos versos memorables, recitados allá donde la "Fiesta de la Vendimia" de aquellos "años setenta" olvidaba al protagonista principal:

*Y, ¿quién se acuerda de ti,
vendimiador esforzado,
que vas dejando tu cuerpo
en los racimos del amo?
Di, ¿quién se acuerda de ti?*

*Porque eres tú el que da,
con tu esfuerzo y tu sudor,
buen vino y mejor dinero
a las manos del señor;
porque eres tú quien se dobla
a recoger el racimo;
porque en el lagar lo pisas
para transformarlo en vino;
porque eres tú el que trabaja
mientras el dueño descansa
en un salón del casino;
porque tú eres el trabajo
que alimenta el capital,
¿cómo en ésta, que es tu fiesta,
no eres actor principal?
Vendimiador explotado:
lucha porque llegue el día,
el momento en que, por fin,
la fiesta que ahora te niegan
y la tierra que trabajas,
sean tan sólo para ti.*

LOS ANCIANOS

Pero en toda esta historia "rayana" a mí siempre me han impresionado en especial los ancianos. Aquellos que sufrieron durante décadas y más décadas tantas condiciones adversas y los vemos aún arrastrando sus sombras, sus cuerpos curvados por las calles estrechas de nuestros pueblos. Y sobre todo las ancianas, con sus lutos superpuestos y su mirada amable, resignada, que han visto tanto mundo desde sus puestos casi inmóvil.

El gran Eugénio de Andrade las retrata magistralmente. Nos dice en su libro *Ver- tentes do Olhar*.

*Quando voltar ao Alentejo as cigarras já
terão morrido. Passaram o verão todo a
transformar a luz em canto - não sei de des-
tino mais glorioso. Quem lá encontraremos,
pela certa, são aquelas mulheres envolvidas
na sombra dos seus lutos, como se a terra
lhes tivesse morrido e para todo o sempre se
quedassem órfãs. Não as veremos apenas
em Barrancos ou em Castro Laboreiro, elas
estão em toda a parte onde nasça o sol: em
Cória ou Catania, em Mistras ou Santa Clara
del Cobre, em Varchats ou Beni Mellal, por-
que elas são as Mães. O olhar esperto ou so-
nolento, o corpo feito um espeto ou mal
podendo com as carnes, elas são as Mães. A
tua; a minha, se não tivera morrido tão cedo,
sem tempo para que o rosto viesse a ser
lavrado pelo vento. Provavelmente estão aí
desde a primeira estrela. E o que elas duram!*

O en su otro libro *Rente ao dizer* nos las presenta en estos breves versos conmovedores:

*Há muito que são velhas, vestidas
de preto até à alma.
Contra o muro
defendem-se do sol de pedra;
ao lume
furtam-se ao frio do mundo.
Ainda têm nome? Ninguém
pergunta ninguém responde.
A língua, pedra também.*

Sin duda, estas ancianas tiernas y do-
lientes, que a veces nos parecen esas som-
bras que penan por las calles desiertas,
torcidas, empedradas de los pueblos como
las mujeres que describe el mexicano Juan
Rulfo en su novela "mágica" *Pedro Páramo*

o que recuerda de su juventud Gabriel García Márquez en su libro de memorias *Vivir para contarla*. Sí, son universales en su desenvolvimiento y humildad, en su poder de evocación de todo el dolor y la nostalgia que acumula el mundo; pero en nuestra "raya" surgen con una fuerza extraordinaria. Yo las he visto así, a un lado y a otro de nuestra planicie compartida, de nuestros pueblecitos de historia, cal y chimeneas:

*Las sombras de silencio
suben la calle arriba. Están sentadas
algunas sombras más, como candiles,
como antorchas sin luz, carbonizadas.
Sostienen con sus manos de raíces
las cuentas de un rosario, la toquilla
que ya perdió su negro y es un brillo
de polvo, de mugre, de miseria
la tela despuntada.
Detrás lucen macetas, delante, en la pared,
por las ventanas carcomidas;
geranios que empeñan su verdor y cuelgan
por todos los lienzos desconchados,
irrumphen en balcones, en la sombra
terrosa del castillo.*

*Su carta está jugada. Apenas unas voces
tan viejas como ellas
salen de la taberna, con música a trasmano.
Luego vendrá el silencio
y se abrirá, como una aurora enloquecida
la inmensa soledad.
Apenas un autillo
devolverá el saludo a los suspiros
que quedan como polvo de una historia
que ya no se repite
y es ceniza tan sólo entre sus manos.*

Recuerdo que la visión primera que me inspiraba estas ideas me surgió en Terena. En la Rua Direita, que conduce desde la Igreja Matriz al castillo medieval; allí, en una loma en medio del llano centroalentejano. Pero era igual de frente, al otro lado, en Alconchel. O más arriba, en Juromenha, y de la otra parte, en Olivenza. O más dentro, en Montemor O Novo; tal vez en Medellín. Por no decir en Marvão o en Valencia de Alcántara. O Diana Velha, o Coria... La raya, nuestra raya. Su gente, nuestra gente. La vida, nuestra vida como fuente de vida, fuente de inspiración.



Uma história cabo-verdiana

Joaquim Saial

TÁCIA, A TARTARUGA FUSCA¹

Anastácia Caretta era famosa entre os animais marinhos, porque fora escolhida por Mourato Higino para modelo de um selo cabo-verdiano de 10\$00 que corra mundo com ela abraçada a Djom, seu marido. O apelido, meio italiano, meio latino, haviam-no adquirido por causa do selo que, como quase sempre, quando se trata de reproduzir seres da Natureza, trazia afixada a designação de Lineu: *caretta caretta*, neste caso tartarugal. Ela bem tinha visto o artista fotografá-la de bordo do *Ribeira de Paul*, no canal entre Santo Antão e São Vicente, sem no entanto saber que a chapa se destinava a posterior modelo para a pintura de arte postal. Julgara no entanto que era mais um naturalista interessado na fauna marinha ou um emigrante regressado do Luxemburgo que pretendia levar *souvenirs* do mar de canal para a família na Ponta do Sol ou na Ribeira Grande, juntamente com fotos do Djéu². Só quando Chiquinha Chantre - em viagem de Porto Novo para o Mindelo no *Mar Azul* - atirou borda fora as cartas de Zica, seu namorado, despeitada como facto de este ter fugido para a Holanda com uma

menininha de Paul, é que a tartaruga percebeu para que tinham sido as fotos. A notícia espalhou-se rapidamente entre a comunidade piscícola e Tácia e Djom foram elevados à qualidade de vedetas, a par de Cesária Évora, a diva da morna, que também tinha cara num selo - este de 60\$00, montante mais elevado que o de Tácia, dada a categoria superior da cantora. Mas o sucesso não lhes subiu à cabeça e eles continuaram a sua vida despreocupada, nadando pelos fundos repletos de navios naufragados das ilhas, com predilecção especial pela de São Vicente.

Até que um dia aconteceu uma desgraça muito frequente entre as tartarugas e restantes habitantes dos mares de todo o mundo: Djom desapareceu, apanhado numa rede de pescadores. Circularam boatos de que tinha sido vendido para o oceanário de Lisboa, que o seu destino fora Hollywood, onde teria ido protagonizar a quarta seqüela de *Tartarugas Ninja*, e até que desaparecera nos pratos de um famoso restaurante da Rua de Matijin... Nenhuma destas versões foi alguma vez dada como certa, nomeadamente a última, pois o tal estabelecimento mais se dedicava à carne de marisco em ar-

¹ Bêbeda, no crioulo de Cabo Verde.

² Ilhéu dos Pássaros, que fica entre S. Vicente e Santo Antão.

rozes de estalo que à de quelónios e tinha reputação a defender que não configurava esquiteamento de bichos desta ordem, protegidos oficialmente, ainda por cima. Certo, certo, é que Tácia entrou em decadência. Tristonha, perdeu a vontade de viver e embrenhou-se cada vez mais nos fundos misteriosos do arquipélago, escondida entre os destroços navais que nos últimos quinhentos anos lhe foram cobrindo os pegos. Pior foi o facto de ter dado por mero acaso com os restos do *Cruzinha da Garça*, veleiro que nos finais do século XIX se afundara no canal, precisamente a meio caminho entre Santo Antão e São Vicente, carregado de garrações de grogue - do verdadeiro, que não daquele marado que em Santo Antão agora faziam produtores sem escrúpulos, capaz de matar um elefante ao primeiro gole. Tácia já conhecia a bebida, mas nunca lhe dera grande importância, por a achar demasiado forte. A única vez que a provara, ia ela a nadar com Djom, fora quando um garrafão de plástico caiu de um barco, talvez por descuido, meio cheio daquele líquido. Movida pela curiosidade, e posto o marido a segurar o recipiente, arrancou com o bico córneo a rolha e logo o conteúdo se espalhou nas águas - o que deu a ambos, como resultado, monumental e memorável bebedeira. Durante horas nadaram em círculos, num bailado estranho, completamente desajustado do seu comportamento normal, o que intimidou os peixes que passavam por perto e até Douglas, tubarão americano em trânsito para a Europa, que ficou bastante apreensivo com «those drunk Cape Verdian turtles», expressão utilizada no relato que do assunto no regresso fez a amigos imigrantes cabo-verdianos em New Jersey.

Tácia queria esquecer-se de tudo e a memória que tinha do alcoólico acontecimento fê-la começar a rondar o *Cruzinha da Garça*, na mira de nele poder entrar. No orifício por onde tinha vislumbrado os garrafões, uma escotilha entreaberta, não cabia. Sem desistir, acabou por dar com um considerável rombo na parte inferior do costado, por onde se enfiou. O local estava coberto de lodo que ao longo de uma centúria se havia acumulado e por ali deambulavam centenas de peixes pequenos que se afastaram quando Tácia entrou. Duzentos garrações alinhados uns contra os outros cobriam o porão, juntamente com barris e caixotes, estes meio apodrecidos pela longa imersão. Quase todos os garrações haviam perdido a cobertura de verga que só num ou noutro sobrevivia. Mas as rolhas mantinham-se firmes e o conteúdo estava em belíssimo estado, envelhecido de um século. Jamais alguém bebera néctar como aquele de Ribeira das Fontainhas, topónimo inscrito em relevo nos vidros, mesmo que saído do melhor trapiche ou alambique. O tempo aveludara a bebida que era quase mais licor que aguardente. E dia a dia, semana a semana e mês a mês, Anastácia foi abrindo e tombando consecutivos garrações cujo conteúdo se misturava com as águas do canal e de que aproveitavam não apenas ela mas (neste caso involuntariamente) todos os moradores das vizinhanças. A tal ponto que as tripulações dos barcos, bem como os passageiros que diariamente atravessavam o estreito, começaram a notar que os peixes voadores faziam estranhos ziguezagues, indo alguns de encontro ao costado dos navios. Houve até o caso dramático de Herberto Marley que, sempre mareado pelo

balanço, todas as sextas-feiras fazia a viagem de Porto Novo para o Mindelo e vice-versa a fim de cantar em aparato *rasta* num bar da Rua de Lisboa. Viajava ele certa vez nas imediações do Djéu, a bordo do *Mar Azul*, a caminho de São Vicente, quando no momento de baixar a cabeça para vomitar para um balde um peixe voador em imprevisto voo rasante lhe arrancou a peruca de tranças. Claro que toda a gente ficou a saber que era de há muito careca, porque em pequeno mamãe velha lhe tinha derramado por descuido uma panela de água a ferver na cabeça e o negócio cantórico ficou estragado para sempre. Isto porque *rasta* calvo e sem um piolhito ou outro é coisa pouco credível, não prevista na cartilha oficial do outro Marley, de nome Bob. Ora, nunca um peixe voador tinha feito um desaforo daqueles e muito menos alguma vez se vira a companhia de seis tubarões aos saltos ao lado do *Ribeira de Paul*, como se fossem golfinhos; tal como inédito era garoupas e bicudas virem pôr os rabos fora da água à passagem das embarcações. As pessoas atribuíram os anormais casos a bruxedo de peixe e os capitães dos barcos passaram a desviar-se da zona, algo receosos, como se ali se tivesse estabelecido novo triângulo das Bermudas. Ninguém, contudo, ligou estes eventos ao facto de no «plurim de pêxe» as espécies terem aspecto mais raiado e a após o acto de cozinhá-las, sobretudo nas assaduras, o sabor ser assaz superior ao de antigamente - o que foi erradamente atribuído às melhorias de conservação frigorífica introduzidas após o restauro do mercado...

Quanto a Tácia, a degradação era cada vez mais acentuada. Nem sequer soube ir

pôr os ovos que lhe haviam ficado dos tempos de Djom na habitual prainha recatada da Baía de Fateixa, à sombra do Monte Cara, onde ninguém ia. Ali, as jovens tartarugas tinham possibilidade plena de chegar à água, na hora de saírem das cascas, sem predadores de respeito por perto. Nesse ano de grandes bebedeiras, não se sabe se atraída pelo cheiro convidativo de pontche e grogue proveniente dos botequins das imediações da Paria de Bote, Tácia foi depor ali a postura, logo num dos sítios de menos areia: ao pé da estátua de Diogo Afonso e do bote de Tudinho Fortes que passava dias e noites no *Barbatana de Tubarão* - o que fez com que no estabelecimento tivesse havido uma semana de pequenos-almoços de cachupa com ovos estrelados de tartaruga como há muito ali não se via. Ia ela no centésimo terceiro garrafão esvaziado e estava à beira de colapsar, quando um episódio verdadeiramente imprevisto interrompeu a sua acelerada alcoolização.

Silvina da Cruz, criada de um abastado agricultor de Santo Antão, apaixonara-se por um fuzileiro naval oriundo de Mesa, na mesma ilha. O arranjo foi feito num baile em Ponta do Sol e o rapaz, sempre que os seus afazeres na Praia Iho permitiam, ia até à ilha de origem ver os pais e a namorada. Porém, a dada altura, foi obrigado a ir para Portugal fazer uma especialização na Base de Fuzileiros do Vale de Zebro e por lá ficou seis meses, sem dar notícias. Quando voltou, trazia consigo uma mandranga cheia de sardas que o enfeitçara e dizia «marafado» e chamava «alcagoita» à mancarra. Certo é que o fuзо nunca mais tocou à porta de Silvina, nem uma satisfação lhe deu. Aconteceu porém que, nessa altura, sem que aquele o

imaginasse, ela já sabia que ia ter uma criança de que o óbvio pai era o militar. Escondendo o seu estado do patrão e familiares, sempre enfaixada e metida em roupas largas que disfarçavam o aumento da barriga, deu inesperadamente à luz nos sanitários do *Mar Azul* quando se dirigia ao Mindelo onde esperava desfazer-se do rebento. Inicialmente, o plano era deixá-lo à porta dos Capuchinhos, mas este avanço no tempo obrigou-a a tomar providências mais drásticas. E logo ali meteu o rapaz, (porque era de um que se tratava) numa caixa de plástico que levava com alguma roupa, entretanto passada para um saco. Fez com um arame do suporte do papel higiênico vários furos na tampa da caixa, meteu esta debaixo do braço e dirigiu-se para zona menos frequentada do navio, simulando falso enjoo. Fazia-se sentir uma daquelas célebres ventanias das ilhas que no mar são sobremaneira duras. Um marinheiro de passagem para a casa das máquinas, falou até em temporal próximo. Por isso, as pessoas abrigavam-se umas contra as outras, procurando evitar os salpicos frios que de um lado e outro assaltavam o navio, excepto aquelas que ocupavam o tempo a vomitar ou a segurar os sacos e demais pertences que teimosamente corriam de bombordo para estibordo. Por isso, ninguém ligou quando Silvina deixou escorregar a caixa da amurada para o mar. Quando se sentou de novo no banco onde tinha feito a parte inicial da viagem, apesar do alívio que a tomou, uma lágrima sentida rolou-lhe pela face, talvez em parte de arrependimento, talvez noutra de secreta esperança na sobrevivência do minúsculo e forçado naufrago.

Nesse dia, Tácia entornara não um mas dois garrafões de grogue e a sua bebedeira era mais que monumental. Descia e subia, misturando percursos em ziguezague com outros em círculos, disparava para diante para voltar de imediato para trás, não atinando com nenhum caminho definido e razoável. Mesmo assim, como nadava nesse momento a altitude significativa em relação ao fundo, ouviu o ruído seco da caixa a bater nas águas. Pareceu-lhe ver três objectos transparentes a boiar na superfície azul do oceano. De todos saía um vagido que se assemelhava ao dos golfinhos, mas ao tentar embater no primeiro tocou afinal no nada. Fez nova tentativa que resultou em falhanço idêntico. Resolveu aproximar-se mais e percebeu que afinal só havia um objecto e que dentro dele estava um pequeno ser vivo que por sinal não pertencia a nenhuma das espécies marinhas conhecidas. Até à data, parecidos com aquele, Tácia só vira seres muito maiores: homens e mulheres espreitando ou fotografando-a a partir de barcos ou nadando nas praias a distância considerável das margens. Supunha até que os humanos eram todos crescidos, pelo que a aparição foi uma surpresa. A raridade da situação fê-la perceber, apesar de toldada pelo álcool que algo de muito estranho se passava. À custa de tentativas colocou-se por debaixo da caixa que ficou em equilíbrio algo instável sobre a sua carapaça, dado que o fundo daquela era direito e esta curva. Entretanto, rebentou a borrasca que o marinheiro previra e a que o *Mar Azul*, entrado no Porto Grande, já se havia furtado. Mas Tácia não era um barco a motor e a sua pequenez tornava-se ainda mais ínfima na vas-

tidão do Atlântico. A custo, com muitos tombos e quase triturada pela hélice de um cargueiro que de igual modo demandava a baía, foi progredindo durante o resto da tarde e princípio da noite, à medida que os vapores e efeitos do grogue se dissipavam. Embalado pelas vagas, o miúdo calara-se e parecia dormir, apesar da fome e do frio. Felizmente, os buracos que a mãe fizera eram tão estreitos que lhe permitiam respirar sem que a água entrasse em quantidade considerável. Logrado o porto, a travessia da baía foi o último obstáculo a resolver, no caso o mais fácil. E já as fracas luzes da Rua da Praia estavam acesas quando uma Tácia completamente exausta arribou à margem, onde desembarcou o seu precioso tesouro, jogando-o à areia em local fronteiro ao Mindelense antes de desmaiar, espojada na areia.

Tudinho Fortes, que agora não fazia outra coisa senão percorrer a praia de uma ponta à outra em busca de ovos, assistiu à chegada da tartaruga e da sua estranha bagagem. Pareceu-lhe estranha aquela aparição, mas mais admirado ficou quando ouviu, saídos do recipiente, uns fracos vagidos. Com cuidado abriu a tampa e verificou que as suas suspeitas eram fundamentadas: tratava-se de facto de uma criança. Depois de se recompor do desfalecimento que teve ao ver o que lá estava dentro, correu ao restaurante existente no topo do Mindelense, em busca de ajuda. Por sorte, um casal de naturalistas portugueses da Universidade do Algarve que andava a realizar trabalho de campo nas ilhas e na altura ali estava a jantar foi logo ver o que se passava. Começou a juntar-se gente que veio do restaurante,

da praia e das imediações e no dia seguinte já corria por todo o São Vicente aquele milagre que uns atribuíram de imediato ao santo do mesmo nome e outros preferiram assacar a Nossa Senhora da Luz. A tartaruga passou a noite numa banheira cheia com água do mar, no Mindelense, o miúdo foi para o hospital e a Polícia de Ordem Pública, menos propensa a dar aquele sucesso como obra divina, começou as investigações tendentes a saber-se quem eram os pais do feliz arribado - mais propriamente, a mãe. Silvina, que se recolhera a casa de uma tia na Ribeirinha Trás-da-Cadeia, ao ouvir o que se dizia na rua, não resistiu, apresentou-se na esquadra e disse que o menino era seu, o que permitiu deslindar parte do enigma que foi ele aparecer assim na Praia de Bote. Tácia viu-se despachada num avião ATR 42 para o Sal e dali para a Universidade do Algarve, onde recuperou do esforço e fez uma desintoxicação completa, tendo-se o seu caso tornado histórico pois até à data os anais da ciência nunca tinham registado fígado semelhante, em tão mau estado de conservação. A pouco e pouco Tácia fortaleceu-se e se no início percorria o tanque de cima abaixo e de lado a lado na mira de uma pinga de grogue, com o passar do tempo deixou de sentir a falta desse reconstituente. Mas alegria, alegria, foi a que teve quando depois de recuperada a lançaram num tanque maior, onde teve a maior surpresa dos seus muitos anos de vida. Ele ali estava, vivo da silva, Djom, o seu amado esposo. A princípio nenhum deles queria acreditar. Tácia julgou até que, como experiência, para ver se ela estava de facto recuperada, alguém tinha deitado grogue no

tanque e que as antigas miragens tinham voltado. Mas não. Era mesmo ele, o desaparecido consorte. Djom, por seu turno, aproximava-se, mirava a tartaruga, voltava para trás, dava uma volta em seu torno, para recuar de novo, sem querer admitir que estava na presença de Tácia. Só quando viu um sinal em forma de concha que sempre lhe conhecera na carapaça é que teve a certeza. O resto já se calcula, igual ao que se passa sempre em idênticas circunstâncias: ela disse «Djom!», ele exclamou «Tácia, és mesmo tu!», abraçaram-se conforme os curtos membros lhe permitiram e contaram as peripécias que a ambos tinham acontecido nos últimos tempos. Djom era a estrela das investigações sobre a preservação da espécie, por encomenda do governo de Cabo Verde, muito interessado em manter ou ampliar o contingente tartarugal. Dizia-se mesmo que um ministro tinha afirmado que preferia uma tartaruga viva a um milhão de escudos com a efígie de um exemplar da espécie. Já ninguém sabe o nome de quem proferiu tal frase, mas ela pegou e ainda hoje é repetida quando as pessoas se detêm a olhar para as minúsculas moedas desse montante, cujo valor não dá nem para comprar um pacote de chuinga³.

Resta dizer que, devido ao facto de se ter entregado voluntariamente, Silvina so-

freu curta pena de prisão e hoje é mãe extremosa de Moisés Canal da Cruz Rocha, sendo este Rocha do pai fuzileiro que, sabedor de descendência tão famosa, acabou por largar a portuguesa - a qual montou depois uma loja de 300 com grande sucesso na Rua de São João -, para voltar para o antigo amor, com quem casou com pompa e circunstância na catedral de Nossa Senhora do Rosário, na ilha de origem de ambos. Tácia e Djom Caretta, terminadas a cura dela e as experiências com ele, foram devolvidos às águas do canal, onde ainda hoje são avistados pelos navegantes. Ela nunca contou ao marido as suas aventuras libatórias no porão do *Cruzinha da Garça* - que ele afinal acabou por saber por Jerónimo Preto, atum desbocado que passava o tempo a falar da vida dos outros. Djom percebeu que esse longo deslize fora por amor e respeitou o silêncio da esposa. Mas nos meios científicos algarvios continua a falar-se «daquele fígado» e em São Vicente, quando as crianças vão para a Baía das Gatas ou para a Lajinha, as mães ainda dizem, a modo de recomendação: «Meninos, cuidado que hoje pode não haver tartaruga para vos salvar». No *Cruzinha*, 97 garrações de bom grogue continuam à espera de um aventureiro afoito que os resgate das águas...

³ Pastilha elástica; do inglês, *chewing gum*.

Marianela¹

Teresa González (Espanha)

A Marianela é pequenina e redonda como uma tarefa. O seu cabelo negro, bem penteado, as bochechas encarnadas, os olhos grandes e muito abertos como os das bonecas antigas de porcelana. Essas bonecas com as que a Marianela tanto gostava de brincar quando era menina, e até já em mulher. Sempre andava com a sua Rosa às costas... Gostava de a pentear com lacinhos, dar-lhe banho, ao almoço, ralhava-lhe, dava-lhe beijinhos, como uma boa mãe.

Com o decorrer do tempo, a Marianela casou com um rapaz que veio trabalhar perto da sua aldeia, na companhia dos caminhos-de-ferro. Era um homem magro, cabelo escuro com um ar tristonho e algo simples, mas bom rapaz. Depois do casamento transferiram o marido para a cidade. Marianela começou a ficar melancólica. Longe do seu berço natal, sem outra coisa a fazer que tratar do seu marido todo o dia fora de casa, via passar os dias, um atrás do outro, sem se sentir satisfeita. Até que por fim teve um filho que encheu de felicidade a sua vida.

O bebé era muito pequenino, cabelos negros como a mãe, e um carácter doce, que fazia as delícias dos seus progenitores.

De manhã, o homem ia para o trabalho. Marianela ficava a tratar do filho como antes tratara da sua boneca Rosa. Gostava de olhar para ele enquanto dormia no berço, cantava-lhe as cantigas que a mãe lhe cantava a ela em menina. Quando o bebé acordava, fazia-lhe cócegas até que o filho a presenteava com um sorriso.

E chegou o dia em que o filho teve idade de ir para o infantário. Todas as manhãs, mãe e filho desciam a rua de mãos dadas, dando um passeio, a olhar para as montras, enquanto ficavam à espera do eléctrico que os levava para a escola.

Certo dia subiram os dois para o eléctrico, como sempre, de mãos dadas. A mãe sentou-se com o filho ao colo. O miúdo gostava de colar o nariz ao vidro e olhar a cidade, as casas de cores a passar, o comboio que corria ao lado, em cujos vidros assomavam rostos de gentes desconhecidas.

- Não coles o nariz ao vidro, meu filho, podes ferir-te - dizia-lhe a mãe, sempre cuidadosa.

Na rua da Alfazema, o eléctrico pára e eles descem. Marianela segura o filho pela mão e salta o degrau. Mas o menino tropeça e cai ao chão. Meu deus, pobre Marianela!

¹ Embora a autora seja de nacionalidade espanhola, este texto foi-nos remetido em português.

Ver as lágrimas a correr no rosto do filho, que chora sem poder mexer uma perna, os joelhos esfolados e ensanguentados.

- Mãe, dói-me muito a perna.

- Oh! Meu filho, isto não é nada, tu és um rapazinho forte.

Mas Marianela diz isto enquanto sente uma grande dor e aflição no seu peito de mãe. Sustem-no ao colo com os braços fortes, para o levar ao hospital. Enquanto ele, com os bracinhos ao pescoço da mãe, lhe molha os cabelos com as lágrimas. A gente passa ao lado, mas ninguém pára a socorrê-la. O menino berra mais forte, crava-lhe as unhas nos braços, e ela sente as suas forças fraquejar. As próprias lágrimas contidas no peito tiram-lhe forças e sente que o filho lhe escorrega dos braços. Em desespero, vai à pressa, quase a correr, já vê o hospital. Mas parece que nunca mais chega. As pernas tornam-se pesadas, é como se a terra puxasse por ela e a imobilizasse, enquanto o choro e os gemidos do filho são cada vez mais fortes.

- Já chegámos, meu filho, agora o doutor vai curar-te a ferida.

Já às portas do hospital, Marianela olha o menino e fica horrorizada: ele fita-a sério e distante. Já não chora, tem o cabelo e barba branca e com um fio de voz diz-lhe:

- Mãe, chegámos tarde!

Então quebra-se em pedacinhos como se de loiça se tratasse.

Marianela fica imóvel, os braços estendidos e um grito de horror estrangulado na garganta. Nem ouve, nem vê, nem sente nada. Num esforço para mexer os braços, roça levemente com os dedos nalguma coisa que cai ao chão. Abre apenas os olhos e na escuridão do quarto vê por entre os cortinados da janela um raio de luz. Estende a outra mão sobre a cama, mas o marido já lá não está. Saíra muito cedo ao trabalho. Por fim acende o candeeiro. Tem dor de cabeça, a boca seca e banhada em suor.

Lentamente sai da cama para beber água e sente que está toda molhada, a camisola, o lençol. Não sabe bem o que se está a passar, lembra-se de que a vizinha é boa mulher, experimentada, e pensa em chamá-la. Deita um pé fora da cama. Mas uma força desconhecida para ela empurra nas suas entranhas e fica sentada na ponta da cama. Tem medo, está muito afrita. Devagarinho, tenta chegar à porta da rua. Mas outra vez a força que se exerce dentro dela a faz dobrar-se e olha com espanto como o seu filho escorrega do seu corpo e se desfaz em sangue no tapete do quarto.

Tempo de Poesia

Nota Prévia

Na secção "TEMPO DE POESIA", *Callipole* decidiu homenagear dois nomes de primeiro plano na poesia portuguesa contemporânea, recentemente falecidos. Nascidos em Vila Boim (João Orlando Travanca-Rêgo) e em Portalegre (Orlando Neves), unidos pela Amizade e por um Verbo intenso e profundo ao longo da vida, pouco tempo os separou na partida para outra dimensão existencial.

Há factos inquietantes. Na última ocasião em que estivemos juntos - calcorreando algumas ruas antigas de Elvas -, foi precisamente Travanca-Rêgo quem me entregou o número de telefone da irmã de Orlando Neves, para que eu pudesse inteirar-me do seu estado de saúde, já então grave. Poucos meses depois - contemplava eu o mar de Sesimbra numa noite quente de Verão - recebi, pela voz de uma jornalista da *Rádio Elvas*, a notícia da sua morte. Estava em provas aquele que seria o último número do *Fanal* (suplemento cultural editado n' *O Distrito de Portalegre*), mas Nicolau Saião e eu conseguimos ainda publicar dois poemas de Travanca (textos já conhecidos, e não os dois inéditos que, pouco antes de morrer, me enviara na sua bela caligrafia - só recentemente encontrados no arquivo do suplemento e agora dados a lume).

Quando aceitei o convite do dr. Joaquim Saial para fazer parte do Conselho Editorial da *Callipole* e orientar a sua secção de poesia, pus imediatamente como primeiro objectivo editar nela um bloco de textos que apresentasse digna homenagem ao poeta de Vila Boim. Estabeleci contactos (alguns infelizmente infrutíferos). Entre os autores convidados, encimava a lista Orlando Neves. Apesar de muito doente, prontamente me enviou os três poemas que agora se publicam. Pouco tempo depois, recebi o seu último livro. Tive intenção de escrever sobre ele e sobre o primeiro volume das suas memórias. Mas o tempo de um professor do Ensino Básico é sempre escasso - e acabei por deixar não cumprir o meu propósito...

Com um peso na consciência, recebi a notícia da morte do autor de *Morta em Vila Viçosa*... Se não pudera dar-lhe uma pequena alegria em vida (escrever sobre os seus livros num jornal de Portalegre, cidade em que nasceu e que tanto amava...), podia ainda assim remediar o meu silêncio. Solicitei então a outro poeta portalegrense (Carlos Garcia de Castro) um texto que manifestasse ao futuro a homenagem desta revista a um dos seus colaboradores desde a primeira hora.

Unidos pelo nascimento, pela Poesia - e até pelo nome - aqui ficam juntos, João Orlando Travanca-Rêgo e Orlando Neves. A homenagem é simples, mas profunda, comovida e sincera.

"TEMPO DE POESIA" contempla ainda em "...da Poesia" estudos sobre os poetas Luís de Camões, José do Carmo Francisco e o cabo-verdiano Eugénio Tavares, um outro sobre poesia oral, o habitual conjunto de poemas variados, agora sob o título de "Lira Vária", e uma nova rubrica intitulada "Lira Calipolense" onde doravante o leitor encontrará colaborações de autores calipolenses ou que versem sobre Vila Viçosa.

RV



Caderno

Em memória
de
J. O. TRAVANCA-RÊGO

(1940-2003)





(Dis)SOLUÇÃO

Deem-me os meus olhos,
deem-me as palavras: ou-
vidas tenho e as imagens fazem
de mim muito mais
do que uma máquina amputada...

Aqui - Doença - acim funeja e eu peço
em meus dest. pcos, reunidos,
pela traça do tempo que os corrumpi,
de novo a unidade (Corpo & Alma)
de uma velha humana-solução.

5.11.00

J.O. V. parmes. N. J. V.

Amadeu Baptista

PÁGINAS AMARELAS

Uma língua de água imprópria para beber,
quarteirões de casas empedernidas de cimento,
a luz pouco brilhante do pântano
equidistante entre a escola e o emprego.
Onde te ensinam a ganhar a vida
aguardam que a percas,
entre o açougue e a funerária.

UM APOLO ENTRE RUÍNAS

*“uma cabeça que procura um sexo:
um Apolo quebrado entre ruínas –”*

Talvez como para poucos autores, para J. O. Travanca-Rêgo Ser (nascer) é sempre da ordem da Catástrofe - da imersão e habit(u)ação a esse estado generalizado (metafísico e histórico) do Ser no mundo (cf. poema “Habitação” [todas as citações são do livro *Hiatos*, Editorial Diferença, 1998, com Prefácio de João Rui de Sousa]).

Constatação de um estado e sentimento de castração e de impedimento (“este son(h)o degolado” [22]) que é o da divisão com esvaziamento do Sujeito tanto no seu corpo como na sua relação com a linguagem e o mundo.

O Sujeito da Catástrofe da experiência da História (próximo do Anjo das *Teses sobre a História*, o último texto de Walter Benjamin) é um sujeito sem coração ou cérebro, obrigado a fazer a experiência e a elaborar o conhecimento (im)possível dessa situação de descontinuidade e fractura.

Fazê-lo, entre o Horror e o Belo (“O Horror é evidente / A Beleza, menos evidente”, epígrafe de “As Flores, os Mortos” [45]), constitui a própria experiência da **poesia** (“a *Poesia* - / um animal sem coração ou centro!” [64]): de um movimento louco, sem razão, de um sujeito desconjuntado a que foi amputado o cérebro (“Há um momento / [...] / em que se está sem crânio” [32]), que vai da constatação desse vazio (ausência) à

necessidade (vontade: orgânica, metafísica) de a poetizar, i.e. de a superar pela nova unidade (síntese) procurada pelo discurso.

Por isso esta é uma poesia do *hiato* (título deste livro), de uma discursividade obs-truída (de uma “permanente incompletude”, como refere João Rui de Sousa) e de uma sintaxe quebrada, que não constituem apenas processos ou efeitos de estilo mas resultam do próprio funcionamento do sentido, objectivando os momentos: ponto em que razão (*logos*) ou metáfora (linguagem) chocam com a opacidade tanto do real como dos conceitos (essa dimensão ideal, de raiz do pensamento, que antecede ou é contemporânea da sua narrativização pelo discurso).

O pensamento, como a linguagem, não são homogêneos, contínuos, encontram-se já atravessados e estruturados pelo Nada - uma vez que, em poesia ou filosofia, se trata sempre de “(re)interrogar o Nada” [55]: daí o seu carácter corporal, orgânico (“quero eu dizer que há ideias, noções, factos que podem ser procurados [...] numa biblioteca, e outros que estão dentro de nós como o estômago ou o fígado” - Ezra Pound, mas poderia ser Nietzsche, citado em epígrafe do livro) mas de acordo com um tipo superior de organismo que contém os seus nódulos de resistência, restos ou depósitos de matérias outras, substâncias ainda não absorvi-

das. Que lida com a excisão entre o humano e o não-humano (objectal ou divino).

As palavras, sempre “poucas” [21], porque surgem nesse lugar bruto e utópico da *não-articulação* dos signos, revestem-se de um estatuto objectal (enquanto produtos de real e linguagem) que faz delas mais *índices* (catacrese deicticas, diremos nós, palavras-índice, refere João Rui de Sousa) do que metáforas ou signos. Quando muito, no sentido sacral, símbolos.

A linguagem está dividida e constrói-se sobre hiatos porque essa é a condição do homem, um “estrangeiro” na língua (“gostava de ser estrangeiro em todas as línguas” [46]) e na vida (“Quando eu nasci houve um erro, / o Calendário estava errado” [20]), sendo dessa “falha” (falta) que pode nascer a hipótese da sua origem alienígena (“[Há

um momento] Em que se está suspenso / entre o Céu e a Terra, // claramente sabendo-se / que a terra não é sítio / para os filhos do Homem” [“Eros”, 32]) ou divina (seja a referência a um “Deus nocturno” [32] ou diurno [85], que perseguiu desde o início).

Palavra oracular ou oração (termo mais recorrente nos últimos tempos), a poesia de Travanca-Rêgo coloca-se nesse lugar de procura (angústia) e de revelação (serenidade) metafísica: “uma história húmida de enigmas / vindos de quando em quando à voz em ferida” [24].

“Exercício da Larva” [43] de um Apolo (coração-sexo-cérebro) entre ruínas que não se esqueceu de que é crisálida e que por isso sempre ansiou (“A Beleza, menos evidente”) pelo canto de “anjos dispersos / em pautas de Música” [33].

HOMENAGEM ÍNTIMA

vivemos muita vida juntos. percorremos quilómetros desta cidade juntos. conversámos sobre a vida e a morte. rimos da crueldade de ser. falámos sobre o infinito e a finitude de aqui estar. Mondolfo te ajudou a crer ou a descrever da vida. Sartre te pôs em crítica com a existência. Jaspers te disse o que quiseste saber, mas Deus foi sempre uma certeza tua. assim mo afirmaste. assim creste. em minha casa te divertiste. meu filho amaste com a amável palavra de mestre. de mulher minha recebeste a ternura que a raros é devida. tu que foste grande, foste aqui reconhecido. a tua poesia, por vezes difícil, foi lida e comentada. mas con-

tra todos os comentários adversos foi Deus que esteve em ti e tu amaste. um Deus só teu. um Deus longe da ordem unida das igrejas. muito nos divertimos. algo chorámos. nunca abdicaste, como bom alentejano, de ser o que sempre foste: frontal, directo, intolerante com as traições. muito se poderia dizer dos teus livros, dos teus poemas. mas quase tudo está por dizer. lágrimas? palavra vã. fica a saudade. a minha, a do filho, a da mulher. aqui comemos requieirão com mel como nos ensinaste. aqui substituímos o corpo aos sentimentos. aqui convivemos a quatro no sublime de ser. aqui continuas. aqui estás sempre.

João Candeias

DESAGUAR

*para J. O. Travanca-Rego
Por muitos caminhos caminhámos*

I

não foi em vão que ao longo dos anos
habitámos esta foz, o rio grande
que nos leva a pensamentos longínquos
sobretudo quando é do Tejo que falamos
e atravessamos num percurso curto
de margem a margem, rio que ao
nascer nas serras de Espanha se torna
pedra e percalço, em delineadas curvas
gargantas de paisagem, se transforma
em frota, velas, descobrimentos ao entrar nesta terra
que do maior caudal descobriu mundos
e deu escravos ao mundo e mestiçou raças

II

ferragens irudem-se de tempo
a nossos irmãos erguem as mãos
apelam ao socorro dos naufragos
mas olhamos e sentimos na traqueia
a viagem da boca ao vômito
do líquido que ingerimos sorrindo
dos imagináveis dichotes de quem nos lê
da crítica restrita a olhos vagos
de cérebros capitalizados de banal
uma estrela habita no seio do horizonte
faz escala na cadeira donde obscuros
imaginamos as vértebras e a maré dos cetáceos
fugindo de prisões habitáculos
fugindo para as florestas onde gente pequena

procurou erguer uma capital universal
mas de impérios está tudo dito
sobre a memória com tremoços e cerveja
o cheiro a óleos dos transrios, as línguas
da multidão que passa muda e ondulante
que regressa a casa em regimento de condenados
para os redis da outra margem
margem sul ao sul do indiferente norte
a camioneta para a peonagem
guerreiros de cada dia nos dai hoje
guerrilheiros quem nos dera
nos dai hoje

III

guerrilheiros quem nos dera nos dai hoje
espingardas de canos cerrados nos dai hoje
granadas de infinito nos dai hoje
histórias onde tudo fica por contar nos dai hoje
para assim silenciar a oração
o travo amargo da cimitarra na garganta
com que fizemos o sul
mas verdadeiro calor santificado seja
que nos deste esta desgraça
para assim podermos desejar em vosso nome
o vosso reino que não temos
que pequenos deuses em vosso nome consomem
o cereal que nos é devido
e o pão e a terra serão o vosso reino
de quem nos dá as sobras de energia
que precisamos conforme a vossa vontade
assim na terra como no céu

IV

do céu do mundo encarna a minha voz
à qual junto pão terra rio e foz
equinoderme cretácico amiba e positrão
onde os piratas guardam o tesouro

do trabalho deste reino que é só nosso
do trabalho deste reino e então
perdoai-nos as nossas ofensas assim como nós
à latitude do impropério não perdoamos tantas ofensas
assim como nós guardamos o tesouro
dos piratas na enseada das tíbias cruzadas e da caveira
assim como nós queremos e não podemos
perdoar as infecções das florestas tropicais
a varíola a peste e outras moléstias corporais
de quem nos tem ofendido em vosso nome
agora que não queremos cair em tentação
de soçobrar nos vossos infernos de fome e ossos
mas livrai-nos de ser como os outros
de palavras vãs como ódio ócio ácido morte e cal
assim não queremos mais informação manipulada, menos pão
e livrai-nos tanto quanto haja do mal

A ÚLTIMA INCISÃO

*Lembrando, com amizade,
João Orlando Travanca-Rêgo*

Como flechas bem presas em chão duro,
as palavras dizem a cor da tua morte,
a dessa convulsão de cinza muito negra
– negra e insuportável –
que é um dilacerante e irreparável
rosto: o da tua ausência.

Elas tornam-se melancólicas rainhas
que perdessem o seu ceptro, o seu porte
e majestade, o seu modo mais justiceiro
e austero, a sua fragrância mais íntima
e sensível
– e nunca mais reinassem.

Elas dizem a tua derradeira estação
entre os presentes e os vindouros,
quando treva e amargor e também maldição
– corpo de dúvida e de densas chuvas,
de alongado hiato entre castelos de sonho
e extensos pantanais, entre casebres,
affectos e tábuas destroçadas –
estavam tão em ti como sempre estão
os mais inexplicáveis e fundos pedregulhos
ao meio dos olivais.

A última incisão foi só agora,
que já não cantas, que já não ouves
os próprios pássaros evocando as feridas
sempre abertas da tua generosidade,
da tua atormentada voz, do mais irresoluto
e radical enigma da tua alma.

José do Carmo Francisco

UMA MEMÓRIA BREVE DE UM POETA QUE ODIAVA A CIVILIZAÇÃO AUTOMÓVEL

Travei conhecimento com o poeta João Orlando Travanca-Rêgo devido a uma nota de leitura por mim publicada no jornal *O Ponto*, corria o ano de 1983 e governava o país uma coisa chamada Há Dê. Tenho a ideia de que a minha nota de leitura (feita por sugestão do Dr. Jacinto Baptista) não lhe desagradou, pois foi o início de uma relação de amizade sempre muito cordial e muito produtiva. Desde logo ele fez o prefácio ao meu livro *Universário* que foi editado nesse ano de 1983 pela Moraes Editores.

Mas um aspecto que é muito curioso é que as nossas conversas nem sempre giravam à volta da poesia. Pelo contrário: os temas eram os mais diferentes desde o futebol até aos automóveis. Que, diga-se de passagem, ele odiava. Ele tinha ficado por um futebol de paixão e de amor à camisola pois era vizinho do célebre Patalino que jogou no Elvas e na selecção nacional. Para João Orlando Travanca-Rêgo era difícil perceber que eu passasse as tardes de sábado e as manhãs de domingo, às vezes em péssimas condições de trabalho, a fazer reportagens de jogos de «gaiatos» por Lisboa e arredores, quando não por Porto, Braga, Coimbra, Fundão, Entroncamento, Marinha Grande, Beja ou Campo Maior. Outras vezes a conversa rumava para a chamada civilização automóvel. Nesse aspecto eu estava em grande parte de acordo, pois nunca quis

rante o serviço militar me surgiu a possibilidade de a tirar em Évora indo fazer o exame a Elvas. Mais a mais, vivi na Rua dos Mercadores, em Évora, em casa de um senhor que era instrutor de condução, mas nunca quis tirar a carta mesmo de graça. Só acabei por tirar a carta de condução pelas circunstâncias da vida: anos mais tarde o meu sogro estava muito doente e era preciso levá-lo aos tratamentos oncológicos.

Lembrei-me muito do Travanca-Rêgo em Veneza e compreende-se porquê. Em Veneza não existem automóveis, tal como pude constatar em Setembro de 1998 quando me deslocuei a Bolonha para a reportagem do jogo Bolonha-Sporting para a Taça UEFA e dei um salto a Veneza num dia livre. Mais tarde, em Junho de 1999, passei lá uma semana em casa do poeta Manuel Simões e senti-me como peixe na água. Numa cidade sem automóveis, as pessoas têm mais tempo para tudo: para estarem com os amigos, para lerem, para se divertirem, para estarem com o seu próprio «eu». Esta é uma constatação que só se pode fazer em Veneza, respirando a ausência de automóveis, viajando a pé entre pedra e água ou de barco, nos velozes «vapo-rettos» entre a perícia do «capitano» e a voz do «marinero» que anuncia as paragens.

A grande diferença entre nós é que eu falava das coisas com intuição e ele fundamentava os pensamentos, pois era licenciado em Filosofia. Tinha portanto uma

bagagem muito melhor que o meu Curso Geral do Comércio. Mas no fundo, bem no fundo, estávamos sempre de acordo. A civilização automóvel nasce de um equívoco que é considerar que o petróleo nunca se vai extinguir, mas os recursos vão acabar um dia. Nessa altura vai tudo andar de pantanas, pois não foram criadas alternativas.

Já quando faltou petróleo em 1973 vi um homem em Évora puxar de uma pistola para outro por causa de um lugar na bicha da bomba de gasolina. Imagine-se quando acontecer o grande desastre. Pois era de temas como este que eu falava com o poeta João Orlando Travanca-Rêgo quando não discutia projectos editoriais...

Levi Condinho

JOT-R v. X

I – Poética

Aqui se associa
a rude arquitectura de som e saibro
– calafrio de raspagens vidros tangentes
peles enrijadas metais / milagres
de forjas de sangue (“xistos / Xenakis”)
– a uma ciência de obscuras interligações
poética de álea e determinismo
que ateia súbitos clarões
entre o instante revelado após árdua elucubração
e a chegada a um tópos onde o espírito
se debate pela (im)possibilidade do repouso
– peripatético espírito de um caminhante / ideante
entre Além-Tejo de telúrica impulsão
e os passos atarantados / graal de segredos
de uma cidade que sôfrega se bebe
se recicla se (in)concilia

II – Retórica

Nessa noite de 6 de Junho de 1982
estive ao lado desse rústico cosmopolita
poeta mais que filósofo
cuja poética verga ao peso da fundura filosofante
e que assinava nos livros
com o significante de um nome aliciante
(J. O. Travanca-Rêgo)
o meu braço tocava o seu braço
no sacro aconchego das cadeiras
do Grande Auditório da Gulbenkian em Lisboa
entre outros ouviu-se o gigante Xenakis
músico / matemático / arquitecto / combatente antinazi

de fundas indesmentíveis marcas na face
pelas mãos (pelo corpo) do mago Sylvio Gualda
percussionista rasgando matérias duras
trespassando os tecidos do ar e dos corpos
e Elizabeth Chojnacka cravista / costureira
de fios de luz
vestal veloz volúvel
de finos dedos emprestados por algum anjo / relojoeiro
(Komboï para cravo e percussão)
e sei que nunca se pede bis na Gulkenkian
mas Psappa foi exigida de pé
entre gritos eriçados olhos atónitos
Gualda repetiu
e também o João Travanca emergiu
de dentro do seu gentil casulo de gravidade
movido pelo eco do seu eco
do seu íntimo tempo ritmado
numa consciência cavada em noite
profunda noite pontuada pela luz
das estrelas da exultação de ser pensando
obstinado

III – Política

De comum entre T-R e X
talvez o esquecimento
do cânon das cátedras de flatulências
por excessos de sinal oposto (ou coincidente)
de sábios compendiadores
de calhamaços poéticos e selecções discográficas
– oh – também eles às cinzas volverão
e sem a glória de qualquer ousadia
glória (só) apagada talvez rentável (rendível)
neste tempo de batidas
do demónio unidimensional
ou do rococó / light canceroso que pervaga
os tecidos da vida
as artérias fragmentadas

Nicolau Saião

O MEU CONFRADE TRAVANCA-RÊGO. UM APONTAMENTO

Encontrei-me com Travanca-Rêgo, pela primeira vez, no decorrer da inauguração duma exposição colectiva de obras de alguns pintores alentejanos - uns vivos, outros já falecidos - que organizei em Portalegre com o apoio do sector cultural do município desta cidade.

Já de há certo tempo nos carteávamos. Quem nos pôs em contacto foi o José do Carmo Francisco, que aliás me mandara poemas dele para um suplemento elvense que orientava, o *Miradouro*, do defunto *Notícias de Elvas*.

Assim que lhe li os versos, de imediato me dei conta que não estava ali uma voz de vulgar amenidade. O mesmo que senti quando pela vida fora tenho estado a contas com outros autores que muito estimo: Ele sabia o que dizia, *quando* o dizia e *como* o dizia. Não era (não é) e creio que não será por muitos anos e bons, um autor de lugares simétricos carregados por um talento urbano e suave. Em Travanca-Rêgo há o espanto, a garra, o meditar de muitos mistérios que na poesia e pela poesia se consubstanciam. E, no entanto, existe paralelamente uma harmonia que nos seus momentos mais altos nos comunica a certeza de que no seu discurso, na sua linguagem, tudo faz o verdadeiro sentido e é dotado de um padrão interior votado à permanência no tempo.

"A pena valerá que mais palavras/ suportem a voz nua a (des)dizer-se/ como

*selámos todos - enigmáticos - / uma dúvida perante o indizível?" - diz-nos ele nos versos iniciais de "Comunicação", o terceiro poema do seu *Sinais: 15 poemas de sideração e saudade*.*

Siderado e saudoso do que não sabe definitivamente, me parece ter sido o tónus poético deste autor. Interrogativo e em certos casos crepuscular, em Travanca-Rêgo há como em muitos outros - mas nele com a acuidade dolorosa que o seu passamento veio confirmar - uma amargura filha dum espanto e duma melancolia abertos à procura, contudo, de novos ritmos e da *maneira de dizer* mais exacta, mais real e adequada aos diversos momentos daquilo que se sente e por isso se descreve. Descrição, comunicação... No fundo, doação de *descobertas*, de universos que se encontram no percurso que mal ou bem o poeta efectua quotidianamente a despeito das suas mágoas e das suas alegrias, ou para dizer doutra forma: os poemas que encontram a sua existência nessa escrita que se fornece a todos para que a leiam e assim revelem o mundo - que em todos vive, mas que o poeta encarnou.

Diz ele em "Ilha", arrolado em *Cinco Incisões*: "*Deixa-me contar o tempo/ pelos nós dos dedos. Nesta ilha,/ nem estrelas nem uma árvore!*". Mas o poeta efectua a religação mediante os poemas, as palavras que articula, ainda que algo o destroece ou, melhor, tente destroçar-lhe o sentido do que

cria. Travanca-Rêgo, sendo um autor de clara vocação *lunar*, nocturna e aforística, não se compraz nesse mergulho, não se recreia na convulsão: o que ele tenta é efectivamente encontrar uma medida para que esse caos seja reordenado e se extinga como tal, passando para o lado *solar* das propostas de vida plenamente erguida: "*Grão de trigo,/ feitio de um ventre:/ Um planeta/ te habita?*", pergunta ele na primeira quadra do pequeno texto "Intimidade(s)" de **Extracto sensitivo**. Ou seja: o universo contido num pequeno elemento da vida vegetal, *o que está no alto* tornando-se igual *ao que está em baixo*, como na Tábua alquímica da tradição e da sageza.

Travanca-Rêgo soube pesquisar o mistério, assim tentou devassar o segredo da esfinge. Perplexo ante os enigmas, cumpriu a sua íntima tarefa, se alguma tem o poeta. Pôde, portanto, afirmar num trecho do seu **Sentido sexto**: "*Onde habitasse o desespero alheio,/ deveria ter construído a minha casa!/ - Onde habitasse um pássaro sem asas/ pedindo uma árvore ou um veleiro ou/ pedindo simplesmente/ a mão do vento que sob o seu corpo/ - a afogar-se de mágoa -/ transformasse em Espaço/ o seu canto em mágoas prisioneiro!*"

E não é este, para um autor, um profundo projecto de vida que completamente nos reivindica de pé perante a morte?

Nuno Rebocho

BALADA PELA TUA AUSÊNCIA

em memória de J.O. Travanca-Rêgo

tantos são os sons que o sangue sopra
se o silêncio ruge na fornalha das ausências
e então te resguardaste guerrilheiro
de ternuras e te morreste naquele tempo
de ser inteiramente o tempo todo: eu sei
o que vale a água no corpo da planície
onde a voz da vagem madura
sofrimentos. o que mata as éguas
no pasto dos sonetos e vermina
solidões nos esquecimentos. eu sei
ser irmão dos campanários
no raso afago do isolamento

no longe dormiam dúvidas: naquele tempo
de comboios atrasados
ainda choravam musgos quando a morte
adormecia. guardavas-te para o sol
nos calcários onde o vento se escondia
e os medos bilravam mantos de revolta
como boletas engordadas

eu sei que nunca os olhos dormem – apenas viajam
pelos recados da vida e assim fizeste. eu sei
que a chuva dói no candeio das promessas
até enchermos o regolfo de liberdades. e tu
vigias os caminhos por onde escorriam
patranhas e não tragavas o veneno. naquele tempo
soletravas as trevas para o sonho dos estorninhos

revezam-te agora outras ausências e outras esperas
como o rio nunca se cansa enquanto houver nascente.
estas são as lágrimas e os rios e as forças
de resistir ao suão por ser diferente.

TRÍPTICO

a J. O. Travanca-Rêgo

Fomos do tempo em que a luz descendia nova,
a liberdade dos rios mondava o seu ofício,
tempo de centelhas nas coisas livres, íntimas.
Fomos domésticos, mudáveis, instantâneos
em cada rua, em cada cama, em cada palavra.
Fomos fora do tempo, muito além do rumor,
dividindo as cinzas, fabricando ritmos,
aves ardendo sozinhas entre as multidões,
lágrimas de promessas de que desconhecíamos a saída,
ácidos ventos repetindo a eterna lavra da morte.
Talvez crianças saindo da terra
plenos de fome e excesso,
solidão e guerra.



Viajamos no tempo, cobrindo todos os vazios
de gritos e centelhas, algumas ideias mortais.
Abalámos as cavernas, transferimos as nascentes,
lavados pelo mar, coagidos pelo fogo.
Tudo nos parecia próximo. E o que nos fugia
transformámos em palavras. Cantámos por metáforas,
lemos nas tempestades o branco doce dos olhos,
barca nenhuma soçobrarria em nossos mares de prata.
Dizia-se que éramos ondas impelindo os peixes
para águas livres de naufrágios. Em manhãs
insuportáveis de fulgor, havia sempre a luz
a igualar os dias e as noites. Também
nos chamavam juventude, mas não era a idade,
a não ser a das flores nas armas, as flores futuras

que preencheriam todas as fendas. Os rostos dos companheiros desenhavam sorrisos inexplicáveis. As estradas não conduziãam aos espaços – traziam-nos o tempo a devorar. Exaustos de música, descobrimos os rios sobreviventes sem margens. Até que, de súbito, nos ocupamos de nós e vimos a fuga. A memória foi sombra, os dias tinham horas para findar e não respiramos a tempo de tornarmos a crianças. Regressamos ao medo, à arca negra dos invernos pretos. Como ficou nu o nosso coração, debatendo-se, inerte, na nuvem vazia.



Descubro que as palavras que fomos deixando serão as prováveis deusas das nossas noites iguais. Manchâmo-las de sentidos, quando eram sinais de antes de nós e do futuro. Delas se alimentava o coração e a cor da pele, riscando linhas de dor em esperanças desconhecidas. Ei-las que reaparecem, marcos irreais de um passado devastado, de um real sempre eternamente repetido. Hoje, o corpo é um frio verde, tão sinistro como um abismo de neve que, lá no fundo, enegrece. Entre nós e o infinito, a distância é curta, prestes a submergir-nos. O corpo da neblina é apenas essa superfície das letras onde já não há quaisquer perguntas ou dúvidas, nem ventos cruzados nos criam a fé, o desejo, o arrepio. Assistimos à nossa decadência como à de uma estátua ou à de um pergaminho delido. E não cremos nas palavras salvadoras a sobrevoarem, aladas, os abismos obscuros. O ar é mudo e este papel apodrece, tal como a madeira e os ossos. Eis-nos numa sala de estalactites que jamais verão o sol.

J. O. TRAVANCA-RÊGO

o rosto dissolve a porta,
o tronco da oliveira.
palavras sem sombra
iluminam o calor da morte,
lançando cinza
sobre as águas do baptismo.

o verbo rega
a secura da planície.
filamentos de luz
acompanham ruínas
de uma cidade sem erva.

o sangue arrefece.
um fio de sangue
conduz as palavras,
enterrando a raiz
até ao centro da mina.

o magma acolhe
essa mão que escreve.
(o mármore fragmenta, nestes olhos,
o vento e a fortaleza.)

o sal conserva –
essa carne sem sombra.
a oliveira rebenta.
a raiz descobre-nos

no calor da morte.

(in *Vale dos Homens*, livro inédito)

DOIS POEMAS INÉDITOS DE J. O. TRAVANCA-RÊGO

Deambulações

Do ar, recolho os ventos da memória:
Um ruído, uma névoa, a luz etérea –
as cores como de um quadro de paisagem –,
incertos movimentos de uma praia...
“Procurarei nos antros das aranhas
“vagas recordações da minha alma?

– Ruínas, são ruínas (casas: tempo);
E o horizonte ao longe – e o silêncio –
onde, num fogo ardido, as vozes falam.

Imperfeição

A Verdade é um sol levantado muito alto?
Ou é quando as tempestades fazem tudo muito negro?
A Verdade é um punho derramado sobre a mesa,
na certeza de que um pão é servido para todos –
sobretudo quando tantos já morreram à sede!

A Verdade está nos sonhos – é uma breve ideia feita – ...
(Quando acordes lava o rosto, para algo ser perfeito).
A Verdade é um beijo sobre um seio amamentando,
e a Verdade é colocar ‘ma flor-branca sobre um túmulo.
– A Verdade é este vínculo que nos dói dentro de tudo.

Vila Boim, 11.7.2002

Em memória
de
ORLANDO NEVES

(1935-2005)





Carlos Garcia de Castro

PARA SE DIZER EM MEMÓRIA

Já faz três dias que morreu Orlando Neves. Um dos maiores Poetas portugueses dos últimos quarenta anos. Conhecido e desconhecido.

Desconhecido, porque se num desses concursos do fastio televisivo agora em moda e muito frequentados por gente licenciada se perguntasse quem foi Orlando Neves, aposto que ninguém acertaria. Hão-de saber-se outros nomes, no entanto, quase todos de menor valia, mas publicitados no comércio das editoras, divulgação em revistas e dados aos escaparates e negócios, em supermercados. Mesmo os escritores ditos consagrados, com sua qualidade e méritos justificáveis, são conhecidos ainda por propaganda e persistência, se bem que em resultado meramente nominal. A consagração quase nada vem da variada extensão do leitor necessitadamente leitor, o amador da leitura, o leitor de fruição, o que também, sem pertença a nenhuma academia, mas por experiência de continuidade e ambiência interior, é conhecedor, crítico e exigente. Este leitor assimila e apraz-se dos seus autores, mas não consagra, porque não tem voz credenciada. A consagração provém acumulada dos meios intelectuais constituídos elite, mais técnica que emocional, mais historiográfica que sensível, por vezes só erudita, escassamente vivida, com efeitos em magazines culturais, afinal também publicitários dos seus mais imediatos compromissos, garantidos e afirmados por figuras que, não

sendo estudiosos, lhes ganham o estatuto pela presença televisiva ou jornalística. Chama-se o "milieu".

Neste sentido, Orlando Neves não terá sido adequadamente conhecido.

Pessoalmente, encontro maior elevação na sua poética, com mais de trinta livros produzidos, desde 1959. Mas desde 1961, entre Ficção, o Teatro, a Literatura Infantil, estudos, e Dicionários, publicou mais de vinte títulos. Acerca de todos eles, nos momentos da publicação, não lhe foi negado nem a notícia, nem o mérito, nem a referência, nem o estudo e a apreciação, a análise, a reflexão, a crítica e o seu enquadramento histórico, cultural e literário. Na "Marginália" dada à antologia da sua *Poesia* (Sol XXI, 1995) se pode conferir, seleccionada em 78 páginas, a qualidade maior de Orlando Neves. Mas passo a transcrever um extracto do que, para lembrança, se considerou no n.º 33 do *Fanal*, 28.Março.2003 (suplemento do jornal *O Distrito de Portalegre*).

"Seria já tempo de se fazer um estudo aprofundado e abrangente deste escritor, ou em ensaio de especialista, de académicos, ou em seminário dos cursos de Português nas Faculdades, ou tese para outras provas de conclusão universitária. [...] Mas sistematizado, sem dispersão, cientificamente organizado, predisposto, não terá ainda acontecido um estudo metodológico sobre Orlando Neves. Um estudo de reflexão interpretativa, de substância, criticista que, sem

se coibir dos aspectos emocionais sempre emergentes da subjectividade e do lirismo, atingisse a originalidade filosófica e existencial dos seus conteúdos; que sem se alhear do seu discurso literário específico, quer psicológica quer sociológica, quer culturalmente se orientasse também pela análise técnica e vocabular, combinatória e orgânica da figuração prosódica e dos processos da versificação, ritmos e consonâncias da matéria, a Palavra, e da sua estruturação formal - a sedução da poiésis deste autor. Nela distinguiria o carácter sinfónico, redefinido e clássico, da revelação da noésis, e da perenidade metafísica dos arquétipos. De tudo isto se expande, evanescente ou declarado, musicalmente sempre, na implicação presencial do auto-controlo e da disciplina mental do produzir a Poesia - perturbador, um nimbo de serenidade conformada em verbo de sentido escatológico."

Um propósito que José Régio tinha em alcançar foi: "Viver para a minha obra e torná-la digna do futuro..." Não sei se era assim com Orlando Neves, cultural e literariamente (literalmente), sabido como foi em Régio a obsessão da glória.

Só de uma vez conversámos face a face. Houve mais dois telefonemas. Mas cruzávamo-nos cartas. Numa delas declarei: tanto me faz que você seja boa ou má pessoa, em si o que me interessa e satisfaz é a condição do Poeta.

Nasceu em Portalegre (1935), um ano depois de mim. Mas levaram-no daqui, com três ou quatro anos. O livro biográfico que nos deixou, **Volume Primeiro - Os Factos**, saído já este ano, elucida-nos a cidadania que experimentou e as profissões que viveu. Licenciado em Direito, quase não exerceu. Foi jornalista até 1995, director literário do Círculo de Leitores, da Portugália e da Diabril, trabalhou na Televisão como apresentador de programas literários, e encenou peças de teatro no D. Maria II e no ACARTE da Gulbenkian. Ideologia acentuadamente de esquerda. O **Volume Segundo - Os Afectos**, também autobiográfico, dirá, se é que teve tempo para o acabar e se vier a ser publicado, do percurso artístico, cultural e literário. Último livro: **Belona** (ficção), 2004.

Numa outra carta, disse-lhe, a propósito de **Loca Obscura - Pranto de Leonor Sepúlveda**, que seria em Portugal um dos indiscutíveis à conformação em Literatura de um nosso terceiro modernismo. (Assunto para estudo e nomeação). Deixa para trás o palavroso repetitivo para que o mau aproveitamento do 1.º Modernismo derivou e a pieguice e a lamecha subjectiva para que degenerou o Segundo - e recupera o clássico dinâmico da inovação.

Portalegre, 27.1.2005



... da Poesia



Memória Camoniana

Justino Mendes de Almeida

CAMÕES E OS FRADES DOMINICANOS

Porquê Camões e os frades dominicanos? Porque devemos a um frade dominicano *Os Lusíadas* que temos: Frei Bartolomeu (Bertolomeu) Ferreira foi o primeiro censor d'*Os Lusíadas*, que, se seguisse os critérios exigidos pelo Tribunal da Inquisição de então, teria suprimido muitos dos belos versos do Poema e talvez até episódios inteiros, como é o caso da Ilha de Vénus descrita no canto IX. Além disto, criou-se em pleno Romantismo português a lenda da vida miserável do Poeta - que, na verdade, foi plena de dificuldades - como ele próprio confessa na sua poesia; para mais tarde se reconhecer que Camões teve sempre à sua disposição, se de tal necessitasse, o refeitório dos frades dominicanos e outras benesses da Ordem.

Foi por certo baseado nesta convicção que o pintor António Carneiro, cuja afinidade com os maiores vultos da literatura portuguesa do seu tempo é bem conhecida, seduzido pelos temas literários, pintou o famoso quadro *Camões lendo Os Lusíadas*

aos frades de S. Domingos¹. Mas, de tudo quanto liga o Poeta aos frades dominicanos, sobressai o respeito pelo texto do que viria a ser o poema nacional português.

Na 1.ª edição de *Os Lusíadas* (edição Ee, em Lisboa por António Gonçalves, 1572) lê-se, felizmente, o texto do parecer de Fr. Bertolomeu Ferreira, dominicano, em nome do poder inquisitorial cuja autorização era indispensável para a publicação de uma obra. Assim, *Os Lusíadas* que temos hoje devemos-os a Frei Bertolomeu - como já tenho afirmado e escrito outras vezes, não obstante o rigor da Inquisição, de que são prova os índices inquisitoriais, publicados por Artur Moreira de Sá:

Vi por mandado da santa e geral inquisição estes dez Cantos dos Lusíadas de Luis de Camões, dos valerosos feitos em armas que os Portugueses fizeram em Asia e Europa, e não achei nelles cousa alguma escandalosa, nem contraria à fe e bõs costumes, somente me pareceo que era necessario advertir os Lectores que o Autor para enca-

¹ Nota da Redacção: O quadro reproduzido em *Callipole* é a versão de 1927 (apenas com 11 figuras) que António Carneiro manteve no seu ateliê até à morte, em 1930. Hoje encontra-se na Casa-Oficina António Carneiro, Porto. Há um estudo a óleo para este quadro (0,60 x 0,94), no Museu do Chiado, Lisboa. A versão de 1929 (com 23 figuras) foi exposta no Rio de Janeiro e vendida em S. Paulo à viúva de um rico capitalista que por sua vez a doou à Pinacoteca do Estado. Notas desenvolvidas sobre estas duas pinturas podem ser lidas em "António Carneiro - 1872-1930", catálogo da exposição do artista realizada em Junho-Julho.1973, no Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto. A mostra teve a égide da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, Câmara Municipal do Porto e Fundação Calouste Gulbenkian, programação e selecção de obras de José-Augusto França e colaboração no catálogo de José Luís Porfírio.



Camões lendo os Lusíadas aos frades de S. Domingos, por António Carneiro - 1927.

recer a dificuldade da navegação e entrada dos Portugueses na India, usa de hũa fição dos Deoses dos Gentios. E ainda que sancto Augustinho nas suas Retractações se retracte de ter chamado nos livros que compoz de Ordine, aas Musas Deosas Toda via como isto he Poesia e fingimento, e o Autor como poeta, não pretenda mais que ornar o estilo Poetico não tivemos por inconveniente yr esta fabula dos Deoses na obra, conhecendoa por tal. E ficando sempre salva a verdade de nossa sancta fe, que todos os Deoses dos Gñtios sam Demonios. E por isso me pareceo o livro digno de se imprimir, e o Autor mostra nelle muito engenho e muita erudição nas sciencias humanas. Em fe do qual assiney aqui.

Frey Bertholameu Ferreira

Este parecer pode hoje ser lido com facilidade no original, não só porque são muitas as edições modernas fac-similadas da edição Ee, mas também porque aparece, e ainda bem, nas inúmeras edições escolares do Poema, o que permite chamar a atenção dos menos informados para a benevolência da Ordem Dominicana e, em particular, de Frei Bertolomeu para Camões; devemos-lhes, repito, à Ordem e ao Censor, *Os Lusíadas* que temos hoje.

O primeiro grande estudioso da biobibliografia de Frei Bertolomeu Ferreira foi o inolvidável Anselmo Braancamp Freire, no seu livro *Frei Bartolomeu Ferreira, o Primeiro Censor dos Lusíadas*. O Autor fez uma edição, à sua custa, de 100 exemplares, de forma que dificilmente se encontra hoje um. Seria caso para sugerir à Câmara Municipal

de Santarém, detentora dos direitos autorais de A. Braancamp Freire, que, à semelhança do que fez para o *Arquivo Histórico Português*, promovesse edição congénere para o trabalho de Braancamp, de que nos ocupamos.

Não se estranhe, portanto, a dívida dos portugueses à Ordem Dominicana, nem sempre bem tratada por ser a principal responsável pelos martírios da Inquisição. Nem queremos absolvê-la dessa época tão triste na história da igreja europeia. Mas não tenhamos dúvidas de que, apesar de tudo, devemos a um frade dominicano o Poema nacional português, único em toda a Hispânia, que contribuiu, e ainda hoje contribui para dar projecção cultural em todo o mundo ao Nome português.

CONTESTAÇÃO A EVANILDO BECHARA: "GÂDAVO", NÃO "GANDAVO"

A *Revista Brasileira*, publicação da Academia Brasileira de Letras, no seu n.º 26 (Fase VII - Janeiro-Fevereiro-Março.2001, ano VII, p. 76-80), traz-nos uma nota de interesse camoniano acerca da prosódia do antropónimo *Gandavo/Gândavo*, da autoria do filólogo Prof. Evanildo Bechara, há pouco admitido na Academia das Ciências de Lisboa, que, se não é novidade para nós, não nos deixa contudo de causar alguma perplexidade, porque considerávamos - e consideramos - o assunto completamente esclarecido. Como é conhecido, Pêro de Magalhães de Gândavo foi autor da *Historia da Provincia Santa Cruz a que vulgarmente Chamamos Brasil*, editada em 1576 em Lisboa por António Gonçalves, o mesmo impressor d'*Os Lusíadas*. Para apresentação

daquele livro a D. Leonis Pereira, herói de Malaca, Luís de Camões redigiu dois poemas - um soneto e uns tercetos - que são afinal duas das três únicas poesias líricas, até hoje conhecidas, publicadas em vida do Poeta. Tema de que nos temos ocupado por diferentes vezes.

Ainda conheci em Coimbra o Dr. Joaquim da Silveira, notário em Alcanena. O contacto profissional com escrituras antigas levou-o ao gosto pelo onomástico português e a tal ponto o estudou que se tornou um dos maiores especialistas nesta delicada matéria. Por isso, o Prof. Paiva Boléo, catedrático de Filologia Portuguesa na Faculdade de Letras de Coimbra, convidava Joaquim da Silveira para dissertar sobre temas de toponímia, de que nós, os alunos, tirávamos o maior proveito. Do conjunto dos trabalhos do Dr. Silveira fez um relato muito útil o Prof. Pedro Serra, que se considerava seu discípulo (v. *Joaquim Albino da Silveira - 1879/1972*, sep. da "Revista Portuguesa de Filologia", XVI, 1976, p. 793-796.)

Mais tarde, por intermédio do Prof. Rebelo Gonçalves, então absorvido em pleno por estudos de lexicografia de que resultaram vários trabalhos de tomo, entre eles o melhor *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* até hoje publicado, conheci melhor Joaquim da Silveira, a quem o grande Mestre de Português, de Grego e de Latim recorria constantemente para esclarecimento de dúvidas. E tinha Joaquim da Silveira por quem, melhor que ninguém, o poderia elucidar. E como não seria assim, se a Joaquim da Silveira ficámos devedores de um lote de trabalhos de primeiro quilate, como seja, *A Nossa Toponímia e o Censo da População* (Coimbra, 1960). Os camonistas

sempre lhe ficaram gratos pela forma como dilucidou a origem e evolução do nome *Camões*, em memorável artigo publicado no vol. III da *Biblos* (Coimbra, 1927), como, mais tarde, esclareceu na *Brasília* (vol. III, 1946) a prosódia do antropónimo *Gândavo*, sobre a qual o Prof. Bechara vem agora lançar algumas dúvidas.

Em que argumentos se baseou Joaquim da Silveira para esclarecer a prosódia correcta de *Gândavo* ?

1.º O autor chama-se a si próprio “Pero de Magalhães de Gandavo”, o que põe só por si fora de dúvida que no segundo apelido se contém um nome geográfico;

2.º *Gandavum* é a forma latina e mais antiga do nome de uma cidade da Flandres, que os Portugueses sempre chamaram *Gante* (ou *Guante*) e só modernamente, à francesa, *Gand*;

3.º O facto de o bibliógrafo Nicolau António ter acentuado, no *Index cognominum* da sua *Bibliotheca Hispana*, Gandavo, com um acento não conhecido em latim, indicia que pronunciava o vocábulo como forma proparoxítona;

4.º O topónimo latino *Gandavum*, base do apelido, tem a segunda sílaba breve, o que é corroborado pela forma curta medieval *Ganta* e pelas modernas *Gent* e *Gand*;

5.º A segunda e cuidada edição do Calepino regista *Gandavum*.

“Em face destes dados, e salvo melhor documentação em contrário”, conclui Joaquim da Silveira, “entendo, pois, que a prosódia verdadeira do apelido discutido é *Gândavo*, e não *Gandavo*.”

É esta conclusão, redigida na Figueira da Foz, em Setembro de 1943, que Evanildo

Bechara põe agora em causa. Com que argumentos?

1.º “... grandes e competentíssimos mestres da história, da literatura e da linguística passaram a proferir o apelido como paroxítono: Capristano de Abreu, José Leite de Vasconcelos, William Dwight Whitney/Benjamin E. Smith, Cândido Jucá (filho);

2.º “... o peso da tradição, juiz da exemplaridade na linguagem...”

3.º Com excepção da 2.ª edição do Calepino, mais nenhum dicionário regista a quantidade breve para a penúltima sílaba de *Gandavus*;

4.º É patente que o topónimo tem como base *Gand* ou *Ganda*, mas como explica o final?

5.º A forma e a prosódia de *Gandavum* explica-se pela analogia com *Batavo/Batavus*.

Contestando a argumentação de Bechara, diríamos nós:

1.º O facto de grandes e competentíssimos mestres terem usado a pronúncia paroxítona não abona definitivamente em seu favor;

2.º O peso da tradição é, sem dúvida, importante. Já o bom Horácio argumentava que por vezes “o uso tem força de lei”. Não serve, porém, como argumento científico;

3.º É importante que um dicionário tenha registado a quantidade breve da penúltima sílaba de *Gandavus*; se outros o não fizeram, é uma questão secundária;

4.º Não é patente que o topónimo tenha por base *Gand* ou *Ganda*; o que é patente é o contrário: *Gand* ou *Ganda* são originários de *Gandavum*, a forma mais antiga registada para o topónimo (séc. VIII), que, se fosse paroxítona, não poderia dar origem àquelas formas.

5.º Não parece curial, nem científico, procurar explicar um substantivo, *Gandavum*, por analogia com um adjetivo *Batavus*.

Quando, em 1972, participei nas comemorações do 4.º Centenário da 1.ª Edição d'*Os Lusíadas*, numa cerimónia que decorria no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, alguém pronunciou como paroxítono o último apelido do nome de Pêro de Magalhães. Reacção imediata de Costa Ramalho: não é *Gandavo*, é *Gândavo*.

A meu lado estava o Prof. Joseph Piel que me segredou: são possíveis as duas pronúncias. Esta era a verdadeira posição científica: *Gandavo*, prosódia fixada pelo uso, desde o séc. XVI, em que não havia exigência linguística, e que se manteve através dos séculos; *Gândavo*, a pronúncia cientificamente correcta, mas que ninguém usava, até ao estudo de Joaquim da Silveira.

O Prof. Evanildo Bechara pode continuar a pronunciar *Gandavo*, que ninguém lhe leva a mal; mas, como linguista de reconhecida competência que é, deve mudar para *Gândavo*. Caso contrário, pratica um erro prosódico que não fica bem ao bom filólogo.

D. FRANCISCO DA COSTA, POETA E EMBAIXADOR A MARROCOS, DEPOIS DE ALCÁÇER QUIBIR

A passagem do centenário do nascimento do padre Domingos Maurício Gomes dos Santos, sacerdote jesuíta e historiador memorando, levou-me a percorrer a sua obra de camonista e, assim, a reler a sua edição do chamado *Cancioneiro de D. Maria Henriques*, publicado pela Agência-Geral do Ul-

tramar em 1956, por intercessão do Ministro Manuel Maria Sarmiento Rodrigues e do Agente-Geral Leonel Banha da Silva. Mas, porque o autor deste florilégio poético é, na verdade, D. Francisco da Costa, e não D. Maria Henriques, sua filha, que por herança se tornou primeira proprietária do *Cancioneiro*, pude então deter-me na análise desta figura notável de cortesão, de militar e de diplomata, afinal tão tragicamente sucedido. Pode mesmo dizer-se que D. Francisco da Costa, soldado da Índia e um dos capitães de Malaca, foi sacrificado à insegurança política do Portugal de então, porque veio a morrer em cativo, em 1591, abandonado à sua sorte, ele que fora enviado como embaixador do cardeal-rei D. Henrique a Marrocos, com a delicada missão de tratar do resgate dos cativos de Alcácer Quibir.

Mas, antes de entrar propriamente no tema desta breve comunicação à Secção de Estudos Lusos-Árabes da Sociedade de Geografia de Lisboa, por amável convite do seu Presidente, Prof. Doutor António Dias Farinha, devo declarar que é meu desejo prestar, uma vez mais, a minha homenagem ao Rev. padre Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos, para além da que já prestei com a publicação do artigo *Domingos Maurício e os Estudos Camonianos*, publicado no vol. 143 da revista *Brotéria* (Julho.1996, p. 75-83).

A genealogia e a biografia de D. Francisco da Costa foram suficientemente apuradas pelo Padre Domingos Maurício. Aqui recordaremos apenas alguns passos fundamentais: foi seu pai D. Duarte da Costa, cavaleiro da Ordem de Avis, armeiro-mor e conselheiro de D. João III, e 2.º governador-geral do Brasil. Nascido em 1533,

como o próprio declara no *Romance da Perigração* - uma das composições do *Cancioneiro* -, talvez em Lisboa, parte aos 17 anos para a Índia na armada do vizo-rei D. Afonso de Noronha, em 1550. Este *Romance da Perigração*, 274 versos heptassílabos, em castelhano, língua comum aos

escritores portugueses quinhentistas, é uma autobiografia de D. Francisco, com descrição de todas as viagens e empresas em que participou, concluindo com a missão a Marrocos onde ficou como penhorados que partiram livres para Portugal. São os versos dramáticos:

*La libertad de los nobles
captiuos en Berberia,
que elrey de Lybia ynfiel
de my palaura confia,
Quedando por todos ellos,
De Luzo toman la via.
Todos al Cyelo conjuran;
cada qual fee prometia,
de en breues dias sacarme.
Ay del que en hombres se fia!*

E a finalizar:

*Los que leystes historias,
de Adan hasta oy dia,
mirad bien, si caso tal,
entre hombres d'onrra y valia,
alguno de los anales
decanta, que acontecia!*

E D. Francisco da Costa lá ficou para sempre! *Ó grão crueldade!*, diria Gil Vicente, a outro propósito.

Enquanto na Índia, D. Francisco da Costa acompanhou D. Afonso de Noronha em todos os sucessos militares, e lá permaneceu após o regresso de D. Afonso e sua substituição por D. Pedro de Mascarenhas. É possível que, em alguns acontecimentos militares, e fora deles, tenha convivido com Luís Vaz de Camões, que chegara à Índia,

na armada de Fernão de Álvares Cabral, em 1553, e de imediato, segundo o seu próprio testemunho, participou em expedições bélicas, ele que, não obstante se vangloriar de ter preenchido a vida, “pelo mundo em pedações repartida”, “numa mão sempre a espada e noutra a pena”, era essencialmente um homem devotado às Musas, mas que se oferecera para servir na Índia, para onde seguiu como simples “homem de armas” e, portanto, para combater “pela Lei e pela

Grei". E porque não admitir que D. Francisco da Costa tenha recebido de Camões algum estímulo ou mesmo inspiração - Camões já então bem conhecido como poeta lírico -, que viria a transparecer na produção literária de D. Francisco?

Em 1556, com 24 anos apenas, D. Francisco era já veterano do Oriente. Regressava a Portugal, prestigiado, sem nunca ter ascendido a lugares de relevo, após sete anos de actividade militar ininterrupta ao serviço do Rei. Mas, em Portugal, o cenário político a breve prazo mudaria com a morte de D. João III. Já em tempos de D. Sebastião, ei-lo admitido na Ordem de Avis, e disposto a respeitar o ideal de Cavalaria que o animava, participando no combate aos corsários franceses que então assolavam as armadas portuguesas, provenientes da Índia e do Brasil, "abarrotadas de especiarias e outras riquezas". D. Francisco da Costa alude, no *Romance de Perigração*, de forma muito simples a estes acontecimentos: "Fué Dyos bueno en los sucessos, como su mano pedía".

Não ficaram por aqui as acções do cavaleiro de Avis: em 1562 participa numa expedição a Mazagão, donde regressa vitorioso, e essa glória foi determinante para nova comissão no Oriente, desta vez para a capitania de Malaca, por designação da Chancelaria de D. Sebastião, para onde parte em 1565 na armada de D. Luís de Ataíde, o vice-rei a quem, segundo o testemunho do cronista

Fr. Manuel dos Santos, na *História Sebastica*, D. Sebastião entregou a famosa mensagem programática de Fé e Império:

Fazey muita christandade; fazei justiça; conquistay tudo quanto poderdes; tiray a co-biça dos homens; favorecey aos que pelejarem; tende cuidado de minha fazenda. Para tudo isto, vos dou o meu poder. Se o fizerdes assim, muito bem, farvos-hey mercê. Se o fizerdes mal, mandar-vos-hey castigar. Se alguns regimentos forem em contrario destas cousas, supponde que me enganarão, e por isso não haja que vos estorve isto.

Em Malaca permaneceu até 1574. Das suas acções dão relato os cronistas do Oriente, em particular Diogo do Couto. Em meados de 1575, estava de volta em Lisboa, três anos depois da publicação d'*Os Lusíadas*, três anos antes do desastre de Alcácer Quibir, e, registre-se, também D. Francisco, se, como Camões, não sofreu o "injusto mando", ou pena de prisão, foi, no entanto, incriminado, em consequência de insinuações maldosas em relação ao governo de Malaca, mas, tudo o indica, saiu ilibado.

Em Junho de 1578 é-lhe confiado o cargo de capitão-mor e governador do Algarve, "durante a ausência do Monarca em África". D. Francisco referir-se-ia nestes termos a tal nomeação que o desviou de Alcácer Quibir:

Assi, su hado siguiendo,
Sebastian me desuia
de la suerte destinada.
Dyos lo hizo que podia.
En el reyno del Algarue,

Con su poder me enuestia,
 Que lo gouierne, entretanto,
 Que buelue de Berberja,
 (...)

Mas a mais delicada missão, trágica missão, estava-lhe reservada, quando, em Janeiro de 1579, D. Henrique determinou enviá-lo, como embaixador extraordinário ao Xerife, para negociar o difícil resgate dos cativos. É conhecido o desfecho desta tragédia, não obstante D. Francisco ter levado a bom termo as conversações para a libertação dos fidalgos que estavam em Marrocos, o mesmo não sucedendo com os demais cativos em Fez, tendo acabado por ficar como insolvente fiador.

Até 1591, ano da sua morte, é um rol de sofrimentos e flagelação. Em troca da sua ossada, autorizada pelo Xerife a sua trasladação para Portugal, vieram as dos mártires de Marrocos, que, entregues a sua viúva D. Joana Henriques, esta recebeu-as como se de D. Francisco fossem.

Do seu casamento com D. Joana Henriques, dama de D. Isabel, mulher do infante D. Duarte, nasceram cinco filhos, sendo tercigénita D. Maria Henriques, possuidora do *Cancioneiro*, casada com D. Marcos de Noronha.

Limita-se ao *Cancioneiro*, que redigiu em Marrocos, a actividade literária de D. Francisco da Costa? Custa a crer que assim seja, depois de tantos anos no Oriente, de tantas aventuras por si vividas, não lhe faltariam motivos inspiradores para a sua vocação poética, mais tarde revelada, ele que, dotado de inegável sensibilidade lírica, tal como Luís de Camões, não foi alheio às

aguras do afastamento da “Casa Lusitana”, sofrendo qual desterrado em terras distantes. E não só na poesia, mas também no exercício da prosa literária, em quem foi partícipe em tantos acontecimentos dignos de registo. Mas, na verdade, até hoje, mais nada dele se conhece, sendo muito provável que, como sucedeu com o *Cancioneiro*, venham os arquivos particulares, de família, dar a conhecer outros cuidados literários de D. Francisco da Costa. Os seus biógrafos, antigos e modernos, D. António Caetano de Sousa, na *História Genealógica*, Inocêncio e Brito Aranha, no *Dicionário Bibliográfico*, omitem-no ou nada adiantam, mas o abade de Sever, no tomo III da *Biblioteca Lusitana*, regista duas produções literárias de D. Francisco, anotando que, “entre os estudos que cultivou lhe mereceram maior aplicação a História profana e a Poesia, para a qual naturalmente o inclinava o génio”. São elas: *Relação do Reyno do Algarve escrita no anno de 1578*, por ordem do cardeal D. Henrique, cujo original, que até agora se desconhece, se conservava na Biblioteca Severiana; e *Poesias Varias*, dedicadas a sua mulher D. Joana Henriques, manuscrito. Ora, sabendo nós por Fr. Jerónimo de S. José (citado por Domingos Maurício), na *História Chronologica da Esclarecida Ordem da SS.ª Trindade*, que “tudo o que pertencia a sua casa veio para Portugal e foi entregue a D. Joana Henriques, sua mulher”, é admissível que as *Poesias Varias*, citadas por

Barbosa Machado, coincidam com o manuscrito do *Cancioneiro*, ou *Livro* - que é a sua designação mais antiga e, a meu ver, mais adequada à natureza da obra - que, desde os finais do séc. XVI, foi conservado nos arquivos de família. Por outro lado, sabe-se que D. Francisco escreveu cartas para sua mulher e filhos, "muy discretas e avizadas, e algũas em verso, que, como tratavão de saudades e desenganos, merecião por-se em lembrança".

Diga-se, desde já, que o códice do *Cancioneiro* está incompleto, foi mesmo mutilado, e o Dr. Domingos Maurício, baseado em argumentos válidos, interroga-se sobre se a mutilação não terá sido praticada por António Lourenço Caminha, o erudito falecido em 1831, de idade muito avançada, e cuja actividade literária foi desfavoravelmente apreciada por Inocêncio, pela fatuidade das suas publicações. Parece ter razão o P.^o Maurício: no índice do *Cancioneiro* menciona-se uma *Discripção de Malaca, em Sincoenta e Oito Oitavas*, mas as páginas do texto correspondente foram arrancadas e vão aparecer num opúsculo intitulado *Obras Ineditas de Antonio Abreu Amigo, e Companheiro de Luiz de Camões no Estado da Índia, Fielmente Extrahidas do seu antigo manuscripto, que possuímos em papel asiático, publicado em 1805 por António Lourenço Caminha*. Estas informações de Caminha são muito suspeitas: o livrinho de António de Abreu nada tem de camoniano, contrariamente ao *Cancioneiro* de Luís Franco Correia, por exemplo, também amigo e companheiro de Camões na Índia. Já nos ocupámos desta matéria, para concluir que, na falta de qualidade poética, alguns autores alegavam a amizade com Luís de Camões,

julgando avalizar assim, junto do público, as suas obras nitidamente inferiores. O P.^o Domingos Maurício não hesitou em recuperar para a sua edição do *Cancioneiro* de D. Francisco da Costa o texto da *Discripção de Malaca*, indevidamente incluído; ao que pensa, no opúsculo de António de Abreu.

Antes de Domingos Maurício, ocuparam-se do códice, mais ou menos superficialmente, José de Arriaga e Teófilo Braga, mas a identificação plena do *Cancioneiro*, e da autoria, pertence ao P.^o Carlos da Silva Tarouca. Estudo completo do códice fê-lo com grande proficiência o P.^o Domingos Maurício, e é por isso legítimo que o lembremos na passagem do primeiro centenário do seu nascimento.

Que tipo de composições contém o *Cancioneiro* e que ligação o une à poesia camoniana? Composto por poemas líricos de grande diversidade de esquemas métricos, nele vemos cartas a sua mulher, em verso, e a sua filha, vilancetes, glosas e voltas a motes velhos, oitavas, canções, diálogos, elegias, trovas, romances e sonetos - tudo o que afinal se encontra nas rimas camonianas, estas com outro nível de inspiração, é óbvio, sem que D. Francisco deixe de revelar uma vasta cultura greco-latina. Contém ainda o *Cancioneiro* sete autos religiosos, importantes para a história do teatro português quinhentista, com a particularidade de, como já acentuou o Dr. Domingos Maurício, constituírem, "de todas as literaturas do mundo, o representante original de uma literatura dramática no cativoiro". Intitulam-se: *Auto Que se Compôs e Representou em Marrocos, Dia da Resurreição da era de mil 583; Auto da Conuerssão de Santo Agostinho; Ao Nascimento: huma representação;*

Passo do glorioso e xeráfico São Francisco; À Conceição de Nossa Senhora; Passo del Rei David com Berzabé; Passo de Cristo co a Samaritana no poço de Iacob. Acentue-se que nestes autos é nítida a influência de Gil Vicente, nos temas versados, nas personagens - comuns ao teatro vicentino - e até na estrutura. De António Prestes, um dos mais apurados continuadores de Gil Vicente, é sensível também a influência. Por estas razões se consideram os autos de D. Francisco da Costa a parte mais interessante do seu *Cancioneiro*, o que não impede de reconhecer, como já dissemos, que certas redondilhas, vilancetes, voltas e glosas a motes velhos e alguns sonetos “não desdizem dos bons poetas do ciclo camoniano, pela espontaneidade lírica, facilidade de expressão e, até, elegância métrica e conceitual”.

O *Cancioneiro Chamado de D. Maria Henriques* foi, dos estudos camonianos do P.^o Maurício, o último que conhecemos; nele se faz um apanhado de todas as edições dos cancioneiros até então conhecidos - hoje conhecem-se mais, e sabe-se a importância destas fontes manuscritas para o estabelecimento do cânone da lírica de Camões -, já que tais cancioneiros oferecem elementos preciosos para o conhecimento global das suas ambiências histórico-literárias, sociais, poéticas e religiosas; eis porque o P.^o Maurício se abalançou a salvar a obscuridade - ou da perda irreparável -, por constituir exemplar único, este *Cancioneiro*, espécime quinhentista, apógrafo de difícil restituição, manuscrito do arquivo dos Marqueses de Alegrete, dos Condes de Tarouca e dos Marqueses de Penalva.

No códice, a fls. 155 r, à margem da “representação” *Ao Nascimento*, encontra-se a seguinte nota manuscrita, de mão do séc.

XVIII-XIX: “Esta farsa vem em hum antigo ms. de Camões apparecido na India que eu possuo, como igualmente a descrição de “Malaca suposto que muito alterada.” É, como se sabe, uma anotação de António Lourenço Caminha, conclusão enganadora, facilmente deduzível por quem conhece a sua equívoca edição das poesias de António de Abreu, a que já nos referimos. Mas será o auto, ou farsa, de autoria camoniana? Acompanhamos Domingos Maurício na sua apreciação: “Não consta, porém, que o Épico tivesse escrito qualquer outro auto, para além dos que se lhe atribuem, nem esta peça natalícia apresenta sintomas estilísticos ou líricos camonianos.” Considera-a, não obstante, “a mais autêntica sobrevivência do auto litúrgico das matinas natalícias medievais e renascentistas”. Reconhece, no entanto, que certas composições de D. Francisco da Costa têm um perfeito cunho camoniano, como naquele poema em que procura explicar os mistérios do amor: “Un no sé qué y que alma no puede explicallo”, a lembrar o soneto camoniano “Amor é um fogo que arde sem se ver”.

Anote-se ainda que, no auto *Passo del Rei David com Berzabé*, tal como no *Filodemo* e no *El Rey Seleuco*, de Camões, o argumento é exposto, em prosa, pelo “representador primeiro”, o que corresponde aos “prólogos” das comédias de Plauto. A peça é, na opinião de Domingos Maurício, “uma das mais notáveis do nosso teatro do século XVI”.



Eis o que de fundamental me pareceu apresentar sobre D. Francisco da Costa poeta, com ressaibos camonianos. Devo dizer que estas palavras na Secção de Estudos Luso-

-Árabes foram-me sugeridas pela comunicação que o Prof. António Dias Farinha apresentou à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa sobre as relações de Portugal com Marrocos depois de Alcácer Quibir.

Creio que a intervenção de D. Francisco da Costa neste domínio, como diplomata e

como poeta, ainda que de trágicas consequências para si, é digna de ser lembrada 414 anos depois da sua morte, e como lembrança do primeiro centenário do nascimento do Padre Domingos Maurício Gomes dos Santos que foi o seu principal estudioso.

NOVA LEITURA DE UMA CANTIGA CAMONIANA

A este moto, a
ũa fuã Gonçalves:

Com vossos olhos gonçaves,
Senhora, cativo tendes
Este meu coração mendes.

Volta

Eu sou boa testemunha
Que Amor tem por cousa má
que olhos, que são homens já,
se nomeiem sem alcunha.
Pois o coração apunha
e diz: "Olhos, pois vós tendes,
Chamai-me coração mendes."

Trata-se do moto que se lê também no *Auto de El-Rei Seleuco*, numa cena humorística, posta na boca de criados. Discutido, quanto à interpretação, desde há longos anos, de Willelm Storck a Carolina Michaëlis e a José Maria Rodrigues, e, por último, a Eugenio Asensio, em artigo publicado no vol. II da *Miscelânea de Filologia, Literatura e História Cultural à memória de Francisco Adolfo Coelho (1950)* - iniciativa de José Si-

mões Neves, como presidente do Centro de Estudos Filológicos (então na Travessa do Arco a Jesus), uma das últimas homenagens da Filologia Universal à Filologia Portuguesa.

Penso que Eugenio Asensio deu a estes versos de Camões a mais aceitável interpretação até hoje apresentada. Lembremo-lo sempre, ele que nos deixou há dois anos e com a sua morte um lugar inocupável entre os estudiosos da filologia hispânica.

Inútil tentar ligar os apelidos *Mendes* e *Gonçalves* que para Camões são alcunhas a figuras reais, como queriam Storck, D. Carolina e o brasileiro J. P. Ribeiro, pela falibilidade da identificação. Por sua vez, José Maria Rodrigues defendia a função gramatical de *mendes* e *gonçalves* como adjectivos qualificativos, em mera aposição, ou seja, tratar-se-ia de apelidos com valor qualificativo, aspecto que teve largo uso na linguagem cômica do séc. XVI, estudada em pormenor por Asensio, com abundante exemplificação espanhola e portuguesa.

Significativo é o exemplo, que cita, de Saavedra Fajardo:

Fueron tenidos en Roma por sobervios los Claudios, por belicosos los Escipiones y por ambiciosos los Appios, y en España están los Guzmanes en opinión de buenos, y los Mendozas de apacibles, los Manriques de terribles y los Toledos de graves y severos.

Dá-se assim origem a apelidos-qualificativos. Em Portugal, no séc. XVI, foram usados vários, entre eles, *Mendes*, *Gonçalves*, *Pires*, *Meneses*, como apurou Asensio.

Mendes, como sinónimo de “bom, de primeira, estupendo”, aparece já em Gil Vicente no *Clérigo da Beira*, e vai encontrar-se em Jorge Ferreira de Vasconcelos e em António Prestes, sempre em tom humorístico.

Gonçalves é também usado como apelido-qualificativo, embora menos que *Mendes*, com o sentido de “traidor, perverso, mau, sem lei”, como se regista em dois exemplos do *Auto de D. Luís e dos Turcos*.

António Prestes faz igual uso de *pires* e *meneses* como adjectivos qualificativos, o primeiro no sentido de “plebeu, vulgar, baixo”; o segundo, na acepção de “nobre”. Ambos se encontram em António Prestes, um “malabarista da língua”, no *Auto de Ave Maria* e em *Dous irmãos*.

Assim sendo, Eugenio Asensio traduz desta forma o mote de Camões:

*Con esos ojos falsos, traidores,
Señora, tenéis cautivo
este mi corazón bueno, de oro.*

Nós interpretaríamos em português:

*Com vossos olhos traidores,
Senhora, cativo tendes
este meu bom coração.*

Interpretação apenas, mas que retira toda a graça, todo o humor ao original.

Mas, por que razão, um Mendes e um, ou uma, Gonçalves? Questão de fundo que

fica por explicar, se é que algum dia se decidirá. Justificar o significado de *mendes* a partir da etimologia, *met-ipse*, por intermédio de *medés*, atribuindo-lhe o sentido de

“próprio, por excelência, em grau superlativo”, como pretendiam J. M. Rodrigues e Carolina Michaëlis, não é tudo. E *Gonçalves*? “Traidor, perverso, mau, sem lei”: porquê? Tudo o que se sabe sobre este antropónimo é que é um patronímico de Gongoalo, este, por sua vez, um nome de origem germânica.

Podemos ficar a conhecer o significado do mote camoniano, mas continuamos sem saber a razão do uso dos apelidos *Mendes* e *Gonçalves* como adjectivos qualificativos. Seria pela sua constante ocorrência, decorrente de anátema ou virtude em duas figuras não imaginárias, convertidos assim em alcunhas, como lhes chama Camões?

Sobre José do Carmo Francisco

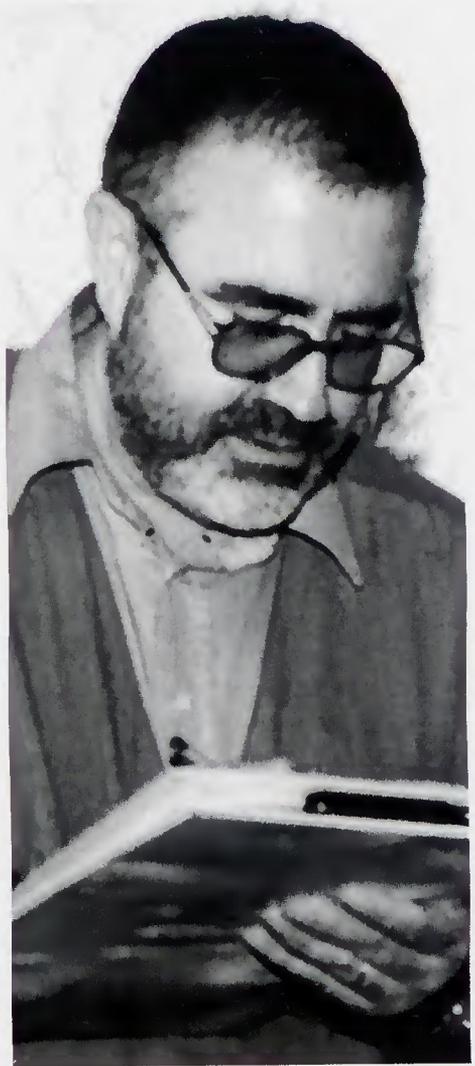
Nicolau Saião

O Autor sobre o qual nos debruçamos é um poeta multifacetado que ao Alentejo - e a esta região, mediante textos de claro enfoque calipolense - tem dado muito do seu discurso literário.

Claramente tributário de Florbela Espanca, no que esta tinha de intenso, magoado e repleto de paixão (não falando nos seus textos em prosa que apontam directamente para sinais expressos no florbeliano "As máscaras do destino" - leiam-se por exemplo certos trechos de "O inventor"), JCF é de igual modo um irmão-colaço de Cesário, de Afonso Duarte e de Irene Lisboa, bem como de autores estrangeiros - estou a lembrar-me de Guillevic ou mesmo de Tonino Guerra - que ao quotidiano transmutado endereçaram o melhor de um estro ancorado na realidade mais apropriada e sensível.

I

A memória do poeta é uma memória ausente. Pura e dispersa, vive acorada em lugares sem tempo, sem idade, pois o seu mundo mais autêntico habita outra dimensão. Ou antes; colocado ante a impossibilidade de atingir, no quotidiano, a verdadeira vida de que falava Rimbaud, o poeta tenta cristalizar breves minutos, *flashes* que iluminem os continentes definitivamente per-



José do Carmo Francisco

didos onde a existência percorreu tardes e manhãs e onde a figura dos seres amados (o avô, os vizinhos, a mãe, os primos) se quedaram para sempre entre os pontos cardeais.

José do Carmo Francisco poderia dizer, à sua maneira, que a nostalgia (essa tentativa de sentir de novo o sol desaparecido dos dias e das noites, desgarradora e fremente) enforma e caracteriza boa parte da melhor poesia que hoje se vai fazendo na Europa. É que, agora, sabido que foi que as civilizações são mortais, passámos a todo o pano para o outro lado da questão: a imortalidade é a única promessa que vale a pena, como se refere num poema de Mathew Meade. E o poeta, que é um mastigador do mundo, na expressão de Cristovam Pavia ou, para seguir António Luís Moita, uma ponte, um transportador do testemunho dos que se vão para os que nascem, como por outras palavras sugere o grande autor de "Cidade sem Tempo", sabe que só conta, para reerguer um universo à medida do Homem, com esse fiozinho de música, de encandea-mentos, de cruzamentos e círculos que a palavra possibilita e faz vibrar. Como, numa fase da Obra alquímica, a escória se transmuta para ganhar nova face sob a luz do mundo, assim cabe ao poeta purificar as correspondências retidas nas palavras de todos os dias e que nos apresentam o seu corpo caótico, ainda não transmutado. É nele que reside, a nível do discurso humano - que se supõe possa sempre ter reflexo na realidade social e psicológica - uma certa redenção dos dias havidos ou a haver e que recolocuem no seu melhor lugar a existência das pessoas, dos animais e, porque não, das próprias coisas.

Sobe do vale a surda voz da água/sobe e perde-se no pó da tarde/ no som do comboio - no tempo/ (tudo me ajuda a lembrar a voz)

Não a posso ouvir mas sobe/ por uma estrada de pó - este rio/e as saudades do mar perdem-se/como se o mar fosse um retrato

Memória aos poucos diluída/ (tempo destruído em luz na tarde) / a voz da água canta surda/ (não a posso ouvir mas sobe)

Uma outra estrada um outro tempo/ palavras no pó - nuvens paradas/o retrato do mar aos poucos/ (a voz da água a subir na tarde)

diz-nos ele na quarta parte do livro. "Como se o mar fosse um retrato", sublinha, e que "aos poucos" invade a "memória aos poucos diluída" numa "(...) outra estrada (...) outro tempo" numa tarde perdida entre outras e só recuperada mediante a sua fixação no poema. Um mar real, evidentemente, mas também metafórico e que de alguma maneira simboliza a grande corrente que até nós chega, nos envolve, nos transporta com ela: o tempo em que somos e que nos constrói, mas em que a seguir deixamos de ser, ficando só resíduos como pegadas numa praia deserta. Poemas como "Até esse momento", "A voz da mãe", "Outro tempo", para referir apenas alguns, são significativos de uma consciência que se reconhece nas raízes, paraíso perdido ou bosque encantado - esses paraísos e esses bosques que, por mais que o tente uma sociedade repleta de desvigiamentos, caquexias e manhas, nunca poderão ser retirados ao poeta, aos poetas, porque habitam um outro espaço imune à sua acção corruptora

e que, mediante o poema, passa a fazer parte de outros imaginários, ou de quem lê e entende.

Milagre da poesia - mas milagre também dos que, escrevendo, sabem isolar esses "restos dos sonhos no meio dos objectos" ou, ainda mais definitivo, "dos escombros" onde os corações se procuram num afã de conhecimento e de encontro.

II

Mas mal estaria o poeta que só tivesse no seu baú os ecos do passado, posto que transfigurados em experiências comunicáveis ao leitor. A breve trecho ficaria no meio dum prado imaginário, ou no centro dum pátio lajeado, executando com os dedos estranhos passos cabalísticos que procurariam retirá-lo do universo das sombras e daquilo que, mal ou bem, não pode ser recriado mas tão-só recordado como exemplar.

Em José do Carmo Francisco também há outras mansões para visitar. Ele dispõe e outras setas na sua aljava, de outros acordes na sua lira e alguns bem eficazes.

Por exemplo: um certo humor magoado, que é o que mais se ilumina, o que mais rebrilha em todas as direcções. Vale aqui o aviso aos zoilos: se tomares um sorriso, repara nos seus cambiantes. Se é apenas um riso branco, atenção, porque pode estar inquinado por matérias que a breve trecho o transformam em simples riso alvar, próprio de distraídos, de alarves ou de pequenos patifes. Como dizia apropriadamente Isidore Ducasse, conde de Lautréamont: "*Riam, mas chorem ao mesmo tempo. Sejam lágrimas, seja mijo, seja sangue, aviso já que um líquido qualquer é aqui necessário*".

Em JCF esse líquido é o pequeno facto do dia-a-dia. Ele, aliás lealmente - mas também com marota argúcia legítima - avisa-nos logo no frontispício, socorrendo-se de uma citação de Marie Louise Fleisser: "*A simplicidade é a ponta de um iceberg. / O que está por baixo e que não se vê é que é / o verdadeiro e estende-se muito, até muito longe. / Por isso é que o que é simples tem mais peso.*". Isto na primeira parte do livro, "poemas do olhar", em que o leitor é de súbito introduzido em diversas salas e espreita em variadas esquinas, num jogo de miradas em que o oitavo poema (e chamo a vossa atenção para o facto de que o número oito é, na sabedoria tradicional, o símbolo do infinito) chega a ter duas versões, numa sugestão de que o olhar do poeta, neste caso facetado como o de uma borboleta fantástica, pode desdobrar-se em visões múltiplas, como num jogo de espelhos em que fosse finalmente possível vermos a nossa verdadeira face ou, se quiserem, a autêntica face do mundo e da vida. Diz-nos ele a abrir o poema "Sexto olhar":

Era no outro lado do olhar:/ estátuas perfeitas que não respiram, /sinais de trânsito ou apenas/grandes olhos que piscam de modo maquinal.

E a seguir, numa dedução que tem por detrás muitas coisas vistas, magoadamente sentidas por quem anda pelas ruas e pela realidade que nos pretendem fornecer como boa:

E a grande paz industrial/ não se vê, não se transporta no olhar/ (existe nos discursos, alguns títulos de jornais/ repetidos pela noite fora num pequeno ecrã).

Quem procura enfrentar a solidão/ disputa um lugar na chuva interior:/ as lágrimas que se escondem nas carteiras/ são o húmido reflexo desse olhar perdido.

O record da memória do último sorriso/ perde-se entre discussões, pequenas guerras, doenças/ e num pesado silêncio é que se revelam/ os destroços do outro lado do olhar.

Humor magoado, incursão pelo quotidiano - são portanto características maiores da poesia de JCF, que sabe muito bem levar a água ao seu moinho poético onde a farinha é de diversas cores: a cor cinzenta da vida-vidinha, a cor violeta dum fantástico social que se desprende dos poemas assumidamente simples (ia a dizer *fingidamente simples* porque o poeta, já se sabe, é um fingidor definitivo mesmo quando os olhos lhe saem das órbitas, esbugalhados por obra e graça da sua qualidade interior de homens entre os homens) que contudo por um torcer de mão - o célebre *tour de main* dos alquimistas - um jeito de quem mexe na matéria com os dedos todos, se projecta e nos projecta noutra direcção, essa sim a sua verdadeira meta. Como no filme "Stalker" de Andrei Tarkovski, há na zona, esse lugar mítico que pode ser uma zona geográfica ou zona da alma a que as palavras nos conduzem, um ponto onde se cumprem os desejos. Também assim acontece na poesia. Por intermédio duma brusca inflexão, o poeta conduz-nos então na direcção certa - e o que ainda é melhor é que nós, leitores, podemos chegar a ela sem ser necessário exagerar na indicação. Podemos, por outras palavras, sentir esse *clic*.

Quer dizer: a poesia de JCF sabe ser discreta, sem aquelas ridículas redundâncias que anos e anos de metafísica mal assimilada nos habituaram a verificar em certos poetas, alguns dispendo mesmo de certa aura (provavelmente algo imprecisa). Dizia Georges Brummel que a verdadeira elegância não se nota, apenas se sente e parece-me que isso é inteiramente verdade tanto para a indumentária como para a poesia (aliás parentas muito próximas...). Um poeta indiscreto é como - e perdoe-se-me a expressão relativamente pitoresca - uma daquelas *mademoiselles* que realçam os seus atributos sem ponderação, *colocando tudo sobre a mesa* como reza a colorida expressão de Apollinaire.

E poderemos aqui esquecer o ambiente sócio-psicológico existente nos tempos de Florbela, esse tempo com a sua delicadeza de maneiras e uma certa elegância que atravessava as diversas classes, mesmo as literárias?

Esta discreção não é, evidentemente, estudada. Nem por fora nem por dentro. Tenho para mim que o poema, tanto em Cesário como em Florbela, tanto em Irene Lisboa como em JCF - e poderíamos falar em muitos mais - faz inteiro corpo com o poeta no que este tem de quotidiano, aquele signo terra-a-terra que se sente palpitar na "Correspondência" em que a autora de "Carta da Herdade" faz reflectir os seus dias. Que é sinal de pessoa no seu tudo. O poeta de que aqui nos ocupamos é tudo menos um malabarista desses que, para explicarem como é que a visão de um pomar nos faz compreender melhor a existência, utilizam muitos quilos de retórica com resultados pouco entusiasmantes. Vejamos como procede José do Carmo Francisco:

As pequenas árvores não olham:/ fecham-se sobre si próprias/ como quem se esconde do sol.

Na tarde que o calor abafa/ um invisível fio nos liga ao chão:/ parte da água do poço sai para lá.

Anos depois se os frutos surgirem/ será também por esta água/ nesta tarde em resposta ao olhar.

Mas, voltando ao humor magoado que se solta dos seus textos, vejamos o poema seguinte intitulado "Férias", no qual (ao contrário do que com Florbela se passava) tudo se resolve mediante uma *resolução* de tom que é tributária do último quartel do século vinte:

Até aqui os maus filmes indianos nos perseguem/ E se insinuam devagar a cada esquina. /

Nas lojas de souvenirs são também anunciados/ Ao lado de explicações e apanhadeiras de malhas.

Por outro lado os pneus do automóvel/ tornam-se pesados/ Como se estivessem cheios de angústia/ em vez de ar.

Ou este ainda mais completo e elaborado, arrolando minutos idos, com o título de "Camioneta" e que bem poderia ter sido reportado a Vila Viçosa, com o seu ambiente de meia-província:

Nesse tempo de Verão/ o avô muitas vezes ajudava/ a carregar cestos com ameixas/ roubadas uma hora antes da partida.

Os homens dormiam na pensão/partiam para Lisboa sem temor/ e para quem se levantava cedo/ diziam um até logo breve.

A camioneta transportava sonhos/ um mundo irreal que lá vinha/ por isso havia quem na madrugada/ lhe ia ao largo a dizer adeus.

Hoje perdeu o tom, perdeu a luz:/ bancários, costureiras periféricas/ enchem a camioneta na manhã/ sem dinheiro porque têm passe.

Talvez a irónica nota de humor perdido/ (já não há avô nem ameixas roubadas) / é o homem que vai comprar barato/ mas não junta ao preço o bilhete pago.

Esse bilhete que todos nós pagamos, diria eu metaforicamente, conhece-o bem JCF: toda a sua vida de criança a passou na província profunda, com todas as consequências que isso arrasta - os custos, como se diz agora, da interioridade, mas também uma determinada ligação ao solo, aos ritmos das estações que só os lugarejos ou as vilas proporcionam. De certa forma, como contraponto à inexistência de muita coisa típica da sociedade de consumo - que todavia, na sua vertente positiva, é indispensável - as aldeias e as vilas, se correm o risco da excessiva familiaridade sempre redutora da privacidade, estão pelo menos mais defendidas da *normalização* que ataca não só os seres humanos como os produtos de consumo (maçãs, galinhas, bens diversos), ainda que nos últimos tempos os poderes públicos tenham feito um *esforço* heróico e para eles compensador para estragarem de-

finitivamente o que de bom havia nos pequenos agregados populacionais de toda a Europa com diferentes pretextos.

Mas a memória está felizmente aí, tomando nas suas asas o desforço de permitir ao poeta a viagem de volta à sua *pátria chica*, vingando-o decididamente de todas as humilhações que a cidade grande proporciona quotidianamente, nomeadamente através da tentativa de que todas as terras se pareçam (bem assim como os discursos poéticos), com seus pequeninos horrores tão naturais e redutores como um telejornal televisivo:

O súbito aparecimento duma moral/ em Agosto, no corredor da camioneta.

A voz da mulher lamentava/ os trinta e um dias do mês, / a mãe a seu cargo e a praia/ tão sedutora na sua periferia.

A voz da mãe não se ouvia/ perdida num qualquer quarto escuro/ - se ouvisse lembraria as noites entre a fralda e a canção de embalar.

No domingo na procissão à tarde/ nada faria ser esta a mulher/ capaz de pedir à morte/ um calendário de meses iguais.

diz-nos ele no poema intitulado "Moral de Agosto".

E aqui talvez conviesse recordar que uma das coisas que mais feriram Florbela foi esse tipo de *moral de Agosto*, com a sua interior e *normal* crueldade, tão propícia a magoar os mais fracos, os despossuídos e os sensíveis.

III

Há um outro aspecto na poesia de JCF e, atrevo-me a dizer, no seu todo como ser humano, que conviria trazer à colação: os nomes, que são a representação de pessoas as quais, por seu turno, se tornam arquétipos de uma determinada mundividência. Creio que não foi por acaso - ressalvando o que de acaso exista na actividade editorial e de publicação em relação a um autor - que o seu livro de estreia se intitulou "Iniciais".

Com efeito, é patente a fascinação fraternal deste autor por certas figuras que, necessariamente, considera representativas ou exemplares e que são assim no seu espírito a consubstanciação de um mundo de valores que ele directa ou transversalmente nos propõe, seja a inocência substantiva das crianças, carregada de espanto e de futuro, como no poema "Lena", seja a magoadá verticalidade dos olhares e dos gestos, como em "Manuel Cintra".

Vou citar-vos este último, para ilustrar:

*Tira dos bolsos as sílabas e a timidez/
Parado na rua e no peso dos sapatos. /
Recebe das pedras o reflexo da luz/ E perde-se
nas palavras que persegue. /*

*Entre duas vírgulas na pontuação do
tempo/ (Aves ou crianças no ângulo das
esquinas) / Como quem procura óculos
para ver melhor/ E descobre que o olhar é a
lágrima seca.*

*Porque nada se perde na luz branca do
papel/ Procura outro ângulo para escrever
datas/ A memória que se enche de relógios
- horas/ Tanta imagem gravada entre duas
vírgulas.*

A atitude, claramente, é a dos magos de antanho. O que José do Carmo Francisco faz tem anterior correspondência nas operações efectuadas, por exemplo, pelos taumaturgos druidas celtas que, de vara *kadosh* orientando os ritos, nomeavam figuras desenhadas no solo sagrado. Aqui, o solo sagrado de JCF somos todos nós, é a mente do leitor - onde ele procura inscrever os sinais escritos que, por sua vez, lhe chegaram através da figuração humana que existe no seu panteão pessoal.

Evidentemente que não se trata da simples actividade de proferir motes elogiosos ou afectivos, mas sim de epigrafar experiências, maneiras de ser específicas e marcantes ou então de retirar da ganga dos minutos a pequenina pepita dourada que consubstancia a *pedra filosofal* de gentes, de momentos e de inflexões que interessam ao mundo real ou quotidiano. Compará-los-ia com retratos de Cézanne, esse excelso pintor que dizia que o fim da pintura consiste em se chegar de maneira eficaz à representação da figura humana, mesmo que fosse tratada como uma natureza-morta. E em Cézanne, como em José do Carmo Francisco, os retratos vivem e pulsam - não fossem eles como são irmãos espirituais.

Como Florbela também pulsava - arrebatada e até ingenuamente: pois não considerou ela, numa carta repleta desses movimentos de alma, a italiana Ada Negri a maior poetisa do mundo?

Vejamos, para finalizar, o seu poema "Quinto olhar", um dos de acento mais dramático e no qual a presença da angústia própria e alheia mais se faz sentir - e que talvez por isso é um dos mais belos da colectânea a que pertence:

*Olha o vidro - vê só uma sombra/ auto-
móveis e peões na rua, a luz, / a reflexão
dos sonhos no azul.*

*Não se levanta - fica logo presa/ e pren-
de numa esfera (talvez) azul/ o peso da voz
que não a revela.*

*Não revela nem persegue - só vê/ per-
manece no registo (nada mais) / o sufocado
desenho da palavra.*

*Quem reparar bem não lhe fixa nada/ -
perde todo o tempo no olhar/ e enche a
tarde com a sua imagem.*

Nostalgia, amor ao pequeno facto que, todavia, tem a força de um universo próprio, um humor magoado que se transfigura e que nos dá, por extenso ainda que sobriamente, uma grande e bela indignação ante as injustiças da sociedade, fidelidade à infância e aos seres que a preencheram, ligação ao sinal próprio do Homem patente em retratos de figuras tutelares e, finalmente, a discreção e a serena mágoa que são frequentemente o prólogo da mais justa alegria não conspurcada por sistemas de valores discriminatórios - eis o que consigo ver na poesia tão simples, tão bela e simultaneamente tão arrojada de José do Carmo Francisco.

BIBLIOGRAFIA

- ESPANCA, Florbela. *As máscaras do destino, O dominó preto, Cartas e diário.*
FRANCISCO, José do Carmo. *Iniciais, Universário.*
GUERRA, Tonino. *O livro das igrejas abandonadas.*
LISBOA, Irene. *Esta cidade!, Solidão.*

Eugénio Tavares¹

Viriato de Barros (Cabo Verde)

Durante muito tempo, o nome de Eugénio Tavares raras vezes aparecia associado a qualquer actividade que não fosse a composição de mornas que eram irresistivelmente cantadas por toda a parte em Cabo Verde e mesmo fora do arquipélago, pelo menos nas comunidades de imigrantes cabo-verdianos espalhadas pelo mundo. A beleza incomparável das suas composições, o encanto das suas mornas, a riqueza literária desses poemas, compostos na língua materna dos cabo-verdianos, falando das inquietações do amor, da partida e da ânsia do regresso, da saudade, do mar, do mar envolvente e seu constante desafio de procurar novos mundos ou de evasão, talvez por si explique essa tendência para ignorar outros aspectos da personalidade de Eugénio. Mas pairará sempre, por outro lado, no nosso espírito a dúvida sobre se o facto de Eugénio Tavares ter escrito os seus poemas em crioulo não terá estado na origem de um pressuposto de incultura e falta de erudição do autor de "Força di Cretcheu" por parte de muita gente, sobretudo tratando-se de um poeta de uma ilha como a Brava, onde a educação oficial se ficava pela quarta classe

- e nunca constou que Eugénio Tavares tivesse passado pelos bancos do Seminário ou do Liceu.

Queríamos começar por desmistificar o pressuposto de incultura colado à ilha e a conotação tendencialmente negativa inculcada pelo termo autodidacta quando se tenta qualificar os antecedentes culturais de Eugénio Tavares, na falta de certificações académicas formais. Bastaria passar os olhos, mesmo de relance, pelas publicações da época em Cabo Verde, e mesmo já na diáspora, para se tomar consciência do erro de avaliação em que tal pressuposto incorre. Isso sem perder de vista o extenso défice educativo da ilha no que dizia respeito à população em geral. Mas era precisamente contra esse estado de coisas que lutava Eugénio Tavares, luta que não travava sozinho.

O primeiro ensaio de instituição do ensino secundário na Ilha Brava, materializado no que recebeu o nome de Escola Principal de Ensino Primário e Secundário, criado em 1845, teve curta duração. A ausência de ensino formal acima do nível chamado de instrução primária era preenchida por professores particulares, normalmente funcionários dos

¹ Este texto foi proferido por Viriato Barros no dia 29.Março.2005, na Hemeroteca Municipal de Lisboa, no âmbito das comemorações do 75.º aniversário da morte do poeta cabo-verdiano Eugénio Tavares, organizadas pela fundação do mesmo nome. Eugénio Tavares nasceu em 16.Outubro.1867 e faleceu em 1.Junho.1930. Em 24.Junho.2002 foi inaugurado o seu busto na praça Eugénio Tavares, vila Nova Sintra, ilha Brava, homenagem dos cabo-verdianos da diáspora e da associação "Amidjabraba".

diferentes quadros públicos colocados na ilha, ou mesmo oriundos da mesma. Eram esses docentes privados que preparavam alunos para um exame realizado perante um júri expressamente designado pelo Governador da colónia para esse efeito, por isso mesmo chamado júri *ad hoc*, mediante o qual era conferido aos examinados um diploma. A lista dos alunos aprovados era publicada no Boletim Oficial de Cabo Verde.

Não parece, no entanto, que Eugénio Tavares tenha tido a preocupação de obter qualquer certificado de ensino secundário. Mas segundo Félix Monteiro, biógrafo de Eugénio Tavares, o poeta bravense, uma vez concluída a instrução primária, estudou com o Padre António de Sena Barcelos, António Almeida Leite e Rodrigues Aleixo.

A formação de Eugénio Tavares fez-se no excelente ambiente em que cresceu, entre gente de cultura e conhecimento, a cujas bibliotecas tinha acesso constante e que constituíam para ele autênticos santuários pessoais de estudo. Em todas as ilhas havia aliás os chamados “gabinetes de estudo” que respondiam a essa intensa ânsia de saber, a essa sede de leitura, só mitigada após os calculados períodos de espera, ao sabor do calendário de chegada dos navios, dos “vapores”, que arribavam a Cabo Verde, trazendo jornais e livros de toda a espécie, criando uma dependência (quase vício) nos leitores das ilhas. A velocidade instantânea com que hoje a informação, incluindo som e imagens, chega em simultâneo a qualquer ponto do planeta, faz já de tal forma parte do nosso dia-a-dia como coisa adquirida e assegurada, que nos arriscamos a não perspectivar devidamente a importância destes factos na época a que nos referimos.

Esse era o ambiente em que cresceu, viveu e se formou Eugénio Tavares. Essa foi a sua Escola, a sua Universidade. Uma Universidade em que foi aluno e professor ao mesmo tempo. Mas foi sobretudo aluno do seu povo, da sua terra, da sua ilha, da cultura do povo que amou sem condições, sofrendo as suas dores, lutando as suas lutas, sentindo como próprias as suas revoltas, porque doutra forma não podia ser, mas vivendo também os seus amores e as dores de quem ama, com essa intensidade que sentimos nos seus poemas. Essa suprema felicidade só possível pelo amor, a forma sublime de alcançar o céu.

A própria casa em que viveu os seus anos de infância e adolescência, a casa de seus pais adoptivos, sua madrinha Maria Eugénia Medina Vera-Cruz, casada com o médico Dr. José Martins Vera-Cruz, foi um perfeito meio de educação, não só pelo que aprendia no convívio, mas também graças à excelente biblioteca de que dispunha o seu protector, homem de cultura. Eugénio tinha perdido a mãe, que morreu de parto, e o pai que morreu na Guiné, na guerra de pacificação daquela antiga colónia portuguesa.

Aos quinze anos foi “descoberto” pelo poeta bravense Luís Medina de Vasconcelos que fez a apresentação de um poema seu no Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiras, reconhecendo-lhe o talento incipiente manifestado no poema que revelava já, para além da qualidade literária, um notável “conhecimento de língua e metrificação”, marcando tão cedo a vocação poética que se ia definindo na idade adulta e na maturidade.

A dedicação de Eugénio Tavares à sua terra e ao seu povo, o seu profundo humanismo, a sua preocupação constante com a

justiça social, a sua revolta perante a negligência do Governo central e suas extensões locais, principalmente perante a situação dos estratos mais desfavorecidos da população da sua ilha em particular, mas de Cabo Verde em geral, levam-no a entregar-se à causa e aos ideais republicanos em plena efervescência na época. Dedicar-se ao jornalismo e utiliza a sua pena e extraordinária mestria da língua de Camões como arma de combate, denunciando as situações intoleráveis de injustiça, incúria e abandono perante os males sociais que minavam a sua terra.

Esta determinação cria-lhe inimigos nas esferas do poder, que lhe movem a mais cerçada perseguição, utilizando os meios mais torpes que culminam em 1900, tendo então Eugénio 33 anos, com uma acusação de desfalque como Tesoureiro de Fazenda. Três vezes foi acusado. Das duas primeiras conseguiu defender-se, provando a sua inocência. A terceira acusação teve como consequência o envio de uma canhoneira à Ilha Brava para o prender. Uma canhoneira para um homem. Uma canhoneira contra uma pena.

Avisado a tempo, Eugénio conseguiu fugir, aproveitando um navio que seguia para os Estados Unidos, fixando-se em New Bedford.

Nesta emblemática cidade da Nova Inglaterra, a cidade-porto dos navios baleiros, funda o jornal "Alvorada" onde publica um polémico artigo sob o título "Autonomia", no qual reclama "África para os Africanos" e lança, em autêntico desespero de causa, um apelo à independência de Cabo Verde. Desespero de causa, pois é do mesmo Eugénio Tavares a seguinte declaração, citada por Manuela Ernestina Monteiro, segundo o relato de Corsino Fortes: "Nós

cabo-verdianos também temos ouvido falar dessa grande Mãe histórica, velhinha, adorada, que é nossa porque foi dos nossos pais, antiga e gloriosa relíquia da nossa vida colectiva (...) de cujas praias douradas partiram nossos avós a entretecer os ninhos longínquos em que nascemos e a transplantar robustos enxertos étnicos da nossa nacionalidade". E continua: "Amo tanto o velho e glorioso Portugal que nunca me deixei arrastar pela paixão e pelo erro de lhe imputar o crime de não tratar como filhas, senão como servas, as colónias. Amo tanto a República que, ainda hoje, lhe não exprobo o descuido de nos conservar fora do raio de acção das claridades democráticas projectadas pela Revolução. Amo tanto Cabo Verde que através de uma existência de lutas, de sofrimentos, com a minha carne lacerada e o espírito batido de decepções, ainda me esqueço de mim para pensar nele; ainda exponho o meu coração às setas eivadas dos meus inimigos para o cobrir de golpes dos que o desamam. E amo tanto os cabo-verdianos que, ainda no meio deste ridículo carnaval da nossa vida cívica; ainda que no centro desta putrefacção social que nos é característica; vendo por toda a parte o interesse particular a disfarçar-se em interesse público; a abdicação onde deverá estar abnegação; lisonja onde deverá erguer-se intransigência; vendo engramponar-se a vaidade, onde deverá impor-se o mérito; ainda não perdi esperança de os ver, aos meus irmãos cabo-verdianos, unidos, fortes, caminhando não para as vitualhas de uma mesa posta, mas para as aras de um sacrifício imposto pela honra e pelo futuro."

Contradição? A mim não me parece que existisse qualquer contradição entre o amor

pelo que era a sua “pátria histórica”, Portugal, e o amor pela sua terra, sua pátria natural, que eram a sua ilha e o arquipélago de nome Cabo Verde a que pertence, em defesa da qual seria capaz de ir até às últimas consequências que, neste caso, seriam a autonomia e a independência, se necessário fosse.

Este é o homem que compôs, em verso e em música, os mais belos poemas de

amor de Cabo Verde, sua Terra-Mãe. Creio que o que fica em nós depois de ler o que foi escrito por Eugénio Tavares, quer como jornalista, quer nas suas cartas e postais, quer nos seus poemas, e de ouvir o que por ele foi composto em mornas, é essa capacidade de amar a causa que abraçou, as mulheres, a sua terra, o seu povo. Como esta canção a que deu o título de “Morna da Aguada”².

*Se é pam vivê na es mal
De ca tem
Quem que q´rem,
Ma'n q're morré sem luz
Na nha cruz,
Na es dor
De dâ nha bida
Na martírio de amor!*

*Amá, se é pam morré
Pam dixâ,
Ai, quem qu'n q´ré,
(pa oto gente bem qr'é!)
Ma'n q´ré vivê na es martirio!*

*Se é pa es tristeza de q´ré
Sem esperança,
Sem fé,
Ma'n q're destino de bai,
De morré
De esquicê
Num momento de amor,
Um bida intero de dor!*

² Aguada é um porto da ilha Brava.

Arrisco-me a traduzir:

*Para viver neste mal
de não ter quem me queira
antes quero morrer sem luz
nesta minha cruz,
nesta dor
de dar a minha vida
no martírio de amor!*

*Morrer e deixar
Ah! quem eu amo
para outro a amar
antes quero viver neste martírio.*

*Se o meu destino é tristeza de amar
sem esperança e sem fé,
antes quero partir, morrer, esquecer
num momento de amor,
uma vida inteira de dor!*

Eugénio Tavares tem sido definido como o poeta do Amor e da Saudade. Mas a saudade é forçosamente ligada ao amor, à partida e à ausência ou perda de quem se ama ou do que se ama, e à ânsia de regresso e do reencontro. Reencontro com a sua ilha e com o amor, em que o mar está sempre presente, como sedução e caminho de partida, mas também de regresso, e por isso confi-

dente de alegrias e angústias e perplexidades perante os golpes de um destino adverso.

É da natureza temperamental de Eugénio esse culto do Amor, e um incurável culto da mulher e da beleza das mulheres da sua ilha, que cultivava como os canteiros de um jardim, onde coloca em destaque a sua "rosa santa", mas não resiste a interrogar-se num tom de auto-justificação:

*Na cantero de nha peto
'N tem um pé de rosera:
Nha roserinha
É que é rainha!
'N q'rel co todo rospeto;
Amá de qualquer manera,
'N al planta só rosera
Na cantero de nha peto?*

*Rador de nha rosa santa
'N tem que tem otos pranta:
Carinhas preta
Coma violeta;
Chinelinhas cor de prata
Uns branquinha, otos mulata...
'N tem que tem otos pranta
Rador de nha rosa santa....*

Mais uma vez tento traduzir:

*No canteiro do meu peito
tenho uma roseira,
a minha roseirinha
que é rainha!
Amo-a com todo o respeito,
Mas de qualquer forma,
devo apenas plantar roseiras
no canteiro do meu peito?*

*À volta da minha rosa santa
tenho de ter outras plantas,
carinhas pretas
como violetas,
chinelinhas cor de prata
umas branquinhas, outras mulatas...
tenho de ter outras plantas
à volta da minha rosa santa.*

Auto-justificação por aquilo que parece ser pecado, mas que com maliciosa irreve-

rência, duvida que o seja, já que é uma dádiva: como negar aquilo que Deus nos deu?

*Que importa'n lá?
Se é pa'n perdê es luz de amor,
Es graça, es ar de quem que'n q'ré,
Ma'n q're curti ses otos dor:
Perde nha luz, perde nha fé.*

*'N ca pedi: Nhor Des que dan
Quem que al negâ graça de ceu?
Se Deus da'n el, el é de meu;
Se el é de meu, nha xa'n cantâl!*

*Se é pa'n ganhá reno de ceu
Que ta salba'n alma de mal,
Ma'n q'r'e vivê co nha crecheu,
Pa el ca engana'n, pa'n ca enganal!...*

*Que importa'n lâ que mundo flâ,
Se el ja el q're'n, se mi ja'n q'rel?
Se'n perdê Deus, 'n ca perdel
Que importa'n lâ? Que importa'n lâ?*

*Sê pa da'n oro, ou pa da'n prata,
Se é pa da'n luz, se é pa da'n paz,
Ma'n q're casâ co nha Ingrata,
Ma'n q're dormi na sê ragaz...*

Traduzo:

*Que me importa?
Antes quero sofrer as outras dores,
perder a minha luz, perder a minha fé
do que perder esta luz de amor
esta graça, este ar, daquela que me ama.*

*Não a pedi: Deus ma deu,
quem negará uma graça do céu?
Se Deus ma deu, a mim pertence.
Se é minha, deixem-me cantá-la!*

*Antes quero viver como o meu amor
Sem que me engane, nem que eu a engane
do que ganhar o reino dos céus
que salva a alma do mal.*

*Que me importa que o mundo fale,
Se eu a quero, se ela me quer
Se perdi a Deus, não a perdi a ela?
Que me importa? Que me importa?*

*Mesmo que me dêem prata, que me dêem ouro,
Que me dêem luz, que me dêem paz*

*Antes quero casar com a minha ingrata,
Antes quero dormir no seu regaço*

Este culto atinge a sua forma mais sublime quando o poeta eleva a grandeza e a força do amor à dimensão do divino e do incomensurável, num hiperbólico recurso

poético que quase toca a fronteira da heresia, naquele que é talvez o mais belo poema e mais bela canção de amor de Eugénio Tavares: "Força de Cretcheu"

FORÇA DE CRETCHOU

*Ca tem nada nes' vida
mas grande qui amor,
se Deus ca tem medida,
amor inda é maior,
amor inda ê maior
maior que mar, que céu
ma de entre otos cretcheu
di meu inda ê maior*

*Crecheu más sabe,
É quel que é de meu.
El é que é chabe
Que abrim nha ceu...
Crecheu mas sabe*

*É quel
Que q'rem...
Se já'n perdel
Morte já bem...*

Para os que não estão familiarizados com o crioulo, tentarei a seguinte tradução livre dos versos de Eugénio Tavares:

*Não há nada nesta vida maior que o amor.
Se Deus não tem medida,
o amor ainda é maior.*

*Maior que o mar, que o céu.
Mas de entre todos os amores
não há amor maior que o meu.*

*Ó força de amor
abre as minhas asas em flor
deixa-me subir ao céu e chegar até ao Senhor
para eu Lhe pedir
a semente de um amor como o meu
para vir dar a toda a gente
para que todos conheçam o céu.*

Este poema, sublime canção de amor, foi inspirado por uma das histórias mais apaixonantes da ilha Brava, de foram protagonistas um médico local e a filha de um respeitado proprietário e comerciante do Campo - com a qual julgamos rematar da melhor maneira a nossa palestra sobre Eugénio Tavares.

Hermano de Pina era um jovem médico bravense que logo depois de ter terminado o seu estágio em Portugal regressou à ilha natal para ali exercer a sua profissão. Não quis entrar para o quadro de saúde do arquipélago, para não ser transferido para outra ilha. Queria viver na Brava. Era essa a sua ambição: servir a sua ilha. Eugénio Tavares, que tinha então 57 anos, e Hermano de Pina, tornam-se grandes amigos, irma-

nados pelos mesmos ideais e pelo amor à sua ilha e à sua gente. Conscientes das carências da terra em matéria de estruturas de ensino, empenharam-se em suprir por iniciativa própria essa lacuna dando, nas suas horas vagas, aulas às crianças e ensinando todos aqueles que quisessem aprender. Testemunhos dessa época descrevem os serões passados nas casas de algumas famílias, como autênticos serões culturais, de música e literatura, onde se declamavam poemas e se cantavam canções. Seriam os "serões da província" da ilha Brava.

Mas a ilha era de muitas festas, festas tradicionais e bailes nos salões das aggregações e nas casas de família. Os santos populares S. João, Sant'Ana e S. Pedro eram festejados com muita alegria do povo, e

havia ainda, pelo São João, a Festa do Mastro, própria de uma ilha de marítimos em que um mastro de navio simbólico era decorado com ramos, folhas e flores e oferendas diversas onde não faltavam produtos do campo, numa perfeita comunhão entre camponeses e marinheiros.

Nessa vontade de levar ao povo os bens e valores culturais e os diferentes géneros de manifestação artística, Eugénio Tavares e Hermano de Pina chegaram a organizar teatro da rua, com representação de peças pelas ruas de Nova Sintra a que aderiu entusiasticamente a população.

Numa destas festas Hermano conheceu um dia Ana Quirino, jovem muito bela, guardada a sete chaves pelos pais. Apaixonou-se à primeira vista (e irremediavelmente) e passou a procurá-la em todos os bailes e festas na espe-

rança de poder vê-la e falar-lhe. Mas a moça era prometida a outro com quem viria a casar-se, mesmo quando o seu coração a Hermano já pertencia. O marido emigrou para os Estados Unidos, deixando Ana Quirino sob a guarda dos pais. No entanto a atracção de um pelo

outro foi tão grande que uma noite, de acordo com o plano já acertado por recados e bilhetes transmitidos por uma amiga segura, Hermano dirigiu-se a cavalo a altas horas, à casa da Ana e raptou-a, indo os dois viver numa casa que ele tinha preparado para ser o seu ninho de amor.

Eugénio Tavares seguiu de perto esta terna e dramática história de amor vivida pelo seu jovem amigo Hermano e nela se inspirou para compor a "Força de Cretcheu", a Força do Amor.



Eugénio Tavares

Poesia oral com autor: um território ultraperiférico

Ruy Ventura

1. Os especialistas em Teoria da Literatura são unânimes: não existem critérios suficientemente claros para distinguir o texto literário dos textos não-literários. Jonathan Culler afirma: *“Apesar do carácter manifestamente central desta questão para os estudos literários, devemos confessar que não chegámos a uma definição satisfatória da literariedade”* (Culler, 1995: 45). A definição deste objecto artístico acaba por ser envolvida, na maior parte das vezes, em critérios meramente circunstanciais, critérios esses que vão evoluindo com o andar do tempo, do gosto e das mentalidades.

Se nos centrarmos na poesia, a visão não é mais clara. Colocar dentro deste espaço textual um certo número de objectos ou retirar dele outros tantos é jogar com uma relativa arbitrariedade que só a existência de critérios intrínsecos de definição poderia dissolver ou eliminar. Infelizmente para encontrarmos esses critérios intrínsecos podemos apenas ater-nos a alguns dos pilares fundamentais do paradigma literário actual, provisórios (como todos), mas ainda assim suficientemente seguros para a partir deles podermos traçar um raciocínio que nos permita uma aproximação, ainda que muito sucinta, à realidade que procuramos olhar sem preconceitos.

2. São sempre diversas as reacções quando se fala de “poesia popular”. Mesmo quando estamos em presença de conhecedores e/ou estudiosos, a confusão acaba sempre por instalar-se perante a ambiguidade de um termo que tem gerado ao longo do tempo as reacções mais diversas. As questões e as afirmações são múltiplas, conforme os interlocutores. Vão, geralmente, desde a mais apaixonada adesão à mais ostensiva desconfiança, passando pela bajulação interesseira ou pela renitência metódica.

A verdade é que nem sempre há concórdância na definição deste objecto cultural. Partindo do princípio de que todos lhe reconhecem características que o colocam no campo do texto poético, o adjectivo “popular” coloca problemas semânticos derivados da sua polissemia, gerando muitas vezes a confusão entre os interlocutores.

Ao utilizarem a expressão “poesia popular” nem todos falam da mesma realidade artística e cultural. Enquanto alguns se referem apenas aos textos anónimos transmitidos oralmente ao longo de um maior ou menor número de gerações, outros englobam nesse domínio toda a produção (folclórica ou não) que nasce nas classes populares ou lhes agrada. Colocam estes, assim, no mesmo saco realidades comple-

tamente distintas (embora algumas delas se toquem por diversas razões). Confundem produtos culturais tão diferentes quanto a Etnoliteratura (ou Literatura Tradicional Folclórica), a Literatura de Massas ou a Literatura Oral (passada à escrita ou não) com autor conhecido. Fomentam-se inclusivamente, com esta imprecisão verbal, juízos de valor sobre a literatura que nascem no olhar sobranceiro do elitismo social, que divide os textos entre o “popular” e o “erudito”, entre o “popular” e “culto”, entre o “rural” e o “urbano”.

Manuel Viegas Guerreiro, um dos mais intensos estudiosos deste fenómeno em Portugal, afirma: *“Literatura popular é a que corre entre o povo, a que ele entende e de que gosta. E está neste caso não só a de sua autoria, como a que adopta, de origem erudita”* (Guerreiro, 1976: 5). Acrescenta ainda: *“Com a designação de literatura popular concorrem as de literatura tradicional e oral. Tradicional não é adjectivo preferível. Tradicional é do mesmo modo a literatura erudita, que persiste no tempo, sem nunca chegar à voz do povo ou ao seu uso. Oral, por outro lado, contradiz literatura, que por si quer dizer arte expressa em palavra escrita, além de que literariamente exclui as produções escritas que, anónimas ou não, o povo tem por suas”* (Guerreiro, 1976: 5 e 6).

Esta definição, demasiado alargada em nosso entender, parece aproximar-se da apresentada por João David Pinto-Correia a partir da obra de Bernard Muralis (cf. Muralis, 1982: 115-175): *“[...] esta [a literatura popular] poderá ser concebida como conjunto de práticas discursivas aceites pelo povo, a par das que são provenientes (isto é, produzidas) desse estrato social [...]”* (Pinto-

Correia, 1984: 18). Só que este ensaísta clarifica o âmbito da designação. Mostra, nomeadamente, que o termo “aceites” aponta para a transmissão entre gerações de textos que, a princípio, teriam sido enunciados por indivíduos cultos e posteriormente adoptados por toda uma comunidade cultural. Pena é que na afirmação de Pinto-Correia tenha ficado mais ou menos na sombra a distinção feita por Bernard Muralis entre várias dimensões deste fenómeno cultural, depois misturadas por muitos investigadores no termo “Literatura Popular”. O ensaísta francês sabe, por exemplo, que uma realidade são os textos que fazem parte da cultura de uma comunidade e, por isso, foram - depois de produzidos - transmitidos ao longo de um maior ou menor número de gerações. Outra realidade são as produções verbais que o povo ouve ou lê com gosto. E outra ainda são os textos poéticos autorados criados, pronunciados e apreciados através dos recursos da oralidade.

Sobre estas questões merece atenção um artigo de Maria Antonieta Garcia (cf. Garcia, 1999) que, partindo da posição de Viegas Guerreiro anteriormente expressa, aponta reflexões críticas interessantes sobre este problema da designação.

Discute, nomeadamente, a impropriedade do termo “literatura” para designar a arte verbal a que nos temos vindo a referir, relevando a carga semântica que hoje em dia atribuímos a esta palavra, muito distante da sua origem etimológica, relacionada apenas com o texto escrito, como parece entender Guerreiro.

Por outro lado, olha com a atenção devida o adjectivo “popular”, retirando-o de um olhar mais ou menos elitista de quem atra-

vés dele recorda (ainda que subrepticamente e com interesses muitas vezes opostos - de elevação ou de desprezo) a divisão medieval da sociedade em três classes (clero, nobreza e povo), ou então o vê no domínio político das ideias sobre o conflito (ainda que latente) entre “burgueses” e “rurais”, entre “exploradores” e “explorados”. Esta autora, para evitar confusões, opta pela designação “Etnoliteratura”, questionando-se e com razão: “Existirá [...] uma literatura popular? Há uma hierarquia na literatura, como na sociedade?” (Garcia, 1999: 12).

Infelizmente existe, respondemos nós à questão colocada por Maria Antonieta Garcia. Pondo de lado, neste nosso olhar, a etnoliteratura (a literatura oral, tradicional e popular - a literatura *etnograficamente* popular), infelizmente existe uma hierarquização dos textos literários, sejam eles poéticos ou de outra índole. Uma divisão, quantas vezes abissal, que leva ao surgimento de distinções entre o “popular” e o “erudito”, entre o “periférico” e o “central”, entre o “maior” e o “menor”.

A História da Literatura já nos deu lições suficientes para sabermos o quanto são provisórios os juízos que, do alto dos pedestais mais ou menos alicerçados, algumas elites académicas, económicas ou de outra índole costumam lançar, elevando ídolos com pés de barro e lançando para a vala do esquecimento obras que, passados anos e consideradas sem preconceitos de qualquer índole, facilmente destronam aquelas que as haviam ofuscado. O caso de Cesário Verde, na Literatura Portuguesa, é absolutamente paradigmático. Impossibilitado de divulgar devidamente a sua poesia em vida, era ofuscado por um tal Cláudio José

Nunes, deputado nas Cortes. Cento e tal anos depois, Cesário é justamente considerado um dos nomes universais da cultura portuguesa; o deputado é apenas nome de rua em Lisboa - a que conduz a um dos cemitérios da capital... Como referia num dos seus livros o historiador italiano Carlo Maria Franzero, “*a única coisa que a História parece ensinar-nos é que os homens jamais aprendem algo da sua leitura*”...

Crítérios de distinção entre os textos literários, como dissemos há alguns parágrafos atrás, apenas devem ser considerados aqueles que intrinsecamente definem a sua qualidade, face a outros sucedâneos que recolhem (e frequentemente mal) a sua aparência e nunca a essência, sem terem em conta que aquilo que define um poema, um romance, um conto, uma crónica ou uma peça de teatro é a aliança inseparável entre a forma e o conteúdo.

Embora tudo evolua, embora os critérios mudem conforme o gosto da época e os propósitos dos diferentes movimentos artísticos e / ou das “comunidades de idade” (na expressão do ensaísta e poeta espanhol Antonio Sáez Delgado), podemos colocar sobre a mesa alguns dos pilares essenciais que o paradigma literário actual (com raízes fundas que remontam à cultura clássica) tem tornado unânimes: universalismo, opacidade da palavra e preponderância do significante sobre o significado, promoção da plurissignificação, imitação / subversão / criação de mundos.

3. Intitulámos o nosso texto “Poesia oral com autor: um território ultraperiférico”. Chegados que somos a este ponto do nosso artigo, urge entrar no assunto principal, pre-

enchidos que estão os alicerces e elevada que está a estrutura prévia absolutamente necessária para o breve edifício a que nos propusemos.

Pretendemos viajar pela habitualmente chamada “poesia popular”. Porém, como deixámos claro nos parágrafos anteriores, não podemos conceber que esta expressão seja atribuída aos textos poéticos autorados, produzidos com os recursos da oralidade e da tradição versificatória e rimática portuguesa. A nossa opinião é simples. A utilização do adjectivo “popular”, para além de ser incorrecta, peca por impedir o acesso à cidadania literária de quantos criaram/criam textos dotados de beleza com os instrumentos expressivos que tinham/têm à sua disposição. Por que razão há-de um poema ser à partida marginalizado em relação aos seus congéneres, só por ter nascido num paradigma cultural diferente daquele que hoje domina? A memória precisa ser refrescada. Sobretudo a de quantos esqueceram a origem oral dos belíssimos poemas recolhidos em cancioneiros que hoje colocam à nossa disposição a maior parte da poesia portuguesa criada até inícios de quinhentos.

O termo “popular” aponta para um contexto folclórico ou etnográfico. Para sermos rigorosos, deve apenas ser colocado ao lado daquela literatura ou daquela poesia que foi, ao longo do tempo, alvo de um processo de produtransmissão (produção-transmissão-recriação-transmissão). Todos os restantes usos são interessados (para não dizer “interessados”), positiva ou negativamente. E os interesses são vários: valorizar a expressividade das classes mais desfavorecidas para as elevar socialmente; lisonjear essas produções para através delas desvalorizar os

autores que têm acesso à imprensa e - desta maneira - a cultura que nasce de uma instrução formal; colocar os recursos expressivos destes autores ao serviço da propaganda política; criar preconceitos em relação a todas as obras que se aproximem dos instrumentos habituais na versificação tradicional e de uma linguagem humilde e simples, etc.

A raiz destas atitudes é, do ponto de vista ideológico, muitas vezes profunda. Nas melhores hipóteses radica nos ideais românticos, que viam nessa entidade abstracta chamada “Povo” a fonte da autenticidade de uma Cultura e de uma Nação, ou no socialismo democrático, que procura dignificar a todos os níveis o ser humano, especialmente as classes laboriosas. Naquelas que mais nos repugnam vemos com nitidez o Estalinismo (aquele que queria toda a arte “ao serviço do povo” e mandava para a prisão os artistas que ousavam ser livres...) ou o conjunto de “doutrinas” políticas que foram advogando ao longo dos séculos o imobilismo social.

Que terminologia utilizar então para designar o objecto que temos sob o olhar neste artigo?

João David Pinto-Correia, num excelente artigo de 1992 intitulado “*Para uma teoria do texto da Literatura Popular Tradicional*”, chama às produções verbais que nele se incluem “*textos populares tradicionalistas*”, correspondendo “*à produção moderna, composições dos ditos ‘poetas populares’, quer no sentido português (poetas como Calafate, António Aleixo, Manuel Pardal, Carlos dos Jornais, entre outros), quer no sentido brasileiro (poetas de poesia de folhetos [...])*” (Pinto-Correia, 1992: 112).

Demonstrando precisão terminológica, este autor distingue a poesia oral autorada dos textos popularizantes, produzidos por autores da literatura institucionalizada como imitações do gosto temático e / ou versificação popular. Mas não deixa, no entanto, de lhe acrescentar o adjectivo “popular”, colocando a poesia oral no campo da Literatura Popular. Mais uma vez não parece vislumbrar-se neste adjectivo uma qualidade intrínseca dos poemas, mas apenas um reflexo de quem os produziu. Perante uma constatação deste tipo, embora a semântica pareça apontar para a marginalidade literária, estamos em crer que a realidade subjacente é, na verdade, a de uma profunda marginalização.

Considera-se “marginal” uma obra que deliberadamente se põe à margem do sistema literário dominante, ou então uma produção parecida com o texto literário canónico mas que uma menor elaboração estética ou conceptual coloca nos seus subúrbios (cf. Saraiva, 1980: 5). Quando falamos em “literatura marginalizada” estamos perante uma área da produção artística que, por condicionalismos de produção, sociais, de mercado ou de divulgação, se vê forçada a permanecer afastada dos veículos normais de transmissão e fruição.

Este texto que, talvez involuntariamente, escolheu como eixo da circulação a necessidade de clarificar os termos com que aparece designada uma parcela da arte verbal literária, tem pois que tornar clara a sua posição. Como designar então a poesia oral criada por autores na sua maioria pertencentes às classes desfavorecidas?

O ideal seria não existir qualquer tipo de distinção. Oral ou escrita, saída da mão de académicos ou de cavadores, a Poesia

aponta para o ecumenismo e nunca para a hierarquia. Por outro lado, versejadores há-os em qualquer parte: nos bancos das tabernas e nas academias, nas leivas de terra e nos jardins relvados, nos jogos florais e entre luxuosas encadernações... A Poesia é outra coisa.

Mas já que urge propor um nome, escolhamos aquele que nos parece descrever com maior certeza as características dos textos de que temos vindo a falar: poesia oral com autor ou autorada. A expressão adjectiva final seria dispensável; justifica-se apenas para que estes textos se distingam da poesia oral anónima, quase sempre tradicional. Preferindo esta denominação, não deixamos no entanto considerar extremamente válida a proposta de João David Pinto-Correia (embora sem o adjectivo “popular”, pelas razões já expostas), na medida em que esta literatura, apropriando-se dos modelos versificatórios e rimáticos utilizados ao longo de séculos pela Literatura Oral / Tradicional / Popular, é de facto “*tradicionalista*”.

Quanto a todos os outros adjectivos que poderíamos acoplar a esta poesia (“marginalizada”, “menor”, etc.), embora se justificassem tendo em conta os condicionalismos da sua difusão, pertencem apenas à sua envolverência e, assim esperamos, desaparecerão logo que ela tenha direito de aceder à cidadania. Por agora temos que resignar-nos com uma constatação: se no sistema literário, por mecanismos quantas vezes pouco claros, assistimos à colocação na periferia de um conjunto de obras que satisfazem todas as condições definidas pelo paradigma literário (são veiculadas pela escrita, são publicadas em edições comerciais, possuem qualidade

estética e conceptual...), então temos que olhar para a poesia oral autorada como um território pertencente à ultraperiferia.

4. Ultraperiférica, sobretudo por o seu veículo (a oralidade) entrar em confronto com o do paradigma literário actual (a escrita), será que as suas características intrínsecas correspondem ao conjunto de critérios que hoje em dia parecem definir o bom texto literário em termos estéticos e conceptuais e que enumerámos no final do ponto dois deste artigo?

Antes de respondermos a esta questão temos que olhar com atenção para a sua condição de textos orais. Dependendo da oralidade, tanto ao nível da produção como da transmissão e da recepção, revelam características técnico-formais que os individualizam, de alguma forma, em relação aos outros textos poéticos. Ao contrário de todos os poemas que são concebidos através da escrita, cuja fixação e transmissão depende tecnicamente apenas de meios físicos e / ou mecânicos, a poesia oral necessita sobretudo dos instrumentos propiciados pela capacidade de elaboração mental, de memorização e de verbalização oral. Assim sendo, salvo raras excepções, tem que sujeitar-se a modelos métricos e versificatórios relativamente rígidos (quadra, quintilha ou sextilha, décima sujeita a mote - quase todas em redondilha maior de sete sílabas, entre outros metros menos utilizados), correndo embora o risco de mostrar a quantos não estão habituados ao seu circuito de emissão-recepção uma certa monotonia formal. A razão é óbvia. Seria possível guardar na memória toda uma produção se esta não fosse revestida com essa armadura de sal-

vação? Aqui, como em todos os poemas, a forma é um precioso instrumento para construir o sentido. Com a indissociável função de estar ao serviço da fixação do texto, como único meio ao alcance destes poetas, na sua maioria analfabetos ou com débil instrução formal. Verdade seja dita que estes condicionalismos têm sido também o pior inimigo desta área da poesia portuguesa. Fernando Pessoa, ao falecer, deixou numa arca a sua produção literária. Os poetas orais - a não ser que alguém tenha registado no papel, ou noutros meios, os seus poemas - no momento em que morrem (ou no momento em que se apaga a sua memória) fecham para sempre no arca do peito e do cérebro todas as palavras que souberam encadear para formar beleza. As excepções (António Aleixo é a mais conhecida) confirmam a regra.

Esta fixação em modelos formais muito rígidos, num apego constante à tradicionalidade, leva-nos à constatação da existência de uma verdadeira centração no significante, muitas vezes em detrimento quase total do significado. Nos bons exemplos desta poesia oral, as palavras são exploradas nas suas virtualidades semânticas, criando uma interessante plurissignificação, frequentemente servida pelos recursos estilísticos mais comuns, como a metáfora, a metonímia, a ironia, etc.

A opacidade da palavra é, no entanto, instável. Nascendo de uma necessidade de comunicação, tendo em conta que os ouvintes do texto produzido não terão a possibilidade de o retomar (tal como acontece com o poema escrito), a palavra poética oral não pode ser totalmente opaca, sob pena da emissão não encontrar a recepção desejada.

O texto é opaco apenas na exacta medida em que o enunciado transmitido possa suscitar uma multiplicidade de significados nos ouvintes. Nunca ao ponto extremo atingido às vezes pelas obras escritas, suscitando um número infinito de sentidos.

Quanto ao universalismo, entendido no sentido aristotélico de representação verosímil do mundo, encontramos na poesia oral - com matizes próprios da cultura empírica assimilada pelos seus produtores - todos os grandes temas universais: desde a alegria à solidão, desde a vida à morte, passando pelo deslumbramento perante o cosmos e por uma vasta gama de afectos que este e os seus habitantes suscitam. O real transfigura-se, é representado / imitado / subvertido por quem eleva uma nova realidade nas palavras encadeadas numa certa musicalidade verbal. Agarrada à terra e ao húmus, esta poesia humilde e religada, de registos (para utilizar a expressão de Carlos Garcia de Castro (cf. Castro, 1991)), atinge ainda, sem preconceitos, a própria decomposição do mundo, criando textos em que se apresentam ao ouvinte / leitor ficções em que a subversão dos sentidos chega ao ponto de criar universos que habitam o domínio do fantástico e / ou do surreal.

Partilhando embora todas as características que é costume atribuir à literatura institucionalizada, a poesia oral tem no entanto traços que a revestem de alguma peculiaridade. Para além dos já referidos ao longo do texto, tanto formais quanto contedísticos, convém, no final deste artigo, listar ainda outros, embora não tenhamos como objectivo chegar à exaustão. Aqui ficam como pistas para um futuro aprofundamento:

1. preocupação crítica e moralizante;
2. contestação, nomeadamente perante as injustiças e o imobilismo sociais;
3. recurso à sátira individual ou social;
4. necessidade de reflexão sobre o mundo;
5. proximidade entre a ficção e o autobiografismo;
6. autocomiseração, caldeada frequentemente pela auto-ironia;
7. equilíbrio instável entre o universal e o circunstancial;
8. tendência para a simplicidade vocabular;
9. sintetização de formas e de conteúdos;
10. capacidade para criar uma metapoesia, reflectindo quer sobre a condição do poeta quer sobre o seu ofício.

Em todas estas dimensões da poesia oral, assim como noutras, é evidente que nem todas as produções revelam a mesma capacidade estética ou conceptual. Nesta literatura como naquela que todos os dias vemos nos escaparates das livrarias, só uma atenção crítica permite distinguir o trigo do joio. Em todos os domínios existem verdadeiros poetas (aqueles que procuram servir a Arte através da sua autenticidade de fazedores) e os versejadores (aqueles que se servem de uma certa habilidade para fins mais ou menos claros). Temos que dirigir às produções que nos chegam aos olhos ou aos ouvidos uma atenção exigente que nos faça acolher, sem preconceitos sociais ou de qualquer ordem, apenas aqueles textos que transmitem o testemunho que receberam do passado de forma melhorada.

Em relação ao campo específico da poesia oral portuguesa, temos que louvar quantos ao longo do tempo conseguiram fixar na escrita os poemas guardados na memória

por muitos poetas que, sem isso, veriam a sua produção ser engolida pela terra do cemitério. Neste domínio da literatura portuguesa há, no entanto, que lembrar sempre os versos de António Aleixo, poeta oral do sul de Portugal:

“Vejo a arte definida / Na forma de descrever / O bem ou o mal que a vida / Nos faz

gozar ou sofrer. // [...] // Ser artista é ser alguém! / Que bonito é ser artista... / Ver as coisas mais além / Do que alcança a nossa vista! // [...] // A arte é dom de quem cria; / Portanto não é artista / Aquele que só copia / As coisas que tem à vista. // A arte em nós se revela / Sempre de forma diferente: / Cai no papel ou na tela / Conforme o artista sente.”

Tenho um punhal com três quinas
com a ponta envenenada
e as picadas são de morte
e nem uma será curada

Já piquei um cantador
que cantava com perfeição
e nessa mesma ocasião
até lhe fiz perder a cor
no jardim nasce a flor
e nasce o cravo para as meninas
e poeta não imaginas
como os meus olhos são maganões
e para veres as minhas acções
tenho um punhal com três quinas

Este punhal me tem livrado
de muitas vezes ser ferido
com ele me tenho defendido
senão já me teriam matado
e vi-me uma vez cercado
com a vida atrapalhada
logo à primeira picada
meia-dúzia derrubei
e foram mesmo esses que lá matei
com a ponta envenenada.

O meu punhal é de azougue
e tem aço misturado
e mesmo sem ser amolado

por onde passa é um açougue
saiba amigo se não soube
que eu lhe conto desta sorte
não se venha fazendo forte
que a vida lhe hei-de tirar
e mesmo sem o amolar
as picadas são de morte

É uma arma tão decidida
que eu com ela estou contente
ela em vendo muita gente
até se põe destemida
tem gosto em tirar a vida
a uma pessoa escravizada
não dou uma razão mal deitada
eu gosto é de ir picando
e porque o sangue vai apontado
nem uma será curada

Francisco Angélico, n. 20.12.1909, Aldeias de Montoito (dist. Évora)
(Navarro, 1980: 29-30)

O meu pai era lavrador
e por sua morte herdei eu
as asas dum caldeira
e a copa dum chapéu seu

Era um homem alumiado
que vivia naquela serra
tinha sete palmos de terra
onde foi sepultado
e tinha um rabenejo dum arado
que me deixou por favor
e tinha o aro de um tambor
tinha os canos dum meias
e nas herdades alheias
o meu pai era um lavrador

Tinha um monte que era um recreio
século a século é que o caiava
e todos os anos engordava
um porco de quilo e meio
vivia farto e cheio
e do que tinha nada comeu
tinha uma burra que morreu
que de velha não podia andar
e tinha umas dívidas por pagar
que por sua morte herdei eu

Tinha também uma colmeia
que dava mel que era um regalo
cada vez que ia crestá-lo
dava-lhe chemita e meia
tinha o gancho duma candeia
tinha o aro de uma passadeira
tinhas as travessas de uma cadeira
o meu pai quando morreu
e por sua morte herdei eu
as asas de uma caldeira

Deixou-me uma velha de idade
toda cheia de filhinhos
e deixou-me cá todos os caminhos
para eu passar à vontade
e deixou-me a liberdade
de mandar no que era meu
como ele enriqueceu
e eu espero ser rico
deixou-me as bordas dum penico
e a copa dum chapéu seu

Francisco Angélico
(Navarro, 1980: 29-30)

Corto pau e esgalho rama
e tenho a vitória ganha
morra o homem e fique fama
e defenda o seu camarada

Corto batalhas de amor
corto afectos ao bem querer
a todos corto o saber
eu corto e sou cortador
no corte tenho valor
corte com o corte se chama
cortei redes a quem ama
e corto madeira de azinho
a todos corto o caminho
e corto pau e esgalho rama

Tenho uma coisa bastante
tenho e não a publico
tenho fé em ainda ser rico
e tenho ciência no canto
tenho andado de alevante
e tenho a tenção formada
e com a minha espada
tenho muita gente ferido
a tudo tenho resistido
e tenho a vitória ganhada

Morra a desgraça e o ladrão
morra quem tem mau sentido
morra quem for atrevido
e morra a má inclinação
morra toda a geração
e morra quem a morte chama
morra o doente na cama
morra o tocador tocando
morra o fadista publicando
e morra o homem e fique fama

Defenda-se quando se vir
nalgum barulho metido
defenda-se com o seu sentido
defenda-se e não atire
defenda-se sem pedir
defenda-se e não gaste nada
defenda-se com a sua espada

e defenda-se como puder
defenda-se a si se quiser
e defenda o seu camarada

Gil Quintas, n. 1.6.1907, Montoito (dist. Évora)
(Navarro, 1980: 61-62)

Morre um afecto e outro nasce
vai-se um desejo e outro vem
e depois de um sonho outro sonho
e tantos que a vida tem

Como a flor hoje nascida
mimosa linda e louçã
e o vento surge da manhã
deixa-a de haste pendida
assim é a nossa vida
entre mil prazeres renasce
nem leve sopro desfaz-se
à beira da campã fria
e como morre e nasce um dia
morre um afecto e outro nasce

A vida é um turbilhão
muito crime muita virtude
a vida é um sonho que nos ilude
mas tem curta duração
ansioso o coração
que não se contenta com o bem
a ambição não mostra lei
num rival feliz e contente
assim nesse anseio ardente
vai-se um desejo outro vem

Hoje a esperança da ventura
amanhã o luto e a dor
hoje uma jura de amor
amanhã esqueceu a jura
infeliz do que procura

no mundo provir risonho
cheio de mágoa e tristonho
o porvir nos surgirá
porque esta vida só nos dá
depois de um sonho outro sonho

Só uma eterna verdade
no mundo existe que é a morte
no prazer e no transporte
não lembra à humanidade
ela zomba da bondade
do amor de pai e mãe
zomba do mal e do bem
e tudo que vive é mortal
mas é o desengano final
e tantos que a vida tem

Francisco Ralete, n. Alegrete (conc. Portalegre)
(Navarro, 1980: 119-120)

Eu vi no jardim do mundo
as sete plantas motrizes
com setenta e duas flores
e com vinte e cinco raízes

E muitos homens de talento
tenho visto endoidecer
por não poderem resolver
um qualquer aprofundamento
dão voltas ao pensamento
ao seu saber tão profundo
nos seus sinais mais segundos
deitam a pena para o lado
fadista mais afamado
eu vi no jardim do mundo

Padre filho espírito santo
S. Joaquim Santa Ana
virgem Maria mãe soberana

estrela teu lindo manto
porém o poder é tanto
até faz mover os países
será um dos casos felizes
Santa Maria e S. José
e diz-me amigo o que é
as sete plantas motrizes

Diz-me o que hei-de procurar
coisas que ainda ninguém tenha
às varandas que isto venha
as gerações a pegar
deixe quando isto se formar
sábios talentos doutores
juízes e pregadores
as suas leis serem tantas
e diz-me quais são as plantas
com setenta e duas flores

Diz-me se é divinação
ou se são as sete ruas
ou se são as trinta e duas
carruagens de Salomão
mete-me isto uma confusão
as sete plantas motrizes
estão formadas em juízes
nem Cristo me sabe responder
e diz-me que árvore pode haver
com as vinte e cinco raízes

Francisco Vaqueira
(Navarro, 1980: 147-148)

O que serve à morte o pranto
e os sinais por quem morreu
se a morte traz o descanso
para tudo quanto nasceu

A terra tudo reduz
a cinza pó e matéria
a toda a alma finéria
que no mundo perde a luz
o que é infame seduz
não há um lamento santo
que proteja com os seu manto
para o inferno salvar
e tudo lhe vai constatar
o que serve à morte o pranto

A grande fatalidade
vem indo de quando em quando
ela tudo vai levando
para aquela eternidade
talhando na igualdade
idade nunca escolheu
ela não obedeceu
ao mais triste lamentar
que não vale a pena tocar
os sinais por quem morreu

Ela traz a paz ao mundo
o infinito repouso
leva o mais generoso
para o pé de um vagabundo
nesse descansar profundo
sinto mais um balanço
tem tudo o seu alcance
sem escutar ais nem lamentos
para todos os sofrimentos
a morte traz o descanso

Alta civilização
não vale a pena estudar
porque quando ela chegar
finda-nos toda a lição
não dá culpas nem razão
funda-se em critério seu
ela tudo recolheu

infame potência forte
e traz ela a mais pouca sorte
para tudo quanto nasceu

Francisco Carlos Bentes, n. 1.2.1924, Pedrógão do Alentejo (dist. Beja)
(Navarro, 1980: 161-162)

Os alegres passarinhos
na primavera florida
ouvem-se às vezes cantar
as mágoas da sua vida

Ao romper da madrugada
já se ouvem cantando
muitas vezes lamentando
a sua sorte desgraçada
sua linda voz trinada
em cima dos raminhos
à beira dos caminhos
em manhãs de frieza
dão uma imensa tristeza
os alegres passarinhos

Mas lá se ouve um pastor
a cantar num lindo prado
atrás do seu gado
que trata com amor
o passarinho encantador
canta sempre em seguida
aquela voz retenida
entre o musgo entre penas
naquelas manhãs serenas
na Primavera florida

Mas é um cantar diferente
quem canta de paixão
faz comover o coração
às vezes a muita gente
aquele cantar docemente

em noites de luar
até nos faz acordar
quem dormir ao ar puro
em certas noites de escuro
ouvem-se às vezes cantar

Ao romper da bela aurora
ouve-se grande chilreada
da linda passarada
pelos campos fora
depois vem uma hora
sua voz é mais sentida
sem casa nem guarida
levam a hora espiando
parece que estão chorando
as mágoas da sua vida

António Maria Coelho, n. 20.1.1920, Santa Bárbara de Padrões (conc. Castro Verde)
(Navarro, 1980: 203-204)

Eu nunca soube mentir
Eu só sei falar verdade
Eu já vi chover albardas
Quinze dias numa tarde

Quando a minha avó nasceu
Já meu pai engatinhava
À pedra acorria eu
Cada vez que a encontrava
Ela bastante me ralhava
E eu fartando-me de rir
Deitadinho a dormir
Esse tempo já passou
Batia no meu avô
Eu nunca soube mentir.

Quando o meu bisavô nasceu
Tinha eu catorze anos
Usava botas sem canos

Que o pai dele me ofereceu
Nesse tempo estava eu
Já avançado na idade
Tinha muita habilidade
Não sabia fazer nada
Comia sopas com uma enxada
Eu só sei falar verdade

Tenho sido um homem bom
Como eu não há segundo
Fui no princípio do Mundo
Chefe de uma repartição
Já estive dez anos num verão
Em fiscal das estradas
Eu vi seis pulgas ferradas
Com ferraduras de rompão
Numa casa debaixo do chão
Eu já vi chover albardas

Vi um picarete de sola
Vi um morro de manteiga
Vi lavrar com uma pega
Vi um mosquito jogar à bola
Vi um burro andar à escola
Com oitenta anos de idade
Vi na avenida da Liberdade
Duas pretas muito vermelhas
Já vi ordenhar ovelhas
Quinze dias numa tarde

Manuel Paquete, n. 18.10.1925, Grândola
(Curto, 1982: 59)

Foi o grilo degredado
Lá p'ròs campos de manobra
Por dar uma navalhada
Na barriga a uma cobra

Quando aquele barulho se armou
Havia razão p'ra isso
Foi por causa do ouriço
Que mandou vir e não pagou
Foi quando o ralo se zangou
E saiu com o seu cajado
Foi aquele barulho armado
Pancada que até fervia
Por três anos e um dia
Foi o grilo degredado.

O lagarto está de cama
Com a cabeça escavacada
Deu-lhe o sapo tanta lambada
Que atirou com ele à lama
Salva a minhoca por fama
Bicho cego que todo se dobra
Deu no escravelho uma sova
Que lhe partiu a cabeça
E despacha o gafanhoto a sentença
- Vai p'ròs campos de manobra.

Salta a carocha de bordão
E o louva-a-deus de navalha
P'ra vencer esta batalha
Vá a lesma p'rà prisão
Salta o caracol fadistão
Aqui não vai haver mais nada
Afincou uma bofetada
Na cara da centopeia
E vai o rato p'rà cadeia
Porque deu uma navalhada.

A lagartixa por ser mais fina
Sabia o jogo da frecha
Afincou uma grande brecha
Na cabeça da doninha
A carocha toca a buzina
Salta a aranha que nem uma pólvora
Aqui vai haver mais obra

P'ra acabar este barulho
Até tirou fora o bandulho
Na barriga de uma cobra.

Francisco Hortêncio, n. 1895, Santiago do Cacém
(Curto, 1982: 80)

Em tudo sinto a poesia,
Desde o insecto à planta,
Tudo me diz sinfonia,
Tudo me prende e encanta.

Um cardo seco que seja,
Um pedinte esfarrapado,
Qualquer pária abandonado,
Um réptil que rasteja,
A borboleta que adeja,
O gavião que assobia,
O pintainho que pia,
Implorando à galinha,
Por simples tendência minha
Em tudo sinto poesia.

Um flor que murchou,
Outra mais que floriu,
Uma abelha que zumbiu,
Um veículo que passou,
Um insecto que saltou,
Um rebanho que se espanta,
O eco de uma garganta,
Um apito, um som disperso,
Tudo diz o mesmo verso,
Desde o insecto à planta.

A água que corre nas fontes,
Os arroios graciosos,
Os regatos caprichosos,
A imponentia dos montes,
Os extensos horizontes,

A brilhante luz do dia,
A contínua melodia
Das vozes da criação,
É tudo a mesma canção,
Tudo me diz sinfonia.

A majestade da serra,
Os aromosos perfumes,
Os sotaques, os costumes
Dos habitantes da terra;
O cordeirinho que berra,
O passarinho que canta,
A caça que se levanta,
A fugir, espavorida,
Tudo poemas da vida
Tudo me prende e encanta.

Manuel António de Castro, Cuba
(Guerreiro, 1992: 192 - 193)

Eu na terra fui nascido,
E eu na terra fui criado,
A terra me há-de comer
Depois de ser sepultado.

A terra é a minha mãe,
Não no posso duvidar
E para esta me criar
Tudo da terra me vem.
Eu à terra quero bem,
A terra bem me tem querido,
Eu na terra tenho vivido
E na terra é que hei-de ter fim,
Sei que a terra que é assim
Eu na terra fui nascido.

Eu na terra é que semeio
De todo o meu alimento,
Da terra tiro o sustento

E na terra é que passeio;
Da própria terra me veio
Água para ser baptizado,
A mesma água me tem dado
Tudo quanto é preciso,
Tenho pena se a terra piso
E na terra fui criado.

Deus à terra me mandou
Com o uso da razão,
A terra me deu o pão
E o pão é que me criou.
Ao dispor da terra estou,
Visto na terra viver;
A terra me há-de valer
Enquanto nela for vivendo
E depois, quando morrendo,
A terra me há-de comer.

O corpo da criatura
É só terra e nada mais,
Os nossos restos mortais
Estão sujeitos à sepultura.
Isto é a verdade pura,
Tudo na terra é criado,
Depois torna ao mesmo estado
Visto na terra viver,
E a terra me há-de comer
Depois de ser sepultado.

Silva Varejota, n. Querença (conc. Loulé)
(Guerreiro, 1992: 229-230)

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Carlos Garcia de. "Tradição/Modernidade", *A Cidade - Revista Cultural de Portalegre*, n.º 6 (Nova série), 1991.
- CURTO, Carlos. *Um Poema Chamado Grândola*, s/l, Câmara Municipal de Grândola, 1982.
- CULLER, Jonathan. "A Literariedade", *Teoria Literária* (dir. Marc Angenot & alii - trad. Ana Luísa Faria e Miguel Serras Pereira), Pub. Dom Quixote, Lisboa, 1995.
- GARCIA, Maria Antonieta. "Literatura Popular", *Da Literatura Popular à Literatura Infantil* (coord. José Brito), Centro de Formação Concelhio do Fundão, Fundão, 1999.
- GUERREIRO, M. Viegas. *Guia de Recolha de Literatura Popular*, Lisboa, Ministério da Educação e Investigação Científica - Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, 1976.
- MOURALIS, Bernard. *As Contra-Literaturas*, (trad. António Filipe Rodrigues Marques e João David Pinto Correia), Almedina, Coimbra, 1982.
- NAVARRO, Modesto. *Poetas Populares Alentejanos*, Vega, Lisboa, 1980.
- PINTO-CORREIA, J. David. (1984), "Romanceiro e Literatura Tradicional", *Romanceiro Tradicional Português* (org. J. D. P.-C.), Editorial Comunicação, Lisboa.
- SARAIVA, Arnaldo. *Literatura Marginalizada - Novos Ensaios*, Edições Árvore, Porto, 1980.
- "Poesia popular: conceito, a redondilha, a décima; décimas em poetas do Alentejo e do Algarve", *Literatura Popular Portuguesa - Teoria da Literatura Oral/Tradicional/Popular*, ACARTE/Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992
- "Para uma teoria do texto da Literatura Popular Tradicional", *Literatura Popular Portuguesa - Teoria da Literatura Oral Tradicional/Popular* (coord. Manuel Viegas Guerreiro), ACARTE/Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1992.





Lira Vária

Com a generosidade que é própria dos poetas, Nicolau Saião remeteu-nos para publicação no n.º 12 o poema "Nómadas do Outro", da autoria da sua amiga e colega de letras, Rosa Alice Branco; com as armadilhas que são próprias da informática, na longa viagem entre vários computadores o nome desta desapareceu e o poema saiu como sendo de Saião. Fica aqui reposta a autoria, esperando *Callipole* que a poetisa atingida nos brinde em altura próxima com materiais da sua lavra.

Tiago Gomes

LIBERDADE OU VIDA E MORAL DOS PÁSSAROS

Os pássaros são inocentes
e com o chilrear
avisam onde estão.

E são simples e amigáveis
e batem as asas
ao levantar voo.

E depois de passarem
a vida toda a voar livremente
morrem com uma bala no peito.

CONVERSA DE SÓCRATES COM PLATÃO

- Belas Artes? - disse-lhe.
Sentia-me seguro disso ao olhar o seu rosto.
- Sim, escultura.
- Mas, e os seus finos dedos?
- Sim, são ágeis.

(O mestre d'obras ri e diz que sim com a boca dando um beijo de assentimento).

- E os seus olhos verdes?
- Talvez sejam a escultura das ondas.

POEMA

A mãe descascava favas
como num quadro impressionista
o bom filho Tomás ajudava na sala
com vagar e paciência, conversando com ela
o filho rebelde, Buga, eriçava os cabelos

e fazia ruídos provocadores entre os dentes.
Os mais velhos estavam fora
nas ruas pintando cerâmica.

Hoje fui a casa deles
e vi um saxofone triste deitado no quarto
e uma casa deserta.
A mãe, pequena mas tão grande, morrera.
Depois da morte da mãe, não existe mais ninguém.

Renato Suttana (Brasil)

A ABELHA

Inutilmente procuraremos
nela
uma lição:

a abelha
(seu olhar seco -
seu zumbido

é só um deserto medido,
alado,
à luz do dia).
Quem explica uma abelha
senão
pela mistura

de mel e ferrão?

O PORCO

Focinho para baixo,
o porco
é uma humilde perfeição.

Nada o sublinha, o melhora.
Ele fossa onde pode,
e apanha

o que encontra -
se constrói assim,
entre grunhidos

e o couro áspero.

A ÁGUIA

Uma águia
(só as vejo em livros, mas sei
que são fragmentos alados

de morte e beleza)
captura o exato
com seu olho de águia. -

Vive de ser a medida
que vai da ponta da asa
à ponta da garra.

A SERPENTE

Mais que um pecado,
a serpente
nos ensina a simplicidade

fria
de ser apenas
o que se é.

Por isso se arrasta na relva,
por isso se enrosca num tronco -
e devora em silêncio.

O PORCO-ESPINHO

Não se copia
nem a si mesmo,
como se houvesse

atingido o ponto mais extremo
em que se contenta em ser
o que é:

uma forma intratável -
uma
aparência inabordável,

e semelhante a coisa nenhuma.

in "Bichos"

O que quero dos regressos e dos poemas
é essa circunstância de serem fontes.



Não temo aproximar-me do limite,
dessa transparência onde os deuses
assistem à queda dos graves e quase
se magoam por não terem os pés
sobre a terra ou daquilo que chamas
inclinação para a angústia como
se fosse coincidência esta pressa
de tudo classificares. Não temo
ainda que seja evidente que uso
as palavras por antecipação.



Se hoje voltássemos a olhar na direcção
das nuvens, não sei que trilho iríamos deixar
no chão. O mundo inteiro não precisa destes
mapas que desaparecem assim que o vento
sopra um pouco mais aflito, ainda que olhar

as nuvens seja a única distância
que entendo como lugar.



Estendo o braço até tocar
a sombra da tarde
- não quero outro exercício
enquanto fragmento de poema -
e é provável que as flores azuis,
que não sei identificar na berma
da estrada, amanhã já lá não
estejam, tão frágil é o meu
entendimento do mundo.



Por vezes, precisávamos que tudo fosse simples

- as folhas das árvores rindo tocadas pelo vento,
uma mangueira de água a fixar o pó da terra,
as portas das casas fechadas na ausência -

que tudo fosse simples como as mortes necessárias.



A vocação dos homens silenciosos
é, ao longe, serem aves.

GRANITO

Um poeta pode durar sei lá 80 anos
Há mesmo alguns que duram noventa anos
Por seu turno uma mesa de madeira dessas vulgares
dessas com um tampo de tábua que as boas donas de casa procuram
sem sucesso que fiquem menos rugosas
- e de repente um rasgão de luz o perpassar duma lâmpada
um traço de vela que alguém acendeu no escuro
devolve-lhe o seu perímetro real de pinho decepado
de pobre utensílio ou de superfície usual -
Mas dizíamos nós aí vinte trinta anos
aí uns setenta se for bela usança de uma casa afastada?

Olhei e vi: um muro nem mesmo bem cuidado de
granito
(palavra que contém não apenas o simulacro exterior
de matérias geradas pelo interior da terra
mas também o que se sente ou se adivinha ou que
se desejaria fazer frutificar: e é a mancha
de qualquer líquido por exemplo a água
mas nunca azeite ou vinho ou até mesmo mercúrio
o sólido cruzando o seu contrário
enigma)
apenas pedras sobre pedras naquele campo a anoitecer.

E um arrepio correu-me dos dedos aos olhos.
E nada mais perguntei a mim mesmo.
E nada mais desde esse momento quis saber.
Disse para mim: granito.
Disse para mim: é então este o granito.
E olhei de novo em volta como se de repente

uma emoção anónima terrível singular me tivesse alcançado.

NAZARÉ

Não a outra, mas essa: a que do Sítio nos aponta o ocidente
 E depois outras rotas para todos os quadrantes:
 a praia de dentro
 o jardim de fora e do fundo da nossa pequena
 silhueta
 - morte que se negou.

A solidão da praia do Norte
 o assombro da luz
 que alimenta a penumbra
 Tudo o que por alegria calamos num passo estugado e
 um pouco temeroso
 Não importa, dizias tu, além é o mundo e ouve-nos
 - pequeno veraneante de roupas coloridas que a alguém entregou
 sua voz seu segredo
 seu nítido momento.

E agora
 não a outra mas tu
 a que não entra nessa história sagrada em que Ester
 colocou seu cântaro perto do muro caído
 e que em Azarias achou seu derradeiro refrigério
 A mão a asa perfeitamente modelada
 e depois seu abalar para sempre, seu
 trespassado e imperfeito corpo até à claridade
 - bóias barcos refluir de vagas as máquinas
 fotográficas ao ritmo do que de longe a serra da Pederneira
 conserva e permite.

Não a outra mas tu
 a que outrora vi entre céus e uma sombra fugaz
 Meu íntimo refúgio igual a mil a cem a um apenas.
 As flores os fogareiros para o trabalho do peixe a jorna entregue
 a quem na memória retém surpresa e saudade

ou simplesmente no cimo da falésia avistou
 horizontes ruas incólumes a escuridão das dunas.

in "Escrita e o seu contrário"

LACRIMOSA

1. Há uma voz incessante. Um córrego de inverno. Rumoroso de palavras antigas. Com sons novos. Límpidos. Polidos de leite. E aos seixos murmura mistérios da fonte do fundo na terra onde as torgas se esfiapam em artérias de seda. O **núcleo**. Onde do fogo brota água. E da água brota fogo. O núcleo da comunhão. E essa voz. Que ouço no dia e na noite me conta o incontável em idioma que desconheço ciente só do som. Harmonia. Cadência. Ritmo. Rima que mexe raízes de teixo. E agita a cauda da truta. E baila gaiata nas alpoldras há séculos irrompidas dos pés cuidadosos em não pisar águas onde as pontes não são aladas. Voz.

2. A voz. Que me circula e me contorna. A voz que torna. Um arauto de outrora. Uma noite de medo. Uma angústia de vento. As folhas e a toca do castanheiro no extremo do avelanal. A pele casa de castanho soerguidos os braços em cruz e os olhos fechados transpirando terra por meus poros. A voz presente da fraga afagada e do estrénuo limo franzino. Há sons muito antigos e guturais em busca do polimento tal seixo. Ou tal veio do granito azul sob o musgo. E sons de louvar e de gritar. Exorcismos. E a voz da vida grita. E a voz da vida louva. E no grito te louvo e para louvar-te grito. A voz murmura que ecoa no bosque e na seara. E é canto de condor dos cumes e pio da coruja dos baixios. E riso de duende. E raio de lua. Voa. Voz.

3. Escuto-a todo. E sinto afago e estímulo. Das alturas. E do achego do vale que estreita. Do barro branco da giesta e da águia dançarina. A voz da vertigem. Relutante e sacudida. Decidida e fluida. Espiral de sons. De outras eras e consoantes. São as palavras da pedra da terra. Os sons em que me dobo a tear. A voz. De espuma. De angústia e riso que não refreiam o golfar. E há lírios nessa voz. Hoje lírios. Amanhã teixos. E no covão em que o córrego se mais funda há vozes sombrias e longínquas portadoras das perdidas areias do seixo já de menos perfeito. E a voz escorre. E à noite corre mais silêncio afora. No sono redemoinha camarinhas de suor cansado. E julgo ouvir-te e tento ouvir-te e quero ouvir-te nos sons de quando ainda tinhas corpo. E rosto. Quando hoje sem corpo se perde o rosto. E são vozes a gesto desenhadas apartando o ar e te adejando as pálpebras. O som do gesto. A voz do gesto. O rosto do gesto a voz. A gesta. Voz.

4. Não hei-de perder-te voz. Em ti me embarlo. Cântico matricial. Com anáforas renovadas. Ciciadas. Sons confluentes aqui convocados em função essencial. Íntegros. Falas em mim hoje todo o passado em vozes tão plurais que baralham as palavras numa lengalenga perene e incansada. Oração una. Unívoca voz. De monges em milenar convento. Vozes centenárias e às centenas. Rodopiando preces nas celas estreitas brancas na ogiva da nave no campã-

nário dos carrilhões nos claustros longos frios soturnos onde os pássaros pousadas nas oliveiras chilreiam loas aos reis jacentes. Não ouço a tua voz. Nunca mais me chegaram sons da tua voz. E tanto tento deles me lembrar. Nem o ai de alegria me acomete. A voz. A voz essencial. A voz teu espírito e tua imagem teu corpo. Perco tudo. Agoniada perda. Tanto quanto não lembro ninguém presente. E creio serem tão poucos. Já tão poucos. Os presentes. E os ausentes persistentes embrumados indistintos riem no vazio. Voz.

5. O riso é voz. Hoje sei porque te não ouço o riso. Naquele dia que teu corpo se alquebrou e foi. Fiquei para te adornar a nudez. Na sala branca onde tudo era prata. Os armários com os gavetões de corpos sem rocas de alfazema. A maca. As ferramentas. De oficina de corpos sem conserto. E o homem cinzento enquanto eu te penteava engordou-te com levíssimo algodão. E colou-te os lábios num sorrir colado. Não ouço a tua voz por causa do algodão e da cola. E as outras vozes que não ouço e todas aquelas que ouço. Seladas até à corrupção da carne. E os ardidos com um hálito quente. O hálito faz perder tanta voz. O hálito macera a voz. As vozes das litánias dos vocalizos e gritos que me atordoam. Inquietas vozes. Suplicantes. A voz. Que me chama chama. Urgente. Persistente. A voz que ordena e me manda ir por ali. A voz do erro e da razão. A voz da intriga rumoreja. A voz que fixa. A voz. Sarilheira voz.

6. A voz sobreposta aos sons. Aos ruídos. A voz companheira da madrugada. Do dia. Da noite. Da viagem. Sobre óperas se soergue em grito ou choro. Rouquido ai. Para lá de

tudo o canto belo. Voz companheira que tanto me falas. Me falas por todas as bocas. Todas as línguas. De tantos tempos remota voz. A voz. Que distrai. Atrai. Retrai. Voz bridão. Voz esporim. No flanco do som fortemente e cálido. Voz do espasmo. Do nervo que retine e vibra. Do não. Voz do sorriso e da esperança. Da lua. Força e fé. Voz que nega e cega. Voz que ecoa. E há uma voz mais branca que as outras vozes. Albina voz. Que atropela as vogais e as entala com força nas consoantes em estalidos de estímulo e chamada soados a cântico de África. Com areia e sol e noite. Voz que raia. Alba escarlate. Voz.

7. A voz. Que ruge e afia as garras de marfim na pedra. E no lume. Voz que voa olhada. De lince em águia. Voz quente como o deserto e teu ventre. Voz fria como a estepe. Voz de cascos e tropéis. Voz de gritos a arrenegar medos na ponta da lança erguidos. Voz que corre. Voz que voa. Bruta e fera. Voz que choca cota e elmo. A voz que geme. A voz que esvai. E treme. *Pai*.

8. E na prega mais negra e densa da noite. A voz. Pilão. Martela. Voz que bate a rebate. Esmói. No acto desobrigado. Ciente voz de erro e falta. Faca ríspida. Voz de açoite. Voz que tece e sereia. Voz do mar. Que me falas e faltas. Voz.

9. Espuma e franja. Voz. Balsar de naufrago. Solução de viúva. Negro xaile de Maria. Gota caída no ar. Onda no mar batida. Capela de dor caiada. Nuvem. Voz azul. Fria. Que repuxa e rapina a força. Cediça voz. Rompão na maré que esgaça. Âncora no lodo rota. Voz que troa. Voz que mata. Voz que voa. E fixa. Grita. Voz.

10. Voz que prendo. Voz que ato. Voz que fecho e nesta escrita teço. Voz que luta e revolteia. Estrebucha e pontapeia. Voz. Voz que domo. Me doma. Voz que dano. Voz do dono. Voz humano. Humano grito. Humano voz que finto. Voz dos arabescos e roma-

nos. Voz que escrevo e escrava nua quedo. Em branco. Voz que guardo e entesouro. Voz que te reservo. Neste vaso. Nesta ânfora. Neste líquido. Voz legado da escrita cativa. Alforria. Alforria. Te deixo voz. Aqui. Para seres ouvida. De viva escrita. **Voz.**



Lira Calipolense



Maria Lúcia Lobo de Araújo

VILA VIÇOSA

Tens beleza e muito encanto
Um perfume sem igual
De todas a mais formosa
Das vilas de Portugal

Manténs o silêncio e a calma
Que todos nós desejamos
Enches-nos de paz a alma
Quando te visitamos

Até as negras andorinhas
Bailam felizes no ar
No silêncio das tardinhas
Ao som do sino a tocar

Berço de gente importante
Inspiraste a poesia
A beleza é teu garante
E irradias simpatia

Com o teu palácio imponente
A lembrar a realeza
Orgulhas a tua gente
Com o passado e beleza

De mármore rodeada
Vestida toda de tule
De beleza és bafejada
Ó linda vila do Sul

Tens aroma sem par
A flor de laranjeira
À tarde paira no ar
Odor que tão bem cheira!

Com um encanto que é só teu
E um castelo a espreitar
Não sei se ele adormeceu
Ou se está a recordar...

No Alentejo és princesa
E do fundo da alma minha
Mesmo sem ser realeza
Eu tornava-te RAINHA

Luis Alfonso Limpo (Espanha)

PALACIO DUCAL

(Vila Viçosa)

Roja tierra mordida de pólvora
con entrañas de mármol, sin sombra
de olivos ya. *Chafariz* de Borba:
los plátanos que copian sus hojas...

D. João IV preside en su gloria
la plaza desierta, silenciosa.
¡Sinfonía de simétricas formas
a su espalda! Él, inmóvil, galopa.

Hiere el sol, afuera, hombres y cosas.
Dentro, en cambio, el claustro atesora
Su frescor bajo las recias bóvedas.
¡Oh intimidad violada, memoria
del mármol de su carne sin ropa
que, doliente, el recuerdo prolonga!

Luis Alfonso Limpo (Espanha)

PALÁCIO DUCAL
(Vila Viçosa)

*Terra vermelha mordida pela pólvora
com entranhas de mármore, já sem a sombra
das oliveiras: Chafariz de Borba:
os plátanos copiam as suas folhas...*

*Na sua glória, D. João IV preside
à praça deserta, silenciosa.
Nas suas costas, que sinfonia
de simétricas formas! Imóvel, ele galopa.*

*Fora, o sol fere homens e coisas.
Dentro, porém, o claustro entesoura
Sua frescura sob as fortes abóbadas.*

*Ó intimidade violada, memória
do mármore com sua carne despida
que, dorida, prolonga a lembrança!*

(tradução de Mário Silvestre)

Tempo de Museologia

A gestão do Património, os museus e o território – processo integrado e interacção com a comunidade

Graça Filipe

Considerados os museus como processos resultantes da articulação e das interacções entre Património, Território e Comunidade, enquanto suas principais componentes, pretende-se dar um breve contributo à reflexão centrada na candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO.

Sendo o Território considerando um contexto natural do processo museológico que se pretende aprofundar no Município de Vila Viçosa, cabe à sua população um papel primordial, assente nas comunidades que expressam as suas afinidades identitárias tendo por referências essenciais um vasto e diversificado património cultural.

Tomando por referência, enquanto instrumento legal de protecção e de gestão de património cultural, a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que veio estabelecer as bases da política e do regime de protecção e de valorização do património cultural português - considerados todos os *testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, que devam ser objecto de especial protecção e valorização* - lembremos os principais atributos ou requisitos de representatividade de tais bens ou testemunhos. Privilegiam-se as qualidades ao nível da memória, da antiguidade, da autenticidade, da originalidade, da raridade, da singularidade e da exemplaridade.

Desde as últimas décadas do século XX e no presente, a par da extensão do conceito de património, estamos perante um notável incremento de projectos de reutilização, com a atribuição, ao património, de novos usos, tendo por paradigma a sua utilidade social, com a emergência de uma nova economia e a conceptualização e experimentação de novos modelos de gestão do património.

De tal dinâmica decorre também, no universo dos museus, uma extensão do conceito de objecto museológico - enquanto *testemunho material (ou registo material de testemunho imaterial ou lacunar) do homem e/ou do meio, reportado a um contexto musealizado ou musealizável* - e, concomitantemente, a extensão dos acervos e dos campos de aplicação das funções museológicas.

Em consequência do alargamento da acção e da influência dos museus nas mais diversas áreas e tipologias de património cultural, não só se conquistam novos públicos, como se desenham e rapidamente se vêem evoluir novos percursos de envolvimento das pessoas e da(s) comunidade(s) com o património, dando lugar a crescentes exigências de ordem política e também de ordem técnica, no que concerne à sua protecção e à sua valorização.

Abordando o processo que costumamos denominar como patrimonialização - isto é,

o reconhecimento e a apropriação de testemunhos/bens culturais por uma comunidade - parece da maior pertinência analisar e avaliar as formas de legitimação do património, os seus principais protagonistas e os métodos de atribuição de poderes e de lideranças em tal tipo de processo.

Parece-nos incontornável que só duma estreita e assumida relação da comunidade com os testemunhos herdados do passado, expressando, no presente, valores e saberes representativos, resultantes da interacção das pessoas com os territórios, poderá surgir e afirmar-se verdadeiramente a necessidade de empregar meios específicos para os gerir.

Para tal, é fundamental a escolha dos processos de valorização do património cultural a serem aplicados pelas entidades, públicas ou privadas, que detêm a propriedade e/ou a tutela de tais bens, materiais e/ou imateriais, podendo passar, ou não, por opções de musealização - isto é, pela aplicação de funções museológicas, tais como a incorporação museal, a investigação, a conservação, a documentação, a interpretação e exposição e a divulgação.

Defendemos metodologias de conservação dinâmica de património, preservando-o de forma a respeitar a sua evolução e interpretando-o com uma visão alargada e transversal. Em contexto museológico, admitimos que, paralelo às funções museológicas activas, pode decorrer um processo de programação, no qual participem vários intervenientes num projecto de desenvolvimento sustentado, em que o património e o acervo museal constituam, entre outros, recursos essenciais.

Segundo a recente lei-quadro dos museus portugueses, n.º 47/2004, de 19 Agos-

to, o museu é «... uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.»

A identidade de cada museu é definida a partir da sua missão, vocação e objectivos essenciais, em que se inscrevem a programação e a política de incorporação, marcan-tes na vida e nas actividades da instituição.

Na experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS), museu de território, com uma estrutura descentralizada e abarcando campos temáticos diversos, decorrentes da abordagem transversal e ampla daquele mesmo território-base - concelho do Seixal, margem sul do estuário do Tejo - evidenciam-se as potencialidades da aplicação de funções museológicas ao património cultural imóvel, no sentido de favorecer o envolvimento do maior número possível de pessoas e de entidades, na procura de meios para a sua preservação e a sua valorização.

Como exemplo dessa experiência, apresentamos sumariamente o Inventário de património imóvel do concelho do Seixal, levado a cabo por um grupo de técnicos do EMS, prosseguindo objectivos e um plano de trabalho delineados para um prazo pluri-anual e que se encontra actualmente em avançado estado de concretização. Através da análise e do cruzamento de anteriores le-

vantamentos, procedeu-se à actualização do elenco e à selecção de testemunhos, considerando várias fontes de informação e de conhecimento e tendo em conta diferentes processos de apropriação do património cultural imóvel à escala do território.

Procedeu-se à descrição dos imóveis, conjuntos e sítio, por categoria e tipologia, aplicando-lhes sistematicamente o mesmo método de valoração do potencial patrimonial e elaborando, em cada caso, uma proposta detalhada de medidas de salvaguarda. Para cada imóvel foram ainda considerados os seguintes descritores: referência de sítio; designação; localização administrativa; localização geográfica; cronologia; medidas de protecção; estado de conservação; descrição sumária; síntese de intervenções; tipo de uso; bibliografia principal e outras referências de inventários anteriores ou da responsabilidade das instituições com a sua tutela.

O património foi classificado em cinco categorias principais: património arqueológico; arquitectura civil; arquitectura religiosa; arquitectura militar e património proto-industrial e industrial.

Quanto aos critérios de valoração, sujeitos a uma escala de cinco níveis - do nulo (0) ao excepcional (4), passando pelo reduzido (1), pelo médio (2) e pelo elevado (3) - basearam-se na apreciação de várias vertentes, incluindo o valor arqueológico, o histórico, o artístico, o técnico-científico, o económico, o social, o patrimonial, o simbólico, o legal e o potencial de reutilização.

Para a apreciação das medidas de salvaguarda, não só se revela da maior importância o trabalho desenvolvido e a avaliação de projectos do EMS que estão em curso, como se basearam tais medidas no aproveitamen-

to de recursos existentes ou no desenvolvimento de alguns destes, no âmbito territorial. Elencadas de forma específica para cada situação, preconizam-se levantamentos fotográficos, levantamentos topográficos, levantamentos arquitectónicos, pesquisas documentais, recolhas orais, recolhas de espólio móvel, recolhas de equipamentos, recolhas de elementos arquitectónicos ou de elementos integrados, acompanhamentos arqueológicos, prospecções e/ou escavações arqueológicas, monitorizações, acções de manutenção, conservação/restauro/reabilitação, estudos, divulgação, medidas de valorização e, em reduzido número de casos, propostas de classificação.

O inventário de património cultural imóvel, incluindo até à data uma série de cento e nove sítios e conjuntos - imóveis e conjuntos classificados ou em vias de classificação, sítios com vestígios arqueológicos a estudar e a proteger, imóveis de interesse municipal e estruturas urbanas - deu assim lugar à Carta do Património do concelho do Seixal, cujo regulamento deverá constar do próximo Plano Director Municipal.

Seguindo esta metodologia, o EMS, procurando trabalhar articuladamente com outros serviços municipais e entidades de tutela dos bens imóveis, tem por objectivo conhecer o património enquanto recurso de desenvolvimento, capaz de envolver a comunidade, tornar o inventário um instrumento de planificação da acção patrimonial ao nível da protecção e da valorização e um contributo para o planeamento do território.

Entre outros documentos que serviram de alicerce e fundamentaram a concepção desta metodologia, inscreve-se a Carta de Cracóvia 2000, que, como se sabe, actuali-

zou a Carta de Veneza 1964, sintetizando princípios e orientações, nomeadamente relacionando os princípios para a conservação e restauro do património construído (arqueológico, arquitectónico, urbano e paisagístico) com a recuperação da memória e a transmissão da herança cultural às gerações futuras.

Como conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica, o património deve ser perspectivado tanto na sua dimensão universal, como na dimensão local, atendendo a características de diversidade e de pluralidade, ora enquanto marcas de identidade dum território, ora enquanto forma de o distinguir e de conferir um certo potencial de coesão e de inclusão entre os seus habitantes ou população.

Sublinhamos o interesse de, também em termos patrimoniais e no contexto museológico em referência, o território ser considerado uma zona de competências, em função duma superfície e dos seus limites, mas como uma realidade dinâmica, reque-rendo constantemente uma abordagem holística e integrada, capaz de atender às origens quer sociais, quer culturais da territorialidade e do enraizamento e identidade das várias comunidades.

A comunidade poderá ser vista abrangentemente, como a população que vive num dado território, se ela própria se reconhecer em perspectivas de futuro mais ou menos comuns e partilha uma certa consciência comum das afinidades e das diferenças que caracterizam os seus elementos, assim como das relações que as pessoas e a comunidade, no eu todo - assumem com o meio. É também muito importante o

alargamento do conceito de património, para que o maior número de pessoas e sectores da população dum dado território se reveja e sinta representado pelos testemunhos em vias de protecção e valorizados, processo em que os museus podem e devem ter um papel crescente e de responsabilidade reconhecida pelas respectivas tutelas. Contribuindo para qualificar a vida cultural das comunidades e atraindo novos recursos aos territórios em que se implantam, nomeadamente em iniciativas de valorização de património e/ou de aproveitamento turístico do mesmo, os museus contribuem indubitavelmente para numerosos projectos de desenvolvimento local e territorial, avaliados como processos de crescimento e mudança estrutural, expressos em melhorias concretas de nível e de qualidade de vida dos seus habitantes.

Será útil aprofundar o conhecimento e investigar as experiências museológicas sob as várias perspectivas que vimos enunciando, sempre que for pertinente traçar linhas de orientação e programar recursos patrimoniais com objectivos de criação de novas entidades museológicas e sua articulação com estruturas já existentes, como parece ser preocupação em Vila Viçosa.

Entre outras vertentes da questão, parece-nos interessante explorar a diversidade e a densidade temáticas, directamente relacionadas ou relacionáveis com a vitalidade da sociedade calipolense contemporânea, tanto nas suas componentes tangíveis, como nas intangíveis. A par dessa linha de reflexão, parece-nos possível considerar uma outra, eventualmente a explorar: a do espectro temporal/cronológico em que se contextualizam os espaços e os bens ou testemunhos

culturais, potenciando a selecção de recursos patrimoniais através dos quais os museus, juntamente com outros actores do desenvolvimento local, munidos dos meios indispensáveis por parte das respectivas tutelas, públicas ou privadas e interagindo com a comunidade, possam contribuir para que esta vivencie o território, continuando a abri-lo ao exterior.

Parece-nos que em Vila Viçosa se devem articular metodologias e recursos convergentes num modelo de gestão integral, que assegure a protecção e a valorização da *Vila-Museu*, com a sua envolvente paisagística, o seu património histórico e ar-

quitectónico e o seu património imaterial, em que monumentos, testemunhos culturais e espaços ou estruturas museológicas espelhem as identidades e os interesses dos seus habitantes, fixando-os ao território e atraindo outros recursos exteriores.

Tão importante como os resultados das investigações centradas no património e no território de Vila Viçosa, numa acentuada perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, será a reflexão resultante do debate museológico, no quadro alargado de múltiplas exigências da gestão global e participada do património, instituído e/ou em processo de apropriação pela comunidade.



O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: 70 anos de gestão museológica

Maria de Jesus Monge



Fig. 1 - Retrato de D. Manuel II, por Henrique Medina – 1949.

No panorama museológico nacional, o Museu da Casa de Bragança ocupa um lugar à parte por várias razões e, desde logo, pelo facto de ser o primeiro criado no âmbito de uma fundação. Actualmente esta figura jurídica é imediatamente associada a algumas

das instituições museológicas mais conhecidas e dinâmicas; em 1933 esta opção prendeu-se com a necessidade de cumprir cabalmente as disposições testamentárias¹ do instituidor, D. Manuel II, em que para além da componente museológica se inseriram objectivos de carácter sócio-caritativo.

Uma instituição privada que, no entanto, tutela numerosos monumentos nacionais entre os quais alguns identificados com momentos chave da evolução histórica nacional. Ao mesmo tempo, o património móvel que lhe pertenceria fora também propriedade do último monarca português e, não levantando na generalidade dúvidas sobre a propriedade legal, a sua importância artística condicionou o seu destino. Finalmente a Fundação da Casa de Bragança é criada com a obrigação expressa de prover, através dos seus recursos fundiários, a manutenção do património artístico e monumental que detém, conferindo-lhe uma premissa de independência financeira que continua a ser original nos nossos dias.

Após estas breves palavras que esclarecem alguns aspectos administrativos menos conhecidos, dar-vos-ei conta do que foram estes setenta anos de gestão museológica.

¹ O testamento de D. Manuel II foi lavrado a 20. Setembro.1915 e, até à morte prematura do Rei em 1932, não sofreu alterações substanciais – excepto o Codicilo de 29.Maio.1919 em que são revogadas as disposições a favor do Infante D. Afonso Henriques.

O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança é criado pelo decreto-lei 23.240 de 21 de Dezembro de 1933, que institui igualmente a Fundação da Casa de Bragança, para dar cumprimento ao disposto no testamento de D. Manuel II, lavrado em 1915. Neste documento declara a vontade de criar um museu que integraria as suas colecções artísticas - artigo 14: "*Desejo que (...) todas as minhas colecções constituam um Museu para utilidade de Portugal, minha bem amada Pátria. Este Museu deve ser denominado Museu da Casa de Bragança.*" A constituição da Fundação resultou ainda das disposições das duas rainhas herdeiras, D. Amélia de França e Bragança e D. Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen respectivamente mãe e mulher do falecido monarca, último rei de Portugal.

É enquanto herdeiro de uma família com quatro séculos de existência, marcada por constante protagonismo e inegável preponderância na vida nacional, que D. Manuel decide criar um espaço de memória dedicado à Casa de Bragança, e isto em período republi-

cano. Desde a sua criação, nos alvares do século XV, que os membros desta família apostaram numa estratégia de apoio ao conhecimento e muito particularmente às artes. Em Portugal, a palavra *museu* surge associada às colecções reunidas pelo 1.º Duque de Bragança, reaparece frequentemente ao longo dos séculos e a Dinastia Brigantina, que sobe ao poder em 1640, mantém esta preocupação. Não cabe aqui esta história mas é importante lembrar que aparecem directamente associados à criação de instituições museológicas os nomes de D. João V, D. João VI, D. Pedro IV, D. Fernando II, D. Pedro V, D. Luís, D. Carlos, D. Amélia...

O espaço é o Paço Ducal de Vila Viçosa, designação pela qual é habitualmente conhecido o Museu, e o acervo as colecções de D. Manuel de Bragança. A escolha do edifício é lógica. Mesmo após a subida ao trono de D. João IV, Vila Viçosa continua a ser considerada a base territorial da família. O conjunto arquitectónico em que o Paço está inserido é testemunha material do per-



Fig. 2 - Paço Ducal de Vila Viçosa.

curso da Casa de Bragança. Auscultando as paredes, percorrendo os corredores, encontramos ecos dos cinco séculos de História e histórias por ali desfiadas.

O património móvel seria, à partida, constituído pelas colecções artísticas de D. Manuel de Bragança. Encontram-se no Museu-Biblioteca objectos que estavam em Vila Viçosa quando da República, realizaram-se em 1917-20 alguns envios de armas antigas, mobiliário e louça de outras residências reais, e em 1937 foi recebido espólio proveniente de Fulwell Park, a residência londrina de D. Manuel II. Acolheram-se também alguns objectos vindos do Paço dos Carrancas, propriedade particular da Família Real e dado por D. Manuel à Santa Casa da Misericórdia do Porto. Após as obras que garantiram as condições de segurança e conservação, regressaram a documentação do Arquivo da Casa de Bragança, os Livros Quinhentistas, as duas Cruzes Relicário de Vila Viçosa e de D. Catarina de Bragança, e parte da colecção de majólica. As restantes colecções reais estão nos museus e palácios nacionais.



Fig. 5 - Paço após as obras dos anos 40-50 / Sala das tapeçarias.



Fig. 3 - Paço antes das obras dos anos 40-50 / Sala da Tapeçarias.



Fig. 4 - Paço antes das obras dos anos 40-50 / Sala Dourada.

Após a morte da Rainha Dona Amélia, em 1951, parte do seu espólio pessoal (sobretudo documental) regressa a Portugal e um número significativo destes objectos é entregue ao museu em 1956.

É este acervo que se constitui em Museu-Biblioteca. A opção por esta solução de casar espólios artísticos e bibliográficos é antiga e tem numerosos exemplos em Portugal, com reflexo na própria designação, veja-se o caso do Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães. No caso presente, esta associação justificava-se mais ainda pelo enorme



Fig. 6 - Copo de Martim.



Fig. 8 - Armaria.



Fig. 9 - Tesouro.



Fig. 7 - Vaso pré-colombiano.



Fig. 10 - Coleção de Porcelana Azul e Branca.

valor histórico e patrimonial que representa a biblioteca de livros quincentistas reunida a partir da década de 20 e estudada pelo rei. O museu constituiu-se assim integrando artes decorativas, armaria, alfaias religiosas, numerosas pequenas colecções de temas variados que reflectem os gostos e ocupações da Família, e a vasta documentação afecta aos arquivos da Casa de Bragança, incluindo os Arquivos Musical e Fotográfico, para além dos livros já referidos.

Numa primeira fase a gestão era assegurada por uma Junta Administrativa e, no Museu-Biblioteca, um conservador-director, João de Figueiredo, que foi nomeado em 1935 e era médico de formação. Embora José de Figueiredo, director do Museu Nacional de Arte Antiga, fizesse parte da Junta



Fig. 11 - Castelo, exterior.

Administrativa da Fundação e tivesse provavelmente orientado a escolha, não parece ter tido grande papel na definição do trabalho museológico. Entre 1935 e 1945 o museu, embora com existência legal e um quadro de pessoal que incluía para além do director-conservador, um escriturário e dois guardas-serventes, não funciona efectivamente. Realizavam-se visitas esporádicas, mediante marcação prévia. A inexistência de recursos financeiros e a inexperiência na área da Museologia, impediram qualquer outra actividade.

Esta primeira fase de existência do Museu-Biblioteca, que dispunha de espaços e acervo e de um quadro de pessoal, pode servir de base a uma reflexão sobre as condições mínimas necessárias para o desempenho da função de museu. Não foi um caso isolado, sabemos que foi na década de 40 que os museus e palácios nacionais 'acordaram' da letargia, muito pelas mãos enérgicas e inovadoras de José de Figueiredo e João Couto. O decreto-lei que, em 1965, publica um Regulamento Geral para os Museus, cita no prólogo Sir Henry Miers: *"dirigido por um bom conservador, um*



Fig. 12 - Museu de Arqueologia.



Fig. 13 - Museu de Caça.

museu, quaisquer que sejam as suas deficiências, não pode ser mau; mas se o conservador for mau, todas as vantagens possíveis não serão suficientes para fazer um museu verdadeiramente bom" e legisla da forma que considera poder contribuir para a melhoria.

Em 1944, a situação insustentável do ponto de vista administrativo e financeiro conduz à aprovação do decreto-lei 33.726, de 21 de Junho de 1944, que dota a Fundação de um Conselho Administrativo. Este Conselho permite a gestão quotidiana efectiva e, através da compra do usufruto às Rainhas Herdeiras, adquire condições de viabilidade financeira. A partir de 1945, António Luís Gomes, Presidente do Conselho Administrativo, inicia efectivamente o processo de transformação do antigo Paço Real em Museu-Biblioteca.

O final da década de 40 e os anos 50 são de grandes trabalhos de conservação dos edifícios e colecções. Orientada por João Couto, apoiado em Raul Lino, esta intervenção profunda transformou o Paço de uma re-

sidência oitocentista num espaço museológico concebido segundo as concepções de então. Raul Lino, fruto da formação britânica e germânica e da vasta experiência, tentou minorar as alterações estruturais e propôs soluções museográficas de compromisso. Comparando os espaços do novo museu com os do recém reorganizado Museu Nacional de Arte Antiga, reconhecemos o mesmo espírito, pese embora a diferença fundamental equacionada pelo

próprio João Couto: o Museu-Biblioteca da Casa de Bragança não era um museu de artes decorativas, mas um monumento nacional cujos interiores deveriam estar arrançados de forma agradável e correcta, à *maneira de seiscentos* como o exigia a gesta brigantina. O reconhecimento das diferenças conceptuais só teve tradução na museografia adoptada numa perspectiva reductora. Tudo o que evocava o período eleito foi valorizado, os elementos quer arquitectónicos quer sobretudo a nível de espólio que não cabiam nesta moldura, foram mini- mizados e até esquecidos.



Fig. 14 - Pia baptismal românica.



Fig. 15 - *No Sado* (pastel), por D. Carlos - ca. 1903.

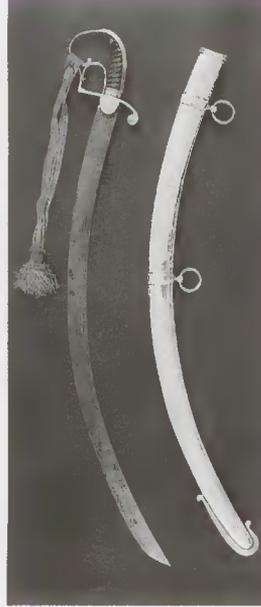


Fig. 16 - *Sabre do Exército português*, ourives A. Firmo da Costa, c. 1810.

Nesses mais de dez anos, sob orientação de João Couto, as colecções foram inventariadas, restauradas, estudadas, publicaram-se roteiros e monografias, promoveram-se visitas. A nível de gestão, porém, apenas houve acréscimo no número de guardas-guias. Não houve um reforço de pessoal técnico qualificado, capaz de dar continuidade e dinamizar o espaço agora aberto em permanência. Fruto desta circunstância e de outras condicionantes internas (impostas pelo Governo a partir de 1952) e externas (não esqueçamos que a Fundação vive dos seus rendimentos fundiários, dos quais se viu privada na década de 70), as décadas seguintes viram um contínuo desgaste dos espaços e das colecções, sem qualquer investimento para conservação, manutenção, estudo ou divulgação.



Fig. 17 - *Salva de prata*, c. 1470.

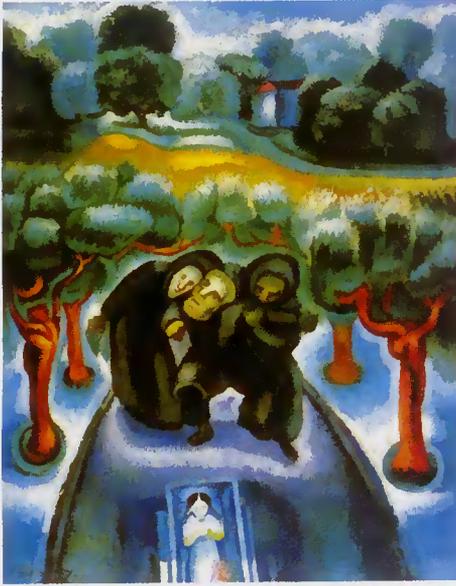


Fig. 18 - *Da Minha Janela* (também conhecido como *O Enterro*), por Mário Eloy - 1938.

No início dos anos 80, efectuado o levantamento das necessidades, começou novo período de conservação dos espaços e das colecções. A área expositiva multiplicou, o número de objectos expostos aumentou significativamente os novos espaços que foram sendo abertos ao público apoiaram-se numa museografia actualizada. Actualmente contam-se cinco circuitos museológicos no Paço: o Andar Nobre, a Armaria, o Tesouro, a Colecção de Carruagens - em colaboração com o Museu Nacional dos Coches que instalou em Vila Viçosa setenta viaturas que se encontravam dispersas - e a colecção de Azul e Branco da China; e mais dois no Castelo, os museus de Arqueologia e da Caça.

A preocupação subjacente foi valorizar os espaços em que se encontram inseridos, expondo o maior número de objectos, respeitando as necessidades de conservação e segurança. Ao mesmo tempo as colecções foram sendo completadas com aquisições, doações e depósitos a longo prazo (armas do Museu Nacional de Arte Antiga, colecções de espécies venatórias e armas do Eng. Lopo de Carvalho, artes decorativas e porcelana chinesa do Dr. Amaral Cabral), tendo em conta a missão do Museu de preservar a memória material da Casa de Bragança, inserida no respectivo contexto histórico e artístico. De entre as aquisições, realçamos algumas peças (fig. 14 a 19), pelo seu valor histórico e artístico.

Publicaram-se roteiros e catálogos, entre os quais o da Armaria com uma selecção de 365 das quase 3000 peças que constituem esta colecção. Para o estudo sistemático e publicação de algumas das colecções mais significativas recorre-se a especialistas exteriores ao Museu - designadamente para a Armaria João de Figueiredo



Fig. 19 - *Arca Oriental* - séc. XVI.

e para a Arqueologia Jeannette Nolen, uma vez que a vastidão e diversidade das colecções impossibilitam ao conservador empreender sozinho estes estudos - destaco estudos em curso das colecções de artefactos africanos e da pintura do rei D. Carlos.

A instituição que vos descrevi conta nesta data com um quadro de pessoal de cerca de 30 pessoas, entre pessoal de guarda e limpeza, técnicos auxiliares e de conservação. De há 20 anos para cá a direcção é entregue a técnicos superiores/conservadores com experiência na área da Museologia. Actualmente a Biblioteca e Arquivos têm direcção e serviços autónomos.

A evolução deste museu, paradigmática no contexto nacional, espelha as principais etapas de muitas instituições afins. Embora privado, a orientação museológica esteve frequentemente a cargo de técnicos ligados ao Museu Nacional de Arte Antiga. Procuraram então dar resposta às necessidades imediatas de uma instituição inserida num espaço significativo, com colecções vastas, de importância artística e histórica. Subjacente a todas estas acções pairou uma ambiguidade conceptual que sabemos partilhada com os restantes palácios. Qual o tratamento a dar a um espaço monumental, classificado (o Paço só tem estatuto de monumento nacional desde 1970), associado desde as Comemorações dos Centenários em 1940, com a Restauração da Monarquia e portanto como uma *peça seiscentista*? As colecções, nessa primeira fase, serviam para criar ambiente, mas justamente a maioria das colecções não eram desse período, mas sim oitocentistas.

Para conferir ao Museu o desejado *ar seiscentista* adquiriram-se nos anos 40-50



Fig. 20 - Busto D. Jaime.

numerosas peças de mobiliário e séries régias de retratos. O elemento realçado era o edifício, repositório das memórias que se pretendiam transmitir.

As intervenções realizadas nas últimas décadas, livres da carga ideológica que condicionou o período anterior, procuraram recuperar os espaços na sua totalidade, permitindo uma visão diacrónica. As colecções foram também estudadas seguindo critérios de importância documental e qualidade artística e/ou técnica, assumindo o peso evidente dos anos 1890-1910, último período em que o Paço foi habitado pela Família Real. A investigação associada fez sobressair alguns nomes fundamentais para a compreensão da evolução histórica, figuras que se tornaram os pontos-chave na leitura dos espaços e das colecções: D. Jaime, o Duque que iniciou a construção do Paço, D. Teodósio I, o grande humanista, D. João IV,

oitavo Duque de Bragança e Rei de Portugal, D. Fernando II, o Rei-Artista, D. Carlos o Rei pintor oceanógrafo, caçador, agricultor e D. Manuel II, o instituidor do Museu, grande bibliófilo e bibliógrafo.

O Museu da Casa de Bragança constitui um exemplo de Museu Casa Histórica em que três vectores se casam com importância equivalente: os edifícios, as colecções e os Homens. Nenhum pode ser subalternizado em relação a outro, sob pena de deturpar a leitura desta memória multifacetada.

A variedade de leituras diacrónicas e sincrónicas, de perspectivas históricas, sociais, económicas, multiplicam-se perante o volume de informação contida no conjunto arquitectónico e no espólio que lhe está associado. A amputação de uma das perspectivas condiciona de forma insuperável a leitura das outras duas. Esta diferença entre uma casa, neste caso particular um palácio, que é musealizado sem perder o que o individualiza, e um museu que ocupa um edifício anónimo, implica uma gestão adaptada

a desafios diferentes, particularmente ao nível da conservação e segurança. Contenteor e conteúdo são igualmente importantes e um não vive sem o outro.

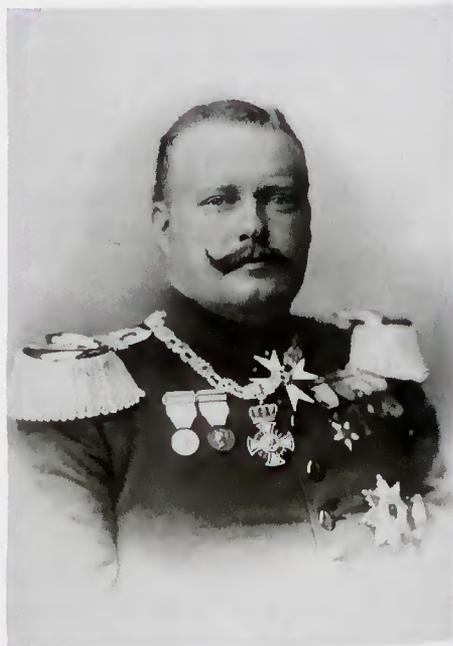


Fig. 21 - Fotografia de D. Carlos.

Um projecto patrimonial e museológico para Vila Viçosa – a candidatura a Património da Humanidade¹

João Carlos Brigola

RESUMO

A comunicação estrutura-se em duas partes:

A primeira, respeitante aos processos de candidatura a património mundial, apresenta uma reflexão sobre o que este tipo de candidaturas hoje representa enquanto filosofia de gestão e de valorização do Património Cultural; referem-se exemplos, quer de processos bem sucedidos, quer de outros mais problemáticos, com a intenção de se encontrar uma metodologia de actuação para os projectos patrimoniais e museológicos em Vila Viçosa.

A segunda aborda especificamente o papel desempenhado pelos museus na gestão e valorização do património dos centros urbanos antigos, defendendo-se que nos territórios concelhios mais do que a preocupação em abrir novos espaços museológicos, deve ser dada prioridade à inventariação, comunicação e interpretação dos bens culturais móveis e imóveis, bem como ao ordenamento territorial e à gestão urbanística.

A finalizar a comunicação apresentam-se conclusões, enumerando-se alguns procedimentos julgados úteis para uma correcta estratégia patrimonial.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar agradecimentos pessoais, e também da Universidade de Évora, pelo honroso convite que nos foi formulado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa e pelo técnico Dr. Tiago Salgueiro, nosso empenhadíssimo aluno no Mestrado em Museologia. Em seguida, cumprimentar todos oradores que me acompanham nesta mesa, a quem a Universidade de Évora está profundamente reconhecida pelo mérito das diversas colaborações prestadas ao longo dos últimos anos e, por último, uma referência muito especial ao Sr. Dr. Manuel Bairrão Oleiro, na sua qualidade de Director do Instituto Português de Museus, a quem devem ser dirigidos merecidos parabéns pela recente aprovação da fundamental *Lei-Quadro dos Museus*.

¹ Nas vicissitudes que o presente artigo sofreu desde que enviado pelo autor até que chegou à redacção de *Callipole*, desapareceu cerca de uma dezena das palavras finais do ponto 4 das conclusões. Contactado o Dr. João Carlos Brigola (que, segundo fomos informados, se encontrava demoradamente no estrangeiro), via *e-mail*, por diversas vezes, para que repusesse o texto, não foi possível obter dele em tempo útil os esclarecimentos que lhe pedimos. Contudo, dada a qualidade e interesse do trabalho, resolvemos publicá-lo (tomando a liberdade de "fabricar" um remate), certos de que tal facto não desvirtua o pensamento do autor.

Nota Prévia: Estruturei esta comunicação em duas partes - a primeira respeitante aos processos de candidatura a património mundial; a segunda refere-se especificamente ao papel desempenhado pelos museus na gestão e valorização do património dos centros urbanos antigos, como Vila Viçosa.

1.ª PARTE

Sendo-nos pedido, neste Painel temático, uma reflexão sobre os projectos museológicos de Vila Viçosa, torna-se difícil não deixar de a enquadrar no processo de candidatura a Património Mundial. Processo iniciado em 2002 e que, em Setembro de 2004, formalizou uma etapa mais com a elaboração do texto intitulado: *Documento para integração de Vila Viçosa na lista indicativa dos bens portugueses susceptíveis de classificação pela UNESCO como património mundial*. Mas julgo que o contributo que nos é solicitado deve igualmente ser lido à luz daquilo que este tipo de candidaturas hoje representa enquanto filosofia de gestão e de valorização do Património Cultural.

Permitam-me que evoque aqui a minha ligação à frustrada candidatura do Centro Histórico de Santarém a Património Cultural da Humanidade, para justificar alguns comentários fruto de uma marcante experiência humana, repleta de ensinamentos. Vivida, primeiro como deputado municipal, depois como presidente da Associação de Defesa do Património de Santarém (AEDPHCS) e, finalmente, como vereador municipal com a tutela do dossiê. Pude, deste modo, conhecer por dentro as questões processuais e institucionais, tal como

elas se apresentavam há sensivelmente uma década atrás, tanto em Portugal como na sede da UNESCO, em Paris.

A Candidatura de Santarém, depois de aceite na Lista Indicativa Nacional, foi compreensivelmente retirada pelo actual executivo camarário de modo a acautelar, já depois de duas tentativas de remodelação, um chumbo anunciado pelo Comité do Património Mundial. Ora, sendo certo que se pode argumentar que afinal de contas a Candidatura de Santarém trouxe inegáveis préstimos ao estudo, à investigação e ao debate de cidadania urbana na capital do Ribatejo, também se poderá contrapor que, bem avaliados os desmedidos investimentos materiais e simbólicos, talvez se pudessem ter alcançado os mesmos objectivos sem tanto traumatismo, tanto lamento e tanta expectativa frustrada.

Como é sabido, destino idêntico teve recentemente a Candidatura dos *Impérios dos Açores (ou Festas do Espírito Santo)* a património imaterial, retirada a tempo de evitar uma recusa formal naturalmente humilhante. Neste processo açoriano deve ser matéria de reflexão, pela negativa, a reacção de mau perdedor dos responsáveis pelo Gabinete de Angra do Heroísmo que se enlearam publicamente em justificações relacionadas com um invocado sectarismo ideológico, nacional ou geográfico dos decisores da UNESCO. Como se fosse possível acordar para a realidade da gestão dos interesses e dos equilíbrios internacionais apenas quando as decisões não são de feição. Classificações ou recusas problemáticas, numa lista de inscrições que já ultrapassou as sete centenas e meia, acontecem com alguma frequência. Dir-se-ia que incorporam o próprio processo.

Citaria aliás, e apenas a título de exemplo, duas classificações cuja controvérsia ainda se não esbateu nos meios internacionais:

1.^a - A *Praça Real do Quebeque*, no Canadá, construída após a 2.^a Guerra Mundial como símbolo do velho Quebeque, mas aparentemente concebida sem plano ou documento antigo de referência e sem critério de autenticidade. Na classificação confundiu-se, na verdade, um cenário imaginado para fins de propaganda com um conjunto de verdadeiros monumentos (ver Jean-Pierre Monhen, *Les sciences du patrimoine*, 1999). Foi classificada Património Mundial em 1985.

2.^a - A *cidade fortificada de Carcassonne*, uma das intervenções emblemáticas do arquitecto e inspector chefe dos monumentos de França, Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879). Desde 1844 e durante mais de duas décadas, reconstruiu a antiga cidade a partir de uma ruína medieval, com base num restauro interpretativo. As fortificações de Carcassonne eram por ele consideradas 'importantes do ponto de vista da arte e da arqueologia. Um conjunto único e o modelo mais notável da arquitectura militar da Idade Média'. A controvérsia que desde o séc. XIX acompanhou a intervenção, teria aconselhado maior prudência nesta classificação, a qual corre o risco de ser confundida com uma genuína construção medieval, quando do que se trata é de uma leitura oitocentista do universo medieval, ou seja, uma recriação. Recriação genial de um dos mestres fundadores da ciência moderna da conservação e restauro, mas sempre uma recriação.

Foi classificada Património Mundial em 1997.

Contudo, não deve merecer qualquer dúvida o facto de a esmagadora maioria das classificações corresponderem efectivamente a bens singulares, universais e exemplares, cujo *genius loci* (espírito do lugar) não é apenas cenário para consumo turístico. Entre nós costuma justamente ser referenciado um caso de metodologia exemplar, protagonizado pelo Centro Histórico de Guimarães. Um trabalho espaçado no tempo, sério, rigoroso, bem estruturado, com o apoio das organizações locais e da população residente. Com uma gestão urbanística mais atenta às necessidades práticas do dia-a-dia, do que às declarações mediáticas, recusando como princípio um urbanismo muito regulamentador, mas pouco fiscalizador. Em Guimarães, a classificação da UNESCO, em 2001, foi apenas o culminar de um reconhecimento internacional já alcançado, quer com o Prémio 'Europa Nostra' pela recuperação da casa da Rua Nova (obra do arquitecto consultor da cidade, Fernando Távora, onde se instalou o Gabinete Local), quer com o Prémio Príncipe das Astúrias, pelo conjunto da obra de reabilitação urbana.

A quantidade de pré-candidaturas anunciadas (além da de Vila Viçosa, Caves do Vinho do Porto em Gaia; Vila de Óbidos; mata envolvente do Convento de Cristo e Casco Histórico de Tomar; Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa; Tavira e Silves²), sem enumerar as já inscritas na Lista Indicativa, como as Ilhas Selvagens (Madeira); Marvão; Furna do Enxofre (Ilha Terceira,

² Lista Indicativa de Bens Portugueses à Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial (apresentada em 30 de Dezembro de 2000): Impérios dos Açores; Representação do *Auto de Floripes*, em Viana do Castelo; Bailinhos de Carnaval da Ilha Terceira; Fado; Doçaria tradicional portuguesa.

Açores); Algar do Carvão (Ilha Graciosa, Açores); Baixa Pombalina de Lisboa; Serra da Arrábida; Fortificações de Elvas; Costa Vicentina; Palácio, Convento e Tapada de Mafra; Universidade de Coimbra), pela sua metodologia de organização, intenções e calendário de actuação, fazem-nos rezear que:

1. as decisões de algumas candidaturas possam decorrer mais de opções de ordem política do que de ordem técnica;
2. haja alguma pressa em apresentar dossiês de candidatura, sem uma consolidada estratégia de reabilitação urbana;
3. depois de obtida a classificação, não sejam acautelados os recursos humanos e financeiros de forma a manter um elevado grau de exigência na gestão e valorização do bem;
4. alguns processos mal conduzidos possam ter efeitos negativos na adesão das populações, e contribuam para o descrédito da atribuição deste tipo de classificação.

Este quadro parece ser comum um pouco por todo o mundo ocidental, o que talvez ajude a explicar o irreprimível tom crítico com que nomes sonantes das ciências e técnicas do património, como a francesa Françoise Choay, encaram a actual voga internacional de candidaturas. De resto, o próprio grupo de trabalho interministerial, reunido no âmbito da Comissão Nacional da UNESCO, reconhece as crescentes dificuldades vividas pelas novas candidaturas nacionais, deixando um alerta muito claro: “Convém recordar que nos últimos 20 anos Portugal viu doze dos seus bens incluídos na Lista do Património Mundial, mas que tal ritmo não é susceptível de se repetir, seja pela dificuldade em individuar bens com

idêntico carácter de excepcionalidade dos restantes bens portugueses e o dos incluídos nos 754 bens seleccionados até hoje, seja pelos actuais critérios do Comité do Património Mundial. Entre estes, assinale-se, que cada país não pode apresentar mais do que uma candidatura anual, num conjunto de 30 candidaturas a apreciar entre as que possam ser submetidas ao Comité do Património Mundial (...). A Unesco dá preferência aos países com poucos bens classificados (Portugal está entre os 15 com mais bens inscritos) e a categorias de património pouco representadas na Lista actual. O grupo de especialistas convocado para elaborar a Lista Indicativa (...) começou por se debruçar sobre as cerca de 40 intenções de candidatura que ao longo dos anos tinham sido recebidas na Comissão Nacional da UNESCO (...). Para a selecção final havia que admitir bens que correspondessem aos critérios de excepcionalidade e autenticidade estabelecidos pela UNESCO, que tivessem capacidade de beneficiar de um plano de gestão que assegurasse a conservação e a fruição do bem, e cuja tutela tivesse a capacidade de garantir essa gestão”³.

Diria, em suma, ser imperativo dos promotores buscar conciliar aquilo que neste tipo de candidaturas assenta no voluntarismo da decisão política e nas suas peculiares dialéctica, objectivos e ritmo de acção, com aquilo que deve ser o trabalho de longo fôlego, fundamentado num moroso e rigoroso labor técnico e científico e sustentado numa inequívoca adesão das comunidades locais e na garantia de meios indispensáveis aos projectos.

³ Acta do Grupo de Trabalho transcrita no site da Comissão Nacional da UNESCO (www.unesco.web.pt).

2.ª PARTE

No seio da nossa comunidade museológica recorrentemente se cita um Colóquio, reunido no rescaldo da revolução democrática de 1974, cujas Actas publicadas pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM) ostentam o título bem expressivo de *Museus para quê?* É que a muitos parece ser tempo hoje, outra vez, de invocar a mesma dúvida 'metódica' e 'existencial'. O número de museus em Portugal (mas a situação parece ser comum em quase todo o mundo) tem crescido exponencialmente, fenómeno que já foi apelidado de 'explosão museal'.

Entre nós já ultrapassámos seguramente o milhar de instituições reconhecidas ou auto intituladas como museus (o que não é em rigor, como sabemos, a mesma coisa). A dificuldade chega a residir na dificuldade em até as pessoas mais bem informadas conseguirem acompanhar a notícia de abertura de novos museus. Quantos de nós não se surpreendeu ultimamente com a existência de tantos e tantos novos museus e não admitiu já a impossibilidade profissional e humana de os vir a visitar, de os conhecer a todos? Não nos deve por isso surpreender que floresçam as 'empresas-fábricas de museus' que os vendem 'prontos a abrir e a consumir'. Parece que por enquanto só não prometem o projecto de arquitectura mas, sejamos 'optimistas', talvez lá haveremos de chegar. É forçoso admitir, contudo, que alguns (poucos) destes novos museus já abertos ao público ou apenas enunciados correspondem a iniciativas de prestígio que, por um lado, vieram preencher verdadeiras lacunas do nosso universo museológico e que, por outro lado, se estruturaram a partir

de um bem moldado programa museológico e que se amparam numa sólida sustentabilidade humana e financeira.

Mas, desafortunadamente, os ecos que mais nos ferem a consciência são os que se referem ao amadorismo dos procedimentos e ao propósito compulsivo de apresentar obra inaugurada da parte de alguns promotores. Como, por isso, não dar razão ao arquitecto e museólogo espanhol Juan Carlos Rico quando afirma que "o museu é hoje uma realidade politicamente usada e abusada"? (*Por que não vêm aos museus? História de um fracasso*, Madrid, Sílex, 2002).

Parece pertinente, neste contexto, aludir à recente coluna de opinião de Eduardo Prado Coelho no jornal *Público* ("Vinho estragado", Sexta-Feira, 5 de Novembro de 2004, p. 11), a propósito da situação vivida actualmente no Museu do Vinho da Bairrada, tutelado pela Câmara Municipal da Anadia. Inaugurado há apenas um ano atrás, foram unânimes os elogios à iniciativa museológica considerada de relevante importância artística e turística. Segundo revela agora o colonista, o programador foi saneado um mês depois da inauguração: "o contrato que tinha com a câmara não foi renovado e ninguém teve a gentileza de lho comunicar. (...) A própria vereadora veio para a rua. O museu neste momento vive sem programador, entregue à foleirice local, sob a responsabilidade de um funcionário da câmara, que se ocupa das parcas actividades com duas empregadas da limpeza e duas funcionárias administrativas (...) O caso da Câmara Municipal da Anadia mostra que as pessoas são instrumentalizadas, que os artistas são desprezados, que a concepção da cultura se situa no plano da pura politiquice. Só é pena

que um edifício com a beleza e a sedução desse museu seja entregue aos malefícios de um vinho deteriorado”.

Todavia, boas práticas museológicas também podem ser invocadas. Como, por exemplo, a da estratégia lucidamente delineada por um município do distrito de Portalegre, integrado na Associação de Municípios do Norte Alentejano (Castelo de Vide). Esta vila alentejana resistiu durante anos ao impulso de abrir museus sem condições de funcionamento condígnas. Preferiu antes trilhar um caminho menos visível, mas seguramente mais eficaz e duradouro. Dando razão ao conhecido axioma museológico de que *‘mais vale uma boa coleção do que um mau museu’*, tem vindo a reunir, inventariar, estudar e conservar bens culturais móveis e imóveis. Criou condições de comunicação com os públicos, chamando especialistas que têm ajudado a produzir materiais de divulgação e de interpretação (sinalização, identificação, guias e roteiros). São agora vários os sinais de que muito em breve ali surgirá uma estrutura museológica polinucleada, aglutinando diversos ‘patrimónios’ e diversas ‘tutelas’, no âmbito de um autêntico projecto cultural.

Parece indiscutível que, quer a novel Lei-Quadro dos Museus (Lei 47/2004, de 19 de Agosto), quer a Rede Portuguesa de Museus (agora definitivamente institucionalizada) podem constituir dois bons antídotos para uma paisagem museológica em geral desregulamentada e inflacionada, ajudando a qualificar os recursos existentes e a acreditar os novos projectos.

CONCLUSÕES

Se nos reportarmos em particular ao caso de Vila Viçosa, a aplicação da metodologia de análise que me esforcei por delinear, nesta comunicação, não deveria perder de vista que:

1.º - O Museu-Biblioteca do Paço Ducal com os seus diversos núcleos é já hoje um dos mais prestigiados centros museológicos do sul do país sendo, de resto, o mais procurado por visitantes nacionais e estrangeiros a sul do Tejo.

2.º - A prioridade das tarefas talvez não passe pela criação de novos museus, mas antes pela consolidação das pré-existências (Museu de Arte Sacra do Convento de Santa Cruz e Museu do Mármore) e pela construção de uma estratégia de ‘inventariação’ e de ‘comunicação’ do património artístico, histórico, arquitectónico e urbanístico, com base numa imprescindível Carta do Património Concelhio.

3.º - O desenho de uma política patrimonial não deve dispensar, quer um projecto cultural que aglutine diferentes recursos materiais e humanos concelhios (escolas, bibliotecas, arquivos, museus e associações), quer os planos de gestão urbanística e territorial.

4.º - O processo de candidatura a património mundial não poderá ser encarado como um fim em si mesmo, ou visando o imediatismo turístico, antes como uma oportunidade acrescida de afirmar uma museologia do humano.

OS NOSSOS COLABORADORES

Por questões de presença demorada no estrangeiro, desconhecimento de endereço mera avaria de sistema informático ou mais motivos, não foi possível receber de todos os colaboradores, em tempo útil, os seus dados biográficos essenciais. Assim, umas biografias, feitas pela redacção de Callipole, estão algo mais magras que outras. De qualquer modo, este espaço estará sempre em aberto e portanto em transformação, podendo a qualquer momento ser ampliado/actualizado desde que cheguem à revista elementos que o permitam.

AMADEU BAPTISTA

Porto (Portugal), 1953

Frequentou a Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

É membro da Associação Portuguesa de Escritores. Trabalha na Casa da Cerca - Museu de Arte Contemporânea de Almada.

Publicou, entre outras, as seguintes obras: **As Passagens Secretas** - Fenda Edições, Coimbra, 1982; **Maçã** - Limiar, Porto, 1986; **Kefiah**, Centro Cultural do Alto Minho, Viana do Castelo, 1988; **O Sossogo da Luz** - Limiar, Porto, 1989; **Desenho de Luzes** - Ed. Amigos Azertyuioip, A Corunha, Galiza, Espanha, 1997; **Arte do Regresso** - Campo das Letras, Porto, 1999; **As Tentações**, 1999; **A Sombra Iluminada**, 2000; **A Noite Ismaelita**, 2000; **O Som Vermelho - Tríplice Poético sobre a pintura de Rogério Ribeiro**, 2001; **Paixão**, 2003; **Sal Negro**, 2003; **O Claro Interior** (com ilustrações de Rogério Ribeiro), 2001; **Salmo**, 2004. Organizou a antologia **Quanta Terra!!! - Poesia e Prosa Brasileira Contemporânea**, 2001.

Obteve os seguintes prémios literários: "José Silvério de Andrade", pelo original **Maçã**, Foz-Côa Cultural, 1985; "Pedro Mir", pelo original **Cúmplices**, na categoria de Língua Portuguesa, promovido pela revista literária *Plural*, da Cidade do México, 1993. (Publicação portuguesa in *Nova Renascença*, Inverno/ Outono 1996, n.º 60/63, Porto, 1996 - com tradução castelhana de Hector Carreto).

Tem colaboração em diversas revistas e jornais portugueses e estrangeiros e obteve vários prémios prestigiados no domínio da poesia.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

ANTÓNIO REI

Évora (Portugal), 1958

Mestre em História Medieval pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de

Lisboa. Licenciado em História pela Universidade de Évora. Especialista em língua árabe pela Universidade de Tunes I, Tunísia.

Investigador/Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia; exerce a sua actividade profissional principal no Instituto de Estudos Medievais da FCSH da UNL; docente de História da Cultura Medieval e de Língua Árabe na FCH da Universidade do Algarve e Fundação Luís de Molina, Universidade de Évora. Director do Grupo de Estudos da Serra d'Ossa (GEO) (1990-1998); Investigador/Bolseiro PRAXIS XXI (1997-2000); Consultor para a Área Histórico-Cultural da Comunidade Islâmica de Lisboa (2000-2002); Director do Centro de Estudos Luso-Árabes - Silves (2002-...).

Publicou o livro **Pesos e Medidas de Origem Islâmica em Portugal** - Câmara Municipal/Casa da Balança, Évora, 1998.

Tem textos nas revistas *Arqueologia Medieval*, *Ibn Maruán*, *Patrimónia*, *Xarajib* e nos jornais *Diário do Sul* (Évora) e *Brados do Alentejo* (Estremoz).

Colaborador de *Callipole* 7/8, 9, 10/11 e 13.

ARLINDO SENA

Beira (Moçambique) 1960

Licenciado em História e Ciências Sociais, Diploma de Estudos Avançados em História Contemporânea pela Universidade da Extremadura, onde prepara tese de doutoramento.

Director Editorial da Revista Internacional de Cultura e Ciência *ElvasCaia*. Na sua linha de investigação, contam-se vários projectos académicos, comunicações e conferências em Portugal e Espanha, bem como as seguintes publicações: **A Imprensa Oitocentista em Elvas** - Lisboa, 1996; **Os Anos Trinta e as Relações Luso Espanholas** - Badajoz, 1998; **O Ideário e a Prática Republicana em Elvas, Lisboa**, 2001; **As Fontes Impressas como Fonte para o Estudo da Fronteira do Cala, Montijo**, 2003, e **Os Grandes Temas de História Contemporânea do Cala** - Badajoz 2003

Colaborador de *Callipole* 5/6, 7/8, 9 e 13.

ARNALDO PINTO CARDOSO

Penso, Sernancelhe (Portugal), 1941

monsenhor Arnaldo Pinto Cardoso, sacerdote da diocese de Lamego, licenciou-se em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (1967-69) e em Sagrada Escritura pelo Instituto Bíblico (1969-72), de Roma. Preparou a tese de doutoramento em Freiburg in Breisgau e em Jerusalém (Israel), intitulada **Da Antiga à Nova Aliança. Relações entre o Antigo e o Novo Testamento em Sebastião Barradas (1543-1615)**, publicada pelo INIC, Lisboa, 1987.

Foi director do Serviço Pastoral do Secretariado do Episcopado e professor na Universidade Católica de Lisboa. Conselheiro eclesiástico na Embaixada de Portugal junto da Santa Sé, foi nomeado em 31 de Maio de 1990 Capelão de Sua Santidade o Papa João Paulo II. É sócio da Academia Portuguesa da História.

Entre outras, publicou as seguintes obras: **Presença Portuguesa em Roma** - Quetzal, Lisboa, 2001; **O Presépio Barroco Português** - Bertrand, Lisboa, 2003.

Tem textos em *Didaskalia*, *Lusitânia Sacra* e *Revista de História das Ideias*.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

CARLOS GARCIA DE CASTRO

Portalegre (Portugal), 1934

Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas.

Foi director da Escola do Magistério Primário de Portalegre e professor na Escola Superior de Educação da mesma cidade.

Publicou, em poesia, os livros **Cio, Terceiro Verso do Tempo, Portus Alacer, Os Lagóias e os Estrangeiros e Rato do Campo**.

Tem colaboração dispersa por vários jornais e revistas, como *Colóquio/Letras*, *A Cidade* ou *Ibn Maruán*. Colaborador de *Callipole* 2, 9, 10/11 e 13.

DAVID CRANMER

(Grã-Bretanha), 1954

B.A. Honours in Music pelo Sidney Sussex College, Cambridge; M. Mus. (Musicology) - King's College, Londres; Diploma in Teaching English Overseas and Postgraduate Certificate in Education (ELT) - Universidade de Manchester; Diploma em Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Ph. D. (Music) da Universidade de Londres;

Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Para além de larga produção de textos na área da musicologia, publicou, entre outros, os livros **Crónicas da vida musical portuguesa na primeira metade do século XIX** (com Manuel Carlos de Brito), Imprensa Nacional, Lisboa e **Musical Openings** (com Clement Laroy), Pilgrims Longman Resource Books Series, Longman, Harlow, 1992

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

FERNANDO GUERREIRO

Lisboa (Portugal), 1950

É professor de Literatura Francesa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tradutor, ensaísta, ficcionista e poeta, é responsável pela Black Sun, uma das editoras de culto que vão funcionando à margem

das convenções e foi fundador dos "Quatro Elementos Editores". Publicou o primeiro livro de poesia em 1977, **Livros I e II e Francis Bacon - no irreferível um autor-retrato**; neste género, destacam-se várias obras, entre as quais devemos mencionar **Poemas Instantâneos**, 1993; **Teoria da Literatura**, 1997; **Outono**, 1998; **Gótico**, 1999; **Sagrada Família, Teoria da Literatura**, 2000; **Grottesco**, 2000; **Caminhos de Guia**, 2002.

Tem colaboração dispersa por inúmeras publicações periódicas.

Colaborador de *Callipole* 7/8 e 13.

GRAÇA FILIPE

Mestre em Museologia e Património, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Directora do Ecomuseu Municipal do Seixal.

Das actividades museológicas que tem desenvolvido destacam-se as incidentes sobre o património técnico e industrial e sobre o património flúvio-marítimo do estuário do Tejo.

Mantém uma regular actividade como formadora nas áreas de museologia e património cultural, em colaboração com a Universidade de Lisboa, com a Universidade de Évora e com a Rede Portuguesa de Museus. Também mantém actividade na vertente da formação contínua, creditada, de professores, na área da história local e da educação patrimonial.

Tem diversos trabalhos publicados no âmbito da museologia e da história e património regional e local e apresentou numerosas comunicações em encontros e congressos, nacionais e internacionais.

É membro dos corpos gerentes da Comissão Nacional do ICOM. Fez parte do Conselho Consultivo do Instituto Português de Museus e do Grupo de Trabalho da Estrutura de Projecto/Rede Portuguesa de Museus.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

JOÃO CANDEIAS

Quelimane (Moçambique) 1949

Foi funcionário público.

Começou a publicar em 1979 em livros colectivos: **Formactos**, 1979; **Madrugada**, 1980; **Ubris**, 1981; **Frenesí 3**, 1982. Tem editados vários livros individuais de poesia: **Ignição Ozono**, 1984; **Gumes Vários e Várias Fugas**, 1985; **Relatório da Delinquência Consentida**, 1988; **O Narrador/O Mar**, 1989; **Estamos Muito Longe Meu Amor de Alcançar a Terra Prometida**, 1992; **Voltei à casa pequena**, 2000; **Voz Descontínua - Antologia Mínima**, 2002. Poemas seus foram incluídos em várias antologias, jornais e revistas.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

JOÃO CARLOS BRIGOLA

É professor auxiliar da Universidade de Évora e membro do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora.

Tem textos, entre outras, nas revistas *Pedra & Cal*, *A Cidade Évora*, *Revista de Museologia* (Espanha), *Leituras* (Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa) e *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* da Universidade Nova de Lisboa.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

JOÃO ORLANDO TRAVANCA-RÊGO

Vila Boim (Portugal), 1940 - Elvas (Portugal), 2003

Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Foi quadro superior de um Instituto Público. Pertenceu à direcção da Associação Portuguesa de Escritores, durante as presidências de David Mourão-Ferreira.

Começou a publicar em 1959. Está representado em diversas antologias nacionais e estrangeiras. Deu à estampa, em poesia, **Poemas de Natal & Outros**, 1980; **Amar a palavra estar**, 1981; **Habitante In-Concluso**, 1982; **Palavras Eventuais**, 1985; **Extracto Sensitivo**, 1987; **Abertura dos Corpos**, 1989; **Sinais**, 1991; **Cinco Incisões - Antologia Pessoal 1961/91**, 1993; **Sexta Incisão**, 1995; **Hlatos**, 1998; **Da Poesia: Dois Segmentos**, 1999; **Habitante in-concluso precedido de n poemas de Natal & outros**, 2000, **Sentido Sexto**, 2002. Organizou o livro de ensaios **Escrituras** (2000).

É a primeira vez que *Callipole* publica produção do falecido poeta.

JOÃO RUAS

Lisboa (Portugal), 1946

Maîtrise en Lettres, Université de Paris-Sorbonne, e Curso de Bibliotecário-Arquivista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Exerce as actividades de Bibliotecário-Arquivista na Fundação da Casa de Bragança, Paço Ducal de Vila Viçosa (Director da Biblioteca do Paço Ducal) e de docente (cadeira de Livro Antigo) dos cursos de Ciências Documentais na Universidade de Évora e na Universidade do Algarve.

Membro do Conselho de Redacção de *Callipole*.

Colaborador de *Callipole* 12 e 13.

JOÃO RUI DE SOUSA

Lisboa (Portugal), 1928

Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas.

Trabalhou, entre 1982 e 1993, no serviço de espólios da Biblioteca Nacional.

Entre os seus livros de ensaio e de investigação literária, destaca-se **Fernando Pessoa - Empregado de Escritório**, 1985. Como poeta, tem várias obras publicadas, tais como **Circulação**, 1960, **A Hipérbole na Cidade**, 1960, **Corpo Terrestre**, 1972, ou **Obstinação do Corpo**, 1996. A sua obra foi reunida num volume publicado pelas edições Dom Quixote, em 2002.

Dirigiu, em 1955, a revista *Cassiopeia*, com António Ramos Rosa, António Carlos, José Bento e José Terra, tendo colaborado assiduamente noutras publicações culturais, como *Colóquio/Letras* e *JL - Jornal de Letras, Artes e Ideias*.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

JOAQUIM FRANCISCO SOEIRO TORRINHA

Vila Viçosa (Portugal), 1918

Licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto e em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Membro da Sociedade Brasileira de História da Farmácia (S. Paulo, Brasil) e da Real Sociedade Arqueológica Lusitana.

Tem vasta produção de conferências sobre Cerâmica Geral e, em especial, dedicada ao capítulo da Azulejaria, em congressos.

Publicou **A Azulejaria de Vila Viçosa - Évora, 1962 e 1.º Centenário da Farmácia Torrinha (1902-2002)**, ed. de autor, Porto, 2002.

Escreveu longa série de biografias sobre figuras eminentes nascidas em Vila Viçosa que foram lidas na sua maior parte na Rádio Campanário (Vila Viçosa). Tem colaborado em inúmeras revistas, com artigos sobre cerâmica e azulejo.

Co-fundador, membro do Conselho de Redacção e colaborador constante de *Callipole* desde o primeiro número.

JOAQUIM SAIAL

Vila Viçosa (Portugal), 1953

Mestre em História da Arte, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Ciências Humanas e Sociais, pela FCSH da UNL. Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Prossegue doutoramento em História, de dupla titulação, pela Universidade Autónoma de Lisboa e pela Universidade de Salamanca (Espanha) cuja temática se situa no âmbito da escultura pública portuguesa da segunda metade do século XX; possui os diplomas de Estudos Superiores e Estudos Avanzados da dita universidade espanhola.

Desde 1986, é docente das cadeiras de História da Arte I e II (Arte Portuguesa e Internacional), na Licenciatura em Turismo do Instituto Superior de Novas Profissões, para além de igualmente leccionar, desde 1980, no 2.º e 3.º ciclos do ensino oficial. Tem realizado múltiplas actividades ligadas à área em que se especializou, entre as quais se destacam conferências nas Universidades de Évora, Nova de Lisboa, Internacional para a Terceira Idade e Portucalense (Porto), Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Sociedade de Geografia de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian (da qual foi bolseiro em 1985-86), e, na área da Literatura, no Centro Cultural Português do Mindelo (ilha de São Vicente) e Palácio da Cultura, Praia (ilha de Santiago), Cabo Verde (com patrocínio do Instituto Camões), trabalhos para o Departamento de Documentação e Pesquisa do Centro de Arte Moderna da FCG, ACARTE da FCG, ex-Instituto Português do Património Cultural e Centro Nacional de Cultura, organização das comemorações do primeiro centenário da morte do pintor Henrique Pousão, em Vila Viçosa, e docência de cursos de História da Arte e de Cultura Portuguesa para diversos organismos públicos e privados. É consultor e formador do Centro de Formação de Professores Rui Grácio (Seixal). Membro de vários júris de prémios de pintura e literatura. Membro da equipa com base na Universidade do Minho que desenvolve o projecto apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia "Impacto histórico-económico-urbanístico de estatuária em espaço público. Aplicação a Portugal nos séculos XIX e XX".

Publicou cerca de 130 textos de arte e literatura, sob a forma de livro, em catálogos de exposições de arte e noutras publicações, nomeadamente revistas e jornais. Bibliografia em livro: **Estatuária Portuguesa dos Anos 30 (1926-40)** - Bertrand Editora, Lisboa, 1991; **Manuel Gamboa. A Arte por Vida** - Encomenda da Câmara Municipal de Lagoa (Algarve), 1998; **Capitania. Romance de S. Vicente de Cabo Verde** (lançado em Portugal e Cabo Verde) - Editorial Notícias, Coleção «Escrito em Português», com patrocínio do Instituto Camões/Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 2001. Livros em que colaborou: **Henrique Pousão, 1859-1884 - Textos das Alocuções Proferidas Durante as Comemorações do 1.º Centenário da Morte do Pintor** - II Série dos Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1984; **A Sétima Colina. Roteiro Histórico-Artístico** (Coordenação do Professor José-Augusto França), encomenda da Sociedade Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura, para o Programa "A 7.ª Colina", roteiro histórico-artístico do percurso urbano Cais do Sodré/Rato, Lisboa, Junho.1994; **Helm Semke - O Livro da Árvore** - Encomenda do ACARTE da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1995.

Tem textos na revista *Artes Plásticas* e nos jornais *Diário de Notícias*, *Jornal de Letras*, *O Distrito de Portalegre*, *Expresso das Ilhas* e *Liberal* (ambos na Praia, Cabo Verde), etc.

Mantém um sítio na Internet, intitulado «Arquivo Joaquim Saial», com vários conteúdos, entre os quais se destacam a História da Arte, a Literatura, Cabo Verde, Vila Viçosa e revista *Callipole*: www.joaquim.saial.info

É director de *Callipole* desde o n.º 12 e seu colaborador constante desde o primeiro número.

JOSÉ DO CARMO FRANCISCO

Santa Catarina, Caldas da Rainha (Portugal), 1951

Foi bancário, sendo agora jornalista desportivo. Recebeu o Prémio Revelação - Poesia, da Associação Portuguesa de Escritores, pelo seu livro *Iniciais*, publicado em 1982 pela Moraes Editores. Desde essa data tem publicado diversas colectâneas de poemas, entre as quais se destacam *Universário*, 1983, *Transporte Sentimental*, 1987, *1983 um resumo*, 1991, *Leme de Luz*, 1993, *Mesa dos Extravagantes*, 1996, *As Emboscadas do Esquecimento*, 1999, e *Pedro Barbosa, Jesus Correia, Vítor Damas e outros Retratos*, 2004. Publicou o livro *Os Guarda-redes Morrem ao Domingo*, 2002, que reúne contos, crónicas e poemas. É ainda autor da antologia *O Desporto na Poesia Portuguesa*, 1989, e co-organizador de *O Trabalho - Antologia Poética*, 1985.

Colaborador de *Callipole* 5/6, 9, 10/11, 12 e 13.

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA

Benavente (Portugal), 1924

Doutor em Filologia pela Faculdade de Letras de Lisboa. Licenciado em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras de Coimbra

Professor na Faculdade de Letras de Lisboa, na Universidade Livre de Lisboa e nos cursos de Verão de Oviedo, Mérida e Santiago de Compostela. Professor e Reitor na Universidade Autónoma de Lisboa

Vice-Presidente da Academia Portuguesa da História. Inspector da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Académico Efectivo da Academia Nacional de Belas-Artes, da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, das Academias de História de Espanha, Venezuela e Chile. Antigo Director-Geral do Ensino do Ultramar, Presidente da Junta de Investigações do Ultramar e Subsecretário da Administração Escolar.

Autor de mais de 500 trabalhos de História, Linguística, Literatura e Filologia, em particular no domínio dos estudos camonianos.

Colaborador de *Callipole* 2, 12 e 13.

LEVI CONDINHO

Bárrio, Alcobaça (Portugal), 1941

Foi bancário, sendo actualmente revisor de texto em várias editoras. Iniciou a sua actividade poética colaborando com Alberto Costa (actual ministro da Justiça), António Maria de Sousa, Jaime Fernandes e Luís Branquinho, no livro colectivo **Almagre 3**, editado em 1966 na cidade de Leiria. Desde essa data, publicou **Para Que Alguns Me Possam Amar**, 1977, *Saxofone*, 1981 e **Roteiro Cego** (reunião da sua poesia), 2001. De assinalar ainda a sua colaboração, como crítico de poesia, na revista *Colóquio/Letras* e noutras publicações periódicas.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

LICÍNIO LAMPREIA

Moura (Portugal), 1953

Licenciado em História (Ensino) pela Universidade de Évora.

Professor dos Ensinos Básico e Secundário. Desempenha actualmente as funções de Técnico Superior da Câmara Municipal de Vila Viçosa, na Área do Património.

Tem publicado diversos artigos na área da História da Arquitectura.

Membro do Conselho de Redacção de *Callipole*. Colaborador de *Callipole* 9, 12 e 13.

LUIS ALFONSO LIMPO PÍRIZ

Oliveira (Espanha), 1958

Licenciado em Ciências da Informação.

Director do Museu Etnográfico Extremeño "González Santana", Olivença; Bibliotecário-Arquivista da Câmara Municipal de Olivença

Publicou o livro **Oliveira, Antologia Esencial. Elementos para su História** - Editora Regional de Extremadura, 1994; são também de sua autoria os seguintes trabalhos: **El Caso Oliventino, para una Investigación Cultural** (Memoria de la licenciatura dirigida por el doctor D. Ramón Valdés del Toro) - Universidad Autónoma de Bellaterra, 1983; **Catálogo del Fondo Bibliográfico y Documental Oliventino**, 1984; **Oliveira: ciudad abierta a dos culturas** - Editora Regional de Extremadura. Consejería de Educación y Cultura, 1985; **Catálogo del Archivo Histórico Municipal de Oliveira**, 1987; **Oliveira: del nacionalismo al Iberismo**, 1988; **Oliveira: Entre España y Portugal** (catálogo crítico da bibliografia espanhola e portuguesa sobre Olivença) - Badajoz, 1989; **Memorial del Antiguo Convento de la Concepción en la Villa de Oliveira**, Badajoz, 1999.

Colaborador de *Callipole* 1, 5/6 e 13.

MARIA DE FÁTIMA REIS

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa. Académica de Número da Academia Portuguesa da História.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

MARIA DE JESUS MONGE

Mestre em Museologia pela Universidade de Évora. Directora do Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa (Fundação da Casa de Bragança).

Participou em vários congressos da sua especialidade e tem obra publicada, como por exemplo no livro **500 Anos da Santa Casa da Misericórdia de Estremoz**, 2002.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

MARIA DE LOURDES CIDRAES

Elvas (Portugal), 1940

Licenciada em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Doutora em Literatura Portuguesa pela mesma Universidade (com a tese "O Espelho Nebuloso. A mitologia nacional portuguesa e o teatro de António Patrício", 1999).

É professora auxiliar de nomeação definitiva do Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na área da Cultura Portuguesa, no âmbito da docência da licenciatura e do mestrado. Tem desenvolvido o seu trabalho no estudo do imaginário português e sua expressão na literatura e na arte. É membro da direcção e investigadora do centro de Tradições Populares Portuguesas, Prof. Manuel Viegas Guerreiro (Unidade de I&D da Fundação para a Ciência e a tecnologia) e responsável pela investigação "Literatura e imaginário nacional português".

É autora de diversos trabalhos, entre os quais "O Cedro e a Rosa - símbolos e alegorias nas representações da paisagem na literatura inesiana", in *ACT9 Corpo e Paisagem Românticos*, 2003; "O mito da Rainha Santa - Uma tradição popular e religiosa", in *Revista Lusitana (nova série)*, n.ºs 19-21, Lisboa, Ed. Colibri, 2004; "Isabel de Aragão, Rainha Santa: da História ao Mito", in *Laços*, Revista da AAAIO, Lisboa, 2004; *Os Painéis da Rainha (Capela do Castelo de Estremoz)*, Lisboa, Ed. C.M.E./Colibri, 2005 (no prelo).

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

MARIA LÚCIA LOBO DE ARAÚJO

Braga (Portugal), 1954

Docente do Ensino Básico, a exercer actualmente funções no Agrupamento de Cabreiros - Braga. Para além dos trabalhos publicados em *Callipole*, possui outros que se encontram no prelo.

Colaboradora de *Callipole* 10/11, 12 e 13.

MARIA PAULA MARÇAL LOURENÇO

Lisboa (Portugal) 1961

Doutora e Mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Licenciada em História pela mesma instituição.

Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com nomeação definitiva. Bolsista da JNICT (1986), da Fundação Calouste Gulbenkian e da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos (1988-1990). Membro do Centro de História da Universidade de Lisboa. Académica de Número da Academia Portuguesa de História. Membro da Associação Portuguesa de História Económica e Social e sócia da Mediterranean Studies Association. É ainda membro da comissão científica - responsável e coordenadora da área de História Moderna - do Projecto de Candidatura de Óbidos a Património Histórico da Humanidade e encontra-se a realizar a biografia de D. Pedro II inserida na colecção "As Biografias dos Reis de Portugal", CEP, Universidade Católica. Sob o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian foi-lhe atribuído, no ano de 2005, o prémio de História Moderna e Contemporânea de Portugal instituído por essa Fundação na Academia Portuguesa da História.

A sua área de especialização centra-se nas seguintes áreas: estudo das Casas da Família Real entre os séculos XVI e XVII, história das rainhas na Época Moderna, a Corte, as instituições de poder e a construção do Estado Moderno, as instituições e as relações internacionais na Europa Moderna e a tratadística e a cultura política nos Reinos Ibéricos (séculos XVI-XVII). Neste sentido, encontram-se em curso, respectivamente, projectos de investigação com a Universidade Complutense e Autónoma de Madrid, com a Universidade de Castilla-la Mancha e a Universidade da Europa Central.

Para além de publicações em livro, como **A Casa do Infantado (1654-1706): Formas e práticas administrativas de um património senhorial**, Lisboa, JNICT, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1995 e de **"Estado e Poderes"**, Nova História de Portugal (direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), vol. VII, Lisboa, Presença, 2001, pp. 17-89, encontra-se no prelo a sua tese de doutoramento intitulada **A Casa das Rainhas de Portugal (1654-1706)**.

Publicou dezenas de artigos em revistas nacionais e estrangeiras.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

MOISÉS CAYETANO ROSADO

Roca de la Sierra, Badajoz (Espanha), 1951

Licenciado em Geografia e História. Licenciado em Filosofia e Ciências da Educação. Doutor em Geografia e História.

Professor dos ensinos primário e secundário. Professor colaborador da Universidad Nacional de Ensino a Distância (Espanha), da Escuela de Administración Pública de Extremadura e dos Centros de Formação de Professores da Extremadura.

Participou em diversos congressos de História, Literatura, Pedagogia e Ciências Sociais em Espanha, Portugal, França, Cuba e Argentina, sendo actualmente membro do Comité Organizador e do Comité Científico do "Congresso de Estudos Extremeños".

Poeta, com seis livros de poemas publicados. Narrador, com duas novelas e um livro de contos publicados. Ensaísta e investigador, com quase uma dezena de livros editados, destacando-se: **Alquimia: antología de narradores extremeños** - Editora Regional, 1985; **Emigración Extremeña durante el desarrollismo español** - UNED, 1990; **Cuba: la boca del caimán** - Servicio de Publicaciones de la Diputación de Badajoz, 2000; **Abril 25: el sueño domesticado. Revolución portuguesa de los claveles** - Fundación de Investigaciones Marxistas, 2001; **Un paseo por la raya** - Gabinete de Iniciativas Transfronterizas, 2003.

É director do Servicio de Publicaciones Transfronterizas *O Pelourinho* e da *Revista de Estudios Extremeños*. Colaborador da imprensa periódica, nomeadamente nos diários espanhóis *ABC*, *Hoy*, *El Periódico*... ou no nicaraguense *Nuevo Amanecer*, tem mantido colaborações em diversas publicações alentejanas, como o *Diário do Alentejo*, *Linhas de Elvas* e *Revista Alentejo* (da Casa do Alentejo, Lisboa).

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

NICOLAU SAIÃO

Monforte (Portugal), 1946

Cursos Comercial e de observação meteorológica.

Exerceu a profissão de ajudante de meteorologista no Serviço Meteorológico Nacional. Foi administrador-delegado e chefe-de-redacção do semanário *A Rabeca*. Actualmente é o funcionário responsável pelo Centro de Estudos "José Régio", adstrito à Casa-Museu (Portalegre).

Como pintor participou em mostras de Arte Postal em diversos países (Espanha, França, Itália, Polónia, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Austrália, Mali, etc.), além de ter exposto individual e colectivamente em Paris, Lisboa, Porto, Elvas, Tiblíssi, Portalegre, Messina, Borba, Campo Maior, Sevilha, etc. Organizou, com Mário Cesariny e Carlos Martins, a exposição "O Fantástico e o Maravilhoso", patente no Teatro de Xabregas e na Sociedade Nacional de Belas Artes e, com João Garção, a mostra de mail-art "O futebol" (Coimbra).

Colaboração em jornais e em revistas literárias e artísticas, em Portugal e no estrangeiro: *Ler* (revista do Círculo de Leitores), *Colóquio-Letras*, *Apeadeiro*, *A Cidade*, *Bicicleta/Mandrágora*, *Bíblia*, *Jornal de Poetas e Trovadores*, *A Xanela* (Betanzos, A Coruña), *Abril em Maio*, *DiVersos* (revista de poesia e tradução, Bruxelas), *Albatroz* (Paris), *Mele* (Honolulu), *Ave Azul*, *Espaço/Espaço Escrito* (Badajoz), etc.

Nos anos 90 orientou e dirigiu o suplemento literário "Miradouro", saído no *Notícias de Elvas*. Com João Garção e Ruy Ventura coordenou "Fanal", suplemento cultural publicado mensalmente n' *O Distrito de Portalegre*, de Março de 2000 até Julho de 2003.

Está representado em diversas antologias de poesia e pintura e proferiu conferências e palestras sobre arte moderna e literatura em Portugal e no estrangeiro (Espanha, França, Itália, Canadá, Bélgica).

Concebeu, realizou e apresentou o programa radiofónico "Mapa de Viagens" (Rádio Portalegre).

Em 1992, a Associação Portuguesa de Escritores atribuiu o prémio Revelação/Poesia ao seu livro **Os objectos inquietantes** - Editorial Caminho. Livros publicados, além do citado: **Flauta de Pan**, **Os olhares Perdidos**, **Assembleia Geral**, **Passagem de Nível** (teatro) e **Os Labirintos do Real**. Também em 1992, a Câmara Municipal da sua terra natal outorgou-lhe a designação de cidadão honorário de Monforte e, em 2001, o município de Portalegre atribuiu-lhe a medalha de prata de mérito municipal por ocasião da homenagem relativa a trinta anos de actividade cívica, artística e cultural.

É colaborador dos blogues *Quartzo*, *Feldspato & Mica* e *Tempo Dual*.

Colaborador de *Callipole* 3/4, 9, 10/11, 12 e 13.

NUNO REBOCHO

Queluz (Portugal), 1945

Jornalista e escritor. Animador de sessões de poesia e editor. Trabalha na RDP.

Publicou entre diversos outros, os seguintes livros de poesia: **Ugadugu** - Lisboa, 1994; **Breviário de João Crisóstomo** - Lisboa, 1995; **Memórias de Paisagem** - Lisboa, 1996; **A Invasão do Corpo** - Lisboa, 1997; **Nau da Índia** (este, em colaboração com o pintor Miguel Barbosa) - 1999; **A Arte de Matar** - Lisboa, 2001; **Contos do Calendário** - Lisboa, 2003; **O Discurso do Método** - Lisboa, 2005. Escreveu vários livros em prosa, entre os quais se citam: **O 18 de Janeiro de 1934** (com o pseudónimo de LH Afonso Manta) - Lisboa, 1974; **A Companhia dos Braçais do Bacalhau** - Lisboa, 1997; **Estórias de Gente** - Lisboa, 2003. Colaborou em diversos livros e antologias.

Tem textos em muitos jornais, dos quais se destacam *O Distrito de Portalegre* e *Expresso das Ilhas* (Praia, Cabo Verde)

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

ORLANDO NEVES

Portalegre (Portugal), 1935 - Matosinhos (Portugal), 2005

Licenciado em Direito.

Foi jornalista e editor. Poeta revelado em 1959, escreveu também ficção, teatro, crónica e memórias, sendo ainda ensaísta, investigador e autor de dicionários e de antologias. De entre a sua vasta bibliografia, podemos referir: **Poesia** (livros reunidos, com apêndice crítico), 1995, **Clamores** (antologia organizada pelo Autor, da lírica pós-1987), 2001, e **Viagem**, 2002 obras de poesia; **Organon para a Decifração da Poesia**, 1993 - poemenseio; Deu ainda à estampa as obras de ficção **Morte em Campo de Ourique**, 1987, e **Memórias de Um Rufia Lisboês**, 1994.

Fundou e dirigiu a revista *Sol XXI*.

O falecido poeta foi colaborador de *Callipole* 1, 2 e 13.

PAULO NETO

Aveiro (Portugal), 1955

Mestre em Literaturas Românicas, pela Universidade de Lisboa, com dissertação sobre a poesia de Eugène Guillevic.

Publicou **Textos de Capricórnio** - Herança Cultural, 2001 e **Universo mal cheio** - Porto Editora, 2001. Tem no prelo **O Livro da Acédia**.

Jornalista, é diretor-fundador do semanário *O Zurara*, editado em Mangualde. Tem colaboração dispersa por várias revistas, entre as quais *Ave Azul*, *Cadernos Aquilnianos*, etc.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

RENATTO SUTANA

(Brasil)

Professor de Literatura Brasileira e Teoria Literária na Universidade Estadual Centro-Oeste (UNICENTRO), em Guarapuava, estado do Paraná.

É autor de **Uma poética do deslímite: o poema como imagem na obra de Manuel de Barros** (dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) e dos livros **Visita do fantasma na noite** (poesia), 2002 e **João Cabral de Melo Neto: o poeta e a voz da modernidade** - Ed. Scortecci, São Paulo, 2005.

Mantém uma página na Internet, com poesia, ensaio, crítica, tradução, etc.: <http://geocities.yahoo.com.br/rsuttana/>

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

RUI MIGUEL DA COSTA PINTO

Vila Franca de Xira (Portugal), 1962

Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Licenciado em História (Variante em História da Arte), pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Possui também os cursos de História da Náutica, Qualificação em Ciências de Educação e Técnicas Documentais e Tecnologias de Informação.

É professor do 2.º e 3.º ciclos, formador do Centro de Formação da Associação de Escolas da Amadora, membro da Academia da Marinha, presidente da Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa, vice-presidente da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses e membro da Secção de História e da Comissão de Estudos Orlisiponenses da mesma associação. Foi presidente da Comissão Científica do Colóquio "Portugal-Brasil, 500 Anos" promovido pela Secção de História da SGL e organizou a Conferência do Prof. Dr. Valentim Alexandre "António Enes e a Questão Colonial" também promovida pela SGL (ambas em 2000); organizou o seminário «O Império Colonial Português nos Séculos XIX e XX», promovido pela Secção de História da SGL (2002); fez parte da Comissão de Homenagem Comemorativa do 1.º Centenário do Nascimento de Francisco Assis de Oliveira Martins; foi comissário científico para as comemorações dos 130 anos da SGL. É relator do Boletim da SGL.

Publicou o livro **A Costa Oriental Africana (1640-1668)** - Estar-Editora, Lisboa, 2002; como colaborador, participou no Glossário de Termos de Arte - Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, e no Grande Dicionário Enciclopédico Universal - Lisboa, Ediclube. Também em colaboração, escreveu "A Missão durante o Século XVII na Costa Oriental Africana" in Para além da Taprobana - De Lisboa a Nagasaki, ed. da Secretaria de Estado da Cultura - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1993, e "Plataforma da Fortaleza de Moçambique" e "Documentação Manuscrita sobre o Brasil dos Séculos XVII e XIX" in Tesouros da Sociedade de Geografia de Lisboa, ed. Inapa, Lisboa, 2001. Em 2004 escreveu, para o boletim da Academia da Marinha, "A Rota do Cabo e a Ilha de Moçambique (1640-68)".

Tem textos nas revistas *Brotéria*, *Arqueologia e História*, *História* e *Mare Liberum* e nos boletins da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia da Marinha.

Colaborador de *Callipole* 2, 5/6, 7/8, 10/11 e 13.

RUY VENTURA

Portalegre (Portugal), 1973

É professor no concelho de Sesimbra.

Publicou, em poesia, **Arquitectura do Silêncio**, 2001, **sete capítulos do mundo**, 2003, **Assim se deixa uma casa**, 2004, e **Um pouco mais sobre a cidade**, 2004. Organizou as antologias **Poetas e Escritores da Serra de S. Mamede**, 2002 e **Contos e Lendas da Serra de S. Mamede**, 2005. Colaborou no livro colectivo **Malcata 7 Geografias**. Poemas seus foram traduzidos para castelhano e francês. Como investigador, tem publicado estudos sobre toponímia, história da arte, literatura portuguesa e literatura tradicional. Traduziu a antologia **20 Poetas Espanhóis do Século XX** e os livros **Dias, Fumo** (de Antonio Sáez Delgado), **Jola** (de Ángel Campos Pámpano) e **A Árvore das Borboletas** (de Anton van Wilderode).

Tem colaborado vários periódicos, nomeadamente em *O Distrito de Portalegre*.

Mantém na Internet um blogue sobretudo virado para a poesia, intitulado «Estrada do Alicerce»: www.alicerces1.blogspot.com

Membro do Conselho de Redacção de *Callipole* e coordenador do seu Tempo de Poesia.

Colaborador de *Callipole* 5/6, 7/8, 9, 10/11, 12 e 13.

SANDRA COSTA

S. Mamede do Coronado, Trofa (Portugal), 1971

Licenciada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

É professora no Ensino Básico e Secundário. Publicou, em poesia, **Sob a luz do mar** - Campo das Letras, 2002, **Nada se sabe das profundezas** - In-Libris, 2003, e **Nenhuma Flor. Oito imagens e o dizer dos lábios** - Belgais e In-Libris, 2004). Colaborou nas revistas *DiVersos* e *Bicicleta*.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

TERESA GONZÁLEZ

Olivença (Espanha), 1960

Bibliotecária no Hospital Infanta Cristina, Badajoz. Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

TIAGO GOMES

1971

Publicou quatro livros de poesia, entre os quais se destaca *Cianeto*.

É editor da revista *Bíblia*, tendo colaborado em diversos jornais e revistas, como *Inimigo Rumor* e *365*. Tem poemas musicados pelos grupos *Naifa* e *Linha da Frente*.

Colabora pela primeira vez em *Callipole*.

Nova Sintra, Ilha Brava (Cabo Verde), 1932

Licenciado em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras de Lisboa.

Foi professor do ensino liceal e técnico superior do Ministério da Educação (em ambos os casos, em Portugal e Cabo Verde) e é actualmente docente do Centro de Estudos Multiculturais (CEM) da Universidade Independente.

Foi Encarregado de Negócios de Cabo Verde em Washington, delegado à Assembleia das Nações Unidas para a Quarta e Sexta Comissões, embaixador do seu país no Senegal e na Santa Sé e conselheiro do Presidente da República. Exerceu a actividade de jornalista na emissora *Voice of America*.

Publicou os romances **Identidade**, 2001. e **Para lá de Alcatraz**, 2005.

12 NORMAS MÍNIMAS DE EDIÇÃO DE ESCRITA PARA PUBLICAÇÃO EM *CALLIPOLE*

1 - Os textos para *Callipole* (publicados em disquete, CD-Rom ou enviados por e-mail) **entregam-se escritos no sistema Microsoft Word**, com a seguinte formatação:

Configuração da página: superior/inferior (2,5 cm); esquerda/direita (3 cm).

Fonte: Times New Roman

Tamanho do tipo de letra do texto: 12

Tamanho do tipo de letra das notas: 10

Parágrafos: 1 cm.

O espaço entre linhas é **simples**.

Não há espaços entre parágrafos.

Há dois espaços entre capítulos.

2 - As páginas não são numeradas.

3 - Não há cabeçalho de página nem rodapé (não confundir com *notas de rodapé*).

4 - As *notas de rodapé* deverão ser reduzidas ao mínimo indispensável.

5 - Com a formatação apontada em 1, os textos não deverão ultrapassar o número de 25 páginas. Em caso de ultrapassagem deste limite, só haverá publicação se o Conselho de Redacção se pronunciar por unanimidade relativamente à mesma.

6 - Devido ao custo elevado que implica a inclusão excessiva de **imagens a cores**, estas **só terão lugar quando se tratar de fotografias de peças de pintura, escultura (desde que policroma) azulejo, faiança, tapeçaria, cartografia ou similares**, em que o visionamento da cor dos objectos referidos no texto seja determinante para a compreensão do mesmo. Em casos especiais, poderá haver lugar a retratos fotográficos a cores, de pessoas.

Como por motivos de economia o número total de páginas a cores da revista não deve exceder o número aproximado de 20, quando tal se verifique necessário *Callipole* fará a gestão das imagens a cores (reduzindo as suas dimensões, juntando várias na mesma página, retirando algumas, etc.), de modo que o limite se mantenha - pelo que se solicita a compreensão dos autores na escolha contida desse género de imagens.

7 - Por questões de equilíbrio na relação texto/imagem, **por cada bloco de cinco páginas de texto o autor terá a possibilidade de incluir três imagens**. Por cada fracção de bloco a mais, poderá incluir mais três. Isto é, se por exemplo o artigo tiver seis, sete, oito ou nove páginas, o autor poderá incluir até seis imagens.

8 - As **indicações bibliográficas** devem limitar-se ao essencial e seguir preferencialmente os seguintes modelos (deixa-se no entanto aos autores a liberdade de aplicarem as referências bibliográficas que entenderem):

BASTOS, João Luís. *A Arte Francesa no Século XIX*, Livraria Paisagem, Lisboa, 1972.

SARAIVA, Duarte. *História da Cerâmica Portuguesa*, 3 vols., 2.ª ed., Editorial Clássica, Porto, 1985.

SILVA, Cândido e MAIA, Maria Júlia. *Camões*, Publicações Nacionais, Évora, s.d.

9 - **Siglas** não devem levar pontos entre letras. Ex.: BNL (e não B.N.L.)

10 - N.º (e não N°), 15.º (e não 15°), Sr.ª (e não Srª).

11 - **Datas** são grafadas como segue: 27.11.2005 ou 27.Novembro.2005

12 - **Agradecimentos** são feitos imediatamente a seguir ao final do texto e antes da bibliografia.



**Quadro vencedor do I Prémio de Pintura
Henrique Pousão**

Memória de Florbela Espanca (1985), de Augusto Casaca. O júri de apreciação foi constituído pelo pintor Armando Alves, por Joaquim Saial (representante da CMVV) e por Maria Helena Vaz da Silva (representante do Centro Nacional de Cultura).



Câmara Municipal de Vila Viçosa
Alto Alentejo - Portugal